

SUMÁRIO

ARTIGOS

A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo
de caso, Rondônia 393

Maria Helena F. T. Henriques

O impacto desigual da modernização da agricultura no
Oeste do Paraná 425

Adma Hamman de Figueiredo

Olindina Vianna Mesquita

Solange Tietzmann Silva

TRANSCRIÇÃO

O solo e o espaço: enigmas para os economistas 551

Jean-Louis Guigou

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

A Revista não se responsabiliza
pelos conceitos emitidos
em artigos assinados

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ISSN 0034-723X

Pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado para:

Diretoria de Administração — SERGRAF

Av. Brasil, 15.671 — Lucas
21.241 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 391-7788

Livraria do IBGE: Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro
20.021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 220-9147/(021) 220-8163

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-

Trimestral.

Órgão oficial do IBGE.

Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar.
1967 — out./dez. 1976.

Índices : autor-título-assunto, v. 1-10(1939-1948) divulgado em 1950
sob o título : Revista brasileira de geografia : índices dos anos I a X,
1939-1948 — Índices anuais de autor-título-assunto.

ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Biblioteca Central
RJ-IBGE/81-44

CDU 91(05)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia

Maria Helena Fernandes da Trindade Henriques *

SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — A política de colonização na Amazônia — objetivos e realizações
 - 2.1 — O marco da política
 - 2.2 — A colonização na Amazônia
- 3 — Rondônia: a última fronteira
- 4 — Rondônia: objetivos da política e resultados conseguidos
- 5 — Observações finais
- Anexo 1 — Visão histórica da colonização pré-amazônica executada no Brasil
 - 1.1 — Aspectos institucionais
 - 1.2 — Experiências passadas e presentes

1 — INTRODUÇÃO

Experiências de colonização têm sido uma prática comum na história da ocupação territorial brasileira. Elas reúnem uma ampla gama de modelos que vão desde esquemas completamente privados, como, também, combinações de interesses privados com apoio governa-

* Demógrafa do Departamento de Estudos Geográficos — DEGEO — IBGE.

mental, até as mais recentes experiências — Transamazônica e Rondônia — totalmente organizadas e financiadas pelo Governo.

Este artigo é o primeiro de uma série que se destina a avaliar a experiência mais recente de colonização governamental em termos de três das suas dimensões constituintes. Em primeiro lugar, como um investimento público dirigido à criação de usos mais produtivos da terra e dos recursos humanos e como parte do pacote social mais amplo do Governo. Em segundo lugar, quanto aos seus efeitos sobre o perfil sócio-econômico-demográfico da população na área selecionada para a experiência de colonização. Finalmente, no que respeita a sua capacidade para melhorar as condições de vida de trabalhadores rurais pobres e transformá-los em agricultores independentes.

A colonização dirigida situa-se como tópico importante no debate público, tanto por suas características de política governamental como por haver-se situado na Amazônia. Como ação planejada do Governo, ela responde a interesses políticos, militares e econômicos. Estes se fazem representar por considerações tais como: a defesa de uma ampla extensão da fronteira nacional; a proteção de uma quantidade desconhecida de recursos minerais; a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores sem terra desde áreas densamente povoadas para espaços vazios a fim de prevenir uma eventual comoção social.

Uma consequência imediata da política de colonização foi um crescimento populacional explosivo na Amazônia. A maior parte desse crescimento ocorreu em Rondônia. Na década de 70, este jovem Estado tornou-se a sede de sete dos dez projetos de colonização governamental. Este fato implicou não só uma nova mobilização de fatores na área — comércio, crédito, capital, máquinas, escolas e unidades de saúde —, mas também uma imigração maciça de sulistas e nordestinos para ocupar a terra. Como consequência do impulso na área rural, novas atividades urbanas tiveram início, basicamente, na área de serviços requeridos pela força de trabalho rural.

Recentemente, levantaram-se dúvidas tanto do lado das autoridades governamentais quanto do lado dos críticos do Governo sobre os benefícios desta política. Este estudo dirige-se a situar melhor os parâmetros da situação para essa controvérsia. Analiticamente, o trabalho se divide em três partes que podem ser apreciadas separadamente, mas que se dirigem a dimensões específicas da questão social. A primeira parte trata do tema da política pública dirigida a beneficiar em forma desigual grupos específicos da população. A segunda parte, analisa a dinâmica da mudança envolvida no processo de assentamento e o perfil sócio-econômico-demográfico da população migrante. Finalmente, examina-se informação de fonte primária sobre os colonos de Rondônia para avaliar seu bem-estar como indicação adicional do sucesso ou fracasso da política oficial de colonização.

A essência do objetivo desta pesquisa não é meramente demográfica. Acredita-se que uma política de realocação de recursos humanos traz consequências sociais que vão além do aspecto quantitativo do número de pessoas realocadas. Também, como política, ela produz consequências sociais não previamente antecipadas. Como resultado dessa dificuldade, decidiu-se realizar uma avaliação mais global em detrimento da mera confrontação da realização das metas propostas versus os objetivos de fato alcançados.

A colonização na Amazônia é também um tema controvertido não apenas porque os dados são de natureza complexa e de duvidosa qualidade mas, também, porque o tema se situa na questão mais geral das prioridades na ação governamental. Argumentos científicos existiram para favorecer ou criticar a política desde a sua fase de implementação¹. A decisão para seguir adiante com a idéia, entretanto, foi de natureza política e não se referendou em uma sólida base científica.

Ao se apresentar uma interpretação dos fatos representados por ações do Governo, dados censitários e de pesquisas e fontes secundárias — acredita-se que o conhecimento científico é um produto das verdades provadas e de uma revisão dos erros anteriores. Como os fatos são infinitos e são eles apropriados pelos homens nas suas interpretações, espera-se que a análise aqui apresentada se constitua em um elemento a mais nesse amplo debate e que leve a uma retomada de avaliação da colonização para colocá-la ao serviço da ampla camada de desprivilegiados rurais.

2 — A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA OBJETIVOS E REALIZAÇÕES

2.1. — O marco da política

A colonização tem sido freqüentemente utilizada como ferramenta de ocupação territorial. No caso do Brasil, pela sua dimensão continental e a extensão das terras públicas, a colonização tem sido prática comum na expansão das fronteiras².

No anexo 1 apresentou-se a análise histórica das experiências de colonização. Ainda que diferenciadas na natureza dos fatores envolvidos — origem e experiência prévia com a agricultura por parte dos migrantes, exigências de infra-estrutura, produção para a comercialização, etc. — é o papel do Estado que adquire destaque e coloca suas marcas definidoras nas experiências recentes de colonização. Colocan-

¹ A visão favorável à implementação dessa política está contida, por exemplo, em Tavares, Vania Porto, et alii. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica*. De acordo com os autores "... a solução do problema de emprego da agricultura do Nordeste terá que ser equacionada tendo em vista as possibilidades de colonização na área amazônica. Em vista do exposto, por melhor que se aproveitem as possibilidades de se elevar o nível de ocupação na região agrícola do Nordeste, ainda haverá um excedente de 309 mil famílias que deverá encontrar ocupação em outras áreas do País. E como são muitas as dificuldades para se adotarem eficazmente as medidas acima discutidas, é seguro concluir-se que não são apenas as 309 mil famílias acima mencionadas, mas que grande parte das 1.300.000 famílias subempregadas do setor agrícola do Nordeste terá que procurar plena ocupação agrícola fora do Nordeste. E, nesse caso, é a colonização dirigida na Amazônia que oferece maiores possibilidades de absorver essa população subempregada".

Uma palavra de cautela aparece, por exemplo, em Velho, Otávio Guilherme, *Frente de expansão e estrutura agrária*. Nas suas palavras "dados os custos envolvidos nesse gênero de colonização, é assim bastante provável que a entrada de pessoas na área vá suplantiar de muito a capacidade de absorção, nos seus desdobramentos futuros, pelo projeto do INCRA, que aparece, portanto, como possivelmente inadequado em sua finalidade declarada de absorver um contingente ponderável de mão-de-obra nordestina".

² Poweraker, Joe. *The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day*.

do-se numa postura de mero espectador das experiências privadas, o Estado conduziu a interiorização "espontânea" na "Marcha para o Oeste" através da construção de Brasília e estabeleceu todos os parâmetros para a colonização da Amazônia.

A política de Colonização Dirigida foi concebida sob o marco que a elite militar responsável pelo Golpe de 1964 estabeleceu. Como antigos estudantes da Escola Superior de Guerra (ESG), eles acreditavam numa política de integração da segurança nacional e do desenvolvimento sob a tutela de um Governo Federal forte³. Esta crença levada à prática resultou na participação do Governo mais hipertrófica já registrada na história brasileira.

Embora se apresentando como democratas nas suas convicções políticas e liberais nas suas orientações econômicas, os governos militares instituíram, na sua atuação política, instrumentos altamente autoritários⁴.

A nível da economia foi dada prioridade à maximização do crescimento agregado⁵. Implícito, nisto, estava a concepção de que as transformações estruturais, que o crescimento econômico por si só geraria, reduziram, no longo prazo, as herdadas desigualdades na distribuição da renda. Como a tabela 1 reflete, o resultado não foi o esperado. A piora na distribuição da renda, ainda que pequena, é aparente na comparação das distribuições da renda dos Censos de 1970 e 1980.

Uma vez que o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* cresceu em média 6% e a população total 2,5%, a renda média da população economicamente ativa teve um aumento anual de 4,5% durante a década. Este crescimento foi desigualmente distribuído visto que os seis primeiros decis da população reduziram sua participação na renda nacional. Conseqüentemente, o índice de concentração de Gini aumentou de 0,565 em 1970 para 0,580 em 1980. De fato, os dados da tabela 1 mostram que o 1% mais rico da população foi aquele que teve os maiores ganhos da renda. Não apenas este grupo aumentou sua participação na renda total de 14 para 18% mas, também, sua renda média cresceu a uma taxa de 7,2%, bem maior que a dos outros grupos.

Assim, o aparente *laissez-faire* do Estado na distribuição dos frutos do crescimento econômico teria conseqüências certas, resultando, em termos da distribuição das riquezas, no proveito dos mais ricos. No setor social, entretanto, isto levou ao estabelecimento de mecanismos compensatórios.

³ O tipo de ideologia que permeou os cursos ministrados na Escola Superior de Guerra (ESG) é clara em Silva, Golbery do Couto e. *Planejamento estratégico*. Além disso, a influência da ESG na formação da estratégia nacional para o desenvolvimento está bem documentada em Stepan, Alfred. *Military in politics*. Para uma extensa bibliografia em Inglês, Espanhol e Português sobre o tema geral dos militares na política na América Latina, veja o fornecido por Stepan no final do livro acima citado.

⁴ A intensidade da intervenção do Estado na vida pública está bem documentada em Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. Ainda que a luta contra a corrupção tenha sido colocada como um dos ideais a serem atingidos, a autocracia instituída pelo Golpe de 1964 facilitou o envolvimento de oficiais em vários escândalos. Uma impressionante descrição destes está contida nos livros de Assis, José Carlos de. *A chave do tesouro* e *Os Mandarins da República*.

⁵ Os índices de crescimento econômico que o governo militar exibiu nos seus primeiros 10 anos de mandato foram tão elevados que o período 1968/1974 foi batizado de "Milagre Brasileiro". O Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu, por exemplo, a 10,93% conforme Malan, Pedro Sampaio; Bonelli, Regis. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: O Brasil dos anos 70 aos anos 80*, tabela 1.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PARA A POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA QUE DECLAROU ALGUMA RENDA:
1970 — 1980

PERCENTIS	RENDA (%)		RENDA MÉDIA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RENDA MÉDIA (1970/1980)
	1970	1980	1970	1980 (1)	
TOTAL	100,00	100,00	281,84	438,32	4,18
10 —	1,16	1,08	32,69	47,30	3,76
10	2,05	2,15	57,68	94,30	5,00
10	3,01	2,85	84,65	124,80	3,96
10	3,81	3,70	107,41	163,30	4,21
10	5,92	4,39	141,54	192,50	3,12
10	6,17	5,49	173,87	240,70	3,31
10	7,21	7,21	203,23	316,00	4,51
10	9,95	9,92	280,59	434,60	4,47
10	14,15	15,40	426,89	674,70	4,68
10 +	47,47	47,81	1 309,87	2 095,00	4,80
5 +	34,06	34,86	1 920,17	3 054,00	4,71
1 +	14,11	18,21	3 976,11	7 979,00	7,21
60 —	21,22	19,66	99,67	143,60	3,72
20 +	60,62	63,21	868,38	1 384,80	4,78

FONTE — Malán, Pedro Sampaio & Bonelli, Regis. Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 ao anos 80.

(1) Deflacionados a preços de 1970.

As características de desequilíbrios da sociedade brasileira e suas condições de mudança faziam-se claras para o governo militar. A urbanização, que até 1970 caminhou a passos lentos, tinha-se acelerado⁶. No ano de 1970, houve, pela primeira vez na história brasileira, maior população nas áreas urbanas que nas rurais o que acarretou o aumento das demandas por educação, habitação e serviços públicos. Sob o rótulo de “Pacote Social” criou-se uma série de programas destinados à satisfação das necessidades básicas das massas urbanas despossuídas. Alguns deles mostraram resultados surpreendentes. Nas palavras de Merrick: “a matrícula do 1.º grau aumentou de 54% em 1955 para 85% em 1974 e a do 2.º grau de 4% em 1960 para 17% em 1976. O Governo apadrinhou um programa maciço de alfabetização de adultos, assim como outros tipos de educação para adultos. A cobertura dada à população urbana pela Previdência Social (que inclui serviços básicos de saúde) aumentou de 43% em 1960 para 79% em 1975. O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi estabelecido para financiar casas populares e serviços urbanos”⁷.

⁶ Para o Brasil, a proporção da população urbana em 1960 variou de 45 para 68% em 1980. O Norte e o Nordeste alcançaram proporções de 50%, o Sul e Centro-Oeste de 60% e o Sudeste de 82%, segundo dados dos Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, divulgados pelo IBGE.

⁷ Merrick, Thomas W. Fertility and family planning in Brazil.

As reivindicações da população rural constituíam um problema menor para o Governo. De dimensões menores que a população urbana, dispersa e bem mais distante dos centros de poder, os trabalhadores rurais eram encarados como problema mais que tudo pela sua condição de migrantes potenciais para as áreas metropolitanas e outros centros urbanos. A seca de 1969/70 no Nordeste acelerou, entretanto, a intervenção do Governo Federal. Logo depois da visita do Presidente Médici às áreas afetadas, em março de 1970, foi anunciada a construção da Transamazônica, a pavimentação da Belém-Brasília e a construção de outras estradas ligando a Amazônia e o Centro-Oeste. Poucos meses depois o Programa de Integração Nacional (PIN) foi anunciado para promover a ligação inter-regional.

Delfim Neto, então Ministro da Fazenda, declarava:

“o PIN representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira ... Nós vamos empurrar a fronteira para conquistar um novo País”. E, “nós já dispomos dos recursos necessários para realizar o desenvolvimento econômico, precisamos ter consciência de que dispomos desses recursos e precisamos ter os mecanismos para mobilizá-los a favor do desenvolvimento econômico. Por isto é que acreditamos nesta filosofia do Governo, que antes de fazer crescer com rapidez o capital, tenta utilizar o capital disponível; esta filosofia que antes de estar procurando poupar, tenta mobilizar a força de trabalho que já existe em cada um de nós. Esta filosofia de mobilização é que vai fazer deste País um Grande País”⁸.

Desta forma, foi lançada a ocupação da Amazônia. Não é fácil acreditar que a política global tenha sido uma simples resposta ao desemprego gerado pela seca nordestina de 1970. Pela sua envergadura e suas características, a política se encaixa melhor no marco do Estado autoritário, representando uma tentativa de afirmação do nacionalismo em face dos interesses internacionais na Amazônia. A política representou, por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo, sem que necessariamente se fizesse a reforma agrária.

2.2 — A colonização na Amazônia

A extensão da fronteira Amazônica inicia-se nos anos 70 através de investimentos públicos. Estes podem ser simplificados por um lado, pela Transamazônica, a rodovia de maior penetração, e pelo outro, pela política de colonização implementada através do PIN.

A rede rodoviária, conformada pela Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho e a Belém-Brasília, tinha como premissa a transformação da Amazônia em terra fértil e produtiva para sustentar a população urbana das áreas mais desenvolvidas do País e servir de válvula de segurança que aliviasse a pressão sobre as terras nas áreas mais densamente povoadas no Nordeste rural.

A política de desenvolvimento incorporada ao PIN tinha como objetivo fundamental a redução dos desequilíbrios regionais e a descen-

⁸ Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campestinato*.

tralização do processo de desenvolvimento através da criação de novos centros de progresso. Seus objetivos específicos eram ⁹:

- a) deslocar as fronteiras econômicas, particularmente as agrícolas para os bancos da Amazônia;
- b) criar as condições que possibilitassem a incorporação da região na economia de mercado, fornecendo a um enorme segmento da população, até então dispersa e estagnada, as condições necessárias para a produção e o conseqüente poder de compra;
- c) estabelecer as bases para a efetiva transformação agrícola da região semi-árida do Nordeste;
- d) redirecionar o potencial migratório do Nordeste para os vales úmidos desta região e para suas novas fronteiras agrícolas, evitando assim seu deslocamento para as áreas urbanas do Centro-Sul; e,
- e) assegurar ao Nordeste o apoio do Governo Federal, a fim de garantir um processo de industrialização que permitisse a consecução e auto-sustentação das metas de desenvolvimento programadas.

O Estado não apenas formulou estes objetivos como criou, através de uma série de Decretos, as condições legais para atingir seu propósito. "Foi definida uma área prioritária ao longo da Transamazônica para realizar a reforma agrária; criado o Departamento Regional do INCRA; determinado que os projetos de reforma agrária deveriam incluir 100 mil unidades familiares; convocadas a organização de 100 cooperativas, a realização de estudos sobre as condições sócio-econômicas da área e de um arquivo técnico de referências sobre a região; exigida a legalização dos títulos de posse das terras em favor dos posseiros que no momento ocupavam a terra e, finalmente, determinado que os recursos para o empreendimento todo seriam previstos pelo INCRA e pelo PIN" ¹⁰. A aplicação desta política na área liberou 6,5 milhões de hectares na região prioritária e 2,2 milhões de km² situados numa faixa de extensão de 100 quilômetros em ambos os lados das rodovias na região da Amazônia, deixando deste modo ao Governo a faculdade de melhor distribuir as terras.

Os câmbios estruturais esperados operariam dentro de um marco planejado que foi denominado de urbanismo rural. Ele estava constituído por três elementos: "agrovilas", "agrópolis" e "rurópolis". A agrovila, a unidade básica, era a área residencial de aproximadamente 50 famílias possuindo um centro administrativo, campo de futebol, escola primária, unidade de saúde e um pequeno centro comercial. Circundando 20 agrovilas, estava a agrópolis, prevendo-se nela uma cooperativa, uma escola primária e outra de 2.^o Grau, um banco e um correio. A rurópolis seria a unidade maior que serviria como principal centro de serviços com aeroporto, hospital e serviços técnicos, assim como plantas processadoras para os produtos agrícolas como algodão, arroz e açúcar.

Os serviços básicos seriam fornecidos aos colonos recém-chegados por variadas agências federais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seria o responsável pela demarcação e pro-

⁹ Chaloult, Norma Beatriz. Settlement along the Transamazon highway: planning and reality.

¹⁰ id. *ibid.*

visão dos lotes, pela construção das modestas vivendas e agrovilas e pelos serviços de educação e saúde até que estes pudessem ser assumidos por agências específicas. A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) daria assistência técnica, o Banco do Brasil forneceria crédito a juros baixos enquanto que a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) garantiria o preço mínimo e o armazenamento da produção. A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), distribuiria os alimentos a preços baixos. A Fundação Serviço Especial da Saúde Pública (SESP) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), agências de saúde, atuariam através das unidades móveis de atenção médica e controle à malária. O financiamento de todas estas atividades seria realizado através da transferência para o PIN de 30% dos incentivos fiscais¹¹. Finalmente, mas não menos importante, as unidades de produção seriam lotes de 100 hectares dedicados a culturas de subsistência e comerciais.

Ainda que seus objetivos tenham sido em aparência razoáveis e que sua forma fosse coerente, a implementação do plano ao largo da Amazônia não colheu os frutos esperados. Os diversos motivos que levaram a isto são a seguir apresentados.

2.2.1 — Desconhecimento técnico sobre as condições da Amazônia

No momento em que a política de colonização foi anunciada, não existiam conhecimentos em torno das condições de solo. Entretanto, em face do clima tropical e da vegetação exuberante da selva Amazônica, havia a impressão consensual de que o solo seria rico. Quando os resultados do projeto RADAMBRASIL¹² foram conhecidos, o pessimismo suplantou as esperanças iniciais desde que ficou indiscutivelmente estabelecido que "... quase a totalidade dos solos da Amazônia apresenta baixa fertilidade natural, mas assim mesmo suficiente para o atingimento e manutenção do clímax alcançado, sob condições permanentes de clima favorável ao desenvolvimento vegetal, particularmente na forma em que está constituída a floresta nativa (grande diversidade de espécies, acentuado grau de dispersão de indivíduos de cada espécie, elevada densidade populacional, predominância de espécie de crescimento lento, etc.)"¹³.

Por sua vez, não existiram estudos prévios sobre a exequibilidade econômica para a localização da Transamazônica. Esta falta de planejamento fica em evidência visto que 100 quilômetros dela foram cobertos pela represa de Tucuruí, também um empreendimento público, construída alguns anos mais tarde.

2.2.2 — Modelo de colonização sofisticada

O tripé composto pela agrópolis, rurópolis e agrovilas resultou complexo demais para aquele meio. A distância entre as residências dos

¹¹ Wood, Charles & Schmink, Marianne. Blaming the victim: small farmer production in an Amazon colonization project.

¹² O RADAMBRASIL é um projeto do Ministério de Minas e Energia que desde 1971 pesquisa os recursos naturais na região. A pesquisa é feita através de satélites e apresenta o mapeamento básico da qualidade do solo, vegetação, geologia, aptidão agrícola e uso potencial da terra.

¹³ Esta avaliação técnica foi feita por técnicos do Ministério da Agricultura num trabalho para um Seminário. Menezes, Mário Assis. O atual estágio de conhecimento sobre os recursos naturais da Amazônia: pressupostos para definição de uma política de ocupação.

colonos e seus lotes, por exemplo, foi mal concebida, visto que os obrigou e a suas famílias a caminharem quilômetros para irem e voltarem aos seus trabalhos sob um clima quente e úmido.

Por outro lado, a implementação de todas as atividades previstas exigia o suporte permanente de uma equipe técnica bastante grande¹⁴ numa situação onde a rotatividade da equipe executiva foi de 90% em 1972¹⁵.

2.3.3 — Características prévias dos colonos

Camponeses nordestinos analfabetos, com precárias condições de saúde, inadequados hábitos nutricionais e práticas agrícolas tradicionais, conformaram majoritariamente a população de colonos que se estabeleceu na Amazônia¹⁶. É bem provável que, quando expostos às condições da Amazônia, seus níveis de morbidade tenham aumentado e, dada a falta de uma adequada infra-estrutura de saúde, o índice de desistência cresceu em face da impossibilidade de se adaptar ao novo ambiente¹⁷.

2.2.4 — Falta de suporte estrutural

As dificuldades acima colocadas são poucas se comparadas com a falta de uma infra-estrutura que ajudasse a produção agrícola. Nas palavras de Martine: “essas falhas abarcam desde as deficiências na assistência técnica, a inadequação do sistema de crédito (cuja sistemática foi montada visando fazendeiros médios e grandes) ao pequeno produtor, a precariedade do sistema viário (a manutenção de uma estrada na Amazônia chega a ser mais cara ainda do que a sua construção), a inexistência de meios de transportes para o escoamento da produção e a capacidade limitada da rede de armazenamento até problemas como: a burocratização da comercialização, a necessidade dos

¹⁴ Martine cita uma estimativa de um *staff* de 500 técnicos necessários para assentar 25 mil famílias no Projeto Altamira. Martine, George. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes e colonização no Brasil.

¹⁵ Esta foi a taxa de rotatividade em um *staff* de 80 pessoas conforme citado em Panagides, Stahis, & Magalhães, Vande Lange, Amazon economic policy & prospects. Citado em Martine, George.

¹⁶ Em 1971, uma pesquisa dirigida pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) concluiu que, em dez projetos de colonização executados pelo Governo nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o local de origem dos migrantes foi fator definidor de muitas das suas características. O outro fato que veio à tona quando se analisou os resultados da política de colonização é que dentre os nordestinos, os que vieram para a Amazônia foram aqueles com perfis menos privilegiados: a média de escolaridade era inferior a um ano; tinham sido na sua maioria trabalhadores familiares ou meeiros (62%), conseqüentemente suas condições sócio-econômicas eram das piores; mesmo assim, eles tiveram as porcentagens mais baixas de resposta quanto à melhoria das condições de vida na nova situação, estando claramente divididos quanto aos motivos ditos. A história migratória deles era a mais simples dentre todos os grupos: eles deixaram seus locais de origem com as idades mais adiantadas, chegaram aos locais dos projetos nos seus inícios e fizeram em média apenas um movimento. Apesar de mostrar locais de destino diversificados, mais rurais que urbanos, eles chegaram aos locais dos projetos onde foram entrevistados com pouquíssimo capital. É claro, então, que as condições prévias desta população eram bastante precárias como para requerer grande assistência desde o início. Tavares, Vania Porto *et alii*.

¹⁷ Há evidências de que a colonização da Amazônia envolveu altos riscos para a saúde. Os acidentes, apesar da falta de estatísticas é um deles. A malária tal como exposto na fonte que se segue, é outro. Lima, J. T. Fiuza. O papel da SUCAM na prevenção e controle das doenças no contexto das migrações humanas.

pequenos produtores recorrerem a intermediários inescrupulosos e a insegurança causada pelas dificuldades burocrática e financeiras, criadas para impedir a obtenção da titulação definitiva sobre o lote trabalhado”¹⁸.

Por todas estas razões, a meta do INCRA de estabelecer 100 mil famílias no período 1971-74 nunca foi atingida. No ano de 1974, apenas 5.717 famílias tinham-se estabelecido nos projetos de Marabá, Altamira e Itaituba¹⁹. Estes fracos resultados, se comparados com as metas iniciais, junto com a escassa safra do ano agrícola 1972/73, levaram o Governo a uma mudança de concepção quanto às formas de exploração econômica da Amazônia.

A nova vocação para a Amazônia fica clara no discurso do Ministro do Planejamento: “até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e a de provermos a manutenção do equilíbrio ecológico nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver esta região”²⁰.

Uma visão semelhante está presente no discurso do Presidente do INCRA, no início de 1974: “o órgão vai começar um novo processo de ocupação da Amazônia, com a participação da grande empresa, iniciando-se em Burareiro, Rondônia, pois o INCRA é contra o latifúndio, mas não contra a grande empresa. Em vista da nova política, os 10 mil agricultores assentados pelo INCRA na Transamazônica sofrerão uma reciclagem destinada a dar um caráter mais gerencial às atividades, compondo-as com as da média e grande empresas”²¹.

A mudança, na visão das autoridades superiores, concretizou-se logo. O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia para o período 1975-79 afirmava: “o objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincula, como deveria, a elevação do nível de vida à expansão do emprego produtivo ... Por outro lado, a Região não tem a oferecer-lhes, na proporção que seria necessária, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa de colonos espontâneos empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante ... À luz desse marco, parece que o objetivo da ocupação e colonização, nos termos em que fora vertido, deve ser revisto”²².

Esta mudança na linha mestra da política enfatizava a ocupação da área, através de lotes entre 500 a 3 mil hectares, para atrair, supostamente, grandes empresas de capital agrícola e criação de gado — estrangeiras e nacionais — para ocupar a Amazônia. Como conseqüência desta mudança, o valor das terras expropriadas subiu, a concentração de lotes de 100 hectares, assim como sua venda, começou a

¹⁸ Martine, George.

¹⁹ Estas cifras estão registradas em Wood, Charles & Schmink, Marianne.

²⁰ Cardoso, Fernando Henrique & Muller, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*.

²¹ Ibidem.

²² SUCAM. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Citado em Martine, George, op. cit.

aparecer e a invasão de terras privadas e reservas indígenas virou fato comum. Em resumo, a terra passou de bem de produção para objeto de especulação.

As conseqüências que estas mudanças tiveram naquele momento nos colonos e na migração espontânea de mão-de-obra que a colonização gerou não foram claras. Vistos que em 1980, 60% dos lotes dos projetos não pertenciam aos donos originais, é provável que a maioria dos migrantes tenha mudado, recebido trabalho por empreitada, contrato de arrendamento com as grandes empresas, ou se convertido em meeiros.

A seguir se apresenta uma análise da experiência de colonização em Rondônia. E, isto, por várias razões: ela representa uma expansão da atual fronteira no Brasil; na medida que a colonização da Amazônia mudou seu tom, ela tornou-se uma ocupação social, ela corrigiu alguns dos erros das experiências iniciais e representou uma esperança vigorosa para os camponeses nela envolvidos.

3 — RONDÔNIA: A ÚLTIMA FRONTEIRA

Na segunda metade dos anos 60, o Governo Federal iniciou uma forte propaganda em torno da disponibilidade de terras em Rondônia. Esta campanha que foi precedida pela famosa etiqueta de “deixe-nos unir os homens sem terras com as terras sem homens”, foi bem mais intensa nas áreas com alta densidade de população rural e conflitos de terras, atraindo uma imigração de maior vulto que a inicialmente esperada.

A maior concentração dos novos migrantes se deu ao longo da rodovia BR-364. A medida que as terras próximas à estrada eram ocupadas o movimento se interiorizou, causando conflito imediato com os indígenas que estavam ora no seu habitat natural ora nas reservas. As empresas privadas, autodenominando-se de companhias de colonização, começaram a demarcar as terras vendendo-as ilegalmente, iludindo os imigrantes mais ingênuos. Vários conflitos sobre a terra iniciaram-se na área e já nos anos 70 a situação tinha-se tornado caótica. Nessa hora, o INCRA começa a desempenhar um papel decisivo na área, coordenando a distribuição de terras e estabelecendo um esquema de colonização dirigida.

As atividades do INCRA, em Rondônia, concentraram-se nos dois níveis mais importantes: legalização da situação fundiária na área — Projeto Fundiário de Rondônia — e assentamento dos recém-chegados — Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto Integrado de Colonização (PIC). As atividades abrangidas por estes projetos se realizariam através de 12 programas que incluíam: Distribuição de Terras, Organização Territorial, Organização Administrativa, Assentamento, Organização das Unidades Agrícolas, Promoção e Execução de Obras Públicas Básicas e Infra-estrutura, cujo desenvolvimento era de inteira responsabilidade do INCRA; os restantes programas visando a Saúde, Habitação, Educação, Crédito, Cooperativas e Comercialização da Produção seriam implementados por outras instituições sob a coordenação do INCRA²³.

²³ Uma detalhada descrição de cada programa é fornecida no INCRA: Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores.

Sete projetos de colonização existem hoje operando em Rondônia. Tal como aparece no mapa 1, eles são:

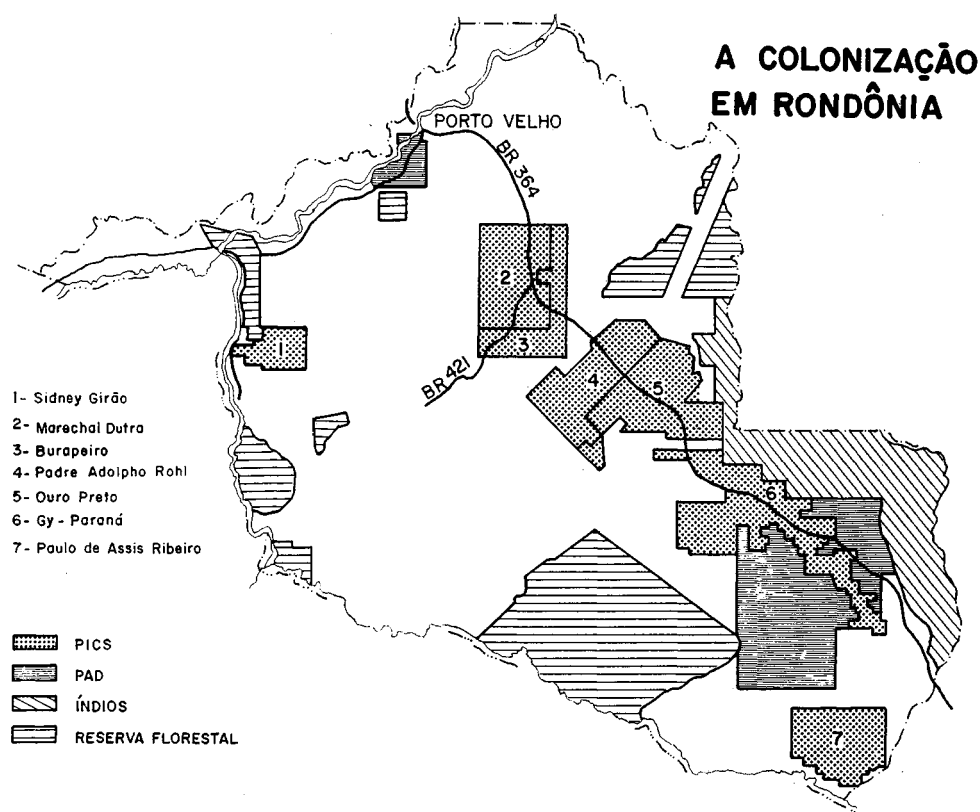
- 1 — PIC OURO PRETO — localizado ao largo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 352 e 385, abrangendo uma faixa de 60 quilômetros a cada lado da rodovia. A intenção inicial era a de incluir uma área de 500 mil hectares existindo planos para expandi-la.
- 2 — PIC SIDNEY GIRÃO — localizado ao longo da rodovia BR-319 perto de Guajará-Mirim. Abrange 60 mil hectares.
- 3 — PIC GY-PARANÁ — situado ao longo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 455 e 502, perto do segundo maior centro urbano, Cacoal, com uma área de aproximadamente 486 mil hectares.
- 4 — PIC ADOLPHO ROHL — situado ao longo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 262 e 290, com uma área aproximada de 400 mil hectares.
- 5 — PIC PAULO DE ASSIS RIBEIRO — localizado a 100 quilômetros da cidade sulina de Vilhena, entre os rios Cabixi e Guaporé. Sua área é de 293.580 hectares.
- 6 — PIC BURAREIRO — localizado ao largo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 152 e 242, na região de Ariquemes, abrangendo uma área aproximada de 350 mil hectares.
- 7 — PAD MARECHAL DUTRA — localizado ao largo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 137,5 e 224,5 na região de Ariquemes, com uma área de aproximadamente 400 mil hectares.

A operação de assentamento está com a programação atrasada em relação ao planejado em todos os aspectos, mas, sobretudo, com a demanda seriamente subestimada. Previa-se que para 1980, 23 mil famílias estariam estabelecidas, contudo, em 1977 existiam ainda 30 mil na espera dos seus lotes. Em 1981, o INCRA decidiu reduzir o tamanho dos lotes para 30 hectares a fim de acomodar mais pessoas. Entretanto, além da tarefa de demarcação dos lotes estar sendo feita a ritmo lento, os programas de implementação da infra-estrutura física, o crédito, a assistência técnica e o armazenamento foram desativados.

A migração aumentou em 1974 como consequência de mudança da política do Governo na Amazônia. O fluxo migratório alcança seu ponto culminante em 1976 e logo inicia um declínio temporário como resposta à contrapropaganda oficial nas áreas emissoras. O movimento foi mais intenso durante os meses sem chuvas de junho, julho e agosto nos quais toda a BR-364 é transitável. Segundo os últimos dados disponíveis, a segunda metade de 1978 registrou uma entrada através de Vilhena de 5.587 migrantes. De janeiro a outubro de 1979, o número aumentou para 36.164. A composição dos fluxos foi também diferente. Mato Grosso, como local prévio de residência que, no início, forneceu um terço dos migrantes, reduziu sua participação para 20% enquanto o Paraná a aumentou para 50% ²⁴.

Apesar de todas as dificuldades experimentadas em Rondônia, incluindo o caudal migratório maciço e inesperado que chegou na área, o INCRA foi bem melhor sucedido que nas experiências anteriores. Como reflete a tabela 2, a área sob colonização é bastante significativa,

²⁴ Martine, George. Colonization in Rondônia and the reproduction of conditions prevailing in older areas.



tanto quanto o número de famílias assentadas. O INCRA também reivindica que, hoje em dia, Rondônia é auto-suficiente em gêneros alimentícios e que ainda exporta para outras regiões do Brasil e para o estrangeiro ²⁵.

Estes ganhos não ficaram despercebidos para o Governo Federal. O Território adquiriu maior status político transformando-se em Estado, e antes de que este câmbio administrativo se realizasse, o General Figueiredo visitou a área levantando a meta final de assentamento de 25 mil famílias e distribuindo vários títulos de propriedade, sobretudo em Ouro Preto.

Entretanto, não é apenas a atuação do INCRA que está em jogo mas a política global de colonização como política de desenvolvimento. Nessa condição e a partir de dois de seus pressupostos básicos é que este trabalho pretende avaliá-la. Trata-se de conferir, por um lado, até que ponto ela conseguiu satisfazer a demanda de terras e melhorar as condições de vida dos colonos e por outro, até que ponto como política global destinada a reduzir os desequilíbrios regionais, ela transformou a área de Rondônia em assimiladora de mão-de-obra e produtora de gêneros alimentícios para neutralizar o excedente relativo da mão-de-obra e a escassez na produção de alimentos que existiam em outras regiões.

²⁵ As condições do solo em Rondônia são de qualidade bem melhor que as das outras áreas que circundam a Transamazônica, tal como se explica no anexo 2.

TABELA 2

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA — RONDÔNIA — 1979

PROJETOS	PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA					
	Área total (ha)	Número de famílias assentadas			Títulos de terras distribuídos	
		Até 1978	Esperado 1979	Objetivo final	Até 1978	Esperado 1979
TOTAL.....	2 565 440	16 482	3 485	23 438	7 007	4 948
Ouro Preto.....	512 585	4 414	719	5 133	2 932	876
Gy-Paraná.....	486 137	3 922	834	4 756	1 294	1 000
Paulo de Assis Ribeiro.....	293 580	2 463	511	2 974	712	1 568
Adolpho Rohl.....	413 552	2 247	500	4 341	1 131	340
Sidney Girão.....	60 000	485	15	500	383	90
Marechal Dutra.....	494 661	2 220	703	4 520	397	673
Burareiro.....	304 925	731	203	1 214	158	401

FONTE — Martine, George. Colonization in Rondônia and the reproduction of conditions prevailing in older areas.

4 — RONDÔNIA: OBJETIVOS DA POLÍTICA E RESULTADOS CONSEGUIDOS

Para satisfazer a demanda de terras, as iniciativas de colonização acarretam em geral uma onda de migração espontânea que surge como consequência do nível de demanda não-satisfeita existente no País ²⁶. De acordo com os dados da tabela 2, existiam em 1978 aproximadamente 16.500 famílias assentadas. O custo médio de assentamento por família era de US\$ 12,000. Ao mesmo tempo, pelo menos duas vezes o número de famílias assentadas aguardava um lote ²⁷.

²⁶ O conceito de necessidade insatisfeita é de difícil operacionalização. Seguindo a sugestão de Martine, uma maneira de abordá-lo seria considerar o excedente estrutural de população rural formado pelos trabalhadores agrícolas sem terras e por uma parcela de pequenos produtores rurais. Na medida em que as áreas urbanas diminuem sua capacidade de geração de oportunidades de emprego para o excedente rural, a alternativa que se apresenta para o curto prazo aos trabalhadores agrícolas sem terra é a migração para outras áreas rurais. O censo do INCRA de propriedades agrícolas registrou em 1972, 2,4 milhões de minifúndios (propriedades de tamanho menor que o indispensável para satisfazer às necessidades de uma família), 6,8 milhões de trabalhadores temporários e 1 milhão de trabalhadores permanentes. Supondo que esta população de trabalhadores tivesse 21 milhões de dependentes "... a população agrícola total de baixa renda constituída de pequenos agricultores e trabalhadores rurais situar-se-ia em torno de 39 milhões de pessoas em 1972 e 50 milhões em 1980" Martine, Migrações internas ...

A estimativa de 1980 tem obviamente, o subestimado a migração para as áreas urbanas como alternativa ainda sólida para a falta de oportunidades rurais de emprego, ou subestimado a população rural de renda mais baixa, visto que a população rural de 1980, tal como registrada no Censo, foi de 38,5 milhões. Mas, ainda que estas cifras estejam subestimadas, a direção do argumento permaneceu válida.

²⁷ Martine, George. Migrações internas ...

Por esse motivo, ainda que reconhecendo as enormes realizações do INCRA ao conceder terras em Rondônia, em comparação com as iniciativas prévias, a população atendida fica bem abaixo da clientela, mesmo desconsiderando a necessidade insatisfeita ao nível do Brasil para se ater aos dados locais. Por sua vez, o fato de que o INCRA não tenha condições de agir mais rapidamente em Rondônia ou na Amazônia, não se refere à falta de terras para subdividir, mas à falta de recursos — humanos e financeiros — para atingir as metas de assentamento ²⁸.

A questão das condições de vida dos colonos é especificamente tratada no terceiro trabalho desta série. Entretanto é importante enfatizar neste momento pelo menos dois componentes deste tema: o título definitivo de propriedade da terra e a melhoria das condições de vida dos colonos com respeito às que eles gozavam previamente à migração.

O fato de possuir um título definitivo de propriedade da terra é decisivo não apenas como meta, em si mesmo, mas, também, como porta de acesso aos mecanismos institucionais de que o sistema dispõe, tais como, o crédito e a assistência técnica. No entanto, a propriedade da terra não é um atributo individual com as mesmas características que, por exemplo, a educação. Após ser concedida, a propriedade pode ser perdida. A simples regulamentação de que os títulos de propriedade concedidos podem ser exclusivamente herdados, proibindo a subdivisão

TABELA 3

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR PERCENTUAL E RAZÕES DE CRESCIMENTO DO NÚMERO, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1970-1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS									
	Distribuição percentual					Razões de crescimento				
	1970		1975		1980		1970-1975		1975-1980	
	Esta-bele-cimento	Área	Esta-bele-cimento	Área	Esta-bele-cimento	Área	Esta-bele-cimento	Área	Esta-bele-cimento	Área
TOTAL (N = 100%).	7 082	(1) 1 631 640	25 483	(1) 3 082 052	48 371	(1) 5 223 631	3,60	1,89	1,90	1,70
Proprietário.....	25,36	26,22	64,88	71,02	36,82	37,54	9,20	5,12	1,08	0,90
Arrendatário.....	28,07	27,97	5,09	0,82	8,75	1,22	0,65	0,06	3,26	2,54
Parceiro.....	42,89	24,90	28,65	20,35	49,86	32,52	2,40	1,54	3,30	2,72
Administrador.....	3,68	20,91	1,38	7,81	4,57	28,72	1,35	0,70	6,26	6,24

FONTE — Censo Agropecuário Rondônia 1980. IBGE.

(1) Dados explícitos em ha.

²⁸ Seguindo a classificação da fertilidade do solo de Menezes, este foi mais longe e lançou uma proposta para avaliar as metas de retenção da população na região baseada na capacidade de aproveitamento do solo. Assim o total de solo fértil (31 milhões de ha) poderia ser convertido em 1.800.000 estabelecimentos rurais, o que para um tamanho médio de família rural de 5,2 membros, levaria à absorção de 9,4 milhões de pessoas. (Menezes).

e a venda da terra, não foi suficiente para configurar a situação da posse da terra em Rondônia como um modelo típico de agricultura familiar. Os dados da tabela 3 referem-se a esta questão.

No que se refere ao status do produtor a informação de 1970 mostra que a área de propriedades existentes nesse momento estava distribuída por igual entre as categorias de proprietários, arrendatários, posseiros e administradores. Quanto ao número de propriedades, a parte explorada por posseiros é maior que a de qualquer uma das outras categorias. Estes números representam o perfil da política de pré-colonização tendo sido radicalmente alterados em 1975. As propriedades diretamente exploradas pelos seus donos cresceram para representar 65% do número total e 71% da área total. As sob arrendamento experimentaram o declínio maior, seguido, em termos relativos, pela substancial diminuição das ocupadas por posseiros ²⁹.

Os dados do Censo Agrícola de 1980 mostram, contudo, uma inversão na tendência. Os estabelecimentos explorados diretamente pelos seus proprietários perderam para as outras categorias. Ainda que mantendo a maior parcela da área sob exploração, sua área absoluta ficou reduzida e seu número manteve-se constante. As terras exploradas por parceiros voltaram a crescer e as propriedades sob administração multiplicaram-se seis vezes tanto em número quanto em área.

Se as propriedades exploradas por seus donos são majoritariamente lotes de colonização e se as geridas por administradores se caracterizam por ter grande extensão, a inversão do perfil que se registra em 1980 poderia significar a diminuição da ênfase na colonização e a admissão de grandes estabelecimentos na área. No entanto, os dados sobre a distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos por grupos de área não são esclarecedores a este respeito ³⁰.

A ruptura com o sistema de posse de terra preexistente que a política de colonização representou, reflete-se na tabela 4. A intensidade de apropriação de terras favoreceu propriedades de menos de 200 hectares. Esta categoria representou, no ano de 1970, 70% do número total de estabelecimentos e 14% da área e transformou-se em 95% dos estabelecimentos e 51% da área em 1980. A composição interna da distribuição de estabelecimentos de menos de 200 hectares mudou, entretanto, no período 1975-80. A percentagem da área no grupo de 100-200 hectares diminuiu de 40 para 28% do total em favor dos menores tamanhos. Quanto aos de mais de 200 hectares, as mudanças se registraram na direção oposta, isto é, favorecendo os de tamanhos maiores. Mesmo assim, não há dúvida quanto a que os câmbios no status do produtor foram bem mais notórios que os operados na situação de distribuição das terras, em 1975.

Quanto às condições internas dos colonos um inquérito sobre seu papel sócio-econômico-demográfico, realizado em 1980, revelou altos níveis de satisfação. Como a tabela 5 mostra, estes níveis não são muito diferentes dos registrados em outras áreas de colonização dirigida. Em forma consistente, ao menos 80% dos colonos dos projetos de colonização dirigida responderam estar melhor nos projetos que nas situações

²⁹ De fato, o arrendamento e a administração como formas de exploração da terra foram os grandes perdedores nos primeiros anos de implantação da política. O arrendamento decresceu em termos absolutos tanto em número quanto na área das propriedades. As propriedades sob responsabilidade de administradores tiveram sua área reduzida em 30%.

³⁰ Conforme tabelas do Censo Agropecuário — 1980, v. 3 — IBGE.

TABELA 4

**ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR DISTRIBUIÇÃO
PERCENTUAL DO NÚMERO, SEGUNDO OS GRUPOS
DE ÁREAS — 1970-1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS					
	Número de estabelecimentos (%)			Área dos estabelecimentos (%)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
TOTAL (N = 100%).....	7 082	25 483	48 371	(1) 1 631 640	(1) 3 082 052	(1) 5 223 631
Menos de 10.....	8,0	19,1	25,1	0,2	0,6	1,0
10 a menos de 50.....	29,2	17,5	15,0	2,7	3,2	3,5
50 a menos de 100.....	10,9	10,6	25,9	2,9	6,7	18,5
100 a menos de 200.....	13,0	47,2	29,1	7,1	40,4	28,2
200 a menos de 500.....	36,8	2,6	3,2	44,4	5,8	7,8
500 a menos de 1 000.....	1,5	2,0	0,5	4,4	10,2	3,1
1 000 a menos de 5 000.....	1,2	1,0	1,1	11,0	15,6	19,1
5 000 a menos de 10 000....	0,1	0,0	0,0	3,9	1,1	2,6
10 000 e mais.....	0,2	0,0	0,1	23,4	16,4	16,2

FONTE — Censo Agropecuário. Rondônia 1980. IBGE.

(1) Dados explícitos em ha.

prévias. Os níveis de satisfação foram algo menores para os agregados³¹ dos projetos de Rondônia mas, na sua grande maioria, 90% estavam, pelo menos, igual como antes; o que revela que os colonos demonstravam uma atitude positiva na análise do custo/benefício de suas novas vidas.

TABELA 5

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL, SEGUNDO A
COMPARAÇÃO DE SUA SITUAÇÃO ATUAL COM PRÉVIA**

TIPO DE COLONOS, LOCAL DE PROCEDÊNCIA E RESIDÊNCIA E DATA DA PESQUISA	MELHOR QUE ANTES	IGUAL QUE ANTES	PIOR QUE ANTES
Colonos de Ouro Preto em Rondônia (1980)...	86	8	6
Agregados de Ouro Preto em Rondônia (1980) (1)	66	24	10
Colonos de Gy-Paraná em Rondônia (1980)....	89	8	3
Agregados de Gy-Paraná em Rondônia (1980) (1)	79	18	3
Do Nordeste e Minas Gerais através de São Paulo e Paraná em Mato Grosso e Rondônia (1971)	92	4	4
Do Nordeste e Minas Gerais em Goiás (1971)...	100	—	—
Do Nordeste oriental no Maranhão (1971)....	82	9	9
Do Nordeste no Pará e Amazonas (1971).....	80	20	—
De São Paulo, Paraná e Santa Catarina em Goiás, Mato Grosso e Rondônia (1971).....	100	—	—

FONTE — Pesquisa Sócio-Demográfica de Rondônia: 1980, e, Tavares, Varia Ponta *et. alii*. *Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica*.

(1) Agregados: grupo de pessoas, geralmente uma família, que mora em lote alheio, em troca do qual paga aluguel, parte da sua produção ou salário, para o proprietário que, na maioria das vezes, é parente do grupo.

³¹ Veja a definição na tabela 5.

Esta série de indicadores parece sugerir que internamente a política estava saindo bem. Um número significativo de títulos tinha sido distribuído entre os proprietários das terras, tinha-se verificado a apropriação de terras, tal como as metas da política requeriam, e a grande maioria dos colonos declarava estar melhor que antes. Os dados do Censo Agrícola de 1980 levantaram um sinal de alerta com respeito à necessidade de prosseguir no empenho, tal como planejado, a fim de garantir ao menos os títulos de propriedade das terras. O alto grau de satisfação expressado pelos colonos de projetos atualmente desativados é um outro sinal de alerta. Espera-se que a desilusão de ter que migrar para um outro lugar não atinja, também, os colonos de Rondônia.

Entretanto, isso não basta. Sabe-se que a demanda local de terras, em grande medida produto de onda espontânea de migrantes sem terras, representa um problema. As invasões e os conflitos aparecem logo que os mecanismos para assegurar a sobrevivência não são garantidos aos colonos. Soluções temporárias tais como a sobrevivência na condição de agregados clamam ao INCRA para que libere mais recursos para demarcar terras e assim acomodar mais gente.

Finalmente para avaliar as conseqüências da política de colonização em Rondônia, dentro do contexto brasileiro, apresentam-se alguns indicadores de sua relevância na produção de gêneros alimentícios e na absorção de mão-de-obra.

Arroz, feijão, mandioca e milho foram selecionados como componentes básicos da dieta brasileira. Estimaram-se para cada um destes produtos o valor unitário da produção e o valor do produto *per capita* durante os anos pré e pós-colonização. Esses resultados apresentam-se na tabela 6.

TABELA 6

VALOR UNITÁRIO DA PRODUÇÃO E VALOR PER CAPITA DA PRODUÇÃO DE ARROZ, FEIJÃO, MANDIOCA E MILHO NO BRASIL E NO BRASIL EXCETO RONDÔNIA: 1970 E 1980

INDICADORES ECONÔMICOS PARA GÊNEROS SELECIONADOS	1970		1980	
	Brasil	Brasil (exceto Rondônia)	Brasil	Brasil (exceto Rondônia)
VALOR UNITÁRIO DA PRODUÇÃO (1) (em Cr\$/T)				
Arroz.....	321,68	321,58	10 340,14	10 383,56
Feijão.....	741,03	740,89	43 219,90	43 316,68
Mandioca.....	76,25	75,94	4 021,21	3 692,76
Milho.....	165,08	165,07	6 461,28	6 454,54
QUANTIDADE PER CAPITA DA PRODUÇÃO (em kg)				
Arroz.....	57,3	57,2	67,6	66,9
Feijão.....	16,5	16,5	13,9	13,8
Mandioca.....	158,6	158,4	91,2	91,2
Milho.....	138,8	138,9	130,8	130,8

FONTE — As estimativas basearam-se nos dados brutos registrados em IBGE. *Censo Agropecuário, Brasil, 1970*. IBGE; *Censo Agropecuário, Rondônia, 1980*. IBGE. *Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário, Resultados Preliminares, Brasil, 1980*.

(1) O Valor Total da Produção está a preços correntes pois não achei necessário encontrar um deflator apropriado já que a comparação pretendeu destacar a diferenciação regional (Brasil com e sem Rondônia) em um momento dado, e não, examinar a tendência.

Os indicadores econômicos selecionados mostram que em 1970, para os gêneros selecionados, tanto o valor unitário quanto o valor *per capita* da produção não foram significativamente alterados pela exclusão da participação de Rondônia (as diferenças não atingem sequer os 0,5%). A implementação da colonização em Rondônia durante a década de 70 parece não ter alterado esse quadro com exceção da mandioca. Para este produto, sua inclusão aumentou o valor unitário da produção em 8,9%, enquanto que para os outros gêneros as diferenças permaneceram inferiores a 0,5%.

Por outro lado, os dados sobre absorção de mão-de-obra são mais animadores, tal como revela a tabela 7. O ritmo de crescimento de Rondônia foi maior que o brasileiro, tanto para o total quanto para a população empregada na agricultura. A diferença entre os dois acentua-se na década de 70 visto que a taxa de crescimento da população total declina no Brasil e aumenta em Rondônia como consequência da política de colonização, sendo a diferença entre as taxas do Brasil e Rondônia maior para a população empregada na agricultura. Para este último subgrupo os valores de Rondônia são elevados, para qualquer padrão, mesmo antes da colonização ter lugar³². Nos seguintes cinco anos, isto é, no período 1970-75 o emprego na agricultura cresceu a 38,3%, mais do dobro do crescimento das já altas taxas da população total (16%). A taxa para os cinco anos seguintes, 1975-80, reduziu-se em mais de um terço do valor prévio, apesar de manter um valor ainda significativo. Não fica claro, entretanto, se este declínio da absorção de mão-de-obra representa uma estabilização a um nível ainda alto, ou se se trata de uma mudança nas prioridades³³; mas o que é claro, é que o entusiasmo inicial foi-se reduzindo.

Avaliando os benefícios da política de colonização em Rondônia dentro do contexto brasileiro, a experiência parece não ter alterado o desempenho da produção dos produtos básicos. Contudo, como polí-

TABELA 7

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO PARA A POPULAÇÃO TOTAL E PARA A POPULAÇÃO EMPREGADA NA AGRICULTURA: 1970 E 1980

UNIDADES	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (em %)				
	População Total		População Empregada na Agricultura		
	1960/70	1970/80	1960/70	1970/75	1975/80
Rondônia.....	4,7	16,0	17,0	38,3	11,2
Brasil.....	2,9	2,5	1,2	3,0	0,7

FONTE — Martine, George. Transformações na agricultura e êxodo rural.

³² O valor de 17,1% da taxa de crescimento da população empregada na agricultura, no período 1960-70, está provavelmente relacionado com a descoberta da cassiterita na área.

³³ No ano de 1978, quando entrevistado pela imprensa sobre a necessidade de ampliar os projetos de colonização em Rondônia para acomodar os recém-chegados, o Secretário de Planejamento de Rondônia declarou "... Não podemos transformar o Território em um favelão de 100 ha. Precisamos da média e grande empresa para desenvolver o Território" (Ver *Movimento*).

tica de redistribuição de população, ela conseguiu sucesso ao incorporar, a altas taxas, a população nas atividades agrícolas e ao menos para os gêneros alimentícios referidos — arroz, feijão, mandioca e milho — para auto-sustentar o crescimento populacional experimentado na década.

5 — OBSERVAÇÕES FINAIS

A política de colonização dirigida no Brasil empreendida na Amazônia tem produzido resultados controvertidos. Informações aqui revisadas indicam que a ocupação das áreas próximas à Transamazônica pelo pequeno produtor não vingou, sendo a mesma substituída pela presença das grandes empresas agropecuárias na região. Já em Rondônia o panorama parece ser de maior complexidade.

Rondônia experimentou na década de 70 um crescimento populacional da ordem de 400%. Este crescimento foi predominantemente rural e esteve direta e indiretamente ligados aos projetos de colonização dirigida implantados na área. Diretamente, na medida em que atraiu para a área cerca de 25 mil colonos e suas famílias; indiretamente, na medida em que acenou com a possibilidade de obtenção e exploração da terra para pelo menos o dobro daquele número de migrantes espontâneos.

A comparação da atuação do INCRA com as experiências precedentes, revela que o esforço realizado nessa década não foi antes igualado. Apesar disso, devido à rapidez do processo de ocupação, este se concentrou na demarcação e titulação de lotes e em umas poucas obras de infra-estrutura básica. Fora isso, os colonos vêm sendo pouco assessorados pela máquina governamental nas suas atividades de plantio, colheita e principalmente comercialização da produção.

Na medida em que a produção dos colonos em Rondônia é parte voltada para o auto-consumo mas também gera um excedente, torna-se essencial criar os mecanismos que permitam que a apropriação desse excedente reverta em benefício deles mesmos, tendo em vista os próprios objetivos da colonização dirigida de transformar prévios agricultores sem terra em fazendeiros autônomos. Não há sinais de que tal esteja acontecendo, tal com indicamos nos trabalhos seguintes desse conjunto.

Se o Estado brasileiro não conseguir garantir as condições mínimas de auto-sustentação dos colonos na área, torna-se difícil entender os benefícios da política de colonização, já que pelos indicadores de produção e absorção de mão-de-obra, seu impacto no contexto brasileiro é reduzido. Nesse caso, cabe recordarmos as observações de O'Connor sobre a elaboração de políticas no âmbito do Estado capitalista autoritário. Para ele, na sociedade capitalista moderna, o governo autoritário cria, por um lado, as condições para a expansão do processo de acumulação de capital através de investimentos que viabilizam um aumento na produção do trabalho enquanto, ao mesmo tempo, reduzem os custos de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, o Governo atua para legitimar-se e perpetuar a estrutura de poder

existente através da elaboração de políticas e programas dirigidos aos estratos sócio-econômicos inferiores, buscando a reprodução de sua força de trabalho ao mesmo tempo que o alívio de tensões sociais ³⁴.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ASSIS, José Carlos de. *A Chave do Tesouro*, 6 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 2 — ———. & GASPARIAN, Fernando. *Os Mandarins da República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 3 — CARDOSO, Fernando & MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, : 158, 164, 181, 1977.
- 4 — CHALOULT, Norma Beatriz. Settlement along the Transamazon highway: planning and reality. In: Conference on the development of Amazônia on seven countries, Cambridge, England, Sept., : 2, 4, 1979.
- 5 — FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder — Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.
- 6 — POWERAKER, Joe. *The struggle for land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- 7 — GRAHAM, Douglas H. & BUARQUE de Hollanda, Sérgio. *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Seletive Analysis of the Historical Record*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, V. I, : 95, 1971.
- 8 — GRAHAM, Richard. *Britain & the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Nova York, Cambridge University Press, : 30, tabela 2, 1972.
- 9 — HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade et alii. *Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico da Região Centro-Oeste do Brasil — Demografia e Mão-de-Obra*. Brasília, Universidade de Brasília, 1978.
- 10 — IBGE. *Censo Agropecuário. Brasil*. 1970. Rio de Janeiro, : 197-8, 218, 224, 226, 228.
- 11 — ———. *Censo Agropecuário. Rondônia*. 1980, : 94, 96, 98, 100.
- 12 — ———. *Censo Agropecuário. Rondônia*. 1980. Rio de Janeiro, v. 2, t. 3, n. 2, 1983
- 13 — ———. *Censo Demográfico. Brasil*. Rio de Janeiro, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.
- 14 — ———. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. 1980. Rio de Janeiro, v. 1, t. 1, n. 1.: 10-1, tabela 6.
- 15 — ———. *Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário. Resultados Preliminares. Brasil*. 1980, : 59.
- 16 — INCRA. *Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores*. Brasília, 1971, mimeo.
- 17 — INPES/INCRA. *Migrações Internas e Pequena Produção Agrícola na Amazônia: Uma Análise de Política de Colonização do INCRA*. Rio de Janeiro, 1980, mimeo.
- 18 — IVO, Anete Brito Leal. Avanço do capitalismo e reprodução da força de trabalho na agricultura. In: *População, Educação e Emprego*. Salvador, Centro de Recursos Humanos, Universidade Federal da Bahia, : 232-3, 1982.
- 19 — JORNAL DE BRASÍLIA. 10 de dezembro de 1978.

³⁴ O, Connor, James. *USA. A Crise do Estado Capitalista*. Citado em Martine, George Colonization in Rondônia ...

- 20 — LIMA, J. T. Fluzza. O papel da SUCAM na prevenção e controle das doenças no contexto das migrações humanas. MS/SUCAM, 1981, mimeo.
- 21 — MALAN, Pedro Sampaio & BONELLI, Regis. Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Textos para Discussão Interna n. 6, 6, 67, 1983.
- 22 — MARTINE, George. Colonization in Rondônia and the Reproduction of conditions prevailing in older areas In: *Informal Technical Workshop on Migration Policies*, Geneva., 8-9, 26-27, 1979.
- 23 — ———. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1, Campos do Jordão, Anais: 51-58, 69-72, 80, 1978.
- 24 — ———. Transformação na agricultura e êxodo rural. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Vitória, out./1982, tabela 2.
- 25 — MENEZES, Mário Assis. O atual estágio de conhecimento sobre os recursos naturais da Amazônia: pressupostos para definição de uma política de ocupação. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2, Águas de São Pedro, Anais....: 11-80, 1980.
- 26 — MERRICK, Thomas W. Fertility and family planning in Brazil. *International Family Planning Perspectives*, 9(4), Dec.,: 110, 1983.
- 27 — ———. & GRAHAM, Douglas H. *Population and Economic Development in Brazil — 1800 to the Present*. Baltimore, Johns Hopkins University Press,: 126-28, 1979.
- 28 — MOVIMENTO. n. 180, 1978.
- 29 — NICHOLLS, William H. The agricultural frontier in modern Brazilian history: the state of Paraná, 1920-1965. — *Revista Brasileira de Economia*, 24(4): 75, out./dez. 1970.
- 30 — O'CONNOR, James. *USA. A Crise do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,: 21, 1977.
- 31 — PACHECO, Lenita Maria Turchi. Colonização dirigida: estratégia de acumulação e legitimação de um Estado autoritário. Brasília, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, tese de mestrado,: 26, agosto, 1979.
- 32 — PANAGIDES, Stahis & MAGALHAES, Vand Lange. Amazon economic policy & prospects. Trabalho apresentado ao XXIII Annual Latin American Conference on Man in Amazon.: 19, 1973, mimeo.
- 33 — REDWOOD III, John. Internal migration, urbanization and frontier Region development in Brazil since 1940. University of Colifornia, Berkeley, Urban and City Planning Department,: 160, 164, 179, 180, mimeo, Master of Arts, thesis, 970.
- 34 — SILVA, Golbery Couto e. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1955.
- 35 — STEFAN, Alfred. *Military in Politics*. Princeton, Princeton University Press, cap. 8, 1971.
36. SUCAN. II Plano de desenvolvimento da Amazônia: detalhamento do II plano nacional de desenvolvimento (1975-79). MINTER/SUDAM,: 19-20, abril, 1975.
37. TAVARES, Vania Porto et alii. *Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Relatórios de Pesquisas, 8,: 74, 76, 78, 123, tabelas 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, 1972.
38. VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Camponato*. São Paulo, DIFEL,: 155, 211, 1976.
- 39 — ———. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar,: 155, 1972.
- 40 — WOOD, Charles & SCHMINK, Marianne. Blaming the victim: small farmer production in an Amazon colonization project. In: Interclencia association symposia series on nutrition and agriculture: strategies for Latin American, Feb.,: 7-8, 1978.

Visão histórica da colonização pré-amazônica executada no Brasil

1.1 — Aspectos institucionais

Conceitua-se a colonização como um processo básico na constituição da sociedade; ela a retrata em movimento. Esta ampla conceituação inclui tanto a ocupação produtiva de uma área quanto o intercâmbio com o resto da sociedade.

As experiências de colonização, na sua forma moderna, correspondem ao povoamento que, abrangendo uma ampla variedade de atividades, é precedido pelo planejamento oficial ou privado. Neste caso o lucro é o objeto fundamental. Por sua vez, os esforços oficiais de colonização visam o cumprimento de exigências políticas. Exigências estas que são alternativamente apresentadas como motivos políticos, militares e econômicos — ocupação do Território Nacional, fim da migração ilegal e defesa da fronteira nacional — e motivos de justiça social — promoção do acesso às terras para oferecer melhores oportunidades de emprego.

O papel do Estado na supervisão dos esforços de colonização inicia-se cedo. Ao longo do século XIX ele visa o direcionamento da migração européia. Várias formas de estímulo foram dadas, principalmente nos Estados do Sul, para encorajar a criação de colônias agrícolas.

A primeira agência federal, criada em 1854 para tomar conta do assentamento e colonização, foi a Repartição Geral das Terras Públicas ¹.

¹ A sucessão histórica das várias agências de colonização brasileiras foi tirada de Tavares, Vania Porto *et alii*. *Colonização Dirigida no Brasil — Suas Possibilidades na Região Amazônica*.

Ela permaneceu durante duas décadas e foi substituída pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização, a qual teve importante atuação na organização dos assentamentos fundamentais para o desenvolvimento das plantações de café em São Paulo, no final do século XIX. Em 1909 foi criado o Serviço de Povoamento que conduziu no ano seguinte, para a Região Sul, o caudal migratório japonês cujo fluxo duraria uma década.

A década de 30 é o marco divisório na política de colonização brasileira visto que se dá um movimento que passa do interesse pela migração e assentamento de estrangeiros para a busca de caminhos que realoquem produtivamente os brasileiros dentro do Território Nacional. Em 1938 foi criado no Ministério da Agricultura a Divisão de Terras e Colonização para receber e assentar pequenos produtores rurais. Seu objetivo fundamental era a redução das tensões sociais nas áreas rurais já ocupadas e a extensão da fronteira agrícola. Em 1945, aos objetivos iniciais incorporaram-se outros de caráter social, como a melhoria das condições de vida do trabalhador rural através de serviços de saúde, de educação e de assistência técnica. No ano de 1954 este departamento transformou-se no Instituto Nacional de Imigração e Colonização, tentando redirecionar a migração interna, sendo dissolvido em 1962 quando a Superintendência de Política Agrária é criada como parte do Ministério da Agricultura.

Esta sucessão de agências oficiais reflete a mudança de concepções à medida que a situação da posse da terra se torna assunto de controvérsia nacional. Agregam-se, outrossim, mudanças demográficas relevantes. O ano de 1959 marca um abrupto câmbio na dinâmica demográfica na medida em que o sucesso no controle de mortalidade, combinado com a prevalência de altos níveis de fecundidade provocam índices de crescimento sem par. A tabela 1.1 reproduz esses índices diferenciados segundo a população urbana e rural. A aceleração do crescimento vegetativo representou uma forma de pressão populacional sobre os meios de produção. Nas áreas urbanas o debate culminou com as primeiras leis trabalhistas no marco do populismo. Nas áreas rurais, a demanda por terras pressionou na direção de uma reforma agrária².

Sob a pressão das ligas de trabalhadores rurais demandando a divisão das terras e em face das ameaças concretas de invasão de propriedades, o Estado decide pela realização de uma reforma agrária. Foi redigido o Estatuto da Terra, colocando-se a questão como tema de debate nacional, e no contexto de outras reformas³.

² De acordo com os Censos Agrícolas durante o período 1950/1970, a população economicamente ativa no Nordeste, trabalhando em propriedades rurais de menos de 10 hectares, mostra um forte aumento. Durante a primeira metade do período, isto é, entre 1950-1960, a força de trabalho em propriedades de menos de 5 hectares cresceu 121,2% e em propriedades de 5 a 10 hectares, 54,4%. Estas duas categorias superam longe o aumento da força de trabalho em todos os outros grupos de áreas. Este comportamento se mantém no período 1960/1970 ainda que com incrementos menores. Quanto às propriedades de mais de 10 hectares a força de trabalho diminuiu. À medida que estas mudanças na força de trabalho eram operadas, registrava-se uma redução no tamanho médio das propriedades. De fato, o tamanho médio em 1970 é a metade do que era em 1940. Ainda que esta redução tenha-se alastrado a todos os grupos de áreas, independentemente do tamanho do estabelecimento, foi bem maior nas propriedades de menos de 10 hectares, as quais tiveram seu tamanho médio reduzido em 40%.

³ Esta série de reformas passou à história como o pacote conhecido como "Reformas de Base". Estas reformas abrangiam: a terra, os bancos, a administração pública, os impostos e o voto.

TABELA 1.1

**TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E
RURAL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1940-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1940/1950		1950/1960		1960/1970		1970/1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
BRASIL.....	3,84	1,58	5,47	1,63	5,15	0,65	4,48	-0,61
Acre.....	10,61	9,71	8,36	5,62	6,98	3,45	14,74	16,74
Alagoas.....	4,17	3,64	4,80	3,05	5,94	2,24	8,41	0,84
Amapá.....	2,77	1,22	5,70	2,50	5,50	1,37	7,82	0,50
Amazonas.....	14,14	3,67	9,50	2,59	3,49	3,52	10,72	3,17
Pará.....	3,09	1,11	4,95	2,28	5,10	2,34	5,08	4,52
Paraná.....	20,78	-1,93	9,80	3,57	6,07	4,63	5,25	3,21
Pernambuco.....	3,98	2,23	5,04	4,56	5,58	1,03	5,32	2,14
Piauí.....	3,22	2,35	5,74	0,98	6,53	1,98	5,20	0,83
Poente de Deus.....	3,65	2,24	5,17	0,94	4,88	1,93	4,74	-0,40
Rio Grande do Norte.....	4,44	1,69	5,54	0,11	5,61	1,77	4,27	-0,36
Roraima.....	3,90	1,24	4,48	0,42	3,71	0,85	3,80	-0,43
Sergipe.....	4,01	1,60	4,75	0,23	4,42	0,48	3,05	-0,01
São Paulo.....	2,26	1,11	4,10	0,44	4,14	1,35	4,48	0,54
Santa Catarina.....	—	—	9,11	—	-0,58	—	0,23	—
São Paulo.....	2,12	1,57	3,74	0,55	3,60	0,54	4,09	0,76
Sergipe.....	2,92	1,86	5,24	0,87	4,19	1,29	4,21	0,87
São Paulo.....	3,21	0,74	5,59	0,94	4,52	-1,10	4,06	-2,07
São Paulo.....	2,35	1,83	7,31	2,56	6,18	-0,47	6,07	-1,82
São Paulo.....	4,37	-0,89	4,56	0,96	4,22	-2,48	2,78	-1,63
São Paulo.....	4,25	0,76	5,43	1,09	5,88	-3,09	4,54	-2,04
São Paulo.....	5,74	5,44	9,66	1,38	6,73	4,13	6,01	-3,32
Santa Catarina.....	3,64	2,62	6,72	1,94	6,18	1,37	5,68	-1,15
Rio Grande do Sul.....	3,23	1,84	5,57	0,91	4,00	0,43	4,05	-2,07
Mato Grosso do Sul.....	3,51	2,16	7,86	5,59	6,63	5,01	7,40	-1,90
Mato Grosso.....	2,80	0,21	6,61	3,47	6,89	5,99	10,88	2,81
Goiás.....	5,63	3,54	9,32	3,41	7,79	2,46	6,88	-1,50
Distrito Federal.....	—	—	—	—	19,31	-8,46	8,31	5,88

FONTE — Sinopse preliminar do Censo Demográfico. 1980. IBGE.

O Golpe militar de 1964 colocou ponto final a este debate, criando-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que estudaria a questão da reforma agrária e definiria as condições sob as quais tal reforma poderia ser promovida. Entretanto, nenhuma iniciativa foi tomada neste sentido e em 1970 o INCRA substituiu o IBRA. Sob a linha mestra de um equilíbrio entre o Estado e a iniciativa privada — nacional ou estrangeira — foi decidida a promoção de uma “modernização conservadora”. No setor primário, isto significou manter intacto o sistema de posse da terra vigente, o reforço e a expansão da agroindústria e a ocupação econômica das fronteiras agrícolas das Regiões Norte e Centro-Oeste.

A “nova” questão definiu-se aos olhos do Estado autoritário na colonização, crédito, preço mínimo e assistência técnica, isto é, na modernização e capitalização da agricultura a fim de aumentar a produtividade. Como Pacheco destaca: “a intervenção do Governo no setor agrícola é no sentido de garantir os privilégios da empresa privada, não apenas através da criação da infra-estrutura física que sua expan-

são requer e do estabelecimento do crédito e incentivos fiscais, mas também no controle das demandas do trabalho agrícola, consideradas como ameaça aos direitos da propriedade privada”⁴.

A atitude de *laissez faire* com respeito aos trabalhadores sem terras provou logo ser o germe de continuas dificuldades. A pressão sobre a terra nas áreas mais densamente povoadas do Sudeste e especialmente do Nordeste obrigou o Governo a um rápido redirecionamento de sua política. Assim, a colonização dirigida foi concebida como a solução rural para a pressão social no campo.

A direção desta mudança é clara no I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-74). Sua base é a integração nacional através da incorporação ao mercado das áreas não-ocupadas no Norte e Centro-Oeste. Esta integração não abrangeria apenas as áreas do norte e sul mas também as do leste e oeste unindo no final, os fatores abundantes em cada uma delas: trabalhadores não-qualificados do Nordeste a terras e recursos minerais do Oeste. O instrumento básico desta política foi o PIN. Visando redirecionar os caudais migratórios iniciou-se com a construção de estradas federais no Norte e Centro-Oeste a fim de unir “terras sem homens a homens sem terra”. A seguir, um programa de colonização dirigida foi estabelecido ao longo da Transamazônica.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-78) reforçou e acelerou a ocupação da fronteira agrícola. Mantendo os objetivos iniciais de modernização agrícola e de ocupação de novas fronteiras foram concebidas medidas para melhorar a comercialização e o armazenamento no Centro-Sul, criar canais de transporte entre as regiões e conceder incentivos fiscais e financeiros para a instalação das agroindústrias nas novas fronteiras.

A política de incentivo fiscal, um instrumento básico no novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, vem mostrando resultados surpreendentes na atração de investimentos privados. Muitas empresas são hoje proprietárias, na Amazônia, de vastas extensões⁵. No entanto, estes projetos pouco têm feito para a geração de emprego na região, tendo agido como expulsores tanto da população indígena como das frentes de ocupação⁶.

⁴ Pacheco, Lenita Maria Turchi. *Colonização dirigida: estratégia de acumulação e legitimação de um estado autoritário*.

⁵ Algumas das companhias que operam na área são: Jarl Floi tal Agropecuária Ltda., que pertenceu a Daniel Ludwig com uma área oficialmente declarada de 1.008.000 hectares (talvez 3,5 milhões de ha); a Liquifarm Agropecuária Suiá Missu S.A. (propriedade do grupo italiano Liquigás) cobrindo 678 mil hectares; o grupo alemão Bruynzeel Madeiras S.A. e a North-American Georgia Pacific Co. detentores cada um de 500 mil hectares; a Madeiras Gerais da Amazônia S.A. que pertence a North-American Robin Hollie Me. Glohn, com 400 mil hectares; o grupo japonês Toyomenka com 300 mil hectares; a Volkswagen Cia. Vale do Rio Cristalino que possui 220 mil hectares; a Swift-King Ranch que pertence ao Grupo Canadian Brascan e à North-American King Ranch, com 140 mil hectares. Encontram-se também propriedades da Nestlé, Good Year, Bordon, Anderson-Clayton, Camargo-Correira, Bradesco, Villares e assim por diante. O total da área ultrapassa os 4,5 milhões de hectares, mais vasta que a de vários países da Europa.

Os dados acima são de Ivo, Anete Brito Leal. *Avanço do capitalismo e reprodução da força de trabalho na agricultura. In: População, Educação, Emprego*.

⁶ Cardoso e Müller têm documentado o escasso uso da força de trabalho permanente pelas novas empresas da Amazônia. Aquelas beneficiadas pelos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por exemplo, absorveram apenas 15 mil trabalhadores, no entanto o planejado era em torno de 80 mil. Veja Cardoso, Fernando Henrique & Müller, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*.

O Conselho Indigenista Missionário (CIM) e a Igreja Católica vêm denunciando constantemente a invasão das terras indígenas pelas grandes empresas. Veja, *Jornal de Brasília*.

1.2 — Experiências passadas e presentes

Num intento de classificar os movimentos contemporâneos de expansão das fronteiras no Brasil, Merrick e Graham⁷, categorizam quatro tipos diferentes de padrões de expansão na recente história brasileira: o da fazenda cafeicultora paulista; o da nova fronteira cafeicultora paranaense; a marcha para o oeste e o da política de colonização dirigida na Amazônia.

Cronologicamente, o primeiro padrão é o da fazenda cafeicultora paulista, ocorrido entre 1885 e 1930. Ela se desenvolve em São Paulo a partir da expansão do café que gerou o grande fluxo imigratório estrangeiro do século XIX e a primeira ocupação definitiva da Região Sudeste do País. No entanto, mais importante que isso é que ela representou o salto para o início da modernização no Brasil. Várias mudanças testemunham isto. A construção das estradas de ferro multiplicou-se mais de quatro vezes durante este período⁸, sob o impulso provocado pelo surto de uma nova colheita comercial: o café. Vastas propriedades tornaram-se produtivas enquanto que as de tamanho médio dedicaram-se à agricultura de subsistência. Os cafeicultores representavam um grupo de origem variado: pequenos e grandes proprietários assim como comerciantes. Eles se dedicaram por inteiro as suas terras, investiram nelas, tomaram dinheiro emprestado e pela primeira vez na história brasileira, a terra foi considerada como capital.

Esta nova estrutura de produção teve conseqüências que foram além da estrutura de uso e posse da terra e dos meios de transporte. As crescentes exportações forneceram condições favoráveis ao aumento dos centros urbanos e a toda uma série de operações financeiras. Como Redwood coloca: “a exportação de café ajudou a prover do capital e do sistema financeiro que serviriam depois de incentivo à industrialização de São Paulo, enquanto que o sistema férreo e as estradas que conectavam as regiões de crescimento do café com a cidade de São Paulo e o porto de Santos proviram a importante infra-estrutura que mais tarde seria usada para o transporte de matérias-primas para a cidade e facilitaria a saída dos produtos manufaturados”⁹.

Assim que as exportações de café declinaram, os proprietários das terras mudaram a direção do processo de desenvolvimento. Eles intensificaram a migração urbana através da demissão dos trabalhadores das fazendas, sendo os pioneiros nas iniciativas do desenvolvimento industrial.

O segundo padrão de expansão da fronteira, estabelecido como a nova fronteira do café, subsistiu entre 1940 e 1960 e esteve localizado no Paraná. Além de ter o café como a colheita básica de comercialização, tal como a cafeicultura paulista, foi também, no início, incentivado pelos interesses privados. Entretanto, difere substancialmente do padrão paulista pela base do seu planejamento.

⁷ Merrick, Thomas W. & Graham, Douglas H. Population and economic development in Brazil — 1800 to the present.

⁸ Graham, Richard. *Britain & The Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*.

⁹ Redwood III, John. Internal migration, urbanization and frontier region development in Brazil since 1940.

A fixação na área foi iniciativa de uma companhia inglesa que comprou 12.643 km² no norte do Paraná para subdividi-los em pequenas parcelas. O planejamento incluiu a venda das parcelas, a implantação da agricultura diversificada e a construção de uma infra-estrutura básica sustentada pelas cidades, estradas e a conexão férrea com a cidade de São Paulo. Esta bem sucedida empresa, que foi vendida a capitalistas brasileiros em 1944, é claramente descrita por Nicholl's: "Em geral, os lotes rurais foram delineados de acordo com um plano no qual cada fazenda seria uma unidade independente com atividades variadas. Desde a serra — que as principais linhas de transporte acompanhavam — as pendentes menos geladas, das vertentes mais elevadas, foram reservadas para o café; as terras mais baixas ficaram para as culturas de subsistência e pastagens, com acesso a uma fonte de água, além de uma área residual prevista de pomar e jardim. Vasta propaganda foi utilizada para atrair colonos, aos primeiros dos quais foi oferecido transporte de graça com a promessa da total propriedade da terra no espaço de quatro anos e ainda alguma assistência técnica e financeira. Visto que foi necessário primeiro limpar a floresta, a atividade econômica inicial foi a exploração da madeira, seguida da plantação de café, cana-de-açúcar, cereais e outras culturas. A produção de animais domésticos desenvolveu-se também rapidamente, em particular a de suínos, nas pequenas fazendas e a pecuária nas excelentes pastagens plantadas nas grandes fazendas, muitas das quais estavam fincadas em terras menos adequadas quanto a solo e topografia para a produção cafeeira"¹⁰.

Independentemente do bem traçado e diversificado plano, o sucesso do empreendimento como um todo esteve diretamente vinculado ao surto prévio que as áreas vizinhas do Rio e São Paulo tinham experimentado. Elas constituíam mercados para os gêneros alimentícios e forneciam a infra-estrutura necessária e os mecanismos financeiros para crédito, comércio e transporte.

O crescimento populacional e econômico que sobreveio na área não tem precedente na história do Brasil. O Paraná tornou-se o local de destino de fluxos migratórios tanto para áreas urbanas como rurais. O sistema de posse da terra que foi implantado acomodou muitos trabalhadores rurais durante muitos anos sendo apenas nos anos 70, através de mudanças no uso da terra, que o Paraná expeliu com severidade sua força de trabalho rural, como pode ser visto na tabela 1.1.

Nos anos 60, o controle do Estado sobre o processo de desenvolvimento ganha notável intensidade e neste novo marco delineia-se uma série de políticas no setor primário. A fundação de Brasília, a abertura de colossais estradas que conectam várias regiões do País, como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Porto Velho e a Transamazônica, conduzidas sob o rótulo da "segurança nacional", a "ocupação dos espaços vazios" e a "união dos homens sem terra com as terras sem homens", são alguns exemplos.

Com este impulso a fronteira agrícola se expandiu e começou a incorporar milhões de acres de novas terras em direção ao oeste. Não existindo exigências quanto à cultura comercial inicial, a extração de madeira e a agricultura de subsistência prevaleceram nos primeiros

¹⁰ Nicholls, William H. *The agricultural frontier in modern Brazilian history: the state of Paraná, 1920-1965*. Citado em Redwood.

estágios, à medida que os trabalhadores rurais, atraídos pela disponibilidade de terras, entravam na região. A provisão pelo Governo Federal de uma infra-estrutura rodoviária ofereceria às matérias-primas que brotavam na fronteira o canal para a comercialização com os mercados urbanos do Sudeste.

A ocupação de Goiás e Mato Grosso teve respectivamente os componentes urbano e rural. A de Goiás está diretamente vinculada à construção de Brasília e ao crescimento conseqüente de Goiânia e Anápolis, cidades intermédias vizinhas. O componente rural estava já presente na promissora área da Microrregião de "Mato Grosso" de Goiás ainda antes da construção de Brasília. A florescente agricultura baseada no arroz, milho, feijão e café, que existia desde os anos 40, foi dado novo vigor. Quanto ao sul de Goiás, ele também ganha importância através da produção de arroz e da pecuária.

Enquanto que na ocupação de Goiás o componente urbano teve maior peso, o crescimento rural foi mais rápido no Mato Grosso (veja os dados da Tabela 1.1). Neste, a ocupação espontânea e a colonização privada foram os motores da produção agrícola, especialmente na metade norte do Estado. A pecuária e a produção de soja em terras privadas, compradas pelos sulistas a preços mais baratos que no Sul, beneficiaram-se dos incentivos fiscais e foram responsáveis pelo padrão desigual de concentração de terra na metade sul do Estado ¹¹.

O movimento do Centro-Oeste difere da ocupação da fronteira de São Paulo e Paraná em aspectos cruciais. O Governo mudou de uma postura de estabelecimento de regras para um papel mais ativo na produção de incentivos e da infra-estrutura rodoviária. Em segundo lugar, a ocupação urbana esteve desde o começo associada com a ocupação rural, isto é, os mercados de gêneros alimentícios existiam desde o início. Finalmente, a origem tanto social quanto geográfica dos imigrantes das três frentes foi também diferente. Enquanto mais dos três quintos dos migrantes que o Paraná recebeu chegaram das mais ricas áreas do sul de São Paulo trazendo junto algum capital, aproximadamente quatro quintos dos que recebeu o Centro-Oeste eram trabalhadores rurais despossuídos vindos das áreas mais pobres do Norte e Nordeste ¹². Como Graham e Buarque colocam: "O que sobressai neste contraste é que de um modo geral os migrantes foram atraídos para o Paraná pelas oportunidades econômicas promissoras e empurrados para o interior de Goiás devido à superprodução rural, desemprego e às secas no Nordeste. Visto que os migrantes que respondem a fatores de atração constituem invariavelmente uma provisão de capital humano bem mais promissora que aqueles que se mudam devido a fatores de expulsão, o Paraná beneficiou-se mais da qualidade seletiva dos seus migrantes do que Goiás. Enquanto o Paraná foi e é uma extensão da próspera economia paulista, Goiás é uma extensão das economias menos prósperas do Este e Nordeste" ¹³.

¹¹ A atividade das companhias privadas de colonização e suas ligações com o Governo do Estado e as agências federais de desenvolvimento regional tem boa cobertura em *Geografia do Brasil — Região Centro-Oeste*.

¹² Na frente paulista imigrantes estrangeiros tiveram relevante papel. Na frente do Paraná 33% eram naturais de São Paulo, 22% de Minas Gerais, 14% do Rio Grande do Sul, 12% de Santa Catarina e 6% da Bahia. A situação do Centro-Oeste foi: 35% naturais de Minas Gerais, 16% de São Paulo, 13% da Bahia, 8% do Maranhão, 5% do Ceará e 16% de outros Estados do Norte e Nordeste. Dados citados em Redwood, op. cit.

¹³ Graham, Douglas H. & Buarque de Holanda, Sérgio. *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record*.

ANEXO 2

DISTRIBUIÇÃO DOS SOLOS POR ESTADOS E TERRITÓRIOS DA REGIÃO NORTE, SEGUNDO A CATEGORIA DO SOLO

CATEGORIA DO SOLO	DISTRIBUIÇÃO DOS SOLOS POR ESTADOS E TERRITÓRIOS								
	Acre			Amazonas			Pará		
	Área (km²)	Composição percentual		Área (km²)	Composição percentual		Área (km²)	Composição percentual	
		Estado	Região		Estado	Região		Estado	Região
TOTAL.....	152 589,00	100,00	—	1 584 445,00	100,00	—	1 248 042,00	100,00	—
1.....	—	—	—	1 765,51	0,11	4,52	6 418,13	0,51	16,42
2.....	70 941,69	46,50	67,12	29 435,33	1,88	27,86	797,38	0,06	0,75
3.....	3 993,20	2,61	1,50	41 700,27	2,66	15,58	209 682,37	16,80	78,31
4.....	15 464,98	10,13	5,04	206 481,27	13,20	67,27	57 695,73	4,62	18,79
5.....	20 271,52	13,29	2,37	344 484,67	22,02	40,23	298 636,36	23,93	34,38
6.....	—	—	—	7 898,61	0,51	11,83	20 215,05	1,62	30,29
Outras (1).....	46 917,61	27,47	2,16	932 679,34	59,62	48,17	654 596,98	52,46	33,81

CATEGORIA DO SOLO	DISTRIBUIÇÃO DOS SOLOS POR ESTADOS E TERRITÓRIOS								
	Amapá			Rondônia			Roraima		
	Área (km²)	Composição percentual		Área (km²)	Composição percentual		Área (km²)	Composição percentual	
		Estado	Região		Estado	Região		Estado	Região
TOTAL.....	140 276,00	100,00	—	243 044,00	100,00	—	230 104,00	100,00	—
1.....	—	—	—	30 890,89	12,71	79,00	23,01	0,01	0,06
2.....	—	—	—	4 326,18	1,78	4,09	184,08	0,08	0,18
3.....	—	—	—	12 346,64	5,08	4,61	—	—	—
4.....	14 402,87	10,27	4,69	7 510,06	3,09	2,45	5 407,45	2,35	1,76
5.....	69 340,38	49,43	8,10	81 322,52	33,46	9,50	42 132,04	18,31	4,92
6.....	8 664,67	6,18	12,98	8 214,89	3,38	12,31	21 744,83	9,45	32,59
Outras (1).....	47 868,08	34,12	2,47	98 432,82	40,50	5,08	160 612,59	69,80	8,30

FONTE — MENEZES, Mario Assis. O Atual Estágio de Conhecimento sobre os Recursos Naturais da Amazônia: Pressuposto para Definição de uma Política de Ocupação.

NOTA — Segundo a classificação de Menezes, a capacidade natural do solo que permite culturas varia entre 1 e 6, sendo 1 a categoria de maior fertilidade. Rondônia ultrapassa longe as condições encontradas nos outros Estados da Amazônia.

(1) Terras indígenas áreas urbanas e terras sob as águas.

Ainda que real, a afirmação de Douglas e Graham é enganosa, dado que omite outros fatores fundamentais na determinação dos locais de destino dos migrantes que desempenharam um importante papel na natureza das diversas ocupações de fronteira. Os migrantes para São Paulo e Paraná, além de hábeis agricultores receberam incontestavelmente recursos para a sobrevivência via a exploração da terra. Do início ao fim da experiência eles estiveram sujeitos a facilidades de crédito, assistência técnica, sendo-lhes garantido o direito à propriedade da terra. Os migrantes para o Centro-Oeste, apesar de serem atraídos para a área “espontaneamente” através das novas estradas, receberam empregos temporários e não tiveram, na sua maioria, garantias legais quanto à posse das terras¹⁴. Este esclarecimento é fundamental no exame da ocupação da fronteira Amazônica.

RESUMO

Este artigo faz parte de um conjunto de três que se destinam a avaliar a política de colonização dirigida em Rondônia em algumas de suas dimensões constituintes. Aqui ela é avaliada na sua dimensão de política social; em um segundo artigo considera-se o seu impacto na dinâmica demográfica da área; finalmente, no terceiro artigo, pondera-se a sua eficiência enquanto mecanismo que busca transformar os trabalhadores que aí chegam em agricultores independentes.

As preocupações neste artigo centram-se em torno de esclarecer a base política que orientou a formulação da política de colonização dirigida, assim como de, comparando-a com experiências anteriores, apresentar o que, a nosso juízo, constitui-se nos seus acertos e erros. Se por um lado, o INCRA distribuiu em Rondônia um número significativo de lotes, este número aparece como irrisório frente ao número de trabalhadores sem terra existente no Brasil. Além disso, a produção agrícola em Rondônia ainda não alcançou um volume que permita modificar a produção *per capita* brasileira, para alimentos básicos.

Caso o Estado brasileiro não consiga garantir as condições mínimas de auto-sustentação dos colonos na área, assim como criar os mecanismos que permitam que a apropriação do excedente por eles produzido reverta em seu próprio benefício, a política de colonização terá representado apenas uma forma a mais de expansão do processo de acumulação de capital através de um aumento na produção de trabalho com uma paralela diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho.

SUMMARY

This article is part of a three-article set aiming to evaluate the directed colonization policy in Rondônia in some of its implicit dimensions. Herein the policy is looked upon in its social policy dimension; a second article deals with the policy impact on the demographic dynamics in the area; finally, a third article analyzes the policy efficiency in its ability to transform agricultural workers into autonomous farmers.

Central concerns in this article are to clarify the political basis that oriented the implantation of the directed colonization policy as well as, through the comparison of this experience with previous ones, to establish its gains and shortcomings. If, on the one hand, INCRA distributed in Rondônia a significant number of plots, this number is irrelevant when faced with the existing number of landless workers in Brazil. Moreover, the agricultural production in Rondônia has not reached yet a volume large enough to modify the per capita production of basic foodstuffs.

If the Brazilian Government does not commit itself to guarantee the minimum conditions of settlers' selfsustenance in the area, as well as to create the mechanisms that would enable them to appropriate the surplus they produce, the colonization policy would have become one additional form of capital accumulation through an increase in work production with a parallel reduction of the costs of reproduction of labor.

¹⁴ Segundo os dados dos Censos Agrícolas de 1960 e 1970 o número médio de pessoas empregadas por grupos de estabelecimentos por área diminuiu durante o período. Controlando pela idade dos trabalhadores o declínio foi maior nos homens menores de 14 anos. Controlando segundo a categoria do trabalhador os empregados tiveram um declínio mais agudo que os trabalhadores familiares. Para mais detalhes veja, Henriques, Maria Helena Fernandes de Trindade *et alii*. *Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico da Região Centro-Oeste do Brasil — Demografia e Mão-de-obra*.

O impacto desigual da modernização da agricultura no oeste do Paraná

Adma Hamman de Figueiredo *
Olíndina Vianna Mesquita *
Solange Tietzmann Silva *

SUMÁRIO

- 1 — Características da evolução do espaço agrário
- 2 — O papel das instituições ligadas à agricultura no processo de modernização
- 3 — As desigualdades associadas à fase inicial do processo de modernização
- 4 — O espaço agrário atual: uma análise da inserção diferenciada dos produtores na nova ordem econômica
 - 4.1 — Características básicas da organização produtiva
 - 4.2 — A mediação entre as diretrizes da política econômica do Estado e a realização da produção
 - 4.3 — Os segmentos diferenciados de produtores, no contexto da atual estrutura de produção
 - 4.4 — A problemática na organização da produção
- 5 — Uma discussão acerca das novas tendências na organização da produção

Bibliografia

Fonte de dados

Anexo 1 — Esquema de amostragem

Anexo 2 — Pesquisa sobre modernização da agricultura no Extremo Oeste Paranaense

* As autoras, geógrafas da Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia do IBGE, contaram, nesta pesquisa, com a participação de Denise Viviane Bacharach, no desenho do esquema de amostragem e na pesquisa direta, e de Edna Oliveira Barreto e Elcy Teixeira de Assis e Silva, na elaboração de tabelas e de ilustrações.

Esta pesquisa insere-se num contexto de compreensão da organização atual do espaço agrário nacional, no qual algumas áreas emergiram como centro de uma problemática mais ampla, qual seja a do processo de modernização acelerado que marcou a década de 70. Numa perspectiva de entendimento desse processo, em escala regional, foi selecionado, como campo de investigação, o Oeste Paranaense que se constitui num dos espaços do País mais intensamente submetidos a transformações na base técnica da produção. A escolha dessa região respaldou-se em estudo anterior¹, elaborado a partir de dados censitários agropecuários que, ao focalizar as formas básicas de crescimento da agricultura no País, no período 1970-1975, apontou o Oeste Paranaense como uma das regiões de mais acentuada mudança nas características técnico-produtivas, acompanhada de expansão do espaço agrário.

Nesse contexto derivou-se o interesse de, por um lado, aprofundar o conhecimento das interações que envolvem os produtores rurais e as instituições ligadas à agricultura e, por outro, enriquecer a compreensão dos mecanismos de sobrevivência da pequena produção em face da desarticulação de uma organização produtiva em grande medida sob seu controle e à implantação de uma estrutura de produção cuja direção lhe escapa.

Com vistas a fornecer um quadro de referência da agricultura do Oeste Paranaense², foram trabalhados alguns dados censitários concernentes ao agregado regional que deixam entrever o caráter das transformações verificadas e alguns dos problemas a elas associados.

Numa perspectiva de circunscrever o âmbito e a natureza da pesquisa, algumas considerações foram efetuadas sobre o papel das instituições ligadas à agricultura no processo de modernização, buscando cobrir alguns dos aspectos relevantes das relações dos produtores com as instituições que passam a comandar, segundo as diretrizes do Estado, a realização regional da produção.

Dado o interesse em resgatar especificidades da fase inicial do processo de modernização, buscou-se captar alguns elementos indicativos do impacto desigual desse processo, analisando, com base em dados censitários, as diferenciações tanto em termos espaciais, quanto em termos do tamanho das unidades produtivas, utilizando dados a nível municipal referidos a seis estratos fundiários característicos da estrutura produtiva regional.

Num outro momento, a partir de informações coletadas em pesquisa direta, junto a produtores rurais e às instituições locais, foi possível focalizar questões substantivas ligadas à inserção diferenciada dos produtores na estrutura produtiva difundida, na década de 70, em torno de um produto essencialmente mercantil — a soja. A análise efetuou-se, por um lado, em torno das relações entre o acesso desigual, por parte dos produtores, aos meios de produção e os vínculos estabelecidos com as instituições e, por outro lado, na consideração da forma pela qual esses últimos passam a se constituir num fator adicio-

¹ Esse estudo — Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75 — efetuado na Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia do IBGE, encontra-se publicado na Revista Brasileira de Geografia, Ano 44, n.º 1.

² O Oeste Paranaense aqui referido corresponde à unidade de observação constituída pela Microrregião Homogênea do Extremo Oeste Paranaense, segundo a Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas — 1968 — IBGE.

nal de aprofundamento das desigualdades sócio-econômica. Tal análise privilegiou também a questão da compatibilização da unidade familiar de produção com a prática de um cultivo altamente comercial e monopolizador dos espaços produtivos, ao qual se associou o emprego de meios modernos de produção. De outra parte, por ser o Oeste Paranaense uma região de dominância de pequenos produtores, foram ainda enfocados aspectos da heterogeneidade interna à categoria pequena produção e as condições concretas de sobrevivência dos pequenos produtores na atual organização produtiva.

Finalmente, foram discutidas algumas tendências que se delineiam nessa organização produtiva em face dos questionamentos da situação real em que se encontram os produtores para a realização de uma produção vinculada a uma divisão territorial do trabalho de âmbito mundial, o que torna a evolução do sistema produtivo regional subordinado a decisões transnacionais.

1 — CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

Constituindo-se em um espaço em transformação acentuada de seu quadro demográfico, o Estado do Paraná apresentou, na década passada, marcantes disparidades regionais no que se refere à dinâmica populacional. Se, por um lado, a região metropolitana de Curitiba apresentou, no contexto nacional, o maior incremento relativo da população (75,66%), assim como a mais alta taxa média geométrica de crescimento anual (5,8%), no período 1970-80, por outro lado, praticamente todo o norte do Estado, e parte do Oeste apresentaram decréscimos em sua população total³. Tais decréscimos vincularam-se à evasão de população rural, fenômeno bastante generalizado nessa década, no Estado, embora não se tenha, em muitas áreas, refletido em perdas no contingente populacional total, em razão do aumento da população urbana. Dada a abrangência do fenômeno, cabe uma referência ao contexto no qual está inserido, uma vez que se vincula a um modelo de crescimento da agricultura que vem privilegiando a expansão de cultivos de alto valor comercial, associada a profundas mudanças na base técnica do processo produtivo. A reestruturação fundiária e as modificações na composição e no nível de absorção de mão-de-obra, ligadas à reorganização do espaço agrário, conduziram ao esvaziamento das áreas rurais.

Esse processo de transformação foi de tal forma intensificado, ao longo da década de 70, que, em certas áreas, subverteu tendências que vinham sendo anteriormente verificadas na organização do espaço agrário. O Oeste do Paraná⁴ constitui, nesse sentido, um dos exemplos mais expressivos de área que, submetida ao impacto de pro-

³ Esses decréscimos foram de tal ordem que posicionaram o Estado do Paraná, na década de 70, como aquele de mais baixa taxa média geométrica de crescimento anual de população residente (0,96%), contrastando com a tendência verificada nas décadas anteriores, quando o Estado se colocou entre os de mais elevadas taxas no País (5,61% na década de 40, 7,16% na de 50 e 4,97% na de 60).

⁴ O Oeste do Paraná aqui referido corresponde à unidade de observação constituída pela Microrregião Homogênea do Extremo Oeste Paranaense (Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas — 1968 — IBGE).

funda mudança na organização produtiva, teve alterado o seu comportamento demográfico.

Embora a exploração econômica do Oeste do Paraná tenha se iniciado efetivamente na década de 40, com a concessão de grandes glebas de terras devolutas no Estado a companhias colonizadoras com sede no Rio Grande do Sul, somente na década de 60 ocorreu a ocupação mais ativa da área, com a entrada maciça de migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de colonos europeus, nela reproduzindo a policultura colonial das áreas de procedência. Com efeito, a região em estudo constituiu-se, nessa década, numa ativa fronteira agrícola absorvedora do excedente de população das antigas áreas de colonização, tendo seu efetivo demográfico passado de 135.677, em 1960, a 752.846 habitantes em 1970, o que a qualificou como área de atração populacional⁵.

O caráter rural desse crescimento fica evidenciado, não só pelo fato de, em 1970, 80,17% do contingente demográfico terem se concentrado no campo mas, também, pelo significativo aumento do número e área dos estabelecimentos rurais na década de 60. De fato, o número de estabelecimentos praticamente sextuplicou, passando de 13.985 a 82.570, de 1960 a 1970, o que revela ser o Oeste do Paraná, a esta época, uma fronteira de acesso à terra e não simplesmente uma área de incorporação extensiva de espaços à atividade agropecuária. A esse aumento do número de estabelecimentos correspondeu um acentuado crescimento da área dos estabelecimentos, uma vez que os 995.701 hectares incorporados, de 1960 a 1970, representam praticamente um terço do aumento do espaço agropecuário paranaense, como parte de um processo mais amplo de crescimento horizontal da agricultura brasileira.

A expansão do espaço agrário verificada no Oeste do Paraná centrou-se na ampliação das áreas agrícolas, tendo a superfície em lavou- ras apresentado um crescimento de 525.076 hectares, respondendo pela elevação da participação desse uso da terra na área dos estabelecimentos, de 21,5 a 40,7%, de 1960 a 1970⁶.

O sistema produtivo dessa região organizou-se em moldes coloniais, com base na policultura de produto anuais — centrada no milho, feijão e trigo — e na suinocultura. Esta última atividade apresentou um forte impulso⁷, por ter sua matéria-prima processada localmente, desde a primeira metade da década de 60, significando uma incipiente manifestação de vínculo mais estreito entre a agricultura e a indústria. Tal vinculação entre estes setores virá marcar, de modo acentuado, a evolução subsequente da organização produtiva dessa região.

A malha fundiária integrante do sistema produtivo policultura-criação de suínos era caracterizada pela predominância, no início da década, do módulo colonial — 25 hectares — o que é revelado pela maior proporção de estabelecimentos (42,6%) na categoria censitária de 20 a 50 hectares. Esta proporção foi sensivelmente reduzida, ao longo da década de 60, concomitantemente ao aumento da participação dos

⁵ Segundo os dados do Censo Demográfico de 1970, 76,39% dos habitantes do Oeste do Paraná eram não naturais dos municípios que o integram.

⁶ A área em lavoura quintuplicou, de 1960 a 1970, passando de 133.433 a 658.509 hectares, tendo este aumento representado 41,1% do crescimento da área agrícola do Estado.

⁷ O efetivo do rebanho suíno quadruplicou na década de 60, com o acréscimo de 1.088.561 cabeças.

estabelecimentos de 2 a 20 hectares, indicando a fragmentação da terra por herança, reproduzindo um processo que, na área de procedência dos colonos, constituiu-se em motivo ponderável na decisão de migrar. Por outro lado, essa fragmentação verificou-se, também, nos estabelecimentos de dimensões superiores a 50 hectares, como resultado da ação colonizadora, uma vez exaurido o potencial madeireiro que sustentava a atividade de serrarias implantadas na fase inicial de ocupação da região.

Alterações no quadro fundiário consubstanciadas no decréscimo da participação do número de pequenos estabelecimentos e no aumento da área das grandes unidades de exploração e indicativas de um processo de concentração fundiária, foram verificadas durante a década de 70, ao mesmo tempo em que se registravam mudanças profundas na organização produtiva do Oeste do Paraná.

Tais mudanças vincularam-se à reorganização do espaço como decorrência das novas diretrizes da política econômica nacional, estabelecidas no final da década de 60⁷, notadamente daquelas relacionadas ao fortalecimento da empresa rural e à expansão da produção para o mercado externo. Neste contexto, a agricultura regional apresenta uma articulação crescente com os demais setores de atividade, tornando as suas relações cada vez mais dependentes das decisões, a nível nacional e transnacional, redefinindo-se, dessa forma, o seu papel na nova divisão territorial do trabalho.

No âmbito dessa nova ordem econômica é que se explica o extraordinário avanço do cultivo da soja, não somente sobre áreas ainda não integradas ao processo produtivo, como também sobre aquelas ocupadas com cultivos alimentares para o mercado interno. Nesse avanço, a área ocupada pela soja quadruplicou, de 1970 a 1975, passando de 151.494 a 582.243 hectares, o que conferiu ao Oeste do Paraná a posição de área concentradora do crescimento da superfície cultivada com soja, uma vez que ele deteve 35,3% do aumento dessa superfície no Paraná, na primeira metade da década de 70⁸.

Acompanhando a evolução do cultivo da soja, verificou-se, no mesmo período, considerável aumento da área tritícola, de 41.555 a 226.755 hectares, uma vez que o trigo, por ser um cultivo de inverno, sucede-se à lavoura da soja, utilizando a mesma área de plantio e o mesmo equipamento técnico empregado no cultivo desta leguminosa. Ao contrário do trigo, os demais cultivos coloniais dominantes na dé-

⁷ Desde meados da década de 60, os planos e programas governamentais Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), Metas e Bases para a Ação do Governo (MEBAG) apontaram, cada vez mais, em suas linhas gerais de política econômica, no sentido do favorecimento da expansão do capitalismo no País. No que diz respeito especificamente à agricultura, a ênfase se colocava na concessão de estímulos que conduzissem à transformação da agricultura tradicional em agricultura modernizada, guiada pela perspectiva de que a falta de eficiência da produção agrícola e da infra-estrutura essencial à realização da produção constituía-se em obstáculo à aceleração do crescimento econômico nacional. Nesse contexto é que se inseriram os incentivos à agricultura de exportação para a qual foi canalizada grande parte dos recursos oficiais postos à disposição dos produtores rurais.

⁸ O ritmo de expansão da superfície com soja manteve-se acentuado, no Oeste do Paraná, até o ano de 1980, quando sua área colhida atingiu 871.468 hectares, conforme os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) — IBGE. De acordo com essa mesma fonte, 2.410.800 hectares constituíam-se na área colhida do Estado do Paraná, o segundo produtor no País, só ultrapassado pelo Rio Grande do Sul com 5.987.502 hectares nesse ano. Cabe observar que os dados censitários e os da PAM não são perfeitamente comparáveis, uma vez que são distintas as metodologias de obtenção dos dados.

cada anterior — milho e feijão tiveram suas áreas de produção em declínio entre 1970 e 1975 ¹⁰.

A essas alterações na utilização da terra correspondeu uma profunda mudança na base técnica do processo produtivo, na medida em que o emprego da tração animal, uma das características da organização colonial de produção foi substituído pelo uso da força mecânica. Um dos indicadores mais expressivos da mecanização das atividades agrárias é representado pela relação entre o número de tratores e a área dos estabelecimentos. Tal relação se eleva de 1,1 tratores por 1.000 hectares, em 1970, a 8,5 em 1980. Outro indicador ilustrativo do emprego de força mecânica é constituído pela razão produtor/trator que passa de 49 a 5, no período 1970-80, sugerindo o ritmo acelerado da difusão ¹¹ desse item de modernização no Oeste do Paraná, região que concentrou, aproximadamente 1/5 do aumento do número de tratores no Estado, na década de 70.

O uso crescente de insumos modernos, de origem industrial, constituiu-se em outra característica marcante do novo sistema produtivo. Isto pode ser constatado através da elevação da despesa com insumos agrícolas por unidade de área, de Cr\$ 20,08 a Cr\$ 314,16 por hectare ¹², o que situou a região, em 1975, acima da média estadual de gastos com insumos: Cr\$ 164,50 por hectare. Por outro lado, na suinocultura, também se registrou acréscimo nas despesas com insumos por unidade de suíno, tendo os gastos com rações e com medicamentos passado, respectivamente, de Cr\$ 70,14 a Cr\$ 75,01 e de Cr\$ 8,45 a Cr\$ 16,68, no período 1970-75. Esse acréscimo vincula-se ao processo de modernização das técnicas de criação, intensificado nesse período através da passagem de uma suinocultura praticada em moldes extensivos e comum à maioria dos produtores, para uma criação confinada, com tendência a ser praticada por menor número de produtores especializados e subordinados à indústria regional de processamento da matéria-prima ¹³.

Se a intensificação do processo produtivo verificada na área se constituiu numa das características marcantes da evolução da agricultura do Oeste do Paraná, na década de 70, a expansão horizontal representou, também, um componente importante dessa evolução. Tal expansão se deu tanto pela ampliação da área produtiva, quanto pela incorporação dos espaços remanescentes, após a fase ativa de avanço da fronteira agrícola na década anterior. Com efeito, enquanto a área ocupada com lavoura apresentou um crescimento de 540.090 hectares ¹⁴, a área dos estabelecimentos registrou um aumento de 254.502 hectares, no decênio 70/80 ¹⁵, indicando ter sido significativa a expansão da área produtiva no interior dos estabelecimentos pré-existentes.

¹⁰ A área cultivada com milho decresceu de 395.583 a 329.297 hectares, enquanto a de feijão diminuiu de 108.828 a 85.715 hectares na primeira metade da década de 70.

¹¹ Esse ritmo apresentou-se diferenciado no decorrer do decênio 70-80, tendo sido mais intenso no primeiro quinquênio, coincidindo com o forte impulso de expansão da lavoura.

¹² Foi utilizado o inflator baseado no índice Geral de Preços (conceito disponibilidade interna), coluna 2, base 1965/67 = 100. Fundação Getúlio Vargas.

¹³ No âmbito desse processo ocorreu uma redução do efetivo do rebanho que passou de 1.406.275, em 1970, a 1.179.126 cabeças em 1975.

¹⁴ Esse crescimento da área em lavoura concentrou-se, basicamente, no primeiro quinquênio da década, uma vez que nele, 429.231 hectares foram incorporados à superfície agrícola.

¹⁵ Com tal aumento, a incorporação de novas terras parece ter atingido o seu limite, uma vez que, no ano de 1980, 92,6% da superfície do Oeste do Paraná encontravam-se ocupados com estabelecimentos rurais.

A forma de crescimento da agricultura no Oeste do Paraná, associando modernização e expansão espacial, foi viabilizada através de um conjunto de ações institucionais implementadoras das medidas de política econômica, que direcionaram a evolução recente da agricultura brasileira. Nesse sentido, ressalta na região a atuação do crédito rural, do cooperativismo e da assistência técnica nas transformações da sua organização produtiva, consubstanciadas na passagem da policultura colonial com excedentes para o mercado interno, para o binômio soja-trigo, inserido no moderno complexo agroindustrial.

Com efeito, tal passagem, implicando em uma profunda mudança na base técnica do processo produtivo, exigiu um elevado nível de investimento incompatível com os recursos financeiros da maior parte dos produtores, o que os tornou dependentes do crédito bancário.

Na distribuição espacial dos recursos creditícios, colocados à disposição dos produtores, fica evidenciado o caráter seletivo da política creditícia, uma vez que o incentivo aos cultivos de exportação, ao canalizar para a soja grande parte desses recursos, concentrou no Oeste do Paraná não só expressiva proporção dos financiamentos concedidos pelo Estado no início da década de 70, como também a maioria dos produtores que passaram, nessa época, a recorrer ao crédito rural para se inserirem na nova organização produtiva.

De fato, o Oeste do Paraná que, em 1970, detinha 8,9% do valor dos financiamentos concedidos no Estado, concentrou, em 1975, após a extraordinária expansão do cultivo da soja, 20,3% do montante dos recursos creditícios estaduais. Além disso, cabe ressaltar que, dos 13.672 produtores que passaram a depender do crédito bancário no primeiro quinquênio da década de 70, 9,225 localizavam-se no Oeste do Paraná, que deteve, assim, 67,5% dos recém-ingressados no sistema bancário.

Por outro lado, outro indicador da dependência do processo produtivo ao crédito bancário é representado pela participação do montante do crédito no valor da produção, que nessa região elevou-se de 10,7%, em 1970, a 27,9% em 1975. Tal elevação, significando um grau crescente de ingerência das instituições na realização da produção, deixa clara a tendência ao enfraquecimento do comando do produtor sobre sua unidade produtiva.

Paralelamente à necessidade de recursos ao crédito com vistas à adoção de elementos de modernização, ampliou-se a influência do serviço de assistência técnica e extensão rural no sentido de implementar uma política agrícola de opção pelo crescimento da agricultura assimilado à modernização do processo produtivo. Desse modo, as novas exigências implícitas na mudança da base técnica, conduzem à criação de mais um vínculo dos produtores com organizações externas à sua unidade produtiva, que passam a influir no próprio processo de trabalho.

A cooperativa aparece como outra instituição à qual se vincularam os produtores do Oeste do Paraná, como forma de viabilizarem a mudança na base técnica imposta pelo novo sistema produtivo. A multiplicidade de funções da cooperativa, entre as quais sobressaem as de repasse do crédito bancário, de fornecimento de insumos e de agente de comercialização da produção, responde pelo aumento de adesão dos produtores ao sistema cooperativista, uma vez que ele se lhes afigura como uma estratégia que permite a sua reprodução, enquanto pequenos produtores dentro da organização produtiva atual.

Assim, no primeiro quinquênio da década de 70, com a crescente importância da lavoura da soja, a proporção de produtores associados a cooperativas no número total de produtores elevou-se, significativamente, passando de 3,3 a 14%, de 1970 a 1975. A concentração da produção da soja numa região de dominância de pequenos produtores, como o Oeste do Paraná, fez com que a adesão ao sistema cooperativista tenha sido de tal ordem, a ponto dessa região deter, já em 1975, 36,9% do número de produtores filiados a cooperativas agrícolas no Paraná.

Paralelamente à intensificação do processo de vinculação dos produtores às instituições que efetuam a mediação entre as diretrizes do Estado e a realização da produção, concretizaram-se ações oficiais, a nível local, através da melhoria crescente das condições de acessibilidade, articulando o Oeste do Paraná com os grandes mercados nacionais e internacionais e favorecendo, desta forma, a expansão do cultivo da soja. Neste contexto de transformação, verificou-se uma acelerada valorização das terras que realimentou a intensificação de seu uso, respondeu pelo aumento do nível de aproveitamento das terras¹⁶, e conduziu a uma intensa especulação fundiária, sendo esta última, em parte, responsável pela extraordinária elevação do preço do hectare¹⁷.

Associado às pronunciadas transformações verificadas nessa região, ao longo da década de 70, ocorreu um movimento de evasão da população rural expresso através dos dados do Censo Demográfico, que registraram um decréscimo de 127.104 pessoas, correspondendo a uma perda relativa de 21,1% do contingente rural, que passou de 603.569, em 1970, a 476.465 habitantes em 1980.

Vale ressaltar a rapidez com que se processou a mudança no comportamento demográfico do Oeste do Paraná, que, de região de atração populacional, sobretudo para a área rural, na década de 60, passa à condição de região de perda de população rural na década seguinte¹⁸. Tal rapidez pode ser considerada como contrapartida da mudança acelerada que se processou na organização produtiva no período 1970-80, e que teve como uma de suas características a redução do número de unidades de produção. Com efeito, nesse período, ocorreu um decréscimo de 7.181 estabelecimentos¹⁹, observando-se no decorrer dessa década uma reversão de tendência, uma vez que a magnitude do crescimento, verificada no primeiro quinquênio, foi ultrapassada pelo montante de decréscimo registrado no quinquênio subsequente²⁰.

¹⁶ Segundo dados censitários, a percentagem da área produtiva (área de lavoura, pasto e mata plantada) na área dos estabelecimentos elevou-se de 57,5 a 78,2% na primeira metade da década de 70. Embora para o ano de 1980 só esteja disponível o dado de área em lavoura, pode-se supor que, na segunda metade da década de 70, o nível e aproveitamento da terra tenha apresentado tendência a atingir seu limite máximo, uma vez que somente a área em lavoura já alcançou, no ano de 1980, 64% da área total dos estabelecimentos.

¹⁷ O cálculo do preço do hectare foi baseado nos dados censitários referentes ao valor dos bens em terras e à área dos estabelecimentos. Aplicado o inflator mencionado na nota de rodapé 12 aos dados de 1970, os preços encontrados para o hectare de terra foram: Cr\$ 1.982,60 em 1970, e Cr\$ 11.604,80 em 1975.

¹⁸ A diminuição de população rural é verificada, também, a nível do agregado estadual, uma vez que, no Paraná, registrou-se um decréscimo de 1.278.158 habitantes na área rural, tendo o Oeste do Paraná contribuído com 9,9% desse decréscimo.

¹⁹ Esse decréscimo corresponde a uma redução relativa de 8,7% no número de estabelecimentos.

²⁰ Do decréscimo de 15.744 estabelecimentos verificado no período 1975-1980, 34,4% devem-se às desapropriações efetuadas, a partir de 1978, para a construção da hidrelétrica de Itaipu no rio Paraná.

A diminuição ocorrida no número de estabelecimentos restringiu-se, essencialmente, àqueles de menos de 100 hectares, que tiveram também reduzida a sua participação na área total dos estabelecimentos ²¹. Paralelamente, os estabelecimentos de mais de 100 hectares expandiram sua participação, na superfície total dos estabelecimentos do Oeste do Paraná, denunciando um processo de concentração fundiária em curso na região. ²².

A reorganização do processo produtivo implicou, também, a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra na atividade agrária, redução essa cujo comportamento assemelha-se, em parte, ao verificado na estrutura fundiária. Assim, nos primeiros cinco anos da década de 70, quando se registrou grande expansão tanto da área produtiva, quanto da área dos estabelecimentos, com o avanço da lavoura da soja, houve acréscimo no contingente de pessoas ocupadas na agricultura. No entanto, à medida que se consolidava o processo de concentração fundiária, e que se acentuava o emprego de técnicas poupadoras de mão-de-obra, reduziam-se, de forma marcante, as oportunidades de trabalho no campo, na segunda metade da década de 70. Em termos quantitativos, a reversão e tendência, verificada quanto à absorção da mão-de-obra no último decênio, pode ser expressa pelo acréscimo de 61.192 pessoas ao total de trabalhadores na agricultura, no primeiro quinquênio, e pela perda de 85.407 pessoas no quinquênio subsequente ²³.

A redefinição da organização produtiva com seus componentes de redução de acesso à terra, e de redução da absorção de mão-de-obra, conduziu à formação de fluxos migratórios ²⁴, inicialmente constituídos, em sua maioria, por produtores sem terra. Desses fluxos passaram a participar, na segunda metade da década de 70, produtores proprietários que foram, de início, preservados no processo seletivo de eliminação daqueles agricultores com reduzidas condições de integração à estrutura de produção comandada pela soja.

A necessidade de reproduzir a unidade familiar de produção, conduziu à constituição de correntes migratórias para áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e da Amazônia, onde era possível o acesso à terra, dada a sua menor valorização. Nesse sentido, ocorreu, também, a migração de colonos para as áreas vizinhas do Paraguai, onde grandes extensões de terras de fertilidade, semelhantes às do Oeste Paranaense, permaneciam inexploradas.

Cabe assinalar que parte dos fluxos migratórios canalizou-se para os centros urbanos locais, respondendo, de certo modo, pelo seu acelerado crescimento. Com efeito, ao longo da década de 70, a população urbana se elevou de 149.227 a 484.461 habitantes, contribuindo para a formação de uma nova estrutura demográfica, uma vez que, com a

²¹ Segundo dados censitários, os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram sua participação reduzida no número e na área dos estabelecimentos do Oeste do Paraná. Quanto ao número, sua participação decresceu de 98,3 a 96,9%, e quanto à área de 70,8 a 60,2% de 1970 a 1980.

²² Os estabelecimentos de área superior a 100 hectares tiveram sua participação ampliada de 29,2 a 39,8% de 1970 a 1980, na área total dos estabelecimentos. Cabe ressaltar que, nesse último ano, esses estabelecimentos representavam apenas 3,1% do número total de estabelecimentos.

²³ No decorrer da década de 70 houve uma redução de 24.215 pessoas no total da mão-de-obra, o que, em termos relativos, significou um decréscimo de 7,8% no contingente de pessoal ocupado que, em 1980, atingia 285.157 pessoas.

²⁴ Vale ressaltar que esses fluxos foram reforçados, na segunda metade da década de 70, com a participação de produtores indenizados pela Itaipu Binacional.

elevação acentuada do grau de urbanização verificada na região ²⁵, o contingente urbano que, em 1970, representava 19,8% da população total passou a constituir 49,6% em 1980.

A desestruturação, num período de tempo relativamente curto, do sistema policultura-suinocultura, delineando um novo sistema produtivo atrelado a injunções nacionais e transnacionais, coloca o Oeste do Paraná como região de interesse para um estudo do processo de modernização do campo, uma vez que se trata de um dos espaços do País mais intensamente submetido a transformações na base técnica da produção. Nesse sentido, torna-se pertinente aprofundar o entendimento do processo de modernização por meio da compreensão das articulações entre os produtores e as instituições que, a nível local, funcionam como mediadoras entre as diretrizes de política do Estado e a realização da produção.

Tal entendimento constituir-se-á em uma contribuição ao estudo da organização atual do espaço nacional no que diz respeito àquelas regiões estruturalmente semelhantes ao Oeste do Paraná e que, analogamente a ele, foram envolvidas em um processo de modernização decorrente de medidas de política agrária implementadas na última década.

Ao se operar esse processo, a intermediação efetuada pelas instituições apresenta-se marcadamente diferenciada, conformando-se à própria heterogeneidade sócio-econômica dos produtores. Neste contexto, deriva-se, por um lado, a validade de identificar novos fatores de diferenciação entre os produtores, fatores esses representados pelos vínculos com as instituições e que se encontram freqüentemente encobertos pela aparente homogeneização do espaço agrário, advinda da nova ordem econômica, estabelecida na década de 70. Por outro lado, torna-se relevante compreender as estratégias de sobrevivência da pequena produção, em face das transformações no processo produtivo ocorridas nessa década. Dentro dessa perspectiva, cabe também examinar a natureza das novas tendências que se delineiam na organização da produção regional, que visam superar os problemas inerentes à rígida estrutura de produção implantada no último decênio.

2 — O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES LIGADAS À AGRICULTURA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

A apreensão das características do processo de modernização da agricultura no Oeste do Paraná só pode ser feita no âmbito de uma análise da mediação efetuada pelas instituições representativas dos interesses do Estado, entre a realização da produção e as linhas gerais de política econômica ²⁶.

²⁵ Esta característica constitui-se numa reprodução, na região, de um aspecto marcante da evolução demográfica do Paraná, já que, a nível do agregado estadual, a população urbana passou de 36,1% da população total, a 58,6%, no decorrer da década de 70.

²⁶ No âmbito da pesquisa, o interesse centrou-se em instituições que tiveram papel inquestionável na mudança técnica processada na região, quer promovendo a difusão de itens modernos, quer favorecendo a drenagem de recursos financeiros essenciais à implantação da agricultura modernizada. Assim, a investigação circunscreveu-se às agências do Banco do Brasil, aos escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER — PR) e às cooperativas locais vinculadas à Cooperativa Central Regional Iguaçu (COTRIGUAÇU).

Com efeito, a partir de meados da década de 60, a agricultura passa a ter a sua expansão ditada, em grande medida, pela diretriz de exportação, com vistas à obtenção de divisas necessárias à amortização da crescente dívida externa do País, inserindo-se, cada vez mais, em um esquema de crescimento, comandado pelo padrão de acumulação industrial. A formação de um complexo agroindustrial, no qual tanto as indústrias de máquinas e de insumos modernos, quanto as de processamento da produção agropecuária, vinculadas preponderantemente ao capital transnacional, apresentam uma ingerência progressiva no processo produtivo, acabou por moldar as profundas transformações no espaço agrário nacional. Tais transformações, consubstanciadas, em grande medida, em mudanças na utilização da terra e nas características técnicas da produção, podem ser entendidas através da atuação do Estado, enquanto criador de condições gerais para a realização da produção na acepção mais ampla.

Nesse sentido, a política creditícia tornou-se um elemento fundamental na viabilização do processo de modernização da agricultura, uma vez que a implementação dessa política favoreceu o desenvolvimento dos diferentes componentes do complexo agroindustrial.

Uma vez que o alto nível de investimentos, exigido para a adoção de técnicas modernas, era incompatível com os recursos financeiros da maioria dos produtores rurais, sobretudo dos pequenos e médios, o Estado adotou uma política creditícia que destinava, ao setor agrícola, volumosos recursos financeiros, a juros altamente subsidiados, notadamente no final da década de 60 e começo dos anos de 1970, fase inicial de expansão de novas lavouras de exportação.

No entanto, o caráter seletivo a concessão do crédito evidenciou-se não só pela exigência, por parte da rede bancária, da propriedade da terra como garantia para obtenção do crédito de investimento, como, também, pela própria escala de produção, associada ao novo patamar técnico-econômico que necessariamente excluía os produtores com reduzido acesso à terra e cuja produção não apresentava caráter essencialmente mercantil.

A seletividade inerente à política creditícia acentuou, desse modo, as diferenças sócio-econômicas existentes entre os produtores, notadamente naquelas áreas estruturadas com base na pequena produção, como é o caso do Oeste Paranaense. Neste contexto, parte dos produtores não proprietários e/ou proprietários de estabelecimentos de dimensão reduzida viam limitadas as possibilidades de se vincularem à instituição bancária, única via capaz de lhes permitir o acesso aos modernos meios de produção.

A rápida passagem para uma agricultura moderna deveu-se não só à implementação da política creditícia mas, também, à atuação dos órgãos de assistência técnica que orientaram suas ações no sentido de difusão, entre os produtores rurais, do conhecimento dos itens modernos. Assim, a perspectiva do crédito orientado, conjugando o trabalho de instituições bancárias e de assistência técnica, dominou toda a condução do novo processo produtivo, centrado na lavoura da soja, cuja difusão se fez acompanhar de um pacote tecnológico específico, baseado no uso de máquinas e de insumos.

Conquanto a idéia de difundir inovações visando ao aumento da produção e da produtividade tenha sempre norteado a prática da assistência técnica institucional no País, essa prática se viu legitimada,

através da exigência, no âmbito do crédito orientado, de destinar parte do financiamento para custeio à aquisição de insumos modernos. Por outro lado, no contexto dessa política creditícia, a obrigatoriedade da elaboração de um projeto técnico para a obtenção do financiamento bancário ²⁷ acabou por circunscrever, praticamente, o papel da assistência técnica à elaboração desses projetos e à fiscalização de sua implementação nos estabelecimentos rurais, em detrimento de um apoio técnico sistemático ao produtor. No bojo da exigência de apresentação do projeto técnico para obtenção do financiamento agrícola, ocorreu a instalação de escritórios particulares de planejamento, voltados, basicamente, para esse fim, enquanto à rede oficial de assistência técnica coube manter, ao lado da elaboração desses projetos, uma ação mais abrangente com relação à prática da atividade agrária, embora restrita em termos da população assistida.

Se, no processo inicial de expansão de cultivos de exportação e de implantação de uma nova tecnologia, as instituições bancária e de assistência técnica foram os principais instrumentos viabilizadores da modernização, a elas se acrescentou, à medida que se consolidava a nova estrutura produtiva, uma outra instituição — a Cooperativa — que, embora já presente na região antes da difusão acelerada da modernização, teve grandemente diversificados e ampliados os seus níveis de atuação. Com efeito, ao concentrar as funções de repasse de crédito e de orientação técnica, além de outras também relativas à própria realização da produção, a Cooperativa abrangeu um segmento de pequenos produtores pouco atingido pela atuação das outras duas instituições.

Desse modo, numa região de dominância de pequenas unidades produtivas, a estrutura cooperativista constitui um elemento básico para a viabilização da organização produtiva, assentada na incorporação maciça de elementos de modernização e no crescimento da produção agrícola. De fato, ao repassar o crédito de custeio e colocar os insumos de origem industrial à disposição de produtores responsáveis, até mesmo, por estabelecimentos cujo patamar financeiro é freqüentemente incompatível com o pacote tecnológico difundido através da orientação técnica, a Cooperativa amplia o mercado consumidor para esses insumos. Por outro lado, enquanto instituição concentradora de uma produção atomizada permite conferir um caráter exclusivamente mercantil a essa produção, legitimando a manutenção do pequeno produtor, através da mediação, via comércio, que faz entre esse e o mercado monopolizado pelas grandes empresas capitalistas comercializadoras e/ou processadoras da produção.

A tendência crescente da cooperativa à verticalização, uma vez que se lança ao processamento da produção regional, notadamente através do esmagamento de grãos, vem reforçar a manutenção da pequena produção, visando a garantir um fornecimento contínuo e, até mesmo crescente, da matéria-prima. Essa diversificação das funções da cooperativa é parte de um contexto de fortalecimento do caráter empresarial dessa instituição, uma vez que a maioria de suas operações se centra na comercialização da soja, cuja produção, em seu sentido amplo, é um dos campos mais expressivos de internacionalização da economia.

²⁷ A circular n.º 706 do Banco Central do Brasil, de 16-06-1982, entre outras medidas visando à simplificação e à aceleração da concessão de crédito de custeio de lavouras amparadas pelo Valor Básico de Custeio (VBC), tornou desnecessária não só a obrigatoriedade da aplicação, por parte do produtor, de 15% desse crédito em insumos modernos e sementes certificadas, como também a apresentação de projeto técnico.

Essa tendência ao crescimento da cooperativa, enquanto empresa capitalista, torna cada vez mais flagrante a contradição existente entre filosofia e a prática cooperativista, a primeira baseada nos princípios de participação coletiva dos associados, com distribuição de benefícios, e a segunda que, atrelada à competição com o capital multinacional, acaba por conduzir a um distanciamento, cada vez maior, entre os pequenos produtores e o gerenciamento dessa instituição.

A mediação, efetuada por essas instituições entre a realização da produção regional e o Estado subsidiador do intenso processo de modernização, teve um impacto acentuado sobre a estrutura da pequena produção, dominante no Oeste do Paraná²⁸. Tal impacto, consubstanciado, fundamentalmente, em mudanças na natureza da produção e no processo de trabalho, vinculou-se à articulação crescente da agricultura regional com o setor dominante da economia e apresentou desdobramentos na forma de inserção do produtor nos sistemas de comercialização e de financiamento. Em decorrência da extensão e da profundidade dessas transformações, verificou-se uma acentuada valorização da terra que, associada a um processo de concentração fundiária, teve efeitos sobre as condições de acesso à terra e sobre o nível de emprego na agricultura, configurando uma situação de crise estrutural no âmbito da pequena produção.

Cabe, antes de mais nada, considerar que a expansão do cultivo da soja subverteu uma organização produtiva assentada tanto na policultura de produtos anuais com excedentes colocados no mercado, quanto na suinocultura, principal suporte econômico da produção dos pequenos agricultores descendentes de colonos europeus. Na medida em que tal processo produtivo era organizado pelo pequeno produtor, visando à subsistência da unidade familiar e à reprodução dos seus meios de produção, a maior parte dos quais gerada no interior do próprio estabelecimento, a pequena produção detinha uma relativa autonomia na condução do processo de trabalho, embora existisse uma situação de dependência em face do mercado, no que se refere à venda de seus produtos e à compra de alguns bens necessários à sua sobrevivência.

Dessa forma, se, ao nível da esfera produtiva, a pequena produção preservava sua independência, ao nível da esfera da circulação, configurava-se uma subordinação em relação aos pequenos comerciantes locais, que concentravam a produção atomizada e funcionavam como credores informais, uma vez que adiantavam, aos produtores, empréstimos ressarcidos por ocasião da safra agrícola. Outro modo de inserção no mercado se dava, informalmente, através da venda de suínos a intermediários que percorriam as "linhas coloniais", efetuando, em caminhão, o transporte da produção até os centros de comercialização de suínos.

A autonomia, a nível da esfera produtiva, passa pela questão do domínio do conhecimento das técnicas de produção, na medida em que a utilização tradicional de instrumentos de trabalho e de procedimentos de conservação da fertilidade do solo permitia, ao produtor, um controle do processo de trabalho. Os elementos fundamentais do processo

²⁸ Ainda em 1975 era observado o domínio da pequena produção, nessa região, através da elevada participação dos estabelecimentos de até 50 hectares no número total de estabelecimentos: 94,6%.

produtivo eram constituídos pelo emprego da tração animal e pelo sistema de rotação de terras; este último, que visa à recuperação da fertilidade natural do solo através do pousio da terra já se vinha mostrando inadequado em face do tamanho da propriedade colonial e em face do processo de subdivisão da terra por herança. Dados estes dois aspectos, o sistema de rotação de terras, conduzindo à perda progressiva da fertilidade do solo e à conseqüente redução nos níveis de produtividade agrícola, acabava por pressupor a existência de novas áreas de fronteira, capazes de absorver o excedente demográfico gerado por esse sistema.

A partir do início da década de 70, com a incorporação do Oeste do Paraná ao processo de expansão de lavouras de exportação, dentro de um contexto de internacionalização da economia, verificou-se a desarticulação crescente do sistema produtivo anterior que, não obstante, manteve alguns de seus elementos definidores, tais como o padrão fundiário e a mão-de-obra familiar.

As mudanças mais significativas consistiram na tendência à especialização da produção, utilizando tecnologia sofisticada, introduzida, na região, via estratégia de diversas instituições concretizadoras das decisões do Estado quanto ao processo de modernização da agricultura. Cabe observar que tais instituições, freqüentemente, constituíram-se, em si mesmas, parte do processo de mudança verificado na região e a vinculação a elas efetuada pela pequena produção significou, para esta, um recurso para sua reprodução, segundo os novos padrões técnico-econômicos.

A suposta incompatibilidade entre a pequena propriedade e a aplicação da ciência à produção não se verificou no Oeste do Paraná, uma vez que, ao contrário, o padrão fundiário predominante favoreceu o desenvolvimento do complexo agroindustrial, na região, ao aumentar a demanda pelos modernos meios de produção, o que não ocorreria, de forma tão intensa, em uma estrutura fundiária concentrada. Na verdade, a influência das instituições na difusão das técnicas agrícolas conduziu a um superequipamento e a uma insumização excessiva do processo de trabalho nas unidades produtivas, contribuindo, dessa forma, para a acumulação do capital no setor dominante da economia.

A rápida transformação operada na base técnica do processo produtivo acabou por levar o pequeno produtor a uma dupla dependência frente às instituições locais. Neste sentido, a partir do momento em que seus meios de trabalho passaram a ser supridos pelo setor industrial, ele se viu compelido a obter recursos financeiros junto às instituições de crédito, tendo que se sujeitar ao cumprimento das exigências formais inerentes à concessão do financiamento. Uma outra forma de dependência do produtor relaciona-se à perda do próprio domínio do processo de trabalho, uma vez que o conhecimento acumulado, ao longo da sua prática produtiva anterior, de pouco lhe valeu frente à adoção de um novo pacote tecnológico que o tornava dependente de uma orientação técnica, muitas vezes tendenciosa, quando proveniente das firmas produtoras ou distribuidoras dos elementos de modernização.

A uma produção padronizada e de caráter eminentemente mercantil associaram-se transformações no circuito comercial, conduzindo, praticamente, à supressão das vias informais de inserção dos produtores no mercado. Uma vez que, no setor agrícola, a esfera produtiva ainda permanece, em grande parte, condicionada ao ciclo biológico das

plantas²⁹, a necessidade de agilizar a realização da produção levou a ações concentradas, basicamente, na esfera da circulação.

Como forma de agilização destaca-se, por um lado, a atuação de uma das instituições de papel importante na organização da produção, a nível local — a cooperativa — que cumpre uma função na esfera da circulação, ao concentrar a produção dispersa, proveniente das pequenas unidades produtivas e encaminhá-la para os centros de processamento ou de exportação da matéria-prima. Essa função da cooperativa, é, com efeito, um dos mecanismos viabilizadores da inserção da pequena produção mercantil na dinâmica do complexo agroindustrial.

Por outro lado, no que se refere ao comércio da soja, as grandes empresas multinacionais de processamento e/ou comercialização dessa matéria-prima regional mantêm, na região, postos de compra, concentrando a maior parte da produção, uma vez que com elas se articulam as grandes unidades produtoras de soja. Essa produção que se destina tanto ao mercado externo, quanto ao interno é, em ambos os casos, controlada por essas mesmas empresas que atuam em escala mundial³⁰.

Por último, a forma mais completa de agilizar a realização da produção constitui-se no sistema de integração, onde a etapa de comercialização aparece descaracterizada, uma vez que já na fase inicial do processo produtivo, a mercadoria se encontra comprometida por imposições contratuais com a indústria integradora, que exerce um controle monopsônico do mercado.

Entretanto, na esfera da circulação, ainda subsistem as vias informais de comercialização representadas pelos pequenos comerciantes, notadamente nas áreas menos envolvidas no processo de transformação do espaço agrário regional, quer pelas características naturais pouco propícias à implantação da lavoura mecanizada, quer pelas precárias condições de acessibilidade aos grandes eixos de escoamento da produção.

A análise da modernização do espaço agrário do Oeste Paranaense, mediada pelas instituições direta e indiretamente ligadas ao Estado, remete à questão mais ampla da subordinação da pequena produção às frações hegemônicas do capital. Em primeiro lugar, cabe referir a dependência em face do capital financeiro que permeia todo o processo de produção e que se repete a cada ciclo produtivo. Com efeito, os altos custos de produção associados ao uso de insumos de origem industrial implicam no recurso ao crédito de custeio, a cada safra agrícola. Por outro lado, o emprego de máquinas resulta em um endividamento, não só na fase de implantação da mecanização como, também, quando da obsolescência do equipamento. Tal situação permanente de endividamento

²⁹ No que se refere à produção animal, os progressos verificados no campo da genética, interferindo no próprio ritmo do desenvolvimento biológico do animal, tiveram efeitos sobre o aumento da produtividade do trabalho, adequando-se, desse modo, ao processo de acumulação capitalista.

³⁰ Entre as maiores empresas de capital multinacional que atuam no Oeste do Paraná, destacam-se a Sanbra, a Anderson Clayton, a Cargill, a Intersol, a Contibrazil e a Indústria de Óleos Pacaembu. Esta última, em 1981, era entre essas empresas aquelas que realizava o processamento da soja na região, estando instalada no município de Cascavel desde 1974. Cabe ressaltar que o esmagamento de grão de soja era também efetuado no Município de Marechal Cândido Rondon, desde 1975, pela Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaense (SOCEPAR, antiga Cereser) e, no Município de Toledo, desde 1978, pela Companhia Brasileira de Frigoríficos (FRICOBRAS) SADIA.

torna o pequeno produtor cada vez mais vulnerável aos riscos de frustração de safra, uma vez que, raramente, ele atinge um grau de capitalização que torne auto-sustentada a reprodução de sua unidade produtiva. Essa reprodução se veria comprometida, no limite, com a própria perda da terra, o mais importante meio de produção legado da antiga estrutura produtiva.

A difusão do crédito no setor rural traz consigo a questão da industrialização da agricultura, tornando o produtor também subordinado ao capital industrial. Tal dependência opera em dois níveis, o primeiro dos quais ligado às indústrias de máquinas e insumos vinculadas à produção propriamente dita e o segundo relacionado às indústrias de processamento da produção, onde a subordinação assume a sua forma mais acabada no sistema de integração, que controla todas as fases do processo produtivo.

Esse sistema de integração não envolve a produção característica da região, que é a da soja, principal responsável pelo processo de modernização da agricultura do Oeste do Paraná. A indústria de processamento da soja, que opera em escala mundial, mantém, entretanto, um controle sobre a produção, notadamente através de uma padronização que pressupõe a adoção de um pacote tecnológico único, muitas vezes em desacordo com a escala da unidade produtiva. O não cumprimento, por parte do produtor, das especificações técnicas exigidas pela indústria, rebate-se sobre uma redução no preço pago ao agricultor, rebaixando a remuneração do seu trabalho.

Na criação de suínos e de aves e na produção de fumo é que se verifica o sistema de integração, no qual a indústria⁸¹ tem assegurado o seu abastecimento em matéria-prima, sem a necessidade de imobilizar capital na esfera da produção. Neste sistema, dada a exigência de uma produção padronizada, a indústria assume um alto nível de ingerência no processo produtivo, impondo-lhe, não só um ritmo compatível com o do processamento industrial como, também, determinando as especificidades de cada etapa da atividade de produção, com vistas ao alcance de níveis de produtividade pré-estabelecidos.

A integração representa uma das estratégias de sobrevivência da pequena produção familiar, frente ao novo nível técnico-produtivo das atividades agropecuárias. Para a indústria, a integração de unidades produtivas com trabalho familiar constitui um elemento vantajoso, na medida em que as despesas com a mão-de-obra não oneram os custos de produção, permitindo-lhe maior margem de lucro; para o produtor, a vinculação à indústria se afigura como uma garantia de colocação certa da produção e, no caso específico da avicultura, a segurança de uma renda distribuída ao longo do ano.

Entretanto, o alto custo das instalações, ao significar um entrave ao ingresso do produtor no sistema de integração, revela o caráter seletivo deste sistema e passa a se constituir, assim, em elemento de diferenciação da pequena produção. Neste contexto, a capacidade de endividamento do pequeno produtor assimilada, frequentemente, ao tamanho de sua propriedade, responde, em última análise, pela sua subordinação ao capital financeiro-industrial.

⁸¹ No Oeste Paranaense, a SADIA é a indústria à qual se integram os criadores de suínos e, mais recentemente, de aves. Quanto ao fumo, embora haja, na região, várias empresas atuando no sistema de integração, é a Souza Cruz que está vinculado o maior de produtores locais.

A vinculação dos pequenos produtores à indústria, ao sistema bancário e aos demais elementos que viabilizaram o processo de modernização da agricultura, na sua luta pelo acesso às modernas condições de produção implantadas na década de 70, no Oeste do Paraná, implicou em um novo fator de diferenciação no âmbito da pequena produção, cujos segmentos, até então, se distinguiam, basicamente, pelas condições de acesso à terra.

O processo de ligação dos produtores às instituições que mediarão, junto a eles, as mudanças técnicas contidas nas diretrizes de política econômica do Estado se fez de modo seletivo, na medida em que se moldou à heterogeneidade sócio-econômica pré-existente. Essa heterogeneidade, assentada fundamentalmente no tamanho da unidade de produção, ao contingenciar a vinculação os produtores às instituições locais, fez com que a escala da unidade produtiva tivesse seu papel diferenciador fortalecido. Neste sentido, em uma organização técnico-produtiva relativamente homogênea, como a que se estabeleceu, na região, no início da década de 70, o tamanho do estabelecimento passou a apresentar uma correlação direta com os níveis de renda dos produtores, servindo, desse modo, como elemento básico a uma caracterização desses produtores rurais. Assim, distinguem-se, por um lado, as grandes unidades produtivas com base no trabalho assalariado que progressivamente se distanciam das unidades menores pelo grau de acumulação efetuado, quer a partir da sua inserção na nova organização produtiva, quer pelo desenvolvimento de outras atividades agrárias de caráter lucrativo.

Por outro lado, é possível distinguir, segundo as formas concretas de vinculação às instituições locais, um segmento de médios e pequenos produtores que, pela capacidade de endividamento e pelo maior número de ligações mantidas com essas instituições, consegue se capitalizar a partir da inserção na nova ordem econômica ³².

No interior da pequena produção, outro segmento é representado pelos integrados à indústria de processamento da matéria-prima local. Essa integração representa, para os produtores, uma simplificação do número de vínculos com instituições, já que concentra todas as operações necessárias à produção no sentido mais amplo, mantendo, apenas, esses produtores, vínculos eventuais com as instituições locais de crédito.

A inserção parcial na nova estrutura de produção e a manutenção de aspectos da organização produtiva anterior são as características que identificam um outro segmento de pequenos produtores do Oeste do Paraná. Trata-se de produtores que mantêm em geral, com a rede bancária, vínculos que se restringem às necessidades de custeio da produção, o que lhes reduz a possibilidade de ampliação dos meios de produção. Por outro lado, ainda subsistem, entre esses produtores, vínculos informais de colocação da produção no mercado. As características desse segmento de pequenos produtores radicam-se, em parte, na opção por uma estratégia de sobrevivência que o afasta de uma situação de endividamento progressivo capaz de conduzir, no limite, à perda do principal meio de produção que é a terra.

No contexto da pequena produção distinguem-se, ainda, produtores cuja fraca ou nenhuma vinculação às instituições constitui-se na sua

³² A capitalização do produtor é aqui entendida como um processo que o diferencia economicamente dos demais produtores, na medida em que o nível de acumulação por ele alcançado permite a reprodução ampliada de seus meios de produção.

principal característica; mantendo-se à margem da estrutura produtiva dominante, têm, na realização da sua produção, apenas a garantia da reprodução da unidade familiar e a reposição de seus meios de produção.

A não vinculação tanto ao sistema creditício quanto ao cooperativista associa-se, na maioria das vezes, à questão do acesso a uma terra de dimensão reduzida. No primeiro caso, isto deriva do receio de um endividamento crescente que possa levar ao comprometimento da propriedade da terra. No segundo caso, a identificação do sistema cooperativista com a estrutura de produção assentada no binômio soja-trigo, com emprego de tecnologia moderna, exclui desse sistema aqueles produtores com estabelecimentos cuja superfície é inadequada a essa nova organização produtiva. Tal fato deixa entrever a contradição existente entre a proposta cooperativista de apoio à pequena produção e as condições concretas de atuação desta instituição que, para se manter no mercado, acaba por reproduzir um comportamento empresarial capitalista, afastando de seus quadros um segmento considerável de pequenos produtores.

O processo de diferenciação da pequena produção no Oeste do Paraná contingenciado pelo tamanho das unidades produtivas e suas relações com as instituições locais levou, deste modo, à formação de um contingente de pequenos produtores não inseridos na nova estrutura produtiva e que teve sua posição relativa deteriorada, ao longo da década de 70. A necessidade desse contingente reproduzir a unidade familiar de trabalho respondeu por um processo migratório que, num momento inicial, envolveu produtores sem terra, os primeiros a serem atingidos pela concentração fundiária associada à intensa mecanização que caracterizou a transformação da agricultura regional. Por outro lado, a acentuada valorização da terra advinda dessa transformação permitiu aos pequenos proprietários excluídos do processo de expansão da lavoura comercial da soja, a aquisição de estabelecimentos maiores em áreas menos valorizadas, como parte de uma trajetória de ascensão sócio-econômica.

Com efeito, a passagem de uma concepção de terra enquanto meio de produção a outra em que ela aparece com um caráter eminentemente mercantil, participando de um ativo mercado fundiário, deixa claro que a acelerada valorização da terra pode ser assumida como expressão sintética da extensão e da profundidade das transformações que ocorreram na agricultura do Oeste do Paraná, na última década.

3 — AS DESIGUALDADES ASSOCIADAS À FASE INICIAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Uma análise do processo de transformação ocorrido no espaço agrário do Oeste do Paraná, na última década, deve necessariamente remontar à fase inicial de definição desse processo — o período 1970-1975, no qual se delineou a passagem de uma produção de subsistência com excedente comercializado, para a de uma produção mer-

cantil com uso generalizado da mecanização e de insumos industriais³³. Com efeito, nesse período o desenvolvimento das forças produtivas no campo começa a produzir, a despeito de uma aparente homogeneização da paisagem agrária, profundas diferenças espaciais no que diz respeito a elementos definidores da organização produtiva, tais como a utilização da terra, a composição da mão-de-obra e a própria base técnica da produção, diferenças essas que assumem formas concretas a nível da estratificação fundiária local, conformando um quadro estrutural específico que vai marcar a inserção dos diferentes segmentos de produtores no processo geral de acumulação de capital na região.

Um dos elementos que melhor sintetizaram o processo de transformação em curso no espaço agrário do Oeste do Paraná, entre 1970 e 1975, foi o acelerado aumento ocorrido no preço da terra³⁴, refletindo a intensificação verificada na agricultura da região e contingenciando, a partir de então, as características dos sistemas agrários regionais. A valorização acentuada desse meio de produção revela a primazia do capital fundiário em detrimento do capital produtivo, materializando o obstáculo que a propriedade privada da terra opõe ao desenvolvimento das forças produtivas em uma região de pequenos estabelecimentos, onde a terra se constitui no meio fundamental de produção.

Nesse sentido, no Oeste do Paraná, o preço da terra quintuplicou em todos os estratos de área, cabendo ressaltar que os estabelecimentos muito pequenos (de menos de 2 hectares) é que apresentaram o mais elevado preço da terra e neles também é que foram verificadas as maiores variações absolutas de preço no primeiro quinquênio da década de 70, diferenciando-os dos pequenos e médios estabelecimentos (Mapas 1, 2, 3 e 4)³⁵. Essa valorização acentuada dos estabelecimentos muito pequenos só pode ser entendida num contexto de entrave que exercem à realização do processo de concentração fundiária operante na região, o que acaba por elevar o preço do hectare muito acima daquele praticado no mercado. Variações significativas na valorização da terra ocorreram também nas categorias subsequentes de estabelecimentos compreendidas entre 2 e 100 hectares, refletindo a pressão que sofre o mercado fundiário em uma área de pequena produção, onde a propriedade da terra é o elemento básico para assegurar o que nela é produzido e que deve ser adquirido a cada nova geração de produtores. Dessa forma, nessa fase de passagem para a lavoura modernizada e de caráter essencialmente mercantil, a valorização da terra mostrou-se desvinculada do retorno então obtido a partir da produção, tornando-se associada ao uso posterior do solo atrelado à nova estrutura produtiva.

É relevante analisar, também, as diferenciações verificadas no espaço regional quanto à evolução do preço da terra, no início da década de 70, em função da forma pela qual se inseriram os municípios na nova organização de produção que se implantava na região.

³³ Essa análise será baseada, fundamentalmente, em tabulações especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 do IBGE, contendo informações referidas aos municípios componentes do Oeste Paranaense e aos estratos fundiários característicos da região. As categorias de estabelecimentos selecionadas foram: menos de 2 hectares, 2 a 20 hectares, 20 a 50 hectares, 50 a 100 hectares, 100 a 500 hectares e mais de 500 hectares.

³⁴ O indicador do preço da terra foi elaborado a partir da relação entre o valor dos bens em terra e a área dos estabelecimentos.

³⁵ A legenda é comum aos mapas ns. 1 a 4; 5 a 8; 9 e 10 e 11 a 13.

Tais diferenciações podem ser observadas nos mapas 1, 2, 3 e 4 e, também, na tabela 1, na qual estão representados alguns municípios que retratam formas peculiares de evolução do preço da terra, de 1970 a 1975.

A primeira forma é característica daqueles municípios que, em 1970, apresentavam preço da terra já elevado no contexto regional, como foi o caso de Formosa do Oeste, cuja valorização da terra estava ligada a um processo de exploração agrícola bastante intensificado já em 1970³⁸ e baseado, em grande parte, na lavoura permanente do café que, em si mesma, incorpora um valor adicional à terra. Por outro lado, apresentando, também, um elevado preço da terra, no início da década, colocaram-se aqueles municípios onde a lavoura da soja, em 1970, já ocupava uma posição relevante na produção estadual, conferindo valo-

TABELA 1

PREÇO DA TERRA, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO ALGUNS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

ALGUNS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE	PREÇO DA TERRA (Cr\$ 1 000)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970 (1)						
Extremo Oeste Paranaense (2)...	6 301,8	2 287,3	2 038,4	1 972,4	1 921,9	2 112,0
Cascavel.....	5 165,2	1 528,7	1 350,5	1 317,8	1 486,7	1 252,1
Catanduvas.....	1 240,1	1 029,7	982,4	854,1	701,4	662,6
Formosa do Oeste.....	5 675,9	3 780,1	3 552,2	3 987,6	3 265,7	5 567,9
Foz do Iguaçu.....	8 492,6	2 433,1	1 937,3	2 010,2	1 906,0	1 115,3
Palotina.....	6 608,2	3 312,2	2 707,1	2 628,6	2 109,9	4 110,5
1975						
Extremo Oeste Paranaense (2)...	31 316,1	11 718,3	11 791,0	12 142,6	10 873,4	10 568,4
Cascavel.....	56 465,2	9 407,1	11 607,6	15 842,6	12 014,2	20 598,1
Catanduvas.....	9 462,2	4 514,7	4 417,4	4 548,9	5 131,4	4 313,2
Formosa do Oeste.....	13 891,5	12 983,1	11 951,9	12 253,9	12 062,0	12 394,1
Foz do Iguaçu.....	46 761,9	22 780,5	20 065,7	23 233,3	15 527,4	12 390,6
Palotina.....	64 223,3	20 494,4	19 129,4	17 872,0	17 058,2	14 107,9

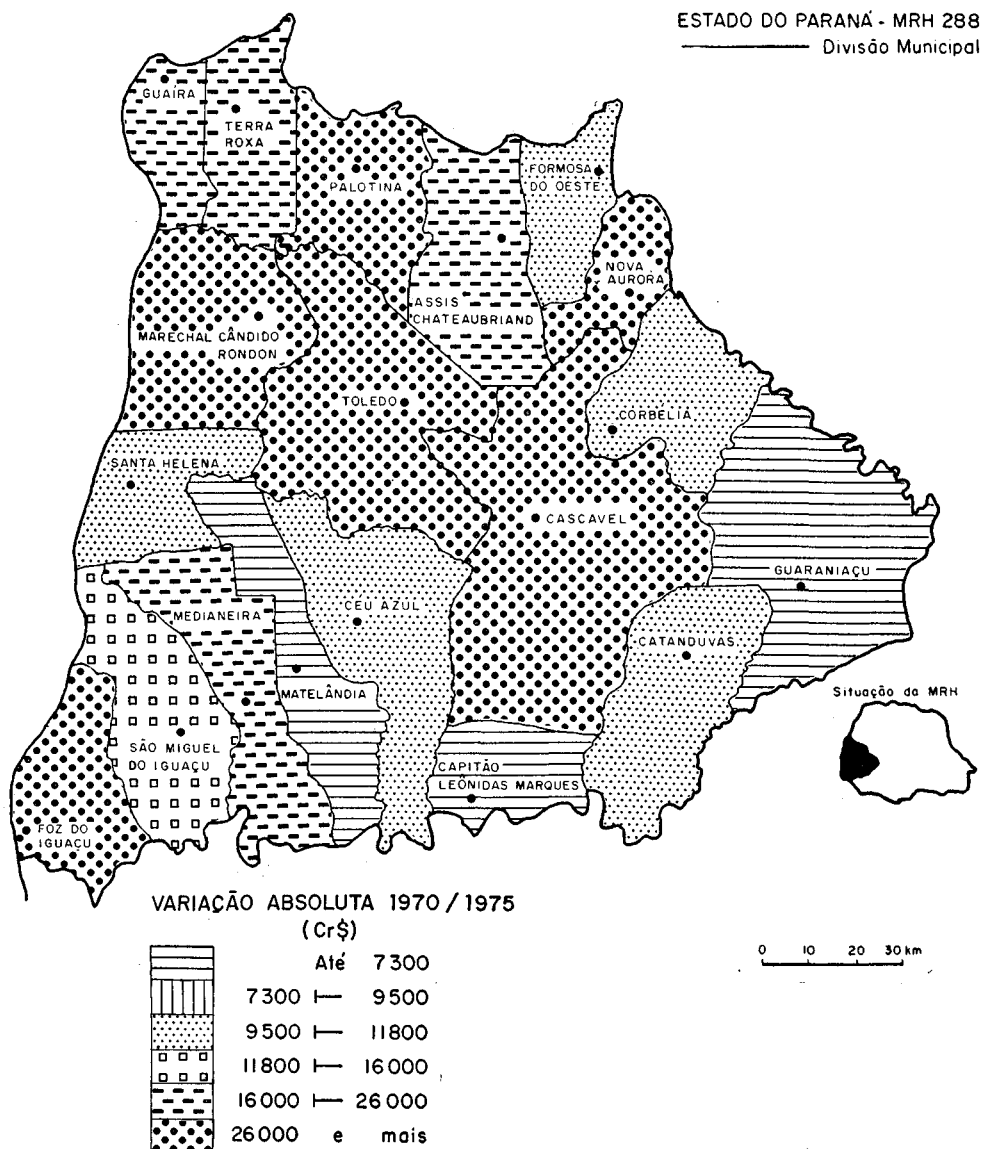
FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

(1) O preço do hectare de terra relativo ao ano de 1970 foi inflacionado segundo o Índice Geral de Preços (conceito disponibilidade interna), coluna 2, base 1965/67 = 100 Fundação Getúlio Vargas.

(2) Esta Microrregião é denominada neste trabalho como Oeste do Paraná ou Oeste Paranaense.

³⁸ Em 1970, enquanto no Oeste Paranaense a área dos estabelecimentos rurais ocupava 70,8% da área da região, no município de Formosa do Oeste, esse índice era de 97%.

PREÇO DA TERRA - ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 ha. (VALOR DOS BENS EM TERRA / ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS)

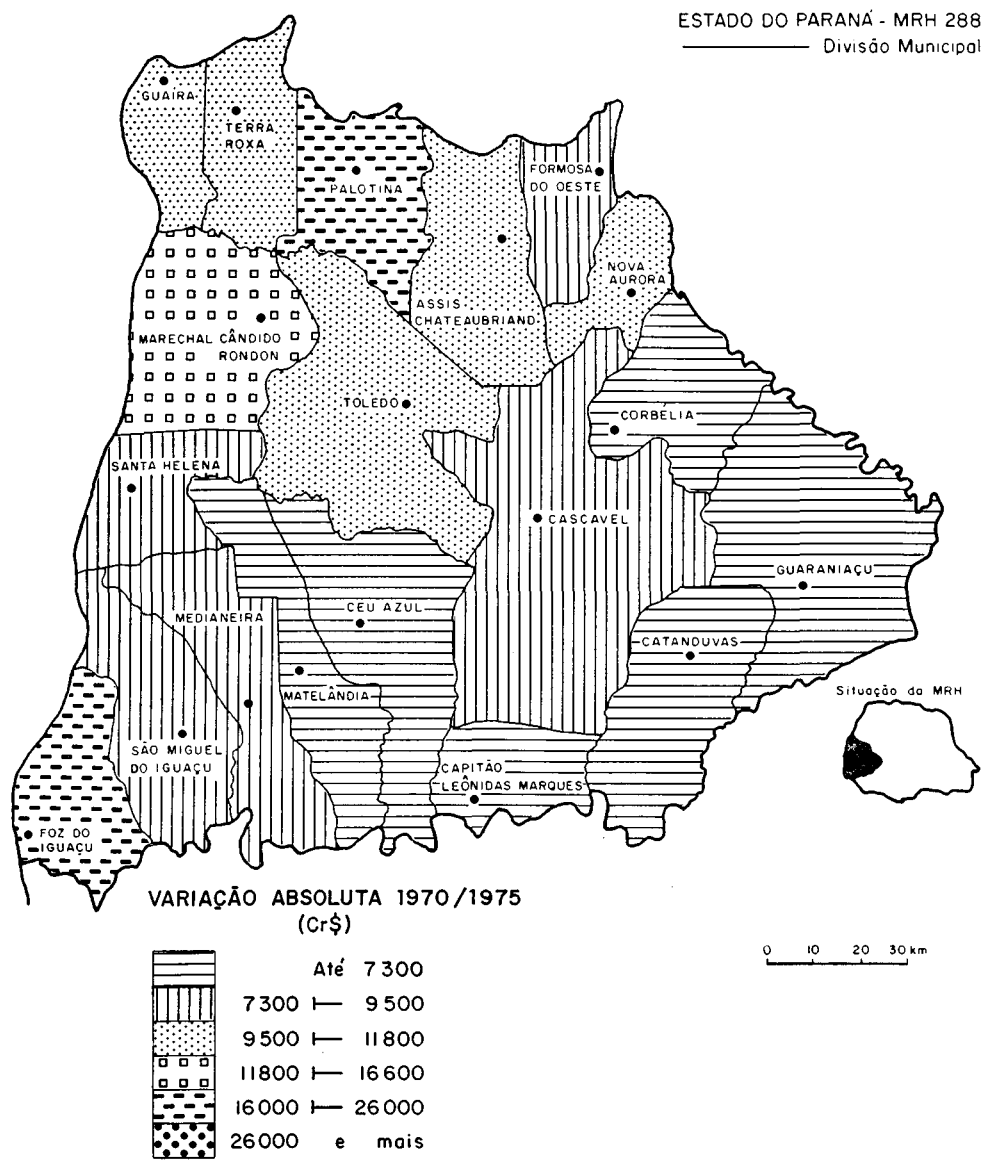


NOTA: As convenções são comuns aos mapas 1, 2, 3 e 4.

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 1

PREÇO DA TERRA – ESTABELECIMENTOS DE 2 A 20ha (VALOR DOS BENS EM TERRA/ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS).

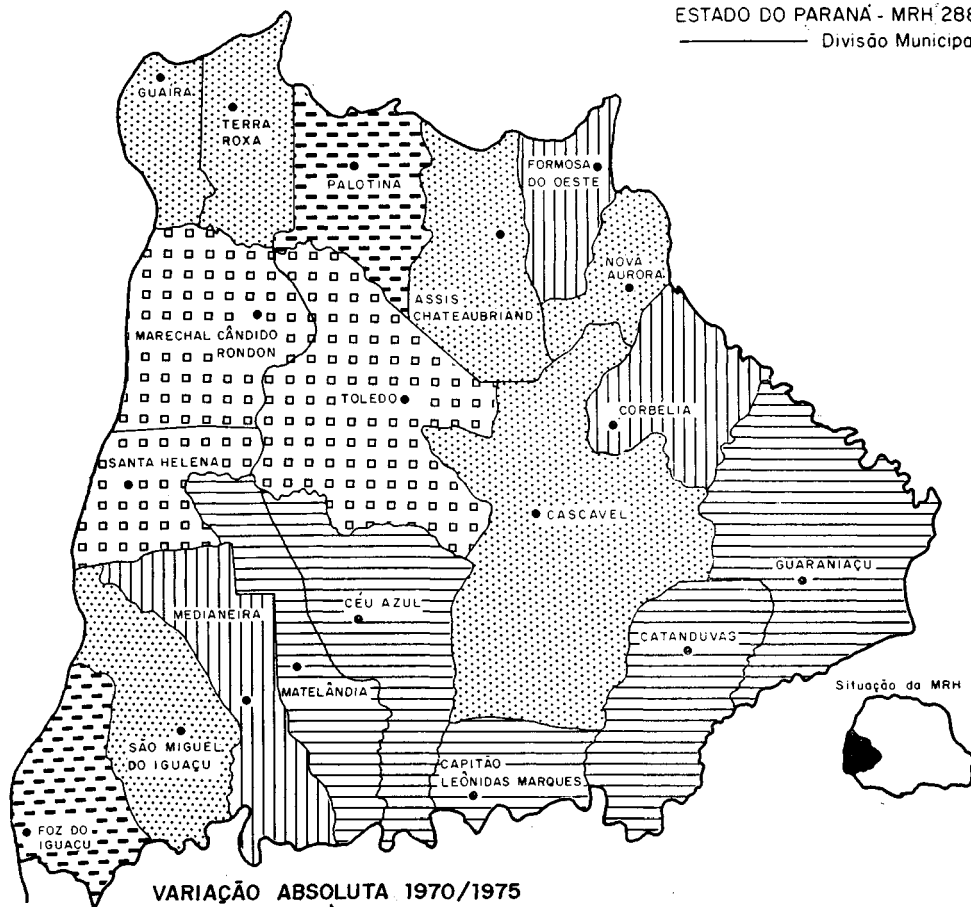


Mapa 2

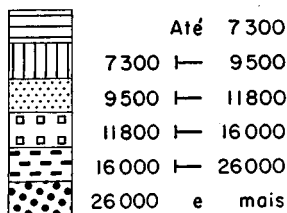
PREÇO DA TERRA-ESTABELECIMENTOS DE 20 A 50 ha (VALOR DOS BENS EM TERRA/ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS)

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288

Divisão Municipal



VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970/1975
(Cr\$)



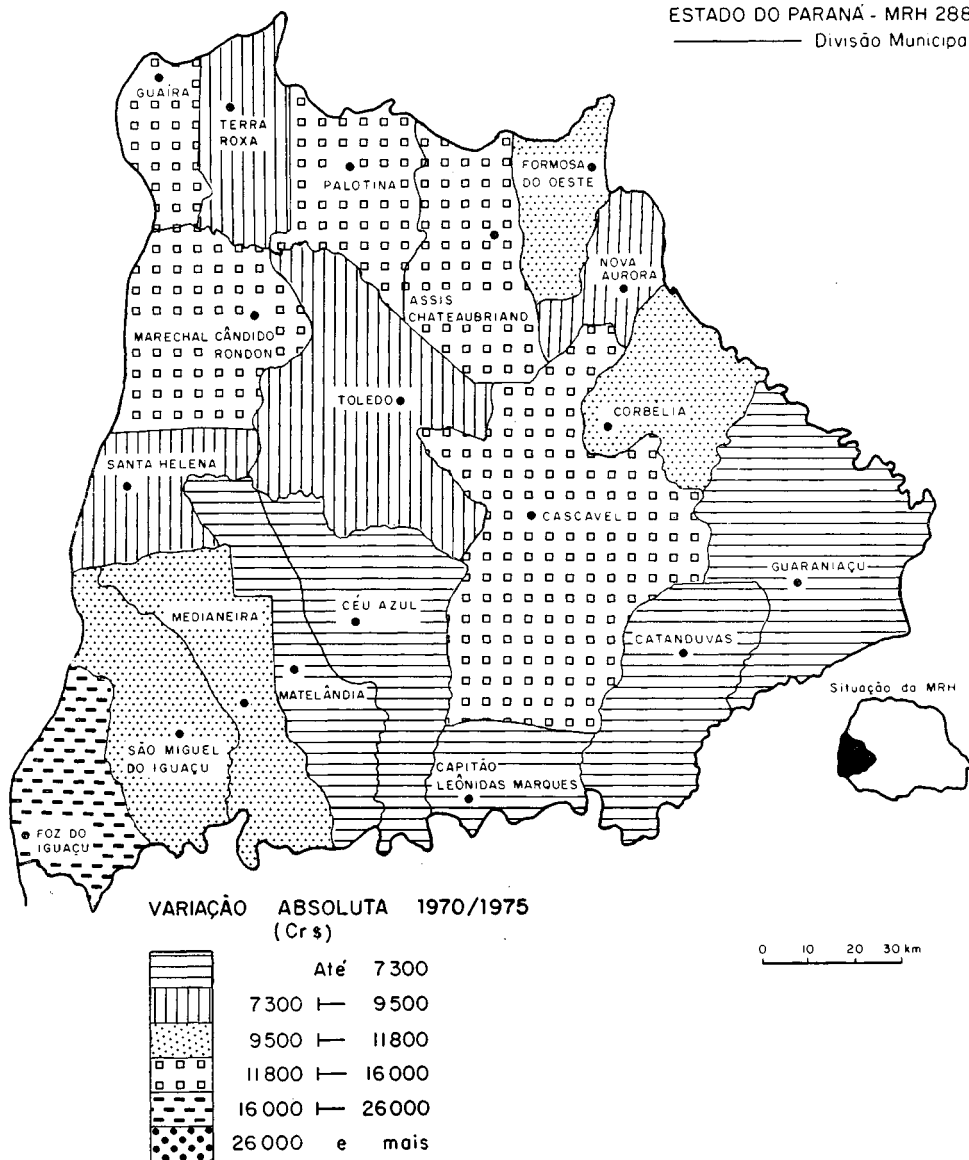
0 10 20 30 km

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos
Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 3

PREÇO DA TERRA - ESTABELECIMENTOS DE 50 A 100 ha. (VALOR DOS BENS EM TERRA/ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS).

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288
Divisão Municipal



FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 4

rização àquelas áreas de topografia propícia à expansão da lavoura mecanizada. Neste caso, incluem-se os Municípios de Assis Chateaubriand, Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon que concentravam, nessa época, praticamente a metade da produção e da área de soja no Oeste do Paraná.

A evolução posterior do preço da terra conduziu a posicionamentos diferentes desses Municípios no conjunto da região, em 1975, uma vez que a nova organização produtiva, baseada em uma lavoura de alto valor comercial imprimiu àqueles espaços, que reuniam condições favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas, uma valorização crescente da terra. Participaram com maior intensidade desse processo os Municípios de Palotina e Marechal Cândido Rondon, com aumentos do preço da terra superiores à média da região, notadamente nos estratos inferiores a 100 hectares. O Município de Formosa do Oeste com sua estrutura produtiva voltada, em grande parte, para a lavoura cafeeira, à semelhança do norte do Estado, contrasta bastante com os municípios que tiveram na soja a base de sua economia agrária. Desse modo, o preço da terra nesse Município apresentou, no quinquênio 1970-75, em todos os estratos de área, um aumento de cerca de três vezes, colocando-se portanto, abaixo da variação média regional, que se situou em torno de cinco vezes.

Outro tipo de evolução corresponde a um grupo de Municípios que, em 1970, apresentou os mais baixos preços da terra. Entre esses, Guaraniaçu, Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, apesar de terem passado por uma valorização da terra próxima à média regional, incluíram-se, em todos os estratos de área, nas classes mais baixas de variação absoluta do preço da terra. A dificuldade inicial representada pelas condições topográficas desfavoráveis à mecanização, em grande parte da área desses Municípios, retardou de certo modo, sua vinculação ao complexo agroindustrial da soja, contribuindo para esse posicionamento inferior relativamente ao preço da terra. A valorização desse meio de produção, nesse período, refletiu, em parte, o fato de essa área ter representado no Oeste do Paraná, um dos últimos redutos de reprodução da pequena unidade produtiva tradicional³⁷, que começava a tornar-se praticamente inviável naqueles municípios mais intensamente submetidos à nova organização econômica. Por outro lado, um outro indicador do fraco desenvolvimento das forças produtivas, no início da década de 70, nesses Municípios, era a elevada participação do valor dos investimentos em terra na estrutura de investimentos³⁸. A crescente mecanização do processo produtivo e a redução de espaços disponíveis para a expansão horizontal da agricultura conduziram a uma inversão nessa estrutura de investimentos, que, em 1975, já registrava o aumento relativo das despesas com máquinas e implementos agrícolas.

Finalmente, uma valorização acentuada da terra, em todos os estratos de área, constitui-se numa terceira forma de evolução do preço

³⁷ Um reforço a essa colocação é dado, em primeiro lugar, pela própria peculiaridade da produção agrícola em 1975, quando esses três municípios detinham, respectivamente, apenas 3,6 e 2% da produção de soja e trigo, no Oeste do Paraná, enquanto concentravam 32,1 e 19,3% da produção de milho e feijão, cultivos característicos da policultura colonial. Em segundo lugar, o aumento de 16.474 pessoas na população rural, na década de 70, seria indicativo da capacidade de absorção de produtores nesses municípios da vertente do rio Iguaçu.

³⁸ A participação do investimento em terra nos municípios de Capitão Leônidas Marques, Catanduvas e Guaraniaçu foi, em média, superior à participação desse item, no total dos investimentos, no Oeste do Paraná.

da terra, característica daqueles Municípios que conheceram uma rápida evolução na sua estrutura econômica, tais como: Cascavel e Foz do Iguaçu. Deste modo, Cascavel que, em 1970, situava-se entre as áreas agrícolas menos valorizadas, com predominância ainda de um sistema produtivo baseado em lavouras tradicionais com venda de excedentes, como o milho, feijão e arroz, teve o preço da terra aumentado, em média, dez vezes entre 1970 e 1975. Esse período correspondeu àquele em que o Município passou a se constituir em um dos *locus* do complexo agroindustrial da soja, concentrando 11% tanto da produção, quanto da área da lavoura da soja em 1975³⁹. Neste contexto, vale lembrar a presença, em Cascavel, de grandes empresas agrícolas produtoras e comercializadoras de soja, responsáveis, em parte, pela acentuada valorização das terras no estrato de mais de 500 hectares, no qual o preço da terra aumentou dezesseis vezes e meia em apenas cinco anos.

Quanto ao Município de Foz do Iguaçu que, em 1975, apresentou os mais altos preços da terra nos estratos compreendidos entre 2 e 100 hectares, com aumentos em média, de 10,5 vezes em relação a 1970, teve na acelerada expansão urbana, com seu conseqüente processo de especulação fundiária, um elemento adicional na explicação dessa valorização, uma vez que, tal expansão extravasou o perímetro urbano, atingindo áreas rurais periféricas e inflacionando o preço da terra. Assim, a competição pela terra entre os usos urbanos e rurais conduziu a uma aceleração intensa do mercado de terras, alimentada, em certa medida, pela construção da Hidrelétrica de Itaipu.

O processo de valorização da terra, no Oeste do Paraná, no período 1970-1975, remete à questão do uso da terra, um dos elementos definidores do espaço agrário regional e cuja análise permite aprofundar o entendimento desse período de mudança no que se refere a diferenciações que se desenvolveram não só à escala municipal, como também, a nível da estratificação fundiária, expressando uma nova estrutura sócio-econômica dos produtores dessa área.

De modo geral, a implantação da nova ordem econômica rebateu-se diretamente, na expansão da lavoura temporária, na área dos estabelecimentos em detrimento da área em matas e florestas naturais. Com efeito, como mostra a tabela 2, os estabelecimentos de área superior a 20 hectares que, em 1970, conservavam entre 29,1 e 48,8% de sua superfície em matas e florestas naturais, tiveram bastante reduzida essa proporção em 1975, mostrando, no mesmo período, um significativo aumento da área em lavoura temporária, responsável pela incorporação de espaços ao processo produtivo no âmbito dos estabelecimentos rurais. A importância da lavoura temporária é, por outro lado, reafirmada pela sua crescente participação no valor da produção agropecuária, o que acentuou o caráter agrícola da economia da região. Vale ressaltar que essa elevada participação foi particularmente verificada nos estratos de 20 a 500 hectares onde atingiu, em 1975, valores médios superiores a 70%.

Em termos espaciais, alguns municípios se destacaram por terem apresentado, em 1975, participações da lavoura temporária no valor da

³⁹ Uma medida da transformação no espaço agrário de Cascavel, pode ser dada pela baixa participação da soja, em área (3,1%), e em produção (3,6%), no Oeste do Paraná, em 1970, enquanto apenas o município de Assis Chateaubriand, maior produtor de soja na região, nessa época, concentravam 14,1% da produção e 15,1% da área.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA E DAS MATAS E FLORESTAS NATURAIS POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO O USO DA TERRA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

USO DA TERRA	PARTICIPAÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA E DAS MATAS E FLORESTAS (%)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970						
Lavoura temporária.....	76,5	60,3	38,8	27,2	19,4	7,5
Matas e florestas.....	0,3	14,5	29,1	34,8	34,3	48,8
1975						
Lavoura temporária.....	77,8	70,4	61,0	59,2	52,8	25,7
Matas e florestas.....	0,2	2,9	7,8	9,5	11,8	22,3

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

produção agropecuária, superiores a 80% nos referidos estratos. Incluem-se, neste caso, aqueles municípios onde se efetuou mais precocemente a difusão da lavoura da soja, ou onde tal difusão se fez num ritmo bastante acelerado⁴⁰. A passagem de um sistema produtivo, baseado na policultura colonial com venda de excedentes, para uma produção mercantil voltada para uma lavoura de exportação de alto valor comercial, evidenciou-se no crescimento da área ocupada com soja, no período 1970-1975, através da incorporação de espaços não produtivos e da substituição de cultivos alimentares componentes do sistema produtivo anterior, no qual o milho foi a lavoura que apresentou a maior redução em área (66.286 hectares) nesse período.

Tais alterações verificadas no uso da terra, quando analisadas segundo as categorias dimensionais de estabelecimentos, reafirmam o caráter geral do processo de modernização agrícola do Oeste do Paraná, no sentido de aprofundar as diferenças existentes entre os diversos segmentos que compõem a massa de produtores dessa região. A tabela 3 revela que a um sistema produtivo bastante homogêneo em 1970, no que diz respeito à composição de produtos, em particular à participação da lavoura do milho e da soja pelas diversas classes dimensionais, sucedeu uma organização produtiva comandada por esse último produto, privilegiando aqueles produtores que dispunham de uma área superior a 20 hectares, compatível com as novas exigências de uma produção ampliada visando ao mercado internacional.

⁴⁰ Figuram com alta participação da lavoura temporária no valor da produção agropecuária os Municípios de Palotina, Toledo, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Cascavel, Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu e Catanduvas. Neste último, foi a expansão da lavoura do milho o principal elemento de ampliação da área da lavoura temporária, no quinquênio 1970-75.

TABELA 3

**PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DA SOJA E DO MILHO NA ÁREA TOTAL
DE LAVOURAS POR CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO
EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975**

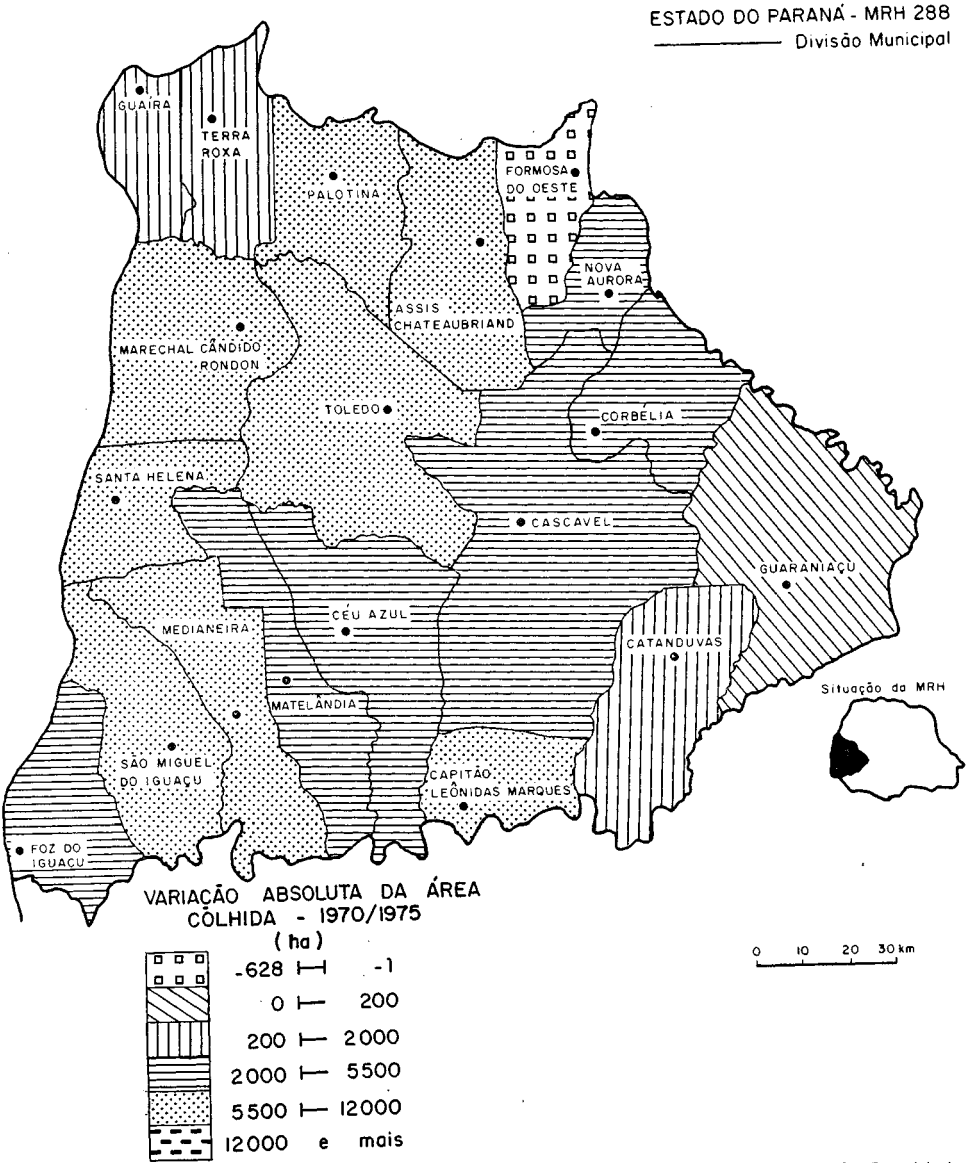
TIPO DE LAVOURA	PARTICIPAÇÃO DAS CULTURAS DE SOJA E MILHO NA ÁREA TOTAL (%)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970						
Soja.....	22,3	23,0	24,4	20,9	18,5	17,0
Milho.....	74,6	62,4	61,0	49,4	47,1	50,1
1975						
Soja.....	29,4	38,4	52,0	61,5	64,6	47,1
Milho.....	57,0	43,6	29,9	17,5	13,4	18,5

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

Contudo, quando se toma em conta a variação absoluta da área colhida com soja no período 1970-1975 (Mapas 5, 6, 7 e 8), constata-se que mesmo aqueles estabelecimentos de menor área (2 a 20 hectares), foram envolvidos nas transformações que se verificaram na utilização da terra, no Oeste do Paraná. O crescimento absoluto da área com soja abrangeu as unidades produtivas de 2 a 500 hectares, tendo o estrato dimensional de 20 a 50 hectares detido a maior proporção desse crescimento (27,9%), revelando ser esse o segmento de estabelecimentos onde ocorreu, de forma mais pronunciada, a ruptura com relação ao padrão policultor de produção, uma vez que foi também, essa categoria de estabelecimentos a que apresentou a maior redução da área colhida com milho, tendo concentrado 59% do decréscimo da superfície ocupada por esse cereal no Oeste Paranaense. Nesta área, a reestruturação da pequena produção fica ainda evidenciada pela elevada participação da categoria dimensional de 2 a 20 hectares no aumento absoluto da área colhida com soja (22,3%), tendo como contrapartida uma contribuição de 29,9% dessa classe de estabelecimentos, na diminuição da área ocupada pelo milho, um dos produtos básicos do sistema produtivo anterior.

Por outro lado, registrou-se, também, expansão da lavoura da soja em estabelecimentos de maior tamanho, como é o caso daqueles de 100 a 500 hectares, responsáveis por 1/4 do crescimento absoluto da área em soja que, no entanto, reveste-se de outras características. Diferentemente do que se deu nos estabelecimentos de 2 a 50 hectares, nos quais o avanço da soja se fez, em grande parte, às expensas da retração da área de cultivos tradicionais, nos de dimensões superiores, a expansão da soja fez parte de um processo de incorporação de novas áreas aos estabelecimentos ou de ampliação da área produtiva no interior dos estabelecimentos.

SOJA - ESTABELECIMENTOS DE 2 A 20ha.

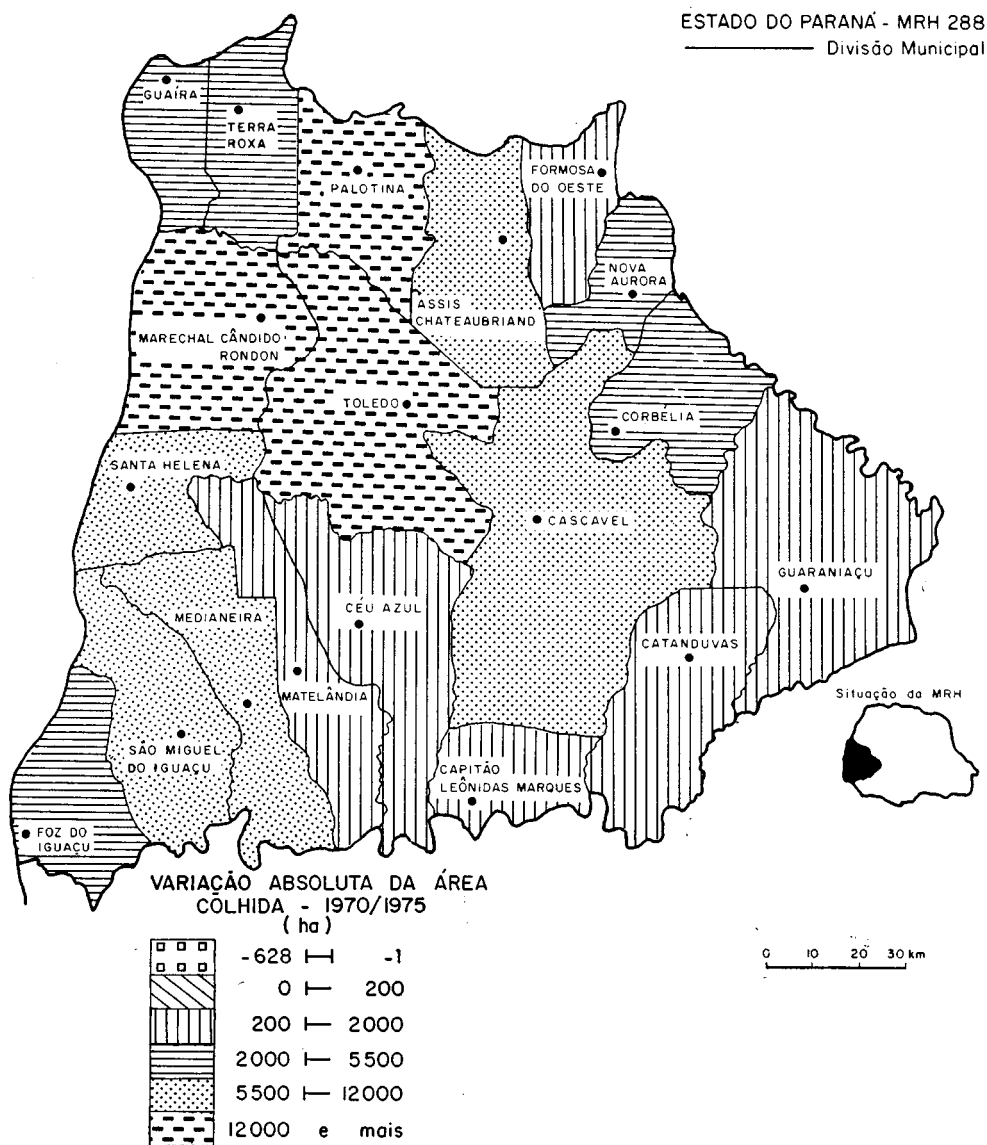


NOTA: As convenções são comuns aos mapas 5,6,7 e 8

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Mapa 5

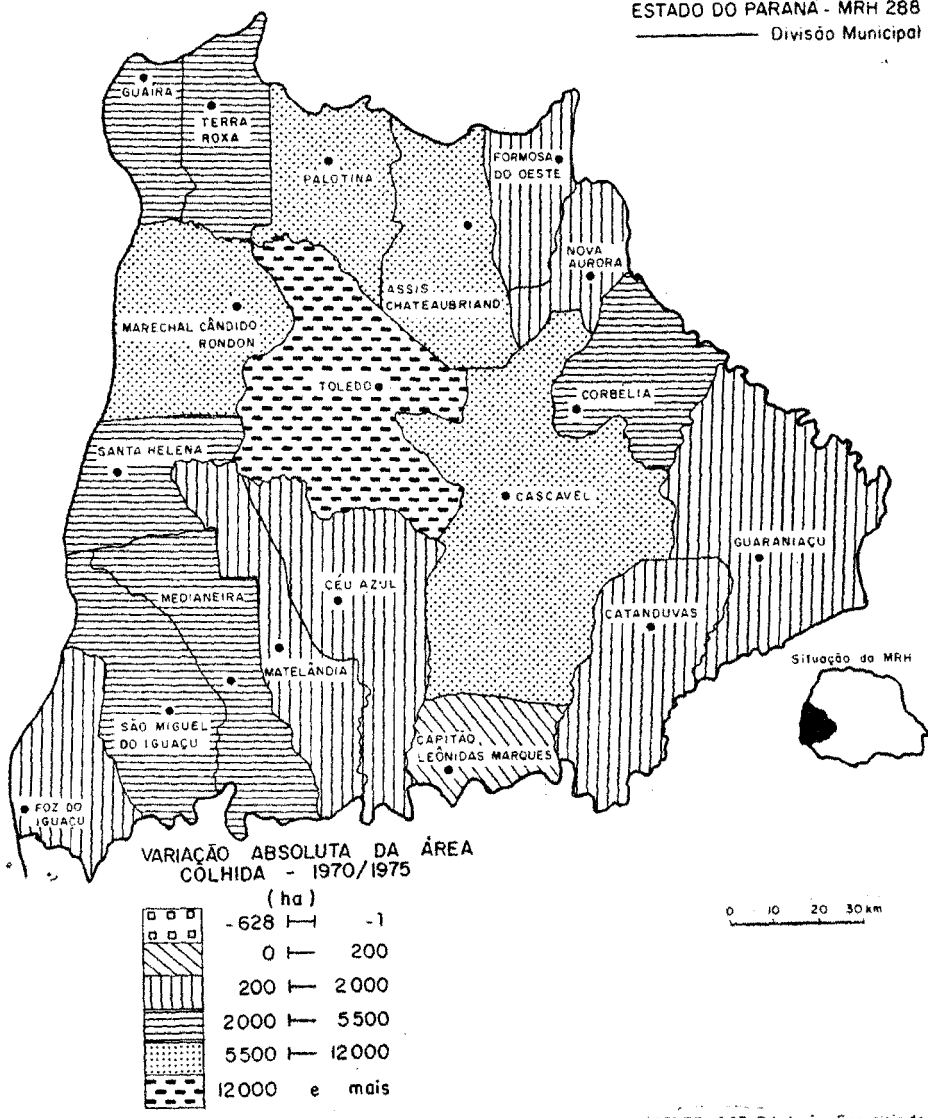
SOJA-ESTABELECIMENTOS DE 20 A 50 ha.



Mapa 6

SOJA-ESTABELECIMENTOS DE 50 A 100 ha.

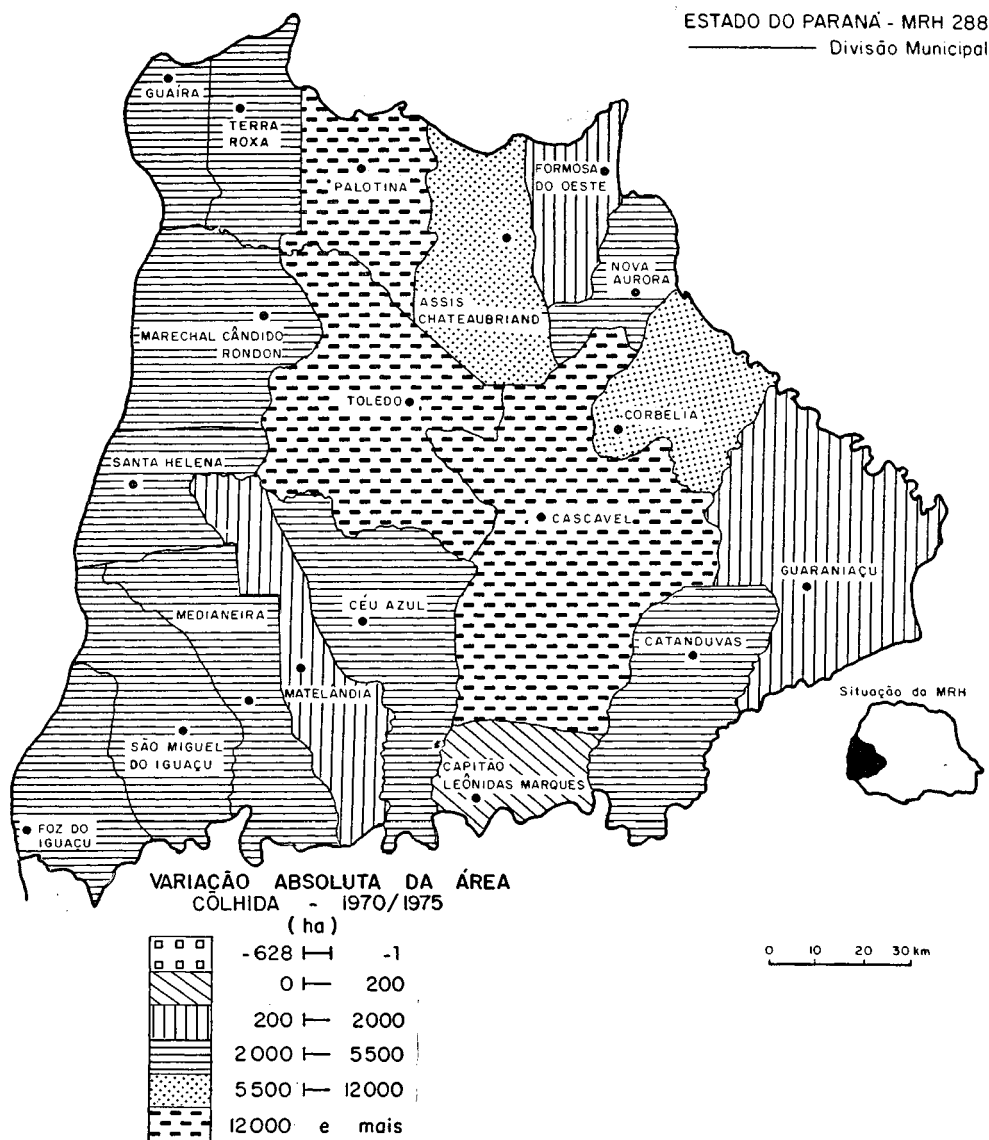
ESTADO DO PARANÁ - MRH 288
 Divisão Municipal



FONTE: IBGE-Tabulações Especiais dos
 Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 7

SOJA-ESTABELECIMENTOS DE 100 A 500 ha.



FONTE: IBGE-Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 8

Os Municípios que mais participaram do processo de difusão do cultivo da soja foram: Toledo, Cascavel, Palotina e Marechal Cândido Rondon⁴¹. Em Cascavel, o crescimento da área em soja esteve muito vinculado à referida expansão horizontal das áreas agrícolas do Oeste Paranaense, embora também tenha sido expressivo o avanço da soja sobre os estabelecimentos tipicamente policultores. Já nos outros três Municípios, a passagem para uma nova estrutura produtiva foi efetuada de modo muito marcante nos estabelecimentos organizados em moldes coloniais, sobretudo nos da faixa dimensional de 20 a 50 hectares que concentraram, nesses Municípios, praticamente 1/3 do crescimento da área em soja, na primeira metade da década de 70. Foi justamente nos Municípios de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon que a retração da superfície ocupada pela lavoura do milho se fez de forma acentuada, o que traz mais uma evidência à desarticulação ocorrida na organização produtiva anterior.

Insere-se, também, nessa desarticulação, a sensível redução do efetivo do rebanho suíno no quinquênio 1970-75⁴², notadamente nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares que concentraram 74,2% dessa redução. Vale ressaltar, que foi nessa faixa dimensional de estabelecimentos que incidiram, de modo mais acentuado, a expansão da lavoura da soja e a retração do cultivo do milho, o que demonstra ter sido esse estrato fundiário aquele que, nesse período, foi mais submetido ao processo de mudança da agricultura regional.

O impacto dessa mudança reduziu, também, o efetivo do rebanho suíno nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, outro segmento característico da organização produtiva anterior, embora este estrato fundiário tenha tido reforçada a sua posição concentradora do rebanho regional, ao deter 61,3% desse rebanho em 1975, proporção que, em 1970, era de 53,5%.

A redução do efetivo do rebanho rebateu-se sobre a participação do valor da produção de suínos no valor da produção agropecuária (Tabela 4).

De fato, enquanto em 1970, no contexto de dominância da policultura-suinocultura, esta última atividade respondia, em geral, por uma parte ponderável do valor da produção agropecuária, em 1975, após o grande surto de expansão da lavoura comercial da soja, a suinocultura perde posição relativa no valor da produção regional.

Ao se considerar a distribuição espacial da redução do rebanho suíno nos estratos de 2 a 50 hectares (Mapas 9 e 10), verifica-se que esta faz parte da mudança ocorrida naqueles municípios com uma estrutura de produção tipicamente colonial. Assim, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo concentraram 92,4 e 77,7% da diminuição do rebanho suíno do Oeste do Paraná, respectivamente, nos estratos de 2 a 20 e de 20 a 50 hectares, na primeira metade da década de 70. Por outro lado, a influência da indústria local de processamento da produção explica, em parte, a manutenção de valores elevados de parti-

⁴¹ Esses quatro municípios foram responsáveis por 49,8% da variação absoluta da área em soja, no período 1970-1975, no Oeste Paranaense.

⁴² Nesse quinquênio, houve um decréscimo de 227.149 cabeças no rebanho suíno do Oeste Paranaense, o que representou 69,6% da redução verificada no Estado do Paraná. Tal redução, que se inscreve no processo geral de transformação da organização produtiva do Oeste do Paraná, viu-se intensificada no segundo quinquênio da década de 70 com a controvertida peste suína.

TABELA 4

**PARTICIPAÇÃO MÉDIA DA SUINOCULTURA NO VALOR DA
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, POR CLASSES DE ÁREA, NA
MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975**

ANO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DA SUINOCULTURA NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (%)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970.....	19,2	15,4	18,3	17,3	11,6	4,3
1975.....	13,8	7,0	7,0	5,2	3,2	2,4

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

cipação da suinocultura no valor da produção agropecuária nos Municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon que, a despeito da retração verificada no efetivo do rebanho, ainda eram os dois principais Municípios suinocultores, concentrando 20,9% do rebanho regional em 1975.⁴³

Uma outra dimensão integrante do processo de mudança do espaço agrário do Oeste Paranaense, na primeira metade da década de 70, constituiu-se na difusão acelerada da mecanização. Uma medida de tal difusão, na região, é dada pelo crescimento relativo de 492,2% verificado no número de tratores, que passou de 1.725 a 10.216, de 1970 a 1975. A incorporação de tratores ao processo produtivo foi especialmente significativa nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares que concentraram 38% do crescimento do número dessas máquinas, no referido período. Essa faixa dimensional de estabelecimentos é, com efeito, aquela que mais ilustra a reestruturação do sistema produtivo, na qual o alcance de um novo patamar técnico se constituiu num dos traços mais característicos.

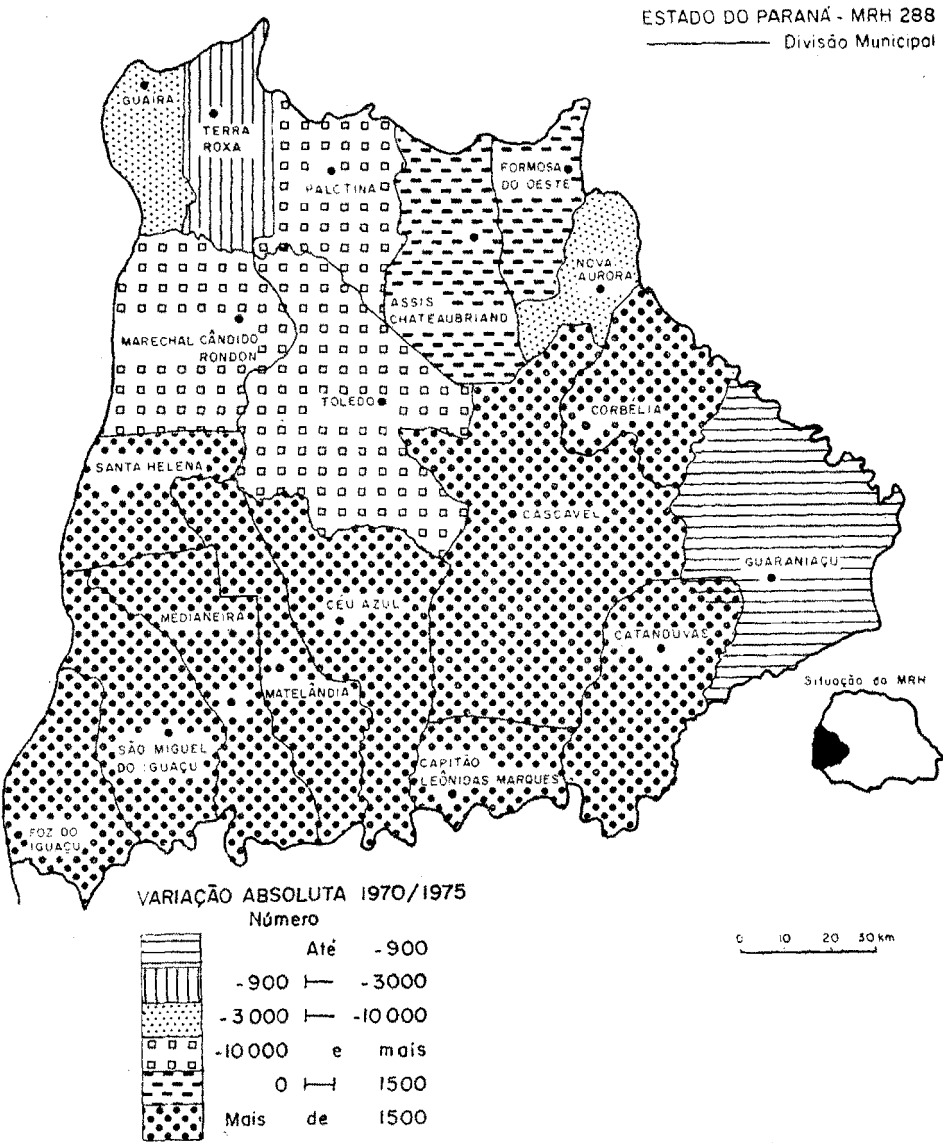
Nos estratos dimensionais subseqüentes — os de 50 a 100 e de 100 a 500 hectares — registrou-se, também, crescimento muito expressivo do número de tratores⁴⁴, o que deixa indicado que o tamanho da unidade produtiva é mais contingenciador no que diz respeito à mudança técnica do que no que se refere à transformação na utilização da terra. De fato, o estrato de 2 a 20 hectares, que mostrou um alto grau de adesão ao cultivo comercial da soja, não se apresentou tão profundamente inserido quanto os de 20 a 500 hectares, no processo de incorporação de máquinas ao sistema produtivo.

É possível sublinhar tais diferenciações quanto ao emprego de tratores nos trabalhos agrários segundo os estratos de área, através da

⁴³ A dominância espacial do cultivo da soja, particularmente sentida em Palotina, teve como contrapartida, nesse Município, a mais acentuada redução relativa do rebanho suíno (64,3%), no Oeste do Paraná, de 1970 a 1975, o que o excluiu, ao final desse período, das principais áreas suinocultoras dessa região.

⁴⁴ Esses estratos detiveram, no período 1970-1975, respectivamente, 21,4 e 22,1 do aumento do número de tratores verificado no Oeste Paranaense.

SUÍNOS-ESTABELECIMENTOS DE 2 A 20ha.

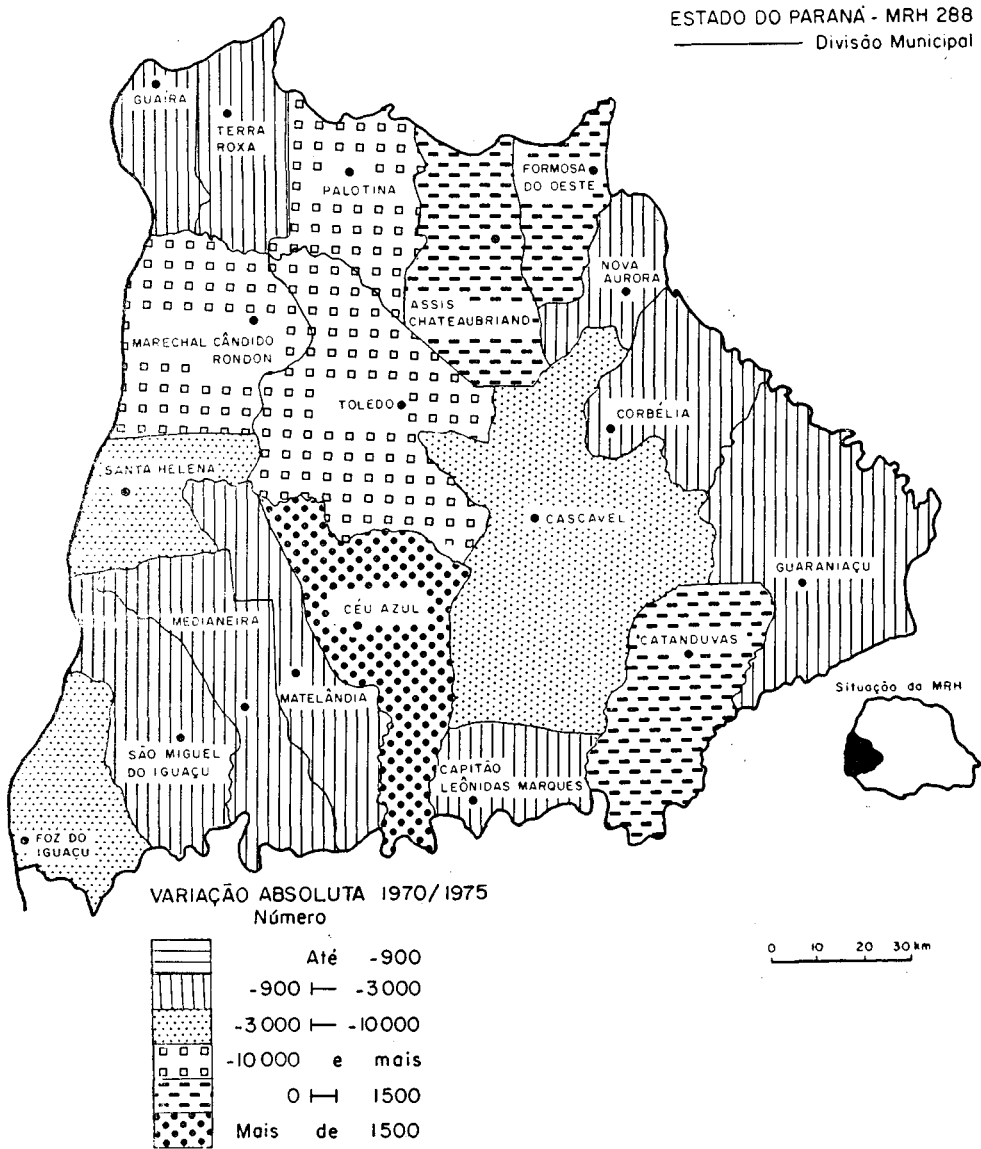


NOTA: As convenções são comuns aos mapas 9 e 10

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 9

SUÍNOS-ESTABELECIMENTOS DE 20 A 50 ha



Mapa 10

consideração dos índices de adoção desse item de modernização, expressos pela proporção de produtores adotantes no número total de produtores. Esses índices deixam claro o impacto da mudança, ocorrida no nível técnico da organização produtiva, nas classes dimensionais de estabelecimentos compreendidas entre 20 e 500 hectares (Tabela 5).

Uma medida da rapidez com que ocorreu a difusão do uso dessa máquina é fornecida pela relação entre o número de estabelecimentos e o número de tratores (Tabela 6), o que evidencia que, já em 1975, após um período relativamente curto de modernização das práticas agrícolas, o processo de mecanização encontrava-se, então, praticamente completado, notadamente naqueles estratos de área, cuja dimensão era compatível com as características gerais da nova feição tecnológica.

Assim, a diminuição do número de estabelecimentos servidos por um trator ilustra, nitidamente, o caráter acelerado da difusão desse

TABELA 5

PERCENTAGEM DE PRODUTORES, ADOTANTES DE TRATOR NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES, POR CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

ANO	PERCENTAGEM DE PRODUTORES ADOTANTES DE TRATOR (%)				
	Classes de área (ha)				
	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970.....	0,5	3,7	11,3	18,5	38,2
1975.....	2,7	23,7	56,1	69,6	66,0

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

TABELA 6

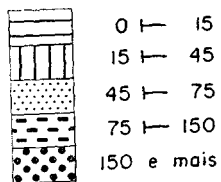
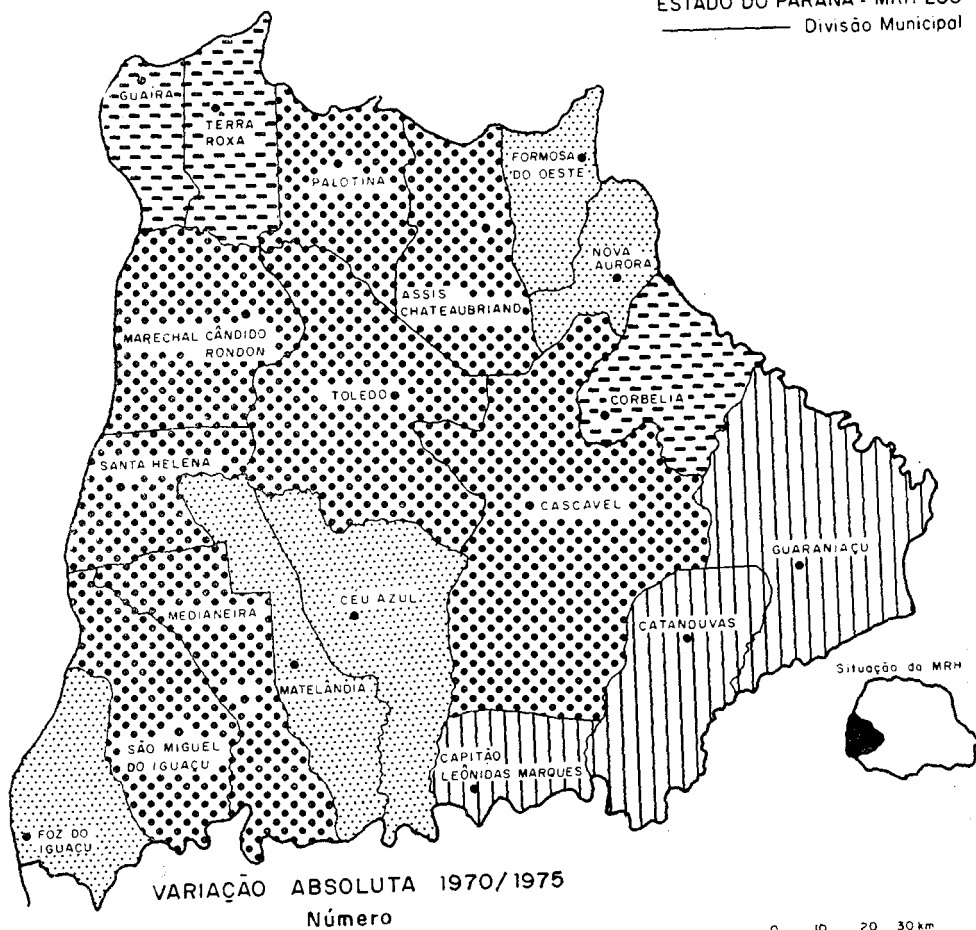
RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E O NÚMERO DE TRATORES, POR CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

ANO	RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E O NÚMERO DE TRATORES (%)			
	Classes de área (ha)			
	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970.....	24	9	4	1
1975.....	4	1	0,7	0,4

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

TRATORES-ESTABELECIMENTOS DE 20 A 50 ha.

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288
Divisão Municipal



NOTA: As convenções são comuns aos mapas 11, 12 e 13.

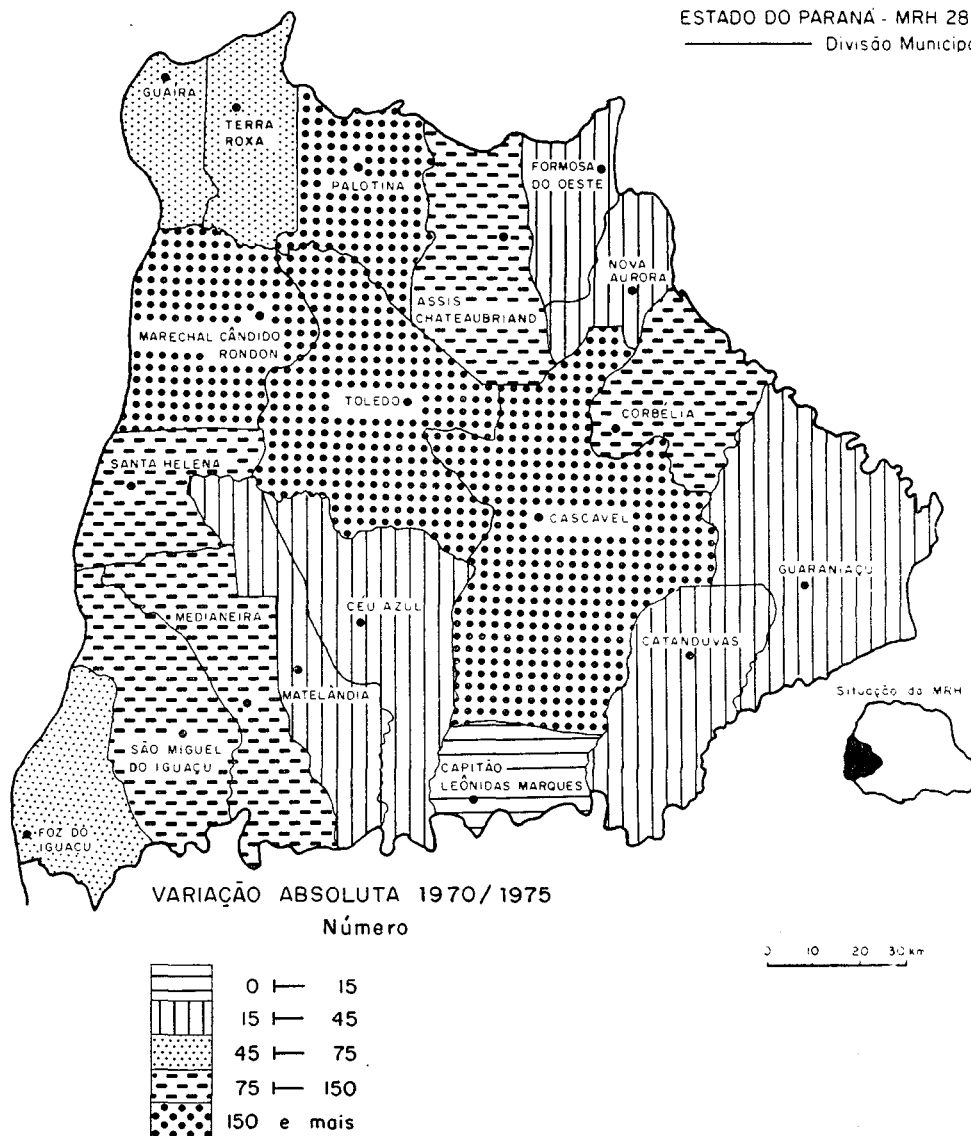
FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 11

TRATORES-ESTABELECIMENTO DE 50 A 100 ha

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288

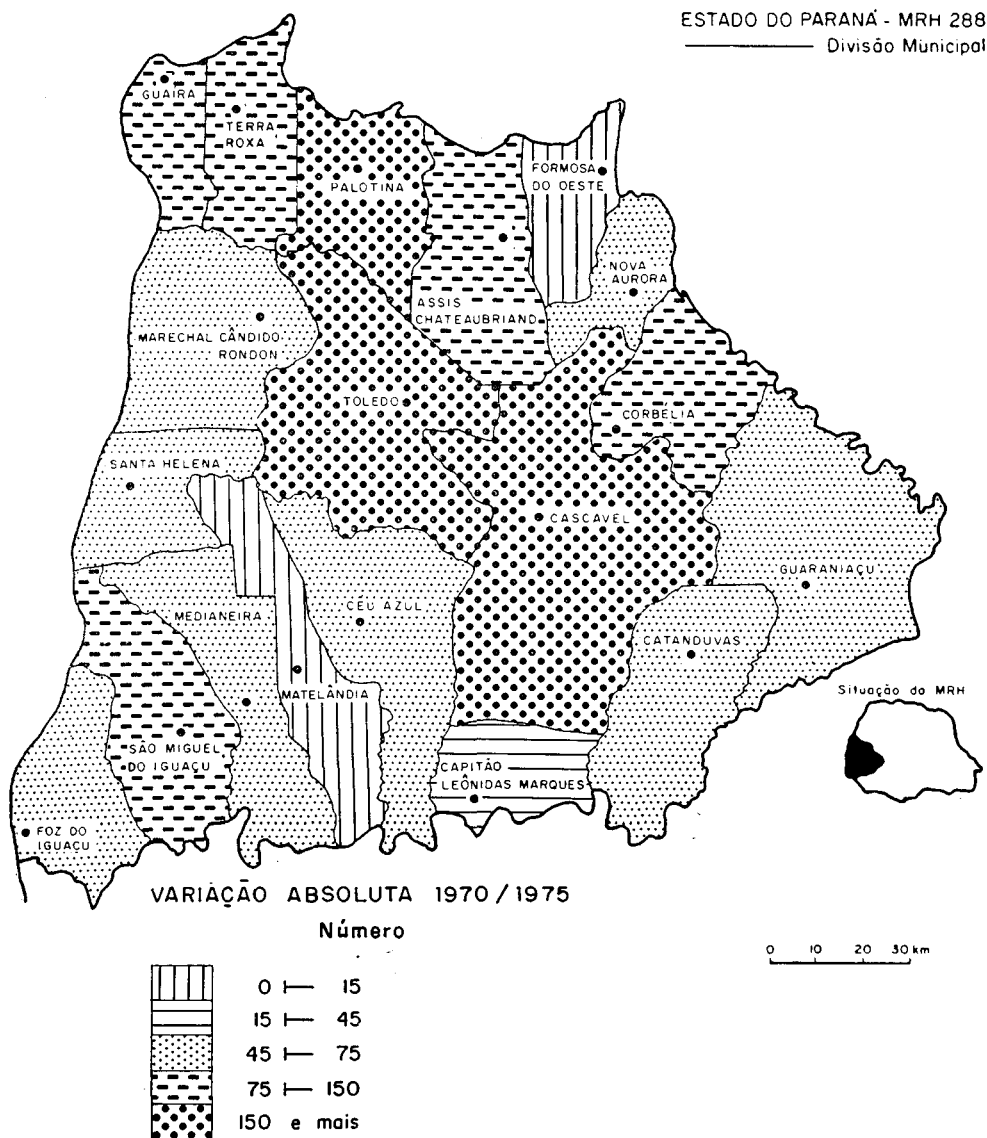
Divisão Municipal



FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 12

TRATORES-ESTABELECIMENTOS DE 100 A 500ha.



FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 13

meio de produção, acompanhando a expansão igualmente rápida de cultivos anuais de alto valor comercial que comportam a utilização do trator em diferentes fases de seu ciclo produtivo.

A associação entre a transformação na utilização da terra e a mudança técnica responde pela convergência entre a ocorrência das maiores concentrações, em termos espaciais, do crescimento tanto da área de cultivo da soja (Mapas 6, 7 e 8), quanto do número de tratores (Mapas 11, 12 e 13). Dessa forma, os Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina detiveram 41,6% do crescimento do número de tratores verificado no estrato de 20 a 50 hectares e 40,9% do aumento do número dessas máquinas na faixa dimensional de 50 a 100 hectares, no período 1970-1975. No Município de Cascavel, além da significativa difusão do uso de tratores nesses estratos, cuja organização produtiva era mais nitidamente policultora-suinocultora, verificou-se, também, um crescimento muito acentuado na variação absoluta do número de tratores nos estabelecimentos de 100 a 500 hectares. Estes concentraram 23% do aumento registrado nessa classe de área no Oeste Paranaense, em função da dimensão empresarial da expansão da lavoura da soja nesse Município.

Na medida em que a modernização do processo produtivo se deu sob a forma de incorporação de pacotes tecnológicos, a disseminação do uso de máquinas fez-se concomitantemente à difusão do emprego de insumos de origem industrial. Neste contexto, o emprego do adubo químico expandiu-se de forma acelerada, difundindo-se, mesmo, nas unidades produtivas de menor área, subvertendo as práticas agrícolas do sistema anterior de produção e inserindo-as na ampliação da demanda rural por produtos industriais. Com efeito, embora em 1975 os índices mais elevados de adoção de adubo químico (superiores a 50%) correspondessem às classes de estabelecimentos compreendidas entre 20 e 500 hectares, registrou-se variação significativa na proporção de produtores que aderiram ao uso desse insumo na classe de 2 a 20 hectares, no período 1970-1975 (Tabela 7).

TABELA 7

**PROPORÇÃO DE PRODUTORES QUE USAM ADUBOS QUÍMICOS,
NO TOTAL DE PRODUTORES, POR CLASSES DE ÁREA, NA
MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975**

ANO	PROPORÇÃO DE PRODUTORES QUE USAM ADUBOS QUÍMICOS SOBRE O TOTAL DE PRODUTORES (%)				
	Classes de área (ha)				
	2 → 20	20 → 50	50 → 100	100 → 500	500 e mais
1970.....	1,6	4,0	7,2	9,2	17,8
1975.....	21,2	51,1	64,6	69,2	50,5

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

O emprego crescente de insumos gerados fora da unidade produtiva conduziu a uma sensível alteração na estrutura de custos de produção, notadamente nas faixas dimensionais de estabelecimentos compreendidos entre 20 e 500 hectares, nas quais os gastos com fertilizantes corresponderam à maior parcela do total das despesas efetuadas nos estabelecimentos rurais em 1975 ⁴⁵. Entre os gastos com insumos industriais destinados à lavoura, assumiram também importância aqueles efetuados com sementes e mudas, o que revela a ruptura com o sistema produtivo anterior, no qual esses insumos eram obtidos no âmbito do próprio estabelecimento ⁴⁶. Com difusão mais tardia relativamente aos demais itens de modernização, os defensivos agrícolas apresentaram menor participação, quando se considera o total das despesas com insumos para a lavoura.

A existência, na nova organização produtiva, de dois cultivos que se sucedem no mesmo ano agrícola e cuja expansão se fez segundo padrões tecnológicos modernos, explica, em grande parte, a insumização exacerbada verificada na agricultura do Oeste Paranaense, no período 1970-1975. Desta forma, essa insumização se concentrou especialmente naqueles Municípios que lideraram a expansão dos cultivos de soja e trigo, altamente demandantes de insumos de origem industrial, tais como Cascavel, Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, tanto naquelas áreas pouco integradas à difusão acelerada desses cultivos como Capitão Leônidas Marques e Guaraniaçu, quanto em outras, em que a cultura permanente do café guardava, ainda, expressão considerável, como Formosa do Oeste e Matelândia, as despesas com insumos alcançaram os valores menos expressivos.

A modernização da agricultura no Oeste do Paraná inscreve-se em um processo mais amplo, a nível nacional, de estabelecimento de um novo patamar técnico para a atividade agropecuária, apoiado em uma política agrícola, na qual o crédito rural foi um dos componentes básicos. Neste contexto, os recursos financeiros colocados à disposição dos produtores, a juros subsidiados, responderam pelo aumento verificado no grau de adesão dos agricultores da região ao financiamento bancário, no período 1970-1975 (Tabela 8).

Através desses dados referentes ao agregado regional é possível verificar que, efetivamente, nos estratos de 20 a 500 hectares é que foi mais intenso o ritmo de vinculação de produtores à rede bancária, uma vez que, nos três estratos compreendidos nesse limite, a proporção de produtores que recorreram ao crédito cresceu, respectivamente, de 2,46, 2,57 e 2,29 vezes. Tal fato se explica não só por serem esses os tamanhos de estabelecimentos onde o cultivo da soja poderia se efetivar de modo mais pleno, segundo as especificações tecnológicas que caracterizaram a sua implantação e posterior expansão mas, também, pelo fato de o acesso a recursos financeiros estar vinculado à posse de meios de produção por parte dos produtores, meios esses que são oferecidos à rede bancária como garantia dos empréstimos concedidos. Esta mesma linha de argumento possibilita explicar o fato de ter sido bem menos expressiva a elevação da proporção de produtores que recorreram

⁴⁵ Em 1975, os gastos com fertilizantes situaram-se entre 13,1 e 18,1% no total das despesas, nos estratos de 20 a 500 hectares, enquanto, em 1970, o nível de participação nesses estratos alcançava, apenas e 3,8% do total das despesas.

⁴⁶ A participação média das despesas com sementes e mudas que, nos estabelecimentos de 20 a 500 hectares, variava de 4,6 a 5,3% em 1970, passou a situar-se entre 10,3 e 12,7%, em 1975.

TABELA 8

PROPORÇÕES MÉDIAS DE PRODUTORES QUE RECORRERAM A FINANCIAMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

ANO	PROPORÇÕES MÉDIAS DE PRODUTORES QUE RECORRERAM A FINANCIAMENTO (%)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970.....	2,9	7,2	17,7	24,6	30,3	31,3
1975.....	1,8	11,4	43,5	63,1	69,5	57,7

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

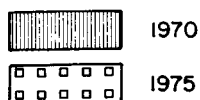
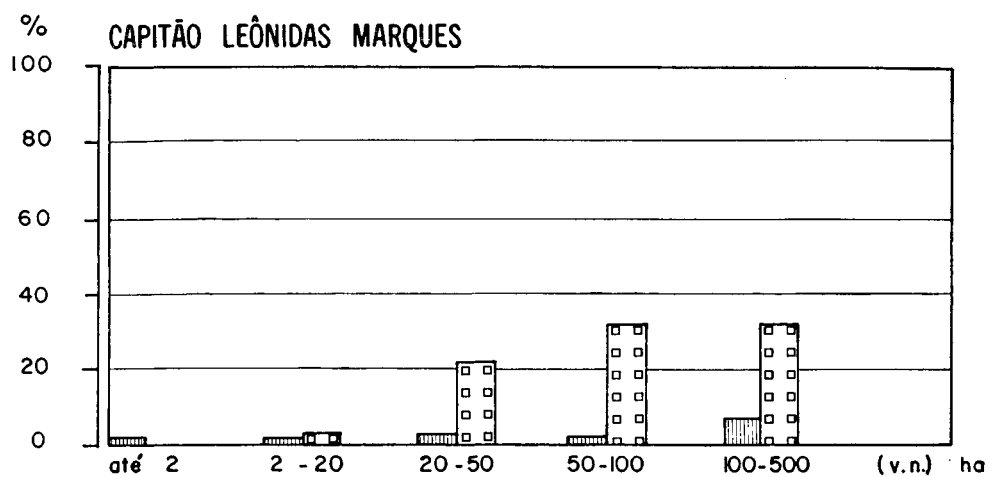
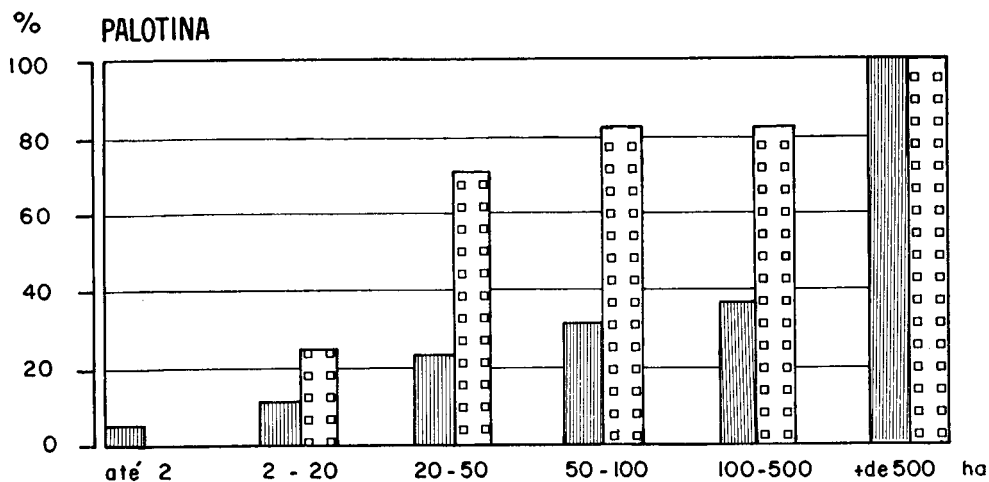
a financiamento, no estrato de 2 a 20 hectares, no qual o crescimento foi de apenas 1,58 vezes. Importante é registrar que, nos estabelecimentos de menos de 2 hectares, contrariamente ao que se verificou nos demais estratos, ocorreu uma redução de 1,61 vezes na proporção de produtores que recorreu a crédito rural, deixando indicado não só o fato desses produtores terem ficado à margem do sistema produtivo implantado, como também, a circunstância de o mecanismo de crédito rural, ao privilegiar as linhas de produção agrícola vinculadas ao setor industrial, tornar-se discriminatório com relação ao segmento de produtores com acesso limitado ao meio de produção representado pela terra e voltado para o cultivo de produtos não atingidos pelas políticas de incentivo.

A seletividade da política creditícia reafirmou-se, também em termos espaciais, uma vez que se verificou um alto grau de convergência entre aqueles municípios que, em 1975, detiveram as mais altas proporções de recurso a financiamento nos diversos estratos de área de estabelecimentos e aqueles que, em 1975, tanto em área, quanto em volume de produção, eram os que mais se destacavam quanto ao cultivo da soja. Tais Municípios são Toledo, Palotina, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Santa Helena e Medianeira⁴⁷. Por outro lado, Municípios como Capitão Leônidas Marques e Catanduvas, que apresentaram fraco grau de integração à economia agrária baseada na expansão da soja, mostraram, em 1975, as mais baixas proporções de produtores que recorreram ao crédito rural. A seletividade, em termos espaciais e de faixas dimensionais de estabelecimentos, pode ser visualizada através do confronto da evolução do recurso ao crédito em dois Municípios — Palotina e Capitão Leônidas Marques —, representativos desses segmentos espaciais referidos (Gráfico 1).

⁴⁷ Em 1975, esses Municípios concentraram, no Oeste Paranaense, 62,8% do crédito de custeio da produção e 66,5% do crédito de investimento. Com isto, alterou-se a estrutura de investimentos nesses Municípios, assumindo a primazia o item máquinas, que passou a representar, em média, 55% do total dos investimentos. Desse modo, no curso dessa evolução, acentuaram-se as disparidades intra-regionais de alocação de recursos financeiros, inerentes a esse mecanismo de política agrícola.

RÉCURSO A FINANCIAMENTO SEGUNDO ESTRATOS FUNDIÁRIOS

(Percentagem de produtores que recorreram a
financiamento do número total de produtores)



FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos
Censos Agropecuários de 1970 e 1975

NOTA: O estrato de área superior
a 500 ha inexistente.

R.C.N

Gráfico 1

A intensificação do recurso ao crédito, no período 1970-1975 esteve, em grande parte, vinculada à expansão do sistema cooperativista que, através do repasse do financiamento bancário aos produtores viabilizou a integração das pequenas unidades produtivas na nova estrutura de produção. Com efeito, o fortalecimento do cooperativismo no Oeste do Paraná tem um marco temporal definido representado pelo ano de 1970, quando de um total de sete cooperativas na região, quatro entraram efetivamente em funcionamento nesse ano, acompanhando a reestruturação agrícola da área, com base em um produto voltado, em grande parte, para o mercado externo⁴⁸.

Ao se difundirem espacialmente os núcleos cooperativistas, elevou-se, de modo considerável, o grau de adesão dos agricultores ao cooperativismo, o que se verificou, praticamente, em todos os estratos fundiários, sendo mais expressiva essa adesão nos estabelecimentos de área superior a 20 hectares (Tabela 9).

TABELA 9

PROPORÇÕES MÉDIAS DE PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS, POR CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1970-1975

ANO	PROPORÇÕES MÉDIAS DE PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS (%)					
	Classes de área (ha)					
	Até 2	2 — 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais
1970.....	1,1	1,8	5,0	8,9	9,4	11,7
1975.....	2,9	8,3	27,9	39,2	38,3	28,8

FONTE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 — IBGE.

A fraca magnitude da vinculação dos pequenos produtores responsáveis pelos estabelecimentos de menos de 20 hectares reforça a evidência da ligação entre a organização cooperativista e o complexo agroindustrial comandado pela soja, no qual é limitado o espaço para determinados segmentos da pequena produção.

Essa ligação apresenta uma correspondência espacial, na medida em que aquelas áreas onde foi mais acentuado o impacto das alterações na atividade agrícola foram também aquelas que, no primeiro quinquênio da década, apresentaram as maiores elevações no grau de vinculação dos produtores ao cooperativismo. Desta forma, eram os Municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena e Medianeira aqueles que, em 1975, contavam com as mais altas participações dos produtores no sistema cooperativista, enquanto Municípios

⁴⁸ As quatro cooperativas que iniciaram suas atividades no começo da década de 70, foram: COOPERVALE (Palotina), COOPAGRO (Toledo), COPAGRIL (Marechal Cândido Rondon) e COOPAVE (Cascavel).

como Matelândia, Catanduvas e Céu Azul, pela sua fraca participação na expansão da lavoura da soja, apresentaram os mais baixos índices de associação ao cooperativismo.

As diferenciações quanto à inserção dos produtores no sistema cooperativista é claramente percebida quando se comparam dois Municípios — Marechal Cândido Rondon e Matelândia —, representativos dessas categorias espaciais, segundo os estratos fundiários, no período 1970-1975 (Gráfico 2).

As transformações ocorridas na utilização da terra e nas características técnicas do processo produtivo, associadas à atuação das instituições que implementaram, a nível local, as diretrizes de política agrícola, estabelecidas no final da década de 70, incidiram de modo diferenciado no espaço rural do Oeste Paranaense na primeira metade da década de 70. Com base em alguns elementos⁴⁹ considerados fundamentais para a caracterização do processo de modernização dessa região, foi produzida uma categorização espacial, com vistas a avaliar o impacto diferencial desse processo, após um quinquênio de intensa transformação (Mapa 14).

Ressalta, inicialmente, um segmento espacial representado pelos Municípios de Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon, onde a organização produtiva comandada pelo cultivo da soja subverteu, de modo mais amplo, a estrutura produtiva anterior. Reunindo, no início da década, condições privilegiadas no contexto regional, no que diz respeito à presença de instituições⁵⁰ capazes de difundir ou de subsidiar a implantação de uma organização produtiva em moldes modernos, esses Municípios lideraram, desde 1970, a extraordinária expansão da soja no Oeste Paranaense. Tal expansão foi, ademais, facilitada pelas características topográficas propícias no processo de mecanização inerente a essa nova estrutura produtiva. Vale ressaltar que a ação conjugada desses fatores fez com que o padrão fundiário, caracterizado pelo predomínio dos pequenos estabelecimentos, não se constituísse em um entrave à inserção dessa área na nova divisão territorial do trabalho. Essa inserção é, em certa medida, indicada pelo fato de a área ter concentrado, em 1975, 35,4% da superfície com lavoura de soja e 37,9% do número de tratores do Oeste Paranaense. Por outro lado, esses Municípios, já em 1975, detinham a metade do número de cooperados do Oeste Paranaense e 35,4% do número de produtores que, nessa região, recorria ao crédito bancário para a realização de sua produção, o que reafirma a força dessas instituições na reorganização espacial dessa região.

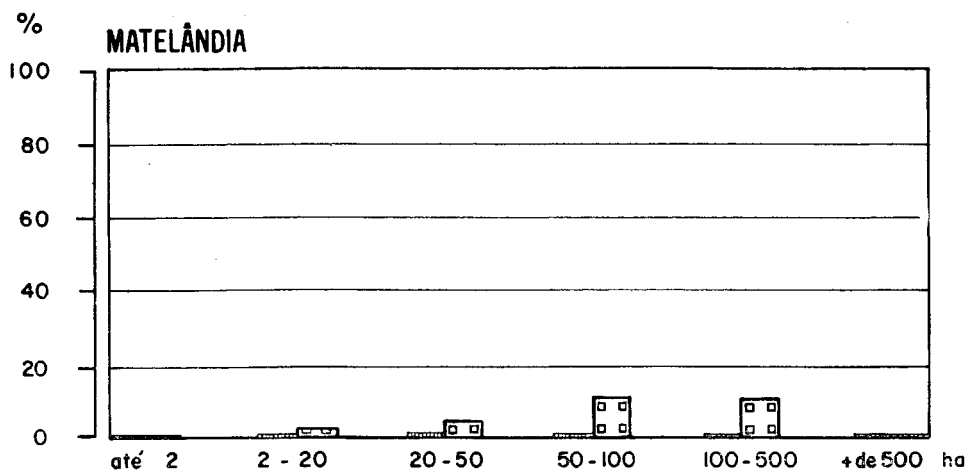
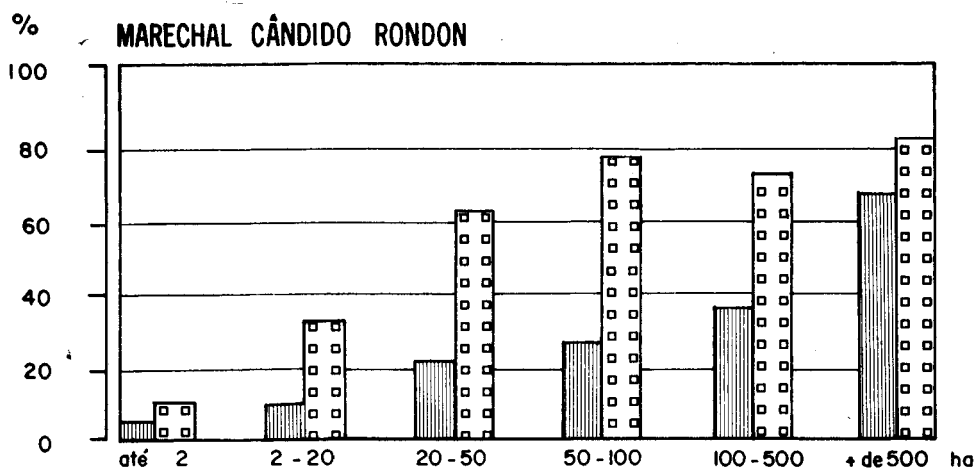
A atuação dessas instituições conferiu também a Medianeira uma posição importante no contexto de expansão do complexo agroindustrial da soja, já que este Município sediou, em meados da década de 60, uma

⁴⁹ Os elementos que serviram de base à avaliação das diferenciações espaciais registradas após um período de intensa transformação de espaço regional foram: área colhida com soja, percentagem do número de produtores que usam trator e dos que usam adubo químico no número total de produtores, percentagem dos produtores que recorreram a crédito e dos associados à cooperativa no número total de produtores em 1975. Cabe observar que os dados utilizados dizem respeito ao agregado municipal.

⁵⁰ Já na década de 60, o Município de Toledo contava com um escritório da EMATER-PR (antiga ACARPA) e com uma agência do Banco do Brasil que atendia aos Municípios de Palotina e Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, desde 1970, em cada um desses Municípios foram fundadas cooperativas que tiveram um papel importante na difusão da modernização da agricultura na área.

ASSOCIAÇÃO A COOPERATIVAS, SEGUNDO ESTRATOS FUNDIÁRIOS

(Percentagem de produtores associados a cooperativas no número total de estabelecimentos)



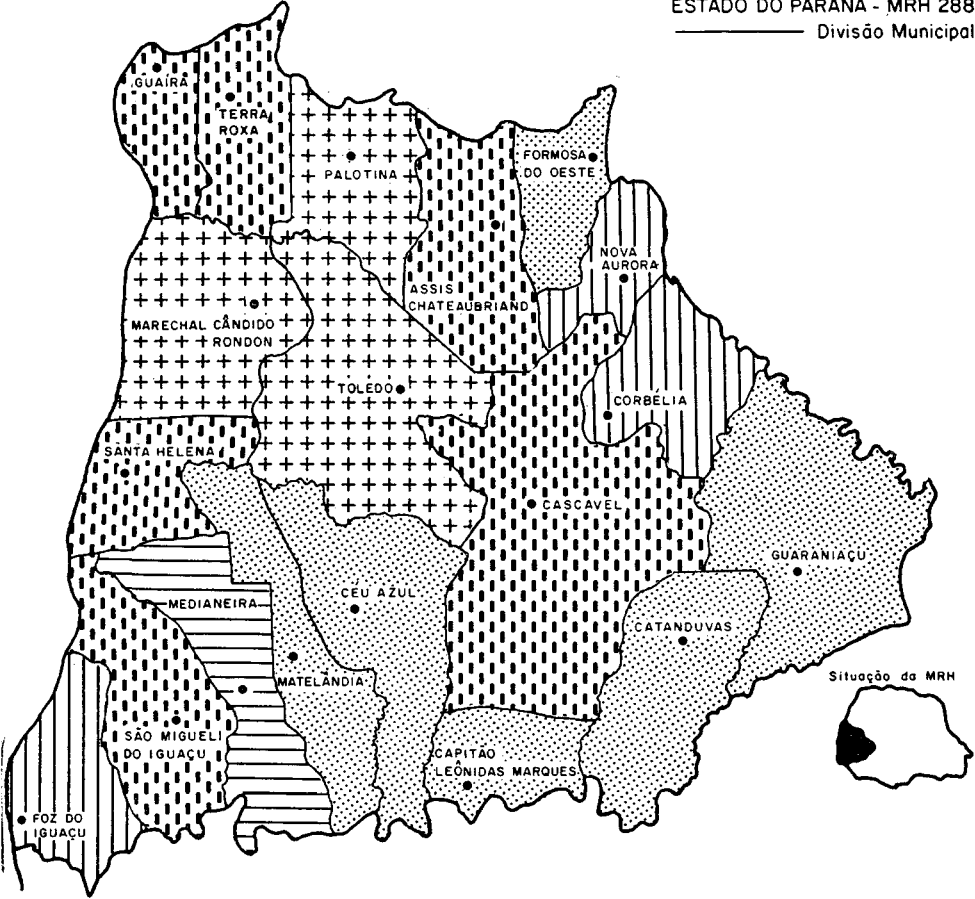
FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975

R.C.N

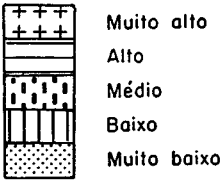
Gráfico 2

A DIMENSÃO ESPACIAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288
Divisão Municipal



GRAU DE MODERNIZAÇÃO



0 10 20 30 km

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais dos
Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mapa 14

das primeiras cooperativas da região e, desde o início da década seguinte, contou com uma agência do Banco do Brasil, viabilizando a implantação de uma agricultura modernizada em um município atravessado por um dos eixos mais importantes de circulação da região — BR-277 — e que dispunha, em 1970, de grande parte de seu território ainda não incorporada à área produtiva.

Uma terceira categoria espacial é constituída por municípios nos quais a nova organização produtiva implantada na década de 70 caracteriza de modo marcante a agricultura regional, mas não absorve, de forma tão acentuada, quanto aos segmentos espaciais anteriores, o espaço agrário local ⁵¹. Apresentando uma estrutura de produção mais diversificada, quando da expansão do cultivo da soja em moldes modernos, uma vez que além da policultura colonial, a pecuária e/ou a cafeicultura constituíam-se em atividades importantes, os municípios incluídos nesta categoria conservaram, em alguma medida, essas atividades, não tendo sistema produtivo atual provocado uma forte homogeneização do espaço agrário. Mais dotado do que os demais municípios do grupo quanto a instituições ligadas à agricultura e quanto a condições de acessibilidade, Cascavel figura entre os grandes produtores de soja no Oeste Paranaense, sediando uma importante indústria de processamento da produção de soja.

As unidades municipais deste grupo detinham, em 1975, 39,9% da área colhida com soja e 36% do número de tratores, o que deixa indicada a velocidade com que se deu, no primeiro quinquênio da década de 70, a difusão do cultivo da soja sobre áreas de policultura, sobre espaços não integrados ao processo produtivo e, mesmo sobre terras ocupadas com lavoura permanente e pastos, quando, entre outras condições, apresentavam-se topograficamente adequadas à mecanização intensa que caracterizou essa onda expansionista.

Com intensidade mais fraca do processo de implantação da organização produtiva atual, figuram Nova Aurora e Corbélia que, subordinados a Cascavel, no que diz respeito aos serviços de instituições ligadas à agricultura, estiveram menos inseridos na expansão do cultivo da soja, no primeiro quinquênio da década de 70. Situados na porção norte da região em estudo, faziam parte, nesse período, de um espaço participante, em certa medida, da economia cafeeira do norte paranaense. Ainda nesse nível de intensidade de expansão da agricultura moderna inclui-se Foz do Iguaçu, onde tanto a estrutura produtiva anterior mais diversificada, incluindo a pecuária bovina, quanto a atuação mais tardia de agências de difusão do novo patamar técnico-produtivo responderam pela mais fraca inserção do Município no processo de expansão da soja, no período 1970-1975.

O segmento de mais fraca participação no processo evolutivo que atingiu o Oeste Paranaense nos primeiros anos da década de 70 corresponde, sobretudo, a municípios da vertente do rio Iguaçu ⁵² que, embora contando, nessa época, com espaços fracamente utilizados ou, mesmo não integrados à ocupação, tinham na condição topográfica de grande parte de sua superfície um fator de entrave à expansão da agricultura mecanizada. Inclui-se, também, nessa categoria espacial, o

⁵¹ Os Municípios que compõem essa categoria espacial são: Assis Chateaubriand, Cascavel, Guaíra, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa.

⁵² Tais Municípios são: Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Guaraniaçu e Matelândia.

Município de Formosa do Oeste, na porção setentrional da região que, por ser, tanto em 1970, quanto em 1975, o maior produtor de café do Oeste Paranaense, apresentou-se menos participante no processo de expansão do cultivo da soja. A presença tardia de instituições que agilizassem a mudança na estrutura de produção dessa extensa área é evidenciada pelo baixo grau, em 1975, de vinculação ao cooperativismo e ao crédito rural uma vez que, nesse segmento espacial, concentravam-se apenas 3,6% dos cooperados e 15,7% dos produtores que recorreram a crédito no Oeste Paranaense. Por outro lado, a fraca transformação da estrutura produtiva fica indicada pelo fato de a área deter apenas 11,3% da superfície com soja e 10,5% do número de tratores da região em estudo, em 1975.

Uma vez verificado o caráter seletivo do processo de modernização da agricultura do Oeste do Paraná, tanto em termos espaciais, quanto a nível da estratificação fundiária, no período inicial desse processo é de se supor que, em seu desdobramento posterior, se tenha acentuado essa tendência, em face do desenvolvimento das forças produtivas associado ao fortalecimento da ação das instituições que implementaram, a nível local, as diretrizes de política agrícola nacional. Dessa forma, cabe aprofundar o entendimento do processo de modernização da agricultura nessa área, em uma etapa mais recente de sua evolução e em uma escala de análise mais detalhada, a do estabelecimento rural.

4 — O ESPAÇO AGRÁRIO ATUAL: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DIFERENCIADA DOS PRODUTORES NA NOVA ORDEM ECONÔMICA

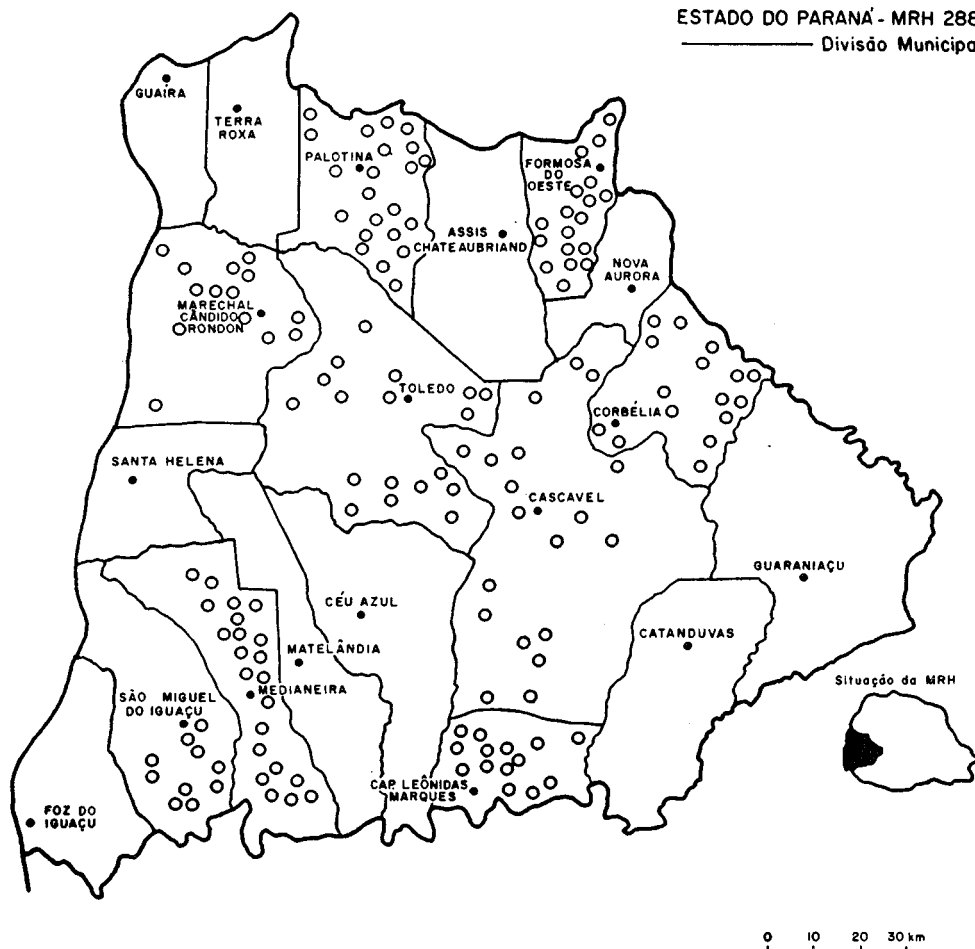
A pesquisa direta sobre modernização da agricultura no Oeste Paranaense⁵³ centrada no entendimento da mediação, efetuada pelas Instituições, entre as diretrizes de política do Estado e a realização da produção tomou como referência, para a eleição de áreas, a categorização espacial produzida a partir do estudo da evolução da agricultura regional no primeiro quinquênio da década de 70.

Dessa forma, foi priorizada a investigação direta em todas as unidades municipais integrantes das categorias de inserção mais acentuada na organização produtiva atual — Marechal Cândido Rondon, Palotina, Toledo e Medianeira. Com relação às categorias subseqüentes, a pesquisa procurou cobrir unidades que se diferenciavam, quer em termos da organização produtiva anterior a 1970, quer em termos de suas características físicas ou de suas condições gerais de acessibilidade, numa perspectiva de que essas ordens de aspectos pudessem, de alguma forma,

⁵³ Esta pesquisa foi efetuada em dois momentos: num primeiro (junho de 1981) processou-se o reconhecimento da área de estudo e, num segundo momento (novembro-dezembro de 1981), realizou-se a investigação junto aos estabelecimentos rurais. No decorrer da pesquisa, as autoras contaram com o apoio da Delegacia de Estatística do IBGE em Curitiba, da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, do Instituto de Terras e Colonização, da Universidade Federal do Paraná, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, das Agências Municipais de Estatística do IBGE, das Agências do Banco do Brasil, dos Escritórios da EMATER-PR e da direção das Cooperativas locais, aos quais expressam seu agradecimento. A gratidão das autoras dirige-se, de modo muito especial, aos produtores rurais do Oeste Paranaense, cujos depoimentos, além de se constituírem no fundamento da pesquisa, imprimiram vida e sentido ao desenvolvimento do trabalho.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS

ESTADO DO PARANÁ - MRH 288
Divisão Municipal



Mapa 15

influenciar à inserção posterior dos produtores rurais na nova ordem econômica.

Nas unidades municipais selecionadas, procedeu-se a uma investigação direta, por amostragem, privilegiando a estratificação fundiária regional, de modo a garantir a representatividade dos diferentes segmentos de produtores, com vistas ao entendimento das articulações diferenciadas entre esses e as Instituições locais viabilizadoras do intenso processo de modernização a que foi submetido o Oeste Paranaense nos últimos anos (Mapa 15 e Anexo 1). Tal investigação fundamentou-se na aplicação, junto aos produtores rurais, de um questionário estruturado de forma a coletar informações relativas a cinco ordens principais de indagação (Anexo 2). Com a primeira delas, referente às características do produtor e aos aspectos fundiários, pretendeu-se apreender

a questão da reprodução da pequena produção na área e os aspectos ligados à valorização da terra e à ativação do mercado fundiário regional. A segunda ordem de indagação, ligada às características da organização produtiva, visou captar a evolução recente do uso da terra e da tecnologia empregada e a investigar as formas de inserção do produtor no mercado. Os vínculos entre a produção e as Instituições foram, também, objeto de pesquisa, no sentido de aprofundar o entendimento da articulação entre a mudança na estrutura de produção e as condições concretas de vinculação dos produtores a essas Instituições viabilizadoras, a nível local, da modernização da agricultura. Finalmente, as novas tendências relacionadas à esfera técnico-produtiva e à permanência da pequena produção compõem os dois últimos conjuntos de informações levantadas junto aos produtores rurais.

4.1 — Características básicas da organização produtiva

O Oeste do Paraná constituiu-se num espaço de reprodução da pequena produção dos Estados do Sul do País, nos quais, formou-se um excedente demográfico característico de uma fase mais avançada da colonização, efetuada por migrantes de origem européia, que pôde, em parte, ser absorvido nas duas últimas décadas⁵⁴ em áreas como o Oeste do Paraná, com grande extensão de seu território ainda não incorporada ao processo produtivo (Mapa 16). Com efeito, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina procederam 62,9% dos produtores componentes do universo de investigação direta⁵⁵ sendo mais acentuada a participação de agricultores dessa procedência nos menores estratos de área, evidenciando um fluxo preferencial de pequenos produtores a partir das áreas coloniais gaúchas e catarinenses para a área de pesquisa.

Registra-se, também, a presença, nos pequenos estabelecimentos, de produtores procedentes não só do norte do Paraná, como de São Paulo e de Minas Gerais que se estabeleceram, em especial, na parte setentrional da área sob investigação, freqüentemente na condição de parceiros na lavoura do café. Por outro lado, nos estratos de maior dimensão, superiores a 50 hectares, além dos produtores oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é também significativa a proporção de agricultores de procedência paulista, em um contexto de expansão de capitais privados, sobretudo de origem rural.

⁵⁴ Dos produtores investigados, 34,8% iniciaram a exploração de seus estabelecimentos na década de 60, enquanto 45,8% o fizeram na década subsequente. Assim, apesar de os anos 60 terem sido aqueles de acentuado crescimento do contingente demográfico e do número de estabelecimentos, também na primeira metade da década posterior, verificou-se um aumento expressivo do número de unidades produtivas, uma vez que, paralelamente ao processo natural de fragmentação da terra por herança, ocorreu a ativação do mercado fundiário com a expansão acentuada da atividade agrícola em espaços, até então, não incorporados à produção. Essas características do último período referido encontram-se significativamente representadas no universo da pesquisa realizada.

⁵⁵ Desses Estados, as áreas que contribuíram com os maiores contingentes de migrantes foram as de organização colonial de Santa Rosa, Erechim e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e as de Rio do Peixe e Carbonífera, em Santa Catarina.

FLUXO MIGRATÓRIO DE PRODUTORES RURAIS PARA O EXTREMO OESTE PARANAENSE, SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO

REGIÃO SUL
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

0 50 100 150 km

- | | |
|----------------------------------|--|
| 276 - Colonial do Irati | 305 - Col. do Rio do Peixe |
| 279 - Norte Velho de Jacarezinho | 306 - Col. do Oeste Catarinense |
| 280 - Algodoeira de Assaí | 307 - Planalto de Canoinhas |
| 281 - Norte Novo de Londrina | 311 - Vinicultora de Caxias do Sul |
| 282 - Norte Novo de Maringá | 312 - Col. do Alto Taquari |
| 284 - Norte Novo de Apucarana | 313 - Col. do Baixo Taquari |
| 286 - Campo Mourão | 314 - Fumicultora de Santa Cruz do Sul |
| 288 - EXTREMO OESTE PARANAENSE | 315 - Vale do Jacuí |
| 290 - Campos de Guarapuava | 323 - Col. das Missões |
| 291 - Médio Iguaçu | 324 - Col. de Santa Rosa |
| 292 - Col. de Joinville | 325 - Col. do Iraí |
| 294 - Col. de Blumenau | 326 - Col. de Erechim |
| 295 - Col. do Itajaí do Norte | 327 - Col. de Ijuí |
| 296 - Col. do Alto Itajaí | 328 - Passo Fundo |
| 297 - Florianópolis | 330 - Soledade |
| 300 - Carbonífera | 331 - Campos de Vacaria |
| 301 - Lit. Sul Catarinense | |

Década de chegada ao
Extremo Oeste Paranaense

Década de saída do
local de origem

1mm = 1 PRODUTOR

- Anterior a década de 1940
- Década de 1940
- Década de 1950
- Década de 1960
- Década de 1970
- Década de 1980

FONTE: IBGE - DEGEQ/DIRUR - Pesquisa Direta - nov./dez. 1981

No sentido de compreender a evolução posterior da dinâmica populacional da região, cabe observar que, na área pesquisada, apenas 40% dos produtores saíram diretamente de seus locais de origem para o Oeste Paranaense, sendo os percentuais inferiores a essa média regional característicos das classes de pequenos estabelecimentos: 2 a 20 e 20 a 50 hectares. Tal fato insere-se em um contexto de reprodução da pequena produção, característico da organização produtiva policultora-suinocultora, na qual o produtor, em sua decisão de migrar, dirigia-se, preferencialmente, para áreas de ocupação mais recente e estruturalmente semelhantes e próximas às suas áreas de origem. Na medida em que, nas áreas novas repetiam-se as mesmas condições determinantes da primeira migração, uma nova etapa migratória se efetuava, guardadas as características gerais do processo de deslocamento a curta distância. Assim, conforme a procedência se desse, inicialmente a partir de áreas de colonização antiga ou recente no Rio Grande do Sul ou a partir de áreas coloniais catarinenses, a chegada ao oeste do Paraná se fazia após um número variável de etapas migratórias. Com efeito, praticamente 1/3 dos produtores investigados estabeleceu-se no oeste do Paraná após uma etapa anterior de migração, reduzindo-se progressivamente a proporção daqueles que efetuaram número mais elevado de passos migratórios. Ainda assim, 15% dos produtores chegaram à área pesquisada após ter cumprido duas etapas de migração, enquanto aqueles com três etapas representam proporção bem mais reduzida (5,7%) dos agricultores pesquisados.

O afluxo de agricultores para o Oeste Paranaense, combinado à implantação e à expansão de uma organização produtiva pouco absorvedora de mão-de-obra, acabou formando, nessa região, um excedente demográfico constituído, em um primeiro momento por produtores sem terra e por pequenos agricultores proprietários que, dada a não disponibilidade de áreas próximas onde pudessem reproduzir suas condições anteriores de existência, viram-se forçados a empreender deslocamentos a longa distância em direção às áreas remotas da fronteira agrícola recente.

A estrutura produtiva atual, no entanto, manteve um traço fundamental da organização precedente representado pela dominância do pequeno estabelecimento explorado pelo proprietário⁵⁶, com base na mão-de-obra familiar. De fato, os dados da pesquisa direta são bastante expressivos no sentido de mostrarem a prevalência do trabalho familiar (Tabela 10) na atividade agropecuária nas classes de estabelecimentos de tamanho inferior a 100 hectares, onde essa categoria de mão-de-obra representa 81 a 100% do total das pessoas ocupadas nesses estabelecimentos. Vale ressaltar que existe uma ruptura muito acentuada na participação do trabalho familiar nos estabelecimentos de mais de 100 hectares, nos quais tanto a escala de exploração, quanto o caráter

⁵⁶ Cabe observar que a predominância da exploração direta das unidades produtivas pelo proprietário é uma característica comum a todos os estratos fundiários da região. Quando se considera o agregado dos estabelecimentos investigados, a percentagem de produtores proprietários atinge 85,2%.

capitalista conduzem à utilização do trabalho assalariado que, nos estabelecimentos de 100 a 500 hectares e de mais de 500 hectares atinge 66,1 e 91,4% do total do pessoal ocupado ⁵⁷.

TABELA 10

PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	PESSOAL OCUPADO			
	Total	Categoria do pessoal ocupado (%)		
		Familiar	Assalariado	Outras
Até 2.....	13	100,0	—	—
2 — 20.....	194	89,7	8,4	2,1
20 — 50.....	128	85,2	14,1	0,8
50 — 100.....	58	81,0	12,1	7,0
100 — 500.....	180	26,1	66,1	7,8
500 e mais.....	769	1,8	91,4	6,8

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

Com relação ao trabalho assalariado (Tabela 11), verifica-se que no estrato fundiário de 100 a 500 hectares é dominante a contratação de trabalhadores temporários ⁵⁸, o que se associa a um contexto de demanda desigual de mão-de-obra no decorrer do ciclo produtivo da lavoura da soja. Por outro lado, a participação significativa do trabalhador permanente nos estabelecimentos de área superior a 500 hectares, deve-se, em grande parte, à prática da atividade criatória, expressiva nesse estrato fundiário, juntamente com as lavouras comerciais.

A reprodução da pequena propriedade familiar se deu concomitantemente com profundas transformações na organização técnico-produtiva do Oeste Paranaense, tais como a substituição da policultura colonial pelo binômio soja-trigo e a rápida difusão da mecanização, deslocando o emprego tradicional da tração animal. O caráter eminentemente agrícola do uso da terra é evidenciado pela alta participação da lavoura temporária na área total dos estabelecimentos — acima de 50% — em todos os estratos fundiários, com exceção daquele superior a 500 hectares (Tabela 12). O ritmo acelerado de expansão horizontal da lavoura sobre terras improdutivas reduziu substancialmente as

⁵⁷ Os dados censitários referentes à composição da mão-de-obra revelaram, já no ano de 1975, essa mesma estrutura que se viu reforçada com a evolução subsequente do processo de modernização da agricultura na região.

⁵⁸ É bastante difundido, na região, o emrego do trabalhador volante, proveniente, em sua maioria, da própria região sob investigação, embora ocorra, também, a presença do trabalhador temporário que, ao contrário desse, detém ainda a posse de meios de produção, entre os quais a terra, sem que possa, no entanto, garantir a sua reprodução enquanto produtor, sem a venda de sua força de trabalho em outros estabelecimentos.

TABELA 11

**TRABALHO ASSALARIADO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA NA
MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981**

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE ASSALARIADOS	CATEGORIAS DE ASSALARIADOS	
		Permanentes (%)	Temporários (%)
Até 2.....	—	—	—
2 — 20.....	16	37,5	62,5
20 — 50.....	18	—	100,0
50 — 100.....	7	71,4	28,6
100 — 500.....	119	31,1	68,9
500 e mais.....	703	55,2	44,8

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

áreas florestais da região que atualmente ocupam apenas uma proporção reduzida da superfície dos estabelecimentos rurais ⁵⁹, conforme evidenciado através dos dados da pesquisa direta.

TABELA 12

**USO DA TERRA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO
EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA						
	Total (ha)	Uso da terra					
		Lavoura temporária		Lavoura permanente		Mata	
		(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
Até 2.....	2,9	1,6	55,2	—	—	—	—
2 → 20.....	640,5	465,1	72,6	28,8	4,5	26,4	4,1
20 → 50.....	922,0	734,5	79,7	20,6	2,2	44,0	4,8
50 → 100.....	858,7	592,3	69,0	29,0	3,4	47,2	5,5
100 → 500.....	3 747,4	2 095,7	55,9	—	—	293,3	7,8
500 e mais.....	71 980,2	16 881,9	23,4	4 798,9	6,7	28 829,2	40,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

A lavoura no Oeste Paranaense foi assumindo, ao longo da década de 70, um caráter altamente especializado, uma vez que, ao cultivo da soja é que estão associadas as grandes mudanças ocorridas no uso da

⁵⁹ Na classe dimensional superior a 500 hectares, a presença, na amostra, de um estabelecimento pertencente a uma empresa madeireira foi responsável pela participação elevada da área em mata nesse estrato.

terra e nas características técnicas da atividade agrária. Com efeito, a inserção das unidades produtivas na nova organização econômica se fez de forma pronunciada, contingenciada praticamente pelo acesso, por parte dos produtores, aos recursos financeiros, uma vez que, raramente, as características físicas ou locacionais dos estabelecimentos constituíram-se em obstáculo ao forte domínio que a soja passou a exercer sobre a destinação das terras agrícolas. Assim, a área cultivada com soja ocupa de 76 a 88,4% da área em lavouras nos estabelecimentos de superfície superior a 20 hectares (Tabela 13). Nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, a escala de exploração e o patamar financeiro, nem sempre adequados à adoção do cultivo comercial da soja, respondem pela proporção mais reduzida (40,5%), se bem que ainda bastante significativa da área ocupada pela soja no conjunto das terras agrícolas.

TABELA 13

PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
	Soja		Trigo	
	Área cultivada (ha)	% na área de lavoura temporária	Área cultivada (ha)	% na área de lavoura temporária
Até 2.....	—	—	—	—
2 — 20.....	188,5	40,5	107,7	23,2
20 — 50.....	601,6	81,9	400,0	54,5
50 — 100.....	450,1	76,0	297,7	50,3
100 — 500.....	1 853,7	88,4	1 101,1	52,5
500 e mais.....	14 015,4	83,0	2 081,2	12,3

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGE0) IBGE.

Acompanhando a expansão da lavoura da soja, no sentido de uma utilização mais intensiva dos meios de produção — terra e maquinaria —, ocorreu a difusão do cultivo do trigo, embora em escala mais reduzida, no âmbito do processo de modernização verificado na região. Assim, o cultivo do trigo se constitui, atualmente, em um dos usos da terra mais importantes ocupando, numa etapa do ano agrícola, metade da área em lavoura temporária nos estabelecimentos de 20 a 500 hectares (Tabela 13). Nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, a menor expressão da lavoura tritícola associa-se à menor inserção desse estrato no processo de mudança dessa região. Já nas unidades produtivas de mais de 500 hectares, a fraca participação do trigo no conjunto das lavouras temporárias adquire uma outra conotação, significando uma opção, por parte dos produtores, por atividades de mais baixo custo de produção e menos vulneráveis às injunções de ordem climática.

A adesão dos produtores rurais a esses cultivos, que representam a nova base econômica regional, se fez de forma diferenciada entre os diversos segmentos de agricultores em função da escala de exploração,

na medida em que esta reflete as condições de acesso aos recursos financeiros compatíveis com o pacote tecnológico inerente à implantação e à expansão das lavouras da soja e do trigo. Desse modo, com base nos dados da pesquisa direta, constatou-se que os estratos de 20 a 500 hectares que, já em 1975, atingiram maior grau de inserção na nova estrutura produtiva, são os que continuam a manter a maior proporção de agricultores que aderiram à prática desses cultivos (Tabela 14). A magnitude dessa proporção dá uma nítida idéia da extensão com que se processou a mudança da organização produtiva da área.

TABELA 14

NÚMERO DE PRODUTORES DE SOJA E TRIGO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	ADESÃO DOS PRODUTORES AOS CULTIVOS DE SOJA E TRIGO			
	Soja		Trigo	
	Número de produtores	% no número total de produtores	Número de produtores	% no número total de produtores
TOTAL.....	118	76,1	86	55,5
Até 2.....	—	—	—	—
2 — 20.....	46	70,8	23	35,4
20 — 50.....	28	96,5	28	96,4
50 — 100.....	12	92,3	11	84,6
100 — 500.....	16	84,2	14	73,7
500 e mais.....	16	64,2	10	40,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

As condições concretas de permanência dos produtores nessa nova estrutura de produção puderam ser avaliadas na investigação de campo, onde a análise da questão da desistência dos cultivos de soja e trigo revelou alguns aspectos importantes da problemática da modernização de caráter subsidiado e do modo pelo qual a pequena produção se inseriu no surto modernizador da agricultura. Antes de mais nada, cabe ressaltar que 21,2% dos produtores entrevistados declararam ter desistido de plantar soja e 37,2% abandonaram o cultivo de trigo (Tabela 15). Estas percentagens são bastante elevadas quando se tem em conta o rompimento quase generalizado com relação à organização produtiva anterior e a existência de uma infra-estrutura regional fortemente voltada para a produção da soja e do trigo. A questão da desistência assume caráter mais grave quando se constata que 80% dos agricultores desistentes do cultivo de soja pertencem à categoria de pequenos produtores que exploram estabelecimentos entre 2 e 20 hectares. Quando se procura recuperar os motivos dessa desistência, constata-se que o principal deles é o alto custo de produção, uma vez que 40% desses pequenos produtores desistentes do plantio de soja declararam não ter podido sustentar uma produção assentada no emprego maciço da mecanização e de insumos de origem industrial. A baixa

produtividade e a ocorrência de pragas, duas outras razões também citadas, ligam-se, possivelmente, à impossibilidade de um segmento da pequena produção cumprir todos os requisitos técnicos inerentes à realização de tal produção. A consciência que o pequeno produtor tem de sua dificuldade em conduzir uma lavoura em moldes altamente tecnificados transparece em outro enunciado de motivo de desistência de cultivar a soja que é o de “ser pequeno”.

TABELA 15

NÚMERO DE PRODUTORES DESISTENTES NA CULTURA DA SOJA E DO TRIGO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	DESISTÊNCIAS DO CULTIVO DE SOJA E TRIGO					
	Soja			Trigo		
	Número inicial de produtores	Número de produtores desistentes	% de desistências	Número inicial de produtores	Número de produtores desistentes	% de desistências
TOTAL.....	118	25	21,2	86	32	37,2
Até 2.....	—	—	—	—	—	—
2 — 20.....	46	20	43,5	23	9	39,1
20 — 50.....	28	—	0,0	28	8	28,6
50 — 100.....	12	2	16,7	11	4	36,4
100 — 500.....	16	—	0,0	14	5	35,7
500 e mais.....	16	3	18,7	10	6	60,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGE0) IBGE.

Ao contrário do que ocorre com a soja, a desistência em relação à lavoura do trigo, por se prender a um fator climático — a geada —, portanto extrínseco à realização da produção, verifica-se nos diversos estratos de área, de forma praticamente indiferenciada. Contudo, a maior proporção de desistência desse cultivo — 60% — foi observada nos estabelecimentos de mais de 500 hectares, cujos produtores, pela sua condição privilegiada quanto aos recursos próprios e creditícios, encontram-se mais aptos a reformularem a organização de sua produção, superando a rígida estrutura produtiva regional, assentada, basicamente, nas lavouras mecanizadas da soja e do trigo.

No que se refere à mecanização, a sua adoção, por parte dos diferentes segmentos de produtores, constituiu-se em um dos traços marcantes das transformações da agricultura do Oeste Paranaense, em especial nos estabelecimentos de 20 a 500 hectares, nos quais, segundo os dados da pesquisa direta, o emprego da mecanização se fazia em todas as unidades produtivas. Importa observar que nos estabelecimentos dessa dimensão é que se registrou, também, a maior expansão das lavouras da soja e do trigo, o que deixa indicada a simultaneidade da difusão dos diferentes elementos que compõem a nova estrutura produtiva.

A mudança técnica se deu de forma tão acentuada nessa região, ao longo da década de 70, que incorporou, mesmo, e de modo expressivo, os estabelecimentos de 2 a 20 hectares que, embora, muitas vezes, com dimensão considerada incompatível com o emprego de máquinas nos trabalhos agrários, apresentam um alto grau de adesão à mecanização, uma vez que 60% dos produtores responsáveis por unidades produtivas dessa dimensão declararam praticar lavoura mecanizada.

Os dados concernentes à posse e ao aluguel de máquinas (Tabela 16) servem à compreensão da forma pela qual se viabilizou a modernização da agricultura nas diversas categorias dimensionais de estabelecimentos. Assim, chama a atenção o fato de que 1/5 de pequenos produtores — de 2 a 20 hectares — teve acesso à compra de trator, o que revela a ação conjugada da política de crédito subsidiado e da estratégia de ampliação do mercado de máquinas desenvolvida pelas indústrias de equipamentos agrícolas. Por outro lado, o aluguel de máquinas entre esses pequenos produtores constitui-se em prática comum, tanto que 40,3% deles usam trator, mediante pagamento de aluguel a pequenos e médios produtores que têm, nessa prestação de serviços, uma forma de complementação de sua renda.

TABELA 16

USO DE MÁQUINAS PRÓPRIAS E ALUGADAS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	PRODUTORES QUE CONTAM COM MÁQUINAS PRÓPRIAS E/OU ALUGADAS			
	Trator		Colheitadeira	
	% de produtores que possuem	% de produtores que alugam	% de produtores que possuem	% de produtores que alugam
Até 2.....	25,0(1)	0,0	0,0	0,0
2 — 20.....	21,0	40,3	1,6	37,1
20 — 50.....	82,8	17,2	31,0	69,0
50 — 100.....	84,6	15,4	53,9	30,8
100 — 500.....	100,0	0,0	63,2	26,3
500 e mais.....	88,0	0,0	64,0	8,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEQ) IBGE.

(1) Este percentual corresponde a um produtor.

O patamar tecnológico alcançado pela atividade agrícola na região supõe a mecanização da fase de colheita; no entanto, os altos investimentos envolvidos na aquisição de colheitadeira limitaram o acesso de um segmento considerável de pequenos e médios produtores a esse meio de produção. Esse aspecto aparece evidente quando se comparam, no âmbito dos estabelecimentos mais participantes da organização dominante de produção — aqueles de 20 a 500 hectares —, as proporções de produtores proprietários de trator e de colheitadeira. Com efeito, no contexto dessas categorias dimensionais, se de 82,8 a 100% dos produtores tiveram acesso à compra de trator, apenas de 31 a 63,2%

apresentaram condição de adquirir colheitadeira (Tabela 16). É ainda a necessidade de elevados investimentos para a mecanização da fase de colheita que responde pelo aumento da proporção daqueles que alugam colheitadeira relativamente à daqueles que alugam trator. A mais alta proporção de aluguel de colheitadeira corresponde ao estrato de 20 a 50 hectares, o que se deve, por um lado, a um contexto de elevada inserção dos produtores desse estrato dimensional na estrutura produtiva atual e, por outro lado, a condições insuficientes de recursos próprios e creditícios de grande parte desses médios produtores para aquisição desse equipamento de alto custo.

A mecanização das diferentes etapas do processo de produção impôs-se como parte integrante do novo padrão técnico-produtivo e, quer através da compra ou do aluguel, o emprego da força mecânica deu-se indistintamente nas diferentes escalas de estabelecimentos. Ilustra muito bem esta afirmativa o fato de não existirem diferenças muito acentuadas na relação entre o número de tratores e de colheitadeiras e o número de estabelecimentos nas diversas categorias de unidades produtivas investigadas (Tabela 17). Assim, quando se levam em conta as classes dimensionais onde foi mais intensa a adesão aos cultivos da soja e do trigo, verifica-se que, enquanto nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares, um trator serve a 0,80 estabelecimentos, nos de 100 a 500 hectares, a relação é de um trator para 0,51 estabelecimentos; por outro lado, é praticamente uniforme a relação entre o número de colheitadeira e o número de estabelecimentos, uma vez que a disponibilidade é de uma colheitadeira por estabelecimento.

TABELA 17

DIFUSÃO DA MAQUINARIA AGRÍCOLA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	DIFUSÃO DA MAQUINARIA AGRÍCOLA			
		Trator		Colheitadeira	
		Número	Relação estabelecimento/ trator (%)	Número	Relação estabelecimento/ colheitadeira (%)
Até 2.....	4	1	4,0	—	—
2 — 20.....	65	38	1,7	24	2,7
20 — 50.....	29	36	0,8	30	1,0
50 — 100.....	13	25	0,5	13	1,0
100 — 500.....	19	37	0,5	20	1,0
500 e mais.....	25	183	0,4	69	0,4

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

Na medida em que é pouco diferenciada a relação entre o equipamento empregado nos trabalhos agrários e o número de estabelecimentos nos diversos estratos de área, é de se supor que haja uma

subutilização da maquinaria nos estabelecimentos de menor dimensão. Com efeito, quando se leva em conta o número médio de horas/ano efetivamente trabalhadas pelo trator e pela colheitadeira e o número médio de horas/ano representativo da plena capacidade de utilização desse equipamento⁶⁰, verifica-se a ociosidade desses meios de produção nos estabelecimentos de menos de 50 hectares (Tabela 18). Essa ociosidade da maquinaria dos pequenos e médios estabelecimentos é, em parte, compensada pela prestação de serviços que, em geral, os proprietários desses equipamentos subutilizados efetuam nos estabelecimentos cujos produtores não detêm a posse desses meios de produção. A relação entre o número de tratores e de colheitadeiras e a área ocupada com lavoura temporária é um elemento adicional que reafirma a crescente utilização dessas máquinas à medida que aumenta a área da unidade produtiva, mostrando uma utilização menos intensa da maquinaria nos pequenos e médios estabelecimentos (Tabela 19).

TABELA 18

OCIOSIDADE DA MAQUINARIA AGRÍCOLA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	OCIOSIDADE DA MAQUINARIA AGRÍCOLA			
	Trator		Colheitadeira	
	Número médio de horas/ano trabalhadas	Índices de ociosidade (1)	Número médio de horas/ano trabalhadas	Índices de ociosidade (1)
Até 2.....	(2)	—	—	—
2 → 20.....	206,4	0,3	20,0	0,1
20 → 50.....	744,0	0,8	147,0	0,7
50 → 100.....	952,8	1,1	294,0	1,5
100 → 500.....	1 004,0	1,1	331,0	1,7
500 e mais.....	1 365,6	1,5	453,0	2,3

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGE0) IBGE.

(1) Este índice foi obtido através da relação entre o número médio de horas/ano efetivamente trabalhadas e o número médio de horas/ano representativo da plena capacidade de utilização do equipamento.

(2) Não foi obtida a informação referente ao único trator existente nesse estrato de área.

Quando se considera a mecanização como parte de um processo que, passando pela concentração fundiária, acaba por levar à redução do nível de absorção de mão-de-obra, é importante reter que tal mecanização, embora à escala regional tenha se efetuado com a mesma intensidade, tanto no primeiro quinquênio da década de 70, quanto no segundo, ela se mostra acentuadamente concentrada na primeira metade da década, nos estratos superiores a 20 hectares (Tabela 20).

⁶⁰ Os valores utilizados como parâmetros para o número médio de horas/ano foram: 900 horas/ano para o trator e 200 horas/ano para a colheitadeira. SAAD, Odilon. *Seleção do Equipamento Agrícola*.

TABELA 19

**INTENSIDADE DA UTILIZAÇÃO DA MAQUINARIA AGRÍCOLA,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO
OESTE PARANAENSE — 1981**

CLASSES DE ÁREA (ha)	INTENSIDADE DA UTILIZAÇÃO DA MAQUINARIA AGRÍCOLA	
	Relação área de lavoura temporária/trator	Relação área de lavoura temporária/colheitadeira
Até 2.....	1,6	—
2 — 20.....	12,2	19,4
20 — 50.....	20,4	24,5
50 — 100.....	23,7	45,6
100 — 500.....	56,6	104,8
500 e mais.....	92,2	244,7

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

O acesso tardio de grande parte dos pequenos produtores — 2 a 20 hectares — à mecanização fez com que a redução na capacidade de absorção de mão-de-obra continuasse a se efetuar, ao longo da década, uma vez que esse segmento corresponde a uma parcela muito expressiva dos produtores rurais da região.

TABELA 20

**ADOÇÃO DE MECANIZAÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA
MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1960-1981**

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	ADOÇÃO DE MECANIZAÇÃO NOS PERÍODOS						
	Total	1960-1969		1970-1975		1976-1981	
		Número de adotantes	%	Número de adotantes	%	Número de adotantes	%
TOTAL.....	117	5	4,3	57	48,7	55	47,0
Até 2.....	—	—	—	—	—	—	—
2 → 20.....	39	—	—	8	20,5	31	79,5
20 → 50.....	27(1)	1	3,7	17	63,0	9	33,3
50 → 100.....	13	1	7,8	8	61,5	4	30,7
100 → 500.....	19	2	10,6	10	52,6	7	36,8
500 e mais.....	19(1)	1	5,3	14	73,7	4	21,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

(1) Dois adotantes não informaram o ano de adoção e não foram, portanto, computados.

O aprofundamento da modernização da agricultura, acompanhando a expansão da produção de insumos de origem industrial, intensificou o processo de insumização no Oeste do Paraná, na medida em que, ao uso

bastante difundido da adubação química ⁶¹ acrescentou-se a utilização do herbicida, o que veio reduzir, ainda mais, a capacidade de absorção de mão-de-obra no setor agrário. Com efeito, a pesquisa junto aos produtores rurais revelou que nos estratos de área de maior concentração da produção de soja, a proporção de adotantes de herbicida é significativa, variando de 44,8 a 84,6%. Ficou, também, evidente que a grande expansão da demanda desse insumo ocorreu na segunda metade da década de 70 (Tabela 21), agravando as condições de emprego na atividade agrícola, uma vez que o uso do herbicida, ao substituir a mão-de-obra numa fase do ciclo produtivo muito demandante de trabalho e ainda pouco envolvida no processo de mudança técnica — a dos tratos culturais —, manteve as condições gerais conducentes à evasão de população do campo.

TABELA 21

**ADOÇÃO DE HERBICIDA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA
MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1960-1981**

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	ADOÇÃO DE HERBICIDA NOS PERÍODOS						
	Total	1960-1969		1970-1975		1976-1981	
		Número de adotantes	%	Número de adotantes	%	Número de adotantes	%
TOTAL.....	55	2	3,6	14	25,5	39	70,9
Até 2.....	—	—	—	—	—	—	—
2 → 20.....	8	—	—	1	12,5	7	87,5
20 → 50.....	13	2	15,4	2	15,4	9	69,2
50 → 100.....	11	—	—	3	27,3	8	72,7
100 → 500.....	12	—	—	4	33,3	8	66,7
500 e mais.....	11	—	—	4	36,4	7	63,6

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGE0) IBGE.

O processo de mecanização e de insumização do campo, decorrente da nova estrutura produtiva, implantada com a expansão da lavoura da soja, rebateu-se diretamente sobre a capacidade de absorção da mão-de-obra. De fato, a absorção de trabalho mostrou-se estreitamente associada ao nível de capitalização dos estabelecimentos rurais, uma vez que quanto maior o número de itens poupadores de trabalho, menor o emprego de mão-de-obra por unidade de área. No que se refere à soja, as diferenciações existentes quanto ao nível técnico das unidades produtivas permitem distinguir essa relação inversa entre a utilização

⁶¹ Os dados da pesquisa direta mostraram que, naqueles estratos fundiários de maior inserção na nova estrutura produtiva — 20 a 500 hectares, a proporção de produtores que usa adubação química está compreendida entre 92,3 e 100%, remontando a adoção desse insumo ao final da década de 60, quando 11% de produtores inovadores do plantio da soja em escala comercial, dele já faziam uso.

de tecnologia moderna e o emprego da mão-de-obra. Assim, os estabelecimentos pesquisados que usam apenas um item poupador de mão-de-obra, concentram-se nas classes de maior absorção de trabalho, enquanto 78% dos que empregam três elementos de modernização situam-se nas classes que utilizam até nove homens/dia por hectare ⁶² de soja (Tabela 22).

TABELA 22

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS
PRODUTORES DE SOJA, POR CLASSES DE ABSORÇÃO DA
MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO OS ITENS POUPADORES DE TRABALHO
NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981**

ITENS POUPADORES DE MÃO-DE-OBRA	CLASSES DE ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (Homens/dia por hectare)				
	Até 4	4 — 9	9 — 18	18 — 41	41 e mais
0	—	—	—	50,0	50,0
1	—	—	—	50,0	50,0
2	47,3	23,7	15,8	13,2	—
3	44,0	34,0	18,0	4,0	—

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

A nova estrutura produtiva implantada no oeste paranaense reba-teu-se, também, sobre a própria composição da mão-de-obra. Desse modo, a análise conjunta dessa composição e do emprego da técnica, segundo os diferentes estratos dimensionais, reafirmou a tese da compatibilização do trabalho familiar com a utilização de tecnologia moderna no processo produtivo, notadamente nos estabelecimentos de área inferior a 50 hectares. Nessas unidades produtivas, à medida que aumenta o número de itens poupadores de mão-de-obra utilizados no processo de produção, diminui a proporção do trabalho assalariado no total da mão-de-obra (Tabela 23), acentuando o caráter familiar do trabalho. Já o estrato de 50 a 100 hectares, embora ainda com predomínio do trabalho familiar, começa a compartilhar de algumas características referentes à utilização da mão-de-obra dos estabelecimentos de maior área, nos quais, pela própria dimensão, a mão-de-obra familiar não é capaz de realizar as tarefas agrícolas componentes de uma utilização intensiva da unidade de exploração, ou naqueles em que o papel do trabalho familiar restringe-se, apenas, ao gerenciamento, como é o caso das unidades de produção com área superior a 500 hectares.

O entendimento das diferentes relações entre a força de trabalho e o emprego da técnica no Oeste do Paraná salienta o fato de o processo de capitalização em curso na região ter preservado um segmento

⁶² O cálculo de homens/dia por hectare de soja foi elaborado tomando-se em consideração os dados da investigação direta, referentes ao número médio de pessoas ocupadas por dia e ao total de dias de trabalho, nas diferentes fases do calendário agrícola.

TABELA 23

PARTICIPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA, NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO POR ITENS POUPADORES DE MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO			
	Número de itens poupadores de mão-de-obra			
	0	1	2	3
2 → 20.....	3,1	17,0	6,2	8,3
20 → 50.....	—	50,0	14,9	11,5
50 → 100.....	—	—	—	17,5

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEQ) IBGE.

expressivo de pequenas propriedades familiares, cujos produtores não se viram envolvidos no processo de expropriação que atingiu aqueles com precárias condições de acesso à terra.

Neste contexto, cabe focalizar que, muitas vezes, a tecnificação crescente do processo produtivo, ao resultar na não utilização plena do potencial de trabalho familiar na lavoura comercial de grãos, acaba conduzindo à possibilidade de diversificação de atividades. Com efeito, através da investigação direta, foi possível constatar que, nas categorias dimensionais de estabelecimentos de predominância de mão-de-obra familiar, 65% dos produtores rurais que desenvolviam outras atividades paralelamente à produção comercial de grãos, utilizavam menos da metade do potencial do trabalho familiar⁶³. Tal diversificação representada, fundamentalmente, pela criação de suínos e aves e pela lavoura do fumo constituiu-se, por um lado, na criação de fontes de renda adicionais para o pequeno produtor, tornando-o menos sujeito à dependência com relação ao setor de lavoura para exportação, vulnerável a injunções que escapam ao seu controle. Por outro lado, o desenvolvimento dessas atividades carrega o significado de uma subordinação crescente da pequena produção agrícola ao setor industrial.

No âmbito da articulação da pequena produção com o processamento industrial, ressalta a atividade suinocultora, legada da antiga organização produtiva regional e que, ao longo da década de 70, passou por uma alteração substancial no seu processo produtivo, no sentido mais amplo. Com efeito, verificou-se uma mudança profunda na estrutura de custos da suinocultura, acompanhando a própria transformação na base técnica ocorrida na atividade agrícola da região, uma vez que o nível de capitalização alcançado por esta atividade, associado a uma acentuada valorização das terras, restringiu o espaço para a prá-

⁶³ O indicador da intensidade do emprego da mão-de-obra familiar foi construído levando-se em consideração, por um lado, o potencial do trabalho familiar, obtido com base nos dados referentes ao número de pessoas da família que efetivamente trabalha no estabelecimento e ao número de dias de trabalho no ano e, por outro lado, o total de homens/dia utilizado nas lavouras comerciais de grãos.

tica de atividades de caráter extensivo. A modificação no sistema de criação foi bastante ampla, envolvendo investimentos em instalações e em melhoria genética e despesas crescentes com alimentação. Quanto a esta, processou-se significativa transformação, na medida em que os itens de alimentação dos suínos, anteriormente produzidos no estabelecimento criador, foram deste dissociados, passando a ser adquiridos na indústria e no comércio da região.

A mudança para a suinocultura confinada foi incentivada pela existência, na região, desde meados da década de 60, de uma indústria de processamento da produção — SADIA — que, ao ampliar o mercado para a suinocultura regional, veio garantir, notadamente naqueles estabelecimentos de predomínio da mão-de-obra familiar, a permanência dessa atividade ao lado da lavoura mecanizada da soja. A coexistência dessas atividades, nesses estabelecimentos, foi constatada na investigação de campo, uma vez que se mostrou significativa a proporção de produtores que desenvolvem a suinocultura comercial, paralelamente ao cultivo da soja. Cabe ressaltar que essa coexistência ocorre especialmente nos estratos dimensionais de 20 a 50 e de 50 a 100 hectares, onde abrange, respectivamente, 34,5 e 30,8% das unidades produtivas, o que deixa indicado que, além da não utilização plena da mão-de-obra, a diversificação de atividades pressupõe, também, uma capacidade de endividamento lastreada em um acesso mais amplo aos meios de produção.

O fato de, na categoria dimensional de 2 a 20 hectares, o desenvolvimento paralelo da suinocultura e da lavoura da soja ter perdido muito de sua expressão com a desistência do cultivo da soja por parte de considerável parcela de pequenos produtores, vem reforçar a idéia de que a prática de mais de uma atividade de caráter mercantil está na dependência do mecanismo de acesso dos agricultores aos recursos financeiros, que se tem mostrado seletivo, na medida em que exclui parte considerável do contingente de pequenos produtores.

Se essa seletividade já se faz sentir ao nível do vínculo comercial com a indústria ⁶⁴, ela se torna muito mais evidente quando esse número de vínculos se amplia, via integração à indústria. Com efeito, através da investigação de campo, constatou-se que os suinocultores participantes do sistema de integração encontram-se em faixas mais elevadas de renda média mensal, situadas entre 7,8 e 49,1 vezes o salário mínimo médio regional do ano da pesquisa ⁶⁵. Isto se compreende em um contexto em que a indústria assume o controle e estabelece normas técnicas para a produção, envolvendo as exigências de instalações adequadas e a padronização genética e alimentar, esta última privilegiando os insumos fabricados pela própria indústria compradora de suínos. Neste sentido, cabem ao produtor os investimentos em instalações, os quais não podendo, em geral, ser efetuados com base em recursos próprios, conduzem o produtor a recorrer ao crédito bancário. Para aten-

⁶⁴ Esse vínculo comercial com a indústria mostrou-se muito significativo, uma vez que os dados da investigação de campo revelaram que 53% da produção regional de suínos são absorvidos diretamente pela indústria local de processamento da produção. Cabe ressaltar que parte dos 25,2% da produção entregues aos intermediários é encaminhada, também, à indústria de transformação da produção suinocultora do Oeste do Paraná.

⁶⁵ A renda do estabelecimento foi calculada tendo-se em conta os ganhos obtidos com a venda da produção, deduzidos os gastos envolvidos no processo produtivo. Essa renda será tratada com mais detalhe, posteriormente, neste capítulo. O parâmetro usado para expressar essa renda foi o salário mínimo médio regional que, em 1981, era de Cr\$8,2 milhares.

dimento às exigências ligadas ao melhoramento genético e à alimentação e trato de suínos, é a indústria que assume a posição de credora, uma vez que fornece, ao suinocultor, as matrizes e reprodutores de raça e também a ração e os medicamentos, cujo pagamento é efetuado por ocasião da entrega da produção à indústria. O criador de suínos coloca-se, assim, duplamente endividado, uma vez que é compelido a recorrer ao crédito bancário e ao financiamento concedido pela indústria. Quanto a esta, o monopólio que exerce junto aos integrados permite-lhe regular tanto o preço dos insumos quanto o da matéria-prima. Direcionando a produção segundo seus interesses e tornando-se livre dos encargos e dos riscos envolvidos no processo produtivo, em seu sentido restrito, o sistema de integração constitui um dos exemplos mais característicos de subordinação do produtor à indústria e, ao mesmo tempo, uma forma de preservação da sua reprodução, na medida em que é a permanência do produtor, enquanto integrado à indústria, que viabiliza a realização lucrativa do processamento industrial.

A avicultura comercial constitui-se em um outro campo da produção incentivado pelo setor industrial, desenvolvendo-se, a partir de 1979, no bojo da política de expansão da exportação de produtos primários. Não sendo uma atividade tradicional no Oeste do Paraná, a sua implantação já se fez através de moldes modernos e em condição de subordinação à indústria, o que implica numa escala e em uma padronização da produção que exigem vultosos investimentos iniciais por parte do produtor integrado⁶⁶. Esse alto nível de investimento responde pelo fato de estarem os avicultores integrados em faixas de renda média elevadas, conforme se pôde verificar através da pesquisa direta. No âmbito dessa pesquisa foi possível ainda constatar que, embora pouco numerosos, foram os produtores integrados que contribuíram, em 1981, com 93,7% do total da produção comercializada de aves de corte da região, ficando a parcela restante da produção a cargo de pequenos estabelecimentos não integrados, de predomínio da mão-de-obra familiar, cujos produtores vêm nessa atividade a vantagem de uma renda complementar distribuída ao longo de todo o ano. Isto se comprova na medida em que é nos estabelecimentos de menos de 20 hectares que se concentram 56,5% dos produtores que desenvolvem a avicultura comercial no Oeste Paranaense.

A subordinação da agricultura à indústria, via sistema de integração, além de se verificar em dois campos de produção ligados à criação, dá-se, também, no setor agrícola, através da produção de fumo que, embora circunscrita à porção sul da área de pesquisa⁶⁷, merece referência no sentido de evidenciar a articulação da agricultura com o setor dominante da economia. A expressão econômica relativamente fraca que aí apresenta a lavoura do fumo prende-se, em grande parte, ao fato de o Oeste Paranaense representar o limite extremo da área de atuação das empresas processadoras de fumo que operam nas áreas

⁶⁶ A SADIA detém o monopólio da produção regional de frango de corte e dita as normas técnicas de todo o processo produtivo, uma vez que efetua, ao produtor, o fornecimento de pintos de um dia, de ração e de medicamentos e estabelece os requisitos para as instalações, que devem comportar cerca de 12 mil cabeças por aviário. O custo da instalação de um aviário com tal capacidade situava-se em torno de Cr\$ 3,0 milhões, no final do ano de 1981.

⁶⁷ As ocorrências de produção de fumo foram constatadas, no âmbito da investigação de campo, nos Municípios de Medianeira, São Miguel do Iguçu e Capitão Leônidas Marques.

coloniais do sul do País. A evolução posterior desse cultivo, na região, parece estar, em certa medida, condicionada à desistência do cultivo da soja por parte dos pequenos produtores que vêem na lavoura do fumo a possibilidade de uma produção de alto valor comercial e mais adaptada do que a precedente aos restritos meios de produção de que dispõem. Essa colocação se respalda no fato de a pesquisa ter evidenciado que os integrados à indústria do fumo são pequenos produtores pertencentes à categoria de estabelecimentos de 2 a 20 hectares⁶⁸ e que, em sua maioria, desistiram do plantio da soja, face à reduzida dimensão de suas unidades produtivas, desenvolvendo, paralelamente ao cultivo do fumo, a lavoura do milho e a suinocultura, com base na força de trabalho familiar.

Contrariamente ao que se verificou no caso da integração à indústria de processamento de produtos animais, os integrados à indústria de beneficiamento de fumo são agricultores que exploram estabelecimentos situados em faixas de baixas rendas, compreendidas entre menos de 2 e 7,8 salários mínimos médios regionais. Isto se entende no contexto do custo das instalações necessárias ao desempenho da atividade, uma vez que o fumo, na região, tem seu processo de secagem efetuado em galpões, cujo nível relativamente baixo do investimento exigido para sua construção permite que produtores, com acesso reduzido a meios de produção e a recursos financeiros, ingressem na prática da atividade.

A integração à indústria mostra-se, assim, como uma estratégia de reafirmação ou de ingresso da pequena produção familiar no novo patamar técnico-produtivo das atividades agropecuárias. No entanto, a proporção de integrados no total de produtores é relativamente baixa, tendo, ao nível da pesquisa direta, se apresentado da ordem de 9%⁶⁹. Por outro lado, a integração não abrange o campo dominante da produção representado pelo cultivo da soja, o que evidencia que a mudança técnica operada no Oeste Paranaense, como parte de um contexto mais amplo de política econômica do Estado, apoiou-se em outras formas de mediação cuja consideração merece ser aprofundada à luz dos resultados da pesquisa direta.

4.2 — A mediação entre as diretrizes de política econômica do Estado e a realização da produção

A mediação que se realiza por algumas das instituições que representam interesses do Estado — bancos, serviços de assistência técnica e cooperativas — entre as linhas gerais do modelo agrícola e a realização da produção, constitui-se em elemento central do entendimento

⁶⁸ Os estabelecimentos produtores de fumo, levantados na pesquisa, apresentam dimensão compreendida entre 4,8 e 13,3 hectares.

⁶⁹ Para o conjunto da população do Oeste do Paraná, excluindo-se a atividade fumageira e levando-se em conta somente o número de produtores integrados nas atividades de suinocultura e avicultura da FRIGOBRA (SADIA) em 30-11-1981, obteve-se uma proporção de 2,1% de produtores integrados à indústria no número total de produtores da região (este último levantado pelo Censo Agropecuário de 1980 com data de referência de 31-12-1980). Acredita-se que essa proporção possa estar subenumerada no caso de ter persistido, no decorrer do ano de 1981, a tendência verificada, no segundo quinquênio da década de 70, de retração do número de produtores rurais do Oeste Paranaense.

do processo de modernização da agricultura. A vinculação dos produtores às instituições se deu de forma diferenciada, uma vez que a heterogeneidade sócio-econômica associada, em grande parte, à escala da unidade de produção, agiu como um elemento condicionador desse processo de vinculação. Desta forma, as ligações dos produtores às instituições que atuam a nível local serviram ao aprofundamento das diferenciações entre os agricultores da região, definindo particularmente segmentos contrastados de produtores no interior da pequena produção.

A partir da idéia de que o processo de modernização da agricultura do Oeste Paranaense envolve diversificações verificáveis à escala do estabelecimento rural e de que a diferenciação no que diz respeito ao grau de inserção dos produtores na nova ordem econômica radica-se na combinação de vínculos que eles mantêm com as instituições locais ligadas à agropecuária, cabe examinar as características gerais de atuação dessas instituições e o modo pelo qual elas são percebidas pelos produtores rurais.

A presença de bancos, na região, precedendo a política creditícia viabilizadora do processo de modernização da agricultura, facilitou a implementação dessa política e fez com que a instituição bancária desempenhasse papel decisivo na mudança técnico-produtiva verificada no Oeste do Paraná, durante a década de 70. Com efeito, após um decênio de difusão acelerada dos cultivos da soja e do trigo, mostrava-se evidente tanto o caráter de dependência da lavoura modernizada com relação ao crédito rural, quanto o papel concentrador que essas lavouras exerceram no que diz respeito aos recursos creditícios colocados à disposição dos produtores. A pesquisa direta revelou que, para o conjunto da região, a soja e o trigo detiveram 90,1% do total do crédito de custeio concedido aos agricultores. A soja, dada a maior expressão espacial assumida regionalmente, concentrou 70,7% do volume do crédito de custeio. Embora a soja e o trigo sejam, nos estratos fundiários, superiores a 2 hectares, as lavouras monopolizadoras dos financiamentos bancários, é nos estratos mais inseridos na nova organização produtiva — os de 20 a 500 hectares — que esses cultivos atingem o máximo da concentração do crédito, detendo de 91,8 a 95,9% dos recursos do financiamento para custeio agrícola. A investigação de campo permitiu constatar que o nível de recursos creditícios absorvido por essas lavouras chega a representar percentagens expressivas do valor das vendas. Assim, tendo em conta o agregado regional, o crédito de custeio representou, no ano agrícola de 1981, 33,9% do valor das vendas no que diz respeito à soja e 41,1% no que se refere à lavoura do trigo, sendo pouco expressivas as diferenciações existentes entre as classes de estabelecimentos investigadas.

A dependência da lavoura modernizada com relação ao crédito rural pode ainda ser avaliada através da elevada proporção — 80,6% — de produtores que recorriam a financiamento bancário para a realização de sua produção. A vinculação ao crédito rural apresentou-se diferenciada segundo os estratos de área, sendo mais fracas as proporções de produtores vinculados à rede bancária nos estratos de área de menores dimensões, crescendo essas proporções à medida que aumenta a área dos estabelecimentos (Tabela 24). A exceção é representada pela classe de mais de 500 hectares, na qual a posse de recursos próprios ou a prática de atividades que prescindem dos modernos meios de produção respondem pela proporção mais baixa, relativamente aos estratos de 20 a 500 hectares, de produtores que recorrem à rede

bancária para o desempenho de suas atividades produtivas. A distribuição percentual, segundo os estratos fundiários, de produtores que recorrem a financiamento, deixa clara a relação que existe entre a posse de meios de produção e o acesso a recursos financeiros, relação essa que expressa o caráter seletivo do uso de recursos creditícios colocados à disposição dos produtores através da rede bancária.

TABELA 24

**VINCULAÇÃO DOS PRODUTORES AO CRÉDITO BANCÁRIO,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO
OESTE PARANAENSE — 1981**

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	PRODUTORES QUE RECORRERAM AO CRÉDITO BANCÁRIO	
	Número	% no número total de produtores
TOTAL.....	125	80,6
Até 2.....	1	25,0
2 — 20.....	44	67,7
20 — 50.....	28	96,5
50 — 100.....	13	100,0
100 — 500.....	19	100,0
500 e mais.....	20	80,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

Essa seletividade mostrou-se configurada, a nível da pesquisa direta, tanto no que se refere ao crédito de custeio quanto ao de investimento. Com efeito, considerando-se o crédito de custeio movimentado nas safras de soja e trigo, do ano de 1981, verificou-se que, enquanto os estabelecimentos de menos de 100 hectares detiveram apenas 11% do valor do crédito de custeio, os de área superior a 100 hectares concentraram 89% desse valor. Foi tomado, para fins de mensurar a seletividade da distribuição do crédito de custeio, o parâmetro de 100 hectares na medida em que, no âmbito da investigação de campo, foram os estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares os que se mostraram como aqueles que tinham a condução de seu processo produtivo apoiado, basicamente, na força de trabalho familiar. Por outro lado, no levantamento efetuado com relação ao endividamento dos produtores⁷⁰ ligado à compra de máquinas e/ou à construção de instalações essenciais ao processo produtivo e vinculado ao crédito de investimento, constatou-se que a proporção de produtores endividados é crescente à medida que aumenta a dimensão do estabelecimento. Assim, enquanto nos estabelecimentos de menos de 50 hectares a proporção de produ-

⁷⁰ A relação entre o montante do endividamento e a renda anual dos estabelecimentos raramente mostrou-se superior a 1%, o que, de certa forma, revela que o grau de endividamento parecia, à época da pesquisa, compatível com o retorno obtido a partir da prática dos cultivos da soja e do trigo. Cabe, entretanto, chamar a atenção para o fato de que possa ter sido freqüente a subenumeração do valor da dívida, na medida em que é possível que um segmento considerável de produtores tenha dificuldade quanto ao domínio do conhecimento do mecanismo de incidência de taxas de juros sobre o financiamento efetuado.

tores endividados alcança o máximo de 1/3 (Tabela 25), nas unidades produtivas de mais de 50 hectares, a proporção de agricultores endividados via crédito de investimento varia de 61,5 a 80%. Acredita-se que a ruptura quanto à percentagem de produtores endividados, verificada no limite de 50 hectares, tenha relação com a área mínima considerada viável de ser trabalhada por processo mecânico com maquinaria própria.

TABELA 25

PROPORÇÃO DE PRODUTORES ENDIVIDADOS VIA CRÉDITO DE INVESTIMENTO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	% DE PRODUTORES ENDIVIDADOS NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES
Até 2.....	25,0
2 → 20.....	23,1
20 → 50.....	34,5
50 → 100.....	61,5
100 → 500.....	73,7
500 e mais.....	80,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

Uma vez expressa, em alguns de seus aspectos, a seletividade quanto ao recurso ao crédito rural, cabe analisar uma faceta da expressão limite dessa seletividade representada pela não vinculação à rede bancária. Esta, ao se constituir num aspecto muito determinante da não inserção na estrutura dominante, serve à compreensão da forma pela qual vem se dando a modernização da agricultura em áreas de domínio de pequenos estabelecimentos.

Os produtores que não recorrem a financiamento bancário concentram-se em estabelecimentos de área inferior a 20 hectares, o que faz com que, no exame dos motivos de não vinculação ao crédito rural, a auto-exclusão pelo fato de ser pequeno produtor apresente-se como o principal motivo apontado, correspondendo a 28,6% do total de motivos enunciados. A consciência de vulnerabilidade do acesso ao meio de produção que é a terra, tanto no caso dos pequenos proprietários, quanto no dos que não detêm a propriedade da terra, vai determinar a decisão de não recorrer ao crédito bancário. Tal decisão pode ter suas raízes no fato de que, por ser pequeno, o produtor não se insere no novo sistema produtivo, do qual o recurso ao crédito é um dos componentes; pode derivar, por outro lado, do temor de se expor a experiências negativas vivenciadas por outros pequenos produtores que, tendo recorrido a financiamento, não foram bem sucedidos em suas reais aspirações de ascensão sócio-econômica. De qualquer forma, o que transparece no enunciado do motivo “ser pequeno” é o sentimento do pequeno produtor de que existe uma seletividade no acesso aos recursos financeiros.

Um outro motivo de conteúdo menos geral, apontado para o não recurso a financiamento e que também se associa a produtores que exploram estabelecimentos de menos de 20 hectares é o receio de endividamento e de perda de bens, que corresponde a 17,9% dos motivos enunciados. Com efeito, contrair dívida apresenta, para o pequeno produtor, uma conotação problemática, uma vez que sua renda, frequentemente, apenas permite a reprodução da força de trabalho familiar. Ademais, para os pequenos produtores proprietários, avulta o receio de perder a terra, em geral, o seu único meio de produção, o qual deve ser oferecido como garantia, junto à rede bancária, para obtenção de financiamento. A pesquisa efetuada demonstrou que a recusa do endividamento prende-se a duas perspectivas que aparecem como comprometedoras das condições de existência do pequeno produtor e de sua família. Uma delas consiste na eventualidade de o empréstimo obtido não resultar num aumento da renda do agricultor que lhe permita amortizá-lo, sem prejuízo de sua sobrevivência; a outra liga-se à probabilidade de uma frustração de safra reduzir a tal ponto a renda do agricultor, que o leve à contingência da venda parcial ou total de sua terra para saldar o compromisso bancário.

A burocracia envolvida na obtenção de financiamento bancário é um motivo que engloba 10,7% do total de motivos de não recurso a crédito, sendo, também enunciado por produtores que exploram estabelecimentos de menos de 20 hectares. De fato, para o produtor com fraco acesso à escolaridade formal, as exigências burocráticas ligadas à obtenção de empréstimo assumem uma conotação restritiva à sua aproximação da rede bancária⁷¹. Cabe ainda assinalar que tal burocracia resulta em perda de horas de trabalho do produtor, o que, num contexto de força de trabalho familiar desprovida de meios modernos de produção, acaba representando um reforço à posição do produtor quanto ao seu não envolvimento na burocracia bancária.

A análise da não vinculação à rede bancária só se mostrou relevante no caso dos estabelecimentos de menos de 20 hectares que concentraram a maioria dos produtores não tomadores de crédito, sendo os três motivos considerados de não recurso a crédito aqueles que apareceram com mais frequência no discurso explicativo da não vinculação do produtor à instituição bancária.

O conjunto das informações concernentes ao crédito rural, obtido a partir do trabalho de campo, mostrou que a condição sócio-econômica do produtor, pré-existente à implantação da lavoura modernizada, foi determinante da vinculação/não vinculação à instituição bancária, e deixou indicado que essa vinculação é um fator ponderável na diferenciação dos agricultores do Oeste Paranaense. A ligação dos produtores aos órgãos de assistência técnica, pela sua estreita relação com o vínculo à rede bancária, será objeto de análise com vistas ao melhor entendimento do papel que o contacto dos produtores com as instituições locais ligadas à agricultura exerceu na sua integração à organização produtiva implantada nos anos 70.

⁷¹ Na pesquisa efetuada constatou-se que, dos produtores que exploram estabelecimentos de menos de 20 hectares, 36,4% possuem primário incompleto, 16,7% são alfabetizados e 10,6% são analfabetos, o que totaliza 63,7% de produtores para os quais as exigências burocráticas aparecem como um sério entrave à sua vinculação à rede bancária.

Essa organização produtiva foi amplamente conduzida pela perspectiva do crédito orientado, na qual a assistência técnica coube um papel importante na difusão das inovações contidas no pacote tecnológico associado ao cultivo da soja. A atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), assim como a dos escritórios particulares de planejamento e assistência técnica, insere-se em um quadro mais amplo de uma política global, de opção pelo desenvolvimento agrícola assimilado à modernização do processo produtivo. Vale assinalar que a assistência técnica sistemática ao pequeno produtor adstrita à rede oficial restringe-se a um segmento muito limitado de agricultores, sendo a sua tônica, em termos regionais, a elaboração de projetos técnicos e o acompanhamento de sua implementação, no âmbito da organização produtiva dominante. São recentes os esforços da assistência técnica oficial no sentido de rebaixar os custos de produção, através da racionalização do uso de insumos de origem industrial e de incentivar a diversificação de atividades produtivas.

Nesse contexto é que se inscreve a visão freqüentemente negativa dos produtores locais quanto à assistência técnica e extensão rural, o que se torna especialmente relevante para consideração, uma vez que, na população investigada, 71% dos produtores encontravam-se vinculados aos serviços de assistência técnica. O grau de vinculação apresenta-se, no entanto, diferenciado segundo os estratos de área, sendo fraco naquele de menos de 2 hectares, não inserido no sistema soja-trigo, e no qual apenas 25% dos produtores recebem assistência técnica. Nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, praticamente metade dos produtores encontra-se vinculada aos serviços da assistência técnica, enquanto que nos estratos de área subseqüentes é bem mais elevada a proporção de produtores assistidos, sendo sempre superior a 75%. A proporção mais alta (96,5%) corresponde ao estrato de 20 a 50 hectares e coincide plenamente com o grau de adesão ao cultivo da soja nessa categoria de unidades produtivas. Os produtores dessa categoria inseriram-se maciçamente na nova ordem econômica pois, por um lado, tinham acesso a meios de produção que lhes facultaria o alcance de um novo patamar técnico e, por outro, o tamanho de seus estabelecimentos os deixava com opções reduzidas para o desenvolvimento de atividades lucrativas demandantes de áreas mais extensas.

A alta proporção de produtores que recorrem à origem agrônômica deixa claro o peso da instituição de assistência técnica para a realização da produção nos moldes atuais e aponta para o interesse em examinar a problemática enunciada pelos produtores quanto à forma de atuação dessa instituição.

Para o conjunto da área pesquisada, a orientação técnica inadequada figura como o principal problema, correspondendo a 47,4% dos problemas enunciados. Tal questão aparece como relevante, tanto entre os pequenos produtores do estrato de área de 2 a 20 hectares, quanto entre aqueles dos dois estratos superiores de área (100 a 500 hectares e mais de 500 hectares). De fato, com a passagem para uma nova organização de produção, em que o agricultor perde o domínio do processo de trabalho, na medida em que não detém todo o conhecimento necessário para a condução de uma agricultura em moldes modernos, a dependência com relação à orientação técnica tornou-se muito acentuada, assumindo uma dimensão especialmente importante, num contexto de elevados custos de produção. Dessa forma, eventuais malogros de safras associados à certeza ou ao pressentimento, por parte dos

agricultores, que são resultantes de inadequação da orientação técnica recebida, acabam conduzindo a uma atitude de descrédito face à assistência agrônômica e a uma postura de que a vivência diária dos problemas da produção confere uma sabedoria superior àquela advinda da aquisição formal do conhecimento técnico ⁷².

Outro problema que emergiu como importante, no que toca à orientação técnica, foi aquele relacionado à baixa frequência e à irregularidade nas visitas dos agrônomos aos estabelecimentos, compreendendo 42,1% dos problemas apontados pelos produtores. As visitas esporádicas às unidades produtivas têm efeitos especialmente prejudiciais no caso do cultivo do trigo, muito afetado por injunções de ordem climática que comprometem, sobremaneira, o resultado da colheita. No que diz respeito ao trigo, a atuação da orientação técnica assume, para o produtor, um significado importante, dada a relação que existe entre ela e o seguro agrícola — Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), uma vez que o acompanhamento do processo produtivo e a vistoria dos campos afetados pelas geadas estão afetos aos serviços de orientação técnica. Neste particular, as experiências negativas dos produtores no que concerne ao rebaixamento dos retornos obtidos em seus estabelecimentos, quer pela frustração da colheita, quer por não se beneficiarem, na medida de suas expectativas, do mecanismo de seguro agrícola, são decisivas no sentido de criarem antagonismo com relação à atuação do serviço de assistência técnica. A frequência com que transparece, no discurso dos agricultores, o conceito negativo quanto à orientação agrônômica e, ao mesmo tempo, a condição de subordinação em que são colocados frente à assistência técnica, por força dos dispositivos ligados ao crédito e seguro agrícola, deixam claro que as relações produtor $\times$ assistência técnica emergem como área-problema na inserção dos agricultores no sistema produtivo, tal como se encontra atualmente constituído.

A visão negativa quanto à orientação agrônômica é que vai responder pela maior parte da explicação da não vinculação à assistência técnica, situação esta que incide, particularmente, sobre os pequenos estabelecimentos, de menos de 20 hectares, onde é mais elevada a proporção de produtores que não se utilizam da orientação técnica. Os dados referentes ao conjunto da área investigada e que traduzem, dessa forma, a visão dos pequenos produtores, apontam como “desnecessário” o recurso à assistência técnica, numa perspectiva de que aqueles que “trabalham na terra” é que detêm o domínio sobre os procedimentos mais adequados no processo de trabalho ⁷³. Esse motivo de não recurso à assistência técnica, a partir da crença de que ela é desnecessária, correspondeu a 34,1% dos motivos de não inserção dos produtores na rede de orientação agrônômica.

A perspectiva de considerar desnecessário o recurso à assistência técnica vai respaldar o enunciado de um outro motivo de não vinculação à orientação técnica: o de não recorrer a financiamento. Esse enunciado traduz, também, a percepção do produtor de que a assistência técnica

⁷² Ilustra bem esta situação a seguinte observação efetuada durante a pesquisa de campo, pela esposa de um agricultor entrevistado, relativamente à orientação agrônômica recebida: “O melhor agrônomo entende menos que o menor de nossos piás”.

Obs.: Piá é termo usado, regionalmente, para referência a filhos menores, do sexo masculino.

⁷³ Tal perspectiva transparece, de modo muito claro, no teor da seguinte afirmação de um pequeno produtor: “Não preciso buscar entendimento com ninguém”.

está, de tal forma, atrelada ao crédito bancário que o não recurso a este traz, como consequência natural, a condução do processo produtivo através dos próprios conhecimentos do produtor devido à experiência acumulada ao longo dos anos. Para o conjunto da área pesquisada, 21,9% dos produtores que não recebem assistência técnica têm a visão de que, se recorressem a crédito bancário, seriam compelidos a se filiar à assistência agrônômica para elaboração de projeto técnico ou para cumprimento de algum outro dispositivo legal; participam da idéia de que, uma vez que não solicitam financiamento bancário para desenvolvimento de suas atividades de produção, não vêem razão de se vincularem à assistência técnica, ainda mais que grande parte desse segmento de produtores permanece ligada à estrutura produtiva anterior, da qual tem o domínio do conhecimento do processo de trabalho.

As considerações efetuadas quanto à assistência técnica, tanto no que diz respeito ao grau diferenciado de vinculação dos produtores a essa instituição, quanto no que se refere aos motivos da não vinculação serviram de reforço às idéias condutoras desta linha expositiva, na medida em que esclareceram aspectos ligados à seletividade da inserção na ordem econômica atual. Com efeito, o serviço de assistência técnica apareceu estreitamente relacionado a outros elementos definidores do ingresso na estrutura produtiva atual, tais como a adesão aos cultivos de soja e trigo e a vinculação à rede bancária. Por outro lado, as informações levantadas quanto à assistência técnica trouxeram suporte à idéia de que esse conjunto de elementos está associado à capacidade anterior à implantação da organização produtiva atual de os produtores determinarem meios de produção e, em especial, a terra.

A compreensão da passagem dos produtores do Oeste Paranaense para um novo patamar técnico-produtivo ganha extensão e profundidade, quando se considera a atuação das cooperativas cujo papel na realização da produção regional é bastante significativo⁷⁴. Apesar de dois municípios da região já contarem com cooperativas anteriormente à implantação de organização produtiva atual⁷⁵, dada a tradição cooperativista das áreas de procedência dos agricultores do Oeste do Paraná, registrou-se, com a difusão acelerada do cultivo da soja, tanto o aumento do número de cooperativas⁷⁶, quanto a diversificação e ampliação das funções exercidas pela instituição cooperativista. Repassando o crédito de custeio, colocando ao alcance do produtor os insumos de origem industrial, fornecendo orientação técnica e efe-

⁷⁴ O cooperativismo tem se caracterizado por uma expansão crescente no Oeste do Paraná. Segundo dados censitários, a proporção de cooperados no total de produtores elevou-se de 3,3 a 14% de 1970 a 1975. O confronto das informações relativas ao número de associados a cooperativas, coletadas junto a estas, por ocasião da pesquisa direta, com o dado referente ao número de produtores, levantado pelo Censo de 1980, permite estimar em 1/3 a proporção de produtores que mantêm vínculo com o sistema cooperativista.

⁷⁵ Desde 1963, encontra-se em atividade, em Cafelândia (inicialmente Distrito de Cascavel e atualmente sede de município), a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL) e, em 1965, passou a operar, em Medianeira, a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (COTREFAL), fundada em 1964.

⁷⁶ Em 1970, passaram a atuar, no Oeste Paranaense, a Cooperativa Agrícola Oeste Ltda. (COOPAGRO), em Toledo; a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. (COOPERVALE), em Palotina; a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. (COOPAVEL), em Cascavel e a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. (COPAGRIL), em Marechal Cândido Rondon. Em 1975, instalou-se, em Cascavel, a Cooperativa Central Regional Iguaçu (COTRIGUAÇU), à qual são filiadas as seis cooperativas singulares existentes no Oeste Paranaense e uma localizada no sudoeste do Estado — a Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda. (COAGRO).

tuando a compra da produção, a cooperativa possibilita o ingresso, na nova organização produtiva, de pequenos agricultores não vinculados ou esporadicamente vinculados a outras instituições locais. Constitui-se, dessa forma, em fator de manutenção da pequena produção, sem que se torne, contudo, em elemento frenador do processo de concentração fundiária nas áreas submetidas a acentuado processo de modernização, uma vez que, no contexto de diversificação de suas funções, as cooperativas passam a efetuar a colonização em áreas de fronteira⁷⁷, para onde se transferem os pequenos produtores, num esforço de aí reproduzirem a sua condição. Como parte do processo de expansão das cooperativas, coloca-se a incorporação da função industrial⁷⁸, ligada à área de produção dominante — a soja — e, nesse contexto de fortalecimento do caráter empresarial das cooperativas, está contida a perspectiva de preservação da pequena produção como fornecedora de matéria-prima, já que as cooperativas passam a competir com o capital multinacional, na captação da produção local.

No bojo da crescente importância da instituição cooperativista, que se efetiva num quadro de alterações quantitativas e qualitativas substanciais nas ações dessa instituição, aguçam-se as contradições, em termos da prática e da filosofia cooperativista. Tais contradições puderam ser apreendidas a partir da pesquisa direta, na qual o segmento de produtores cooperativados correspondeu a 52,9% da população investigada.

A alta proporção de produtores cooperados revela o peso da cooperativa na organização produtiva regional e assume especial significado quando se considera que essa instituição exerce sua atuação sobre um conjunto de produtores que, embora apresentasse potencial de adesão à estrutura comandada pela soja, parecia não mostrar autonomia para empreender o processo de mudança sem recurso à cooperativa, pensada como instituição de defesa dos interesses dos pequenos e médios produtores.

A distribuição das proporções de produtores cooperados, segundo estratos de área (Tabela 26) revela que as mais altas frequências de produtores filiados ao sistema cooperativista estão associadas a um conjunto de produtores pequenos e médios, em termos regionais. Assim, é nos estratos de 20 a 50 e 50 a 100 hectares que se encontram as mais elevadas percentagens de agricultores cooperados, respectivamente, 86,2 e 75% dos produtores desses estratos fundiários. A pesquisa demonstrou que, entre os produtores cooperados, há dois polos no que diz respeito ao significado que emprestam à cooperativa; de um lado, há produtores que enaltecem o cooperativismo, dele guardando uma visão apologética; de outro, há aqueles produtores para os quais as idéias norteadoras da instituição cooperativista não guardam correspondência com as ações concretas desempenhadas pela instituição, demonstrando um sentimento de espoliação e de logro que assume caráter, por vezes, radical.

⁷⁷ A COTRIGUAÇU, segundo informações obtidas durante a pesquisa direta, ainda não iniciou, efetivamente, suas atividades de colonização, embora já tenha realizado trabalhos preliminares para implantação de um núcleo de colonização, utilizando parte das terras de uma gleba de 1 milhão de hectares, de sua propriedade, no município de Aripuanã (MT).

⁷⁸ Por ocasião da pesquisa de campo, havia planos, a curto ou médio prazo, de processamento da produção de soja, por parte de três das cooperativas singulares: COTREFAL, COOPAVEL e COOPAGRO.

TABELA 26

**VINCULAÇÃO AO SISTEMA COOPERATIVISTA, SEGUNDO CLASSES
DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE
PARANAENSE — 1981**

TOTAL E CLASSES DE ÁREA (ha)	PRODUTORES FILIADOS A COOPERATIVAS	
	Número	% no número total de produtores
TOTAL.....	82	52,9
Até 2.....	—	—
2 — 20.....	27	41,5
20 — 50.....	25	86,2
50 — 100.....	9	75,0
100 — 500.....	9	47,4
500 e mais.....	12	48,0

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

Nesse sentido, a investigação efetuada quanto à problemática da prática cooperativista foi muito esclarecedora, no sentido de fornecer a visão do produtor quanto às formas de atuação de uma das instituições ligadas à agricultura e que apresenta grande importância em termos regionais.

Antes de mais nada, apresentou-se como relevante no conteúdo da problemática enunciada, com relação ao funcionamento da cooperativa, a questão do gerenciamento que engloba 27,8% dos problemas enunciados. Encobertos por esse enunciado geral estão alguns desdobramentos da questão. Assim, por um lado, a desconfiança de um segmento considerável de produtores quanto à integridade dos que gerem as cooperativas assume posição importante no discurso dos agricultores e tem, muitas vezes, suas raízes em fatos empíricos de registro antigo ou recente e de vivência direta ou indireta por parte dos entrevistados. Por outro lado, a postura crítica ao gerenciamento mostra-se, em alguns casos, como substitutiva de uma outra que, somente raras vezes, aparece claramente para os produtores: a de que a cooperativa assume o comportamento de uma empresa capitalista, que não vem correspondendo à imagem que dela faziam quando ingressaram em seu corpo de associados. Assim, se muitos, ao criticarem o gerenciamento, se dizem “decepcionados, pois não é o que achei que era”, não indo além, na sua posição crítica, outros, ao se sentirem prejudicados com os moldes em que funciona a cooperativa, enunciam suas críticas de uma forma que denuncia a percepção do caráter empresarial capitalista da instituição, ao se pronunciarem da seguinte maneira: “eles dizem que não visa a lucro, mas lucram”, ou então: “comércio e cooperativa é a mesma coisa; ganham mais do que quem produz” ou, ainda: “os associados não lucram; quem lucra é a cooperativa”⁷⁹.

⁷⁹ Muito rara é a ocorrência dos que encaram, com complacência, o caráter empresarial capitalista da cooperativa e que ainda o tomam como um benefício, como é o caso de um agricultor que explora um estabelecimento do estrato de área de 20 a 50 hectares, que declarou: “A cooperativa está judiando um pouco porque comprou uma indústria, mas é benefício pra nós. Em qualquer empresa, do couro sai a correia. Tem que ser”.

Uma outra faceta do mecanismo das relações produtor $\times$ cooperativa que se apresentou muito criticada pelos agricultores foi a classificação do produto, que foi enunciada como um problema, tendo correspondido a 16,4% do total de problemas apontados. Com efeito, por ocasião da entrega do produto para venda, o não cumprimento das especificações ligadas às características da mercadoria, estabelecidas pela cooperativa, resulta, por parte desta, em atribuição de preço mais baixo ao produto, sendo a diferença entre o preço da mercadoria, de acordo com os padrões ditados pela cooperativa, e aquele efetivamente pago ao produtor, destinada a colocar o produto dentro das normas exigidas. Nesse contexto, segundo o produtor, a operação de classificação transforma-se num instrumento de espoliação do agricultor que, com isso, acaba, muitas vezes, fazendo opção por outro sistema de venda que, dificilmente, lhe é mais favorável, uma vez que, no âmbito da circulação, o produtor se vê, com frequência, em posição desvantajosa, face aos agentes de comercialização.

Um outro aspecto apontado como problemático pelo produtor, no bojo de suas relações com a cooperativa, é o alto custo dos insumos nela adquiridos, tendo tal aspecto representado 14,7% dos problemas enunciados pelos produtores. A acentuada demanda de insumos, associada à organização produtiva implantada na década de 70, representa para os produtores parcela substancial de seus gastos totais, a qual tentam, de alguma forma, reduzir. O ingresso nos quadros da cooperativa afigurava-se, para muitos, como a possibilidade de adquirir insumos a preços de tal forma inferiores aos do mercado, a ponto de poder, com isso, obter uma repercussão favorável sobre a renda de seus estabelecimentos. Dessa maneira, se o preço dos insumos adquiridos na cooperativa não se apresenta compensador, na medida das expectativas dos produtores, essa questão se transforma numa restrição séria dos produtores à cooperativa que, no dizer de muitos “não passa de um comércio”.

Por outro lado, as taxas pagas pelos produtores para serem associados à cooperativa, no contexto de um orçamento da unidade produtiva que, em geral, não deixa margem para sobrecarga de despesas, aparecem, para um segmento considerável de produtores, como excessivamente elevadas. Assim, os descontos sofridos pelos produtores para a manutenção de seu vínculo com o sistema cooperativista são por eles enunciados como um dos problemas que enfrentam nas suas relações com tal sistema. Esse problema, no âmbito da pesquisa, correspondeu a 9,8% dos problemas apontados.

Finalmente, abrangendo 8,2% dos problemas relevantes nas relações do produtor com a cooperativa, situa-se o aspecto dos preços pouco favoráveis de venda dos produtos agrícolas. Este problema relaciona-se, em certa medida, com aquele vinculado à classificação do produto e, só neste caso, se sustenta atribuir a questão dos preços pouco remuneradores ao sistema cooperativista, já que tal questão é bem mais complexa, fazendo parte de uma problemática mais ampla, vivenciada pela maioria dos produtores entrevistados e que será analisada posteriormente.

Quando a problemática da vinculação ao sistema cooperativista é analisada, segundo estratos de área, chama a atenção o fato de os problemas enunciados pelos produtores da classe dimensional de 2 a 20 hectares⁸⁰ e de a principal questão levantada pelos agricultores do

⁸⁰ Na classe de área de menos de 2 hectares não foi constatada, na pesquisa direta, a ocorrência de produtores vinculados a cooperativas.

estrato de área de 20 a 50 hectares dizerem respeito a fatos de repercussão direta e imediata sobre a renda dos produtores, o que implica reconhecer que uma visão mais interpretativa da lógica do sistema cooperativista não encontra lugar num contexto em que os produtores esperam de suas rendas que, no máximo, lhes garantam a sobrevivência e não os exponham à perda de seus meios de produção. Assim, o alto preço dos insumos e as elevadas taxas pagas às cooperativas são, para os produtores dos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, os problemas que correspondem, respectivamente, a 45,4 e 27,3% do conjunto de problemas apontados pelos agricultores desse estrato fundiário. Na classe de 20 a 50 hectares, a principal questão enunciada foi a referente aos preços pouco favoráveis de venda dos produtos agrícolas que correspondeu a 29,4% das restrições colocadas pelos produtores quanto ao seu relacionamento com a Cooperativa.

Já um segmento dos agricultores que exploram estabelecimentos de 20 a 50 hectares e a totalidade ou a maioria dos agricultores das classes subseqüentes de área, que enunciaram haver problemas quanto ao cooperativismo, apontam o gerenciamento como a questão fundamental, que retira do agricultor a possibilidade de se beneficiar de sua vinculação à cooperativa e, nesse caso, a focalização da questão assume os diferentes matizes já discutidos, quando da análise da problemática, efetuada a partir dos dados agregados da região investigada. Cabe, entretanto, assinalar que, na classe de 100 a 500 hectares, os problemas ligados à classificação do produto e ao alto preço dos insumos adquiridos na cooperativa detêm proporção considerável do total de problemas apontados. Trata-se, possivelmente, de uma questão de escala de produção, uma vez que o grande volume de mercadoria entregue à cooperativa por essa categoria de produtores muito inserida na organização produtiva comandada pela soja e a grande quantidade de insumos adquiridos fazem com que os problemas enunciados lhes reduza a margem de lucro, assumindo papel relevante num discurso voltado para o seu relacionamento com a instituição cooperativista.

Dada a expansão que essa instituição vem apresentando no Oeste Paranaense e tendo em conta o fato de essa região caracterizar-se pelo domínio da pequena produção que, em termos teóricos, se inscreveria, adequadamente, no sistema cooperativista, assume especial interesse a análise dos motivos da não vinculação dos produtores às cooperativas locais.

Nessa análise, ressalta o fato de que 25% dos produtores não vinculados ao sistema cooperativista apontem como razão para tal fato a circunstância de serem pequenos produtores. Com efeito, a auto-exclusão pela declaração de pequena produção, ao aparecer como importante motivo de não integração à cooperativa, deixa entrever a não correspondência entre a proposta cooperativista e as condições concretas de atuação da instituição. Em vez de os pequenos produtores encararem a cooperativa como instrumento que lhes possa trazer vantagens na viabilização da sua produção, eles a percebem como mecanismos não compensador para a pequena produção. A idéia de não compensação pode assumir vários significados, uma vez que alguns produtores incriminam a cooperativa no enunciado de auto-exclusão, ao dizerem: "eles não querem saber dos pequenos". Para outros agricultores há mecanismos no sistema cooperativista prejudiciais aos que produzem em pequena escala, parecendo esses produtores dar impressão de que não fariam restrições sérias à inserção no sistema se não fossem pequenos

produtores, uma vez que alegam: “a produção é pequena e não compensa; a cooperativa cresceu muito e para tudo se enfrenta fila”, ou, então, “a lavoura é pequena e não vale a pena estar trabalhando com cooperativa”, ou, ainda, “cooperativa não há para nós pequenos, por causa do tipo de negócio que é a cooperativa; classifica mal o produto e cobra muito para armazenar”. Existem, também, os que se referem à não vinculação, associando à condição de pequenos produtores uma vantagem de liberdade, uma opção pela não subordinação a instituições; ilustra bem esta postura o seguinte enunciado: “a terra é pouca e a gente, assim, está livre”. Em linhas gerais, a postura de auto-exclusão da instituição cooperativista pode denunciar a identificação dessa instituição com a nova ordem econômica implantada na década de 70, uma vez que a declaração de que a não vinculação ao sistema cooperativista tem seu motivo no pequeno tamanho da unidade produtiva, acaba por ter o significado de que um estabelecimento de pequena superfície é inadequado para desenvolver o binômio soja-trigo, segundo a tecnologia difundida, aceleradamente, na área de pesquisa.

A questão ligada ao gerenciamento segue-se à auto-exclusão como o segundo motivo de não vinculação ao sistema cooperativista, abrangendo 14,5% dos motivos enunciados. Tal razão pode, por um lado, estar ligada a experiências negativas de filiação a cooperativas, vivenciadas diretamente pelos produtores ou por seus familiares, em épocas passadas e não necessariamente na área de pesquisa. Pode, por outro lado, vincular-se a situações desvantajosas de ligação ao cooperativismo por questões de falha gerencial a que foram submetidos amigos ou vizinhos dos produtores pesquisados. De qualquer forma, a não vinculação dos produtores a cooperativas, por temor de má atuação gerencial, revela uma atitude de desconfiança em face do sistema cooperativista que, em geral, não deriva de um simples preconceito mas de evidências empíricas que acumularam em sua experiência de vida e que os fazem se sentir mais amparados fora do quadro do cooperativismo do que dentro dele.

Os demais motivos de não filiação a cooperativas são menos ponderáveis no contexto da agricultura do Oeste do Paraná. O desinteresse pela associação à cooperativa apontado por alguns produtores (9,2%), apresenta-se pouco significativo como motivo, uma vez que deve encobrir razões efetivamente fortes que conduzem ao desinteresse na integração ao cooperativismo. Ele pode conter os motivos anteriormente considerados ou dele podem fazer parte enunciados menos expressivos para o conjunto da região, tais como: excesso de tributação, classificação do produto, condição de grande produtor ou desconhecimento com relação à instituição ⁸¹.

A nível de categoria dimensional de estabelecimento, há diferenças significativas quanto aos motivos apontados para a não filiação a cooperativas, diferenciações essas indicativas da inserção dos produ-

⁸¹ Em face da difusão acentuada da filiação ao cooperativismo e da postura crítica da maioria dos não vinculados ao sistema cooperativista, pode parecer estranha a desinformação quanto à natureza da instituição cooperativista. A pesquisa direta, entretanto, revelou que, embora submetido a um processo acelerado de difusão da agricultura moderna, o Oeste Paranaense apresenta, ainda, áreas em que as condições desfavoráveis de acessibilidade as mantêm não inseridas na organização produtiva atual e nas quais é precário o acesso à informação. Assim, chegam a ser registrados casos de produtores que não têm conhecimento sobre o que seja o cooperativismo e que expressam o seu desconhecimento através de observações como esta: “não compreendo o que é cooperativa”.

tores na estrutura sócio-econômica global. Assim, nos dois primeiros estratos de área (até 2 hectares e 2 a 20 hectares), correspondentes aos estabelecimentos muito pequenos e a um segmento dos pequenos, a auto-exclusão pela condição de pequeno produtor aparece como o motivo que engloba, respectivamente, 75 e 37,5% dos motivos declarados. Tal situação deixa evidenciada uma contradição fundamental, uma vez que a proposta cooperativista radica-se na criação de condições que viabilizem a realização da pequena produção. No contexto da área de pesquisa, a condição de pequeno produtor, ao inviabilizar a passagem para a nova estrutura produtiva, funciona, ao mesmo tempo, como elemento excludente de uma instituição que se volta, em grande medida, para a realização da produção nos moldes característicos dos anos 70.

Na categoria de estabelecimentos de 20 a 50 hectares, a que apresenta a maior adesão dos produtores ao sistema cooperativista, os motivos apontados pelos não associados à cooperativa para sua posição frente a essa instituição estão, em sua maioria (40%), expressos em termos de desinteresse. Na classe subsequente — a de 50 a 100 hectares — o excesso de tributação aparece como a razão mais forte para o não ingresso dos produtores no quadro de cooperativados, correspondendo a 50% dos motivos apontados.

Nos estabelecimentos de maiores dimensões, a não participação no sistema cooperativista é explicada pelos aspectos ligados à administração das cooperativas, aparecendo as falhas que os produtores atribuem ao gerenciamento da instituição como o motivo fundamental que os afasta do cooperativismo, correspondendo, respectivamente, a 40 e 46,1% dos motivos apontados nos estabelecimentos de 100 a 500 e de mais de 500 hectares. Os problemas de classificação do produto são também ponderáveis nos estabelecimentos de 100 a 500 hectares, enquanto que nos de área superior a 500 hectares, 30,8% dos motivos de não adesão ao cooperativismo residem na condição de grande produção, deixando indicado que há um tamanho de estabelecimento acima do qual desenvolve-se, nos produtores, um sentimento de autonomia frente à nova organização produtiva, que faz prescindir da intermediação da cooperativa.

Os elementos coletados durante a pesquisa direta acerca das relações dos produtores com as cooperativas locais serviram, antes de mais nada, para evidenciar a existência de uma seletividade na vinculação a essa instituição, seletividade essa que acaba conduzindo, mais do que no caso das instituições anteriormente focalizadas, à diferenciação no âmbito da pequena e média produção, uma vez que os graus mais elevados de adesão ao sistema cooperativista encontram-se, claramente, nos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares. O conteúdo da análise revelou, também, que, nesse segmento da produção regional, a vinculação à cooperativa faz parte de um contexto mais amplo de inserção na organização produtiva que se difundiu, de forma intensa, nos anos 70, já que as linhas de ação da cooperativa estão muito centradas no campo dominante de produção do Oeste Paranaense. Um exemplo muito ilustrativo do papel da cooperativa na realização da produção de soja dessa região, no âmbito dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, é fornecido pelos dados de comercialização da produção de soja, nos quais a cooperativa aparece como o agente comprador de 70,6 a 90,3% da produção nos estabelecimentos de 2 a 100 hectares, embora, com relação ao conjunto da região, colete apenas 1/4 da produção de

soja ⁸² (Tabela 27). A função agilizadora da Cooperativa, face à linha fundamental de produção, fica particularmente evidente quando se constata que, com relação à produção de milho, no contexto dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, é bem menos expressiva do que no caso da soja, a fração da produção vendida à cooperativa, sendo intensa a ação dos intermediários na compra da produção local ⁸³.

TABELA 27

COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA				
	Distribuição da produção comercializada por agente comprador (%)				
	Cooperativa	Indústria	Intermediário	Firma compradora de sementes	Firma própria de compras de cereais
TOTAL.....	26,0	40,5	27,3	2,5	3,7
Até 2.....	—	—	—	—	—
2 → 20.....	70,6	5,0	24,4	—	—
20 → 50.....	90,3	2,0	7,7	—	—
50 → 100.....	79,6	8,4	11,9	—	—
100 → 500.....	37,4	7,3	55,3	—	—
500 e mais.....	17,4	50,4	24,4	3,1	4,7

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEU) IBGE.

A comercialização da produção foi tomada como um exemplo de expressão do papel da cooperativa na organização de produção dominante, no que diz respeito aos estabelecimentos de menos de 100 hectares que são os que caracterizam a estrutura fundiária regional. Um elemento adicional que ilustra a relação entre cooperativa e produção de soja, no contexto da região pesquisada, é constituído pela convergência entre vinculação à cooperativa e adesão ao cultivo dessa leguminosa. Tomando como referência a classe de estabelecimentos de 20 a 50 hectares, a de mais elevado grau de adesão ao cooperativismo e aquela em que é maior a proporção de produtores que cultivam soja, e fazendo um confronto entre o ano de ingresso dos produtores na cooperativa e o ano inicial do plantio de soja, foi possível constatar que 46,4% dos produtores iniciaram o plantio da soja em moldes mercantis no mesmo ano, no ano anterior ou no ano subsequente ao da entrada para os quadros da cooperativa ⁸⁴, sendo esse dado um elemento

⁸² É diretamente à indústria que é vendida a maior parcela da produção de soja (40,5%), devido ao fato de os estabelecimentos de mais de 500 hectares, que respondem pela maior parte da produção, destinarem à venda direta à indústria a metade do volume de sua produção.

⁸³ No caso dos estabelecimentos de mais de 100 hectares, é à indústria que cabe o papel mais importante na compra da produção regional de milho.

⁸⁴ Vale lembrar, aqui, a concomitância entre o processo de expansão da lavoura da soja e o do sistema cooperativista na região.

de reforço à caracterização da atuação das instituições locais na mediação entre as diretrizes de política econômica e realização da produção de soja.

4.3 — Os segmentos diferenciados de produtores, no contexto da atual estrutura de produção

Embora a evolução do processo de modernização tenha organizado o espaço agrário de forma aparentemente homogênea, as características dimensionais dos estabelecimentos exacerbaram as diferenciações internas no universo dos produtores rurais, uma vez que serviram de elemento contingenciador do ingresso desses produtores na nova ordem econômica comandada pelas estratégias das instituições locais implementadoras da política agrícola. Nesse contexto, o desdobramento do processo de mudança da agricultura, nos estratos de área representativos da estrutura produtiva regional, passa necessariamente pela questão da organização técnico-produtiva comandada pela soja e da vinculação mantida com as instituições locais.

Dentro dessa perspectiva, a partir da investigação direta, foi possível apreender, em cada uma das categorias dimensionais de estabelecimentos, as características concretas derivadas da inserção/não-inserção dos produtores no sistema de produção dominante. Para tanto, foram tomados em consideração alguns elementos definidores dessas características, tais como a adesão às lavouras modernizadas da soja e do trigo, o acesso a modernos meios de produção — trator e colheitadeira — e a vinculação simultânea às três principais instituições que atuam no setor agrário — banco, assistência técnica e cooperativa. As implicações da reestruturação das atividades agrárias na composição da mão-de-obra conduziram ao interesse de privilegiar esse aspecto no quadro geral de caracterização dos diferentes estratos de área. Ainda na descrição das diversas classes de estabelecimentos, a capacidade de endividamento⁸⁵ assume, necessariamente, um papel relevante, na medida em que o ingresso e a permanência do produtor no binômio soja-trigo envolve altos níveis de investimento supridos pelo recurso à rede bancária. Finalmente, a renda obtida pelos agricultores na sua atividade produtiva, constitui-se num elemento capaz de informar quanto à heterogeneidade sócio-econômica dos produtores.

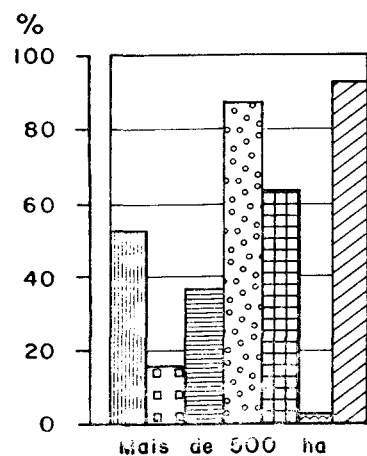
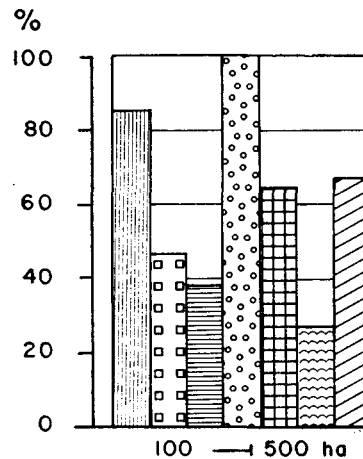
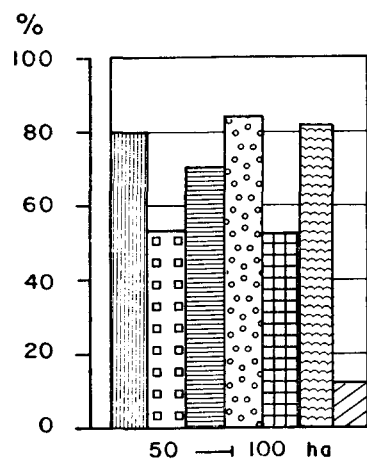
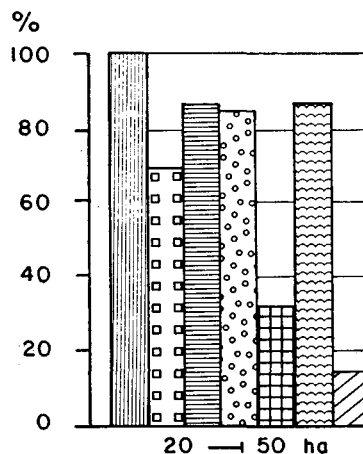
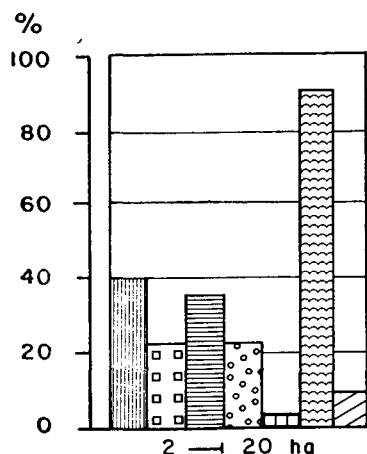
Tomando por base esse conjunto de critérios é possível definir um segmento de pequenos e médios produtores — de 20 a 50 hectares e de 50 a 100 hectares, respectivamente — que, pela adesão muito acentuada às lavouras modernizadas da soja e do trigo, conseguiu transformar a base técnica de seu processo produtivo, em um contexto de estreita vinculação às instituições locais, mantendo a dominância da mão-de-obra familiar (Gráfico 3).

Diferenças radicadas no próprio tamanho dos estabelecimentos quebram a homogeneidade interna a esse segmento, na medida em que

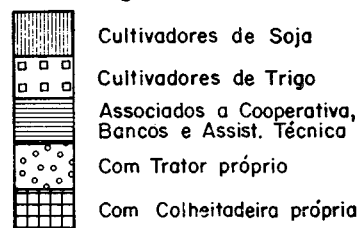
⁸⁵ A capacidade de endividamento foi avaliada, em cada estrato fundiário, com base em quatro elementos: exploração de outras terras além das investigadas, valor da maquinaria própria, valor das instalações e valor dos veículos, numa perspectiva de que esses elementos pudessem refletir a capacidade econômica do produtor e, por via de consequência, significassem a capacidade de acesso a recursos financeiros.

OESTE DO PARANÁ

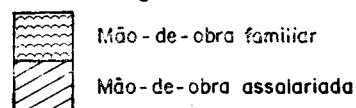
ALGUNS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA INSERÇÃO NA MODERNA ESTRUTURA PRODUTIVA



PROPORÇÃO DE PRODUTORES



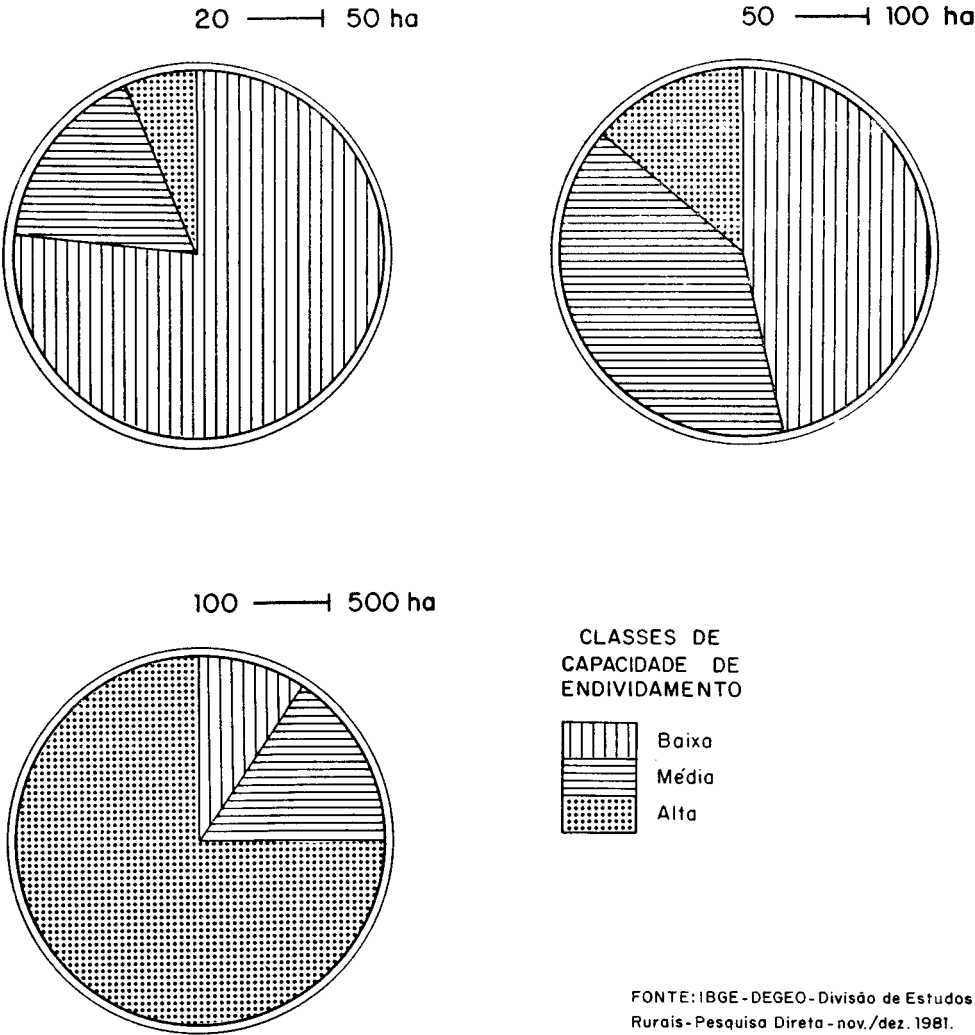
COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA



FONTE: IBGE - DEGEIO - Divisão de Estudos Rurais -
Pesquisa Direta - nov./dez. 1981

Gráfico 3

OESTE DO PARANÁ
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA



FONTE: IBGE - DEGEO - Divisão de Estudos Rurais - Pesquisa Direta - nov./dez. 1981.

Gráfico 4

aqueles que dispõem de um acesso mais amplo aos meios de produção acabam por apresentar uma capacidade maior de endividamento. Com efeito, os dados da pesquisa de campo revelaram que, enquanto 75,9% dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos de 20 a 50 hectares mostravam uma baixa capacidade de endividamento, 53,9% daqueles que exploram estabelecimentos de 50 a 100 hectares apresentavam uma capacidade média e alta de endividamento (Gráfico 4). Essa diferença na capacidade de endividamento responde pelo acesso desigual à aquisição de meios modernos de produção, o que é verificável pela maior percentagem de produtores com maquinaria própria nos estabelecimentos de tamanho médio, nos quais a proporção de produtores que possui colheitadeira — equipamento de custo de aquisição mais elevado do que o do trator — é sensivelmente mais alta (Gráfico 3).

Outro elemento diferenciador desses pequenos e médios estabelecimentos, reside nos níveis de renda média mensal (Gráfico 5), que refletem tanto a escala de produção, quanto o grau de especialização de atividades. Assim, nos pequenos estabelecimentos maciçamente voltados para a produção da soja, os níveis de renda apresentam-se pouco diferenciados, uma vez que 44,8% dos produtores percebem rendas que se situam numa faixa entre 3,9 e 7,8 salários mínimos médios regionais e 31% colocam-se na faixa subsequente de renda, compreendida entre 7,8 e 17,7 salários mínimos. Já na categoria de estabelecimentos médios, em que é mais baixa a proporção de plantadores de soja, há uma dispersão maior dos produtores pelas diferentes classes de renda, sendo mais elevada a frequência de agricultores — 38,5% — na faixa de 7,8 a 17,7 salários mínimos. Supõe-se que a distribuição menos concentrada da renda possa estar relacionada, em parte, à utilização de diferentes canais de comercialização da soja, uma vez que 20,3% da produção são vendidos diretamente à indústria ou a intermediários, ao contrário do que ocorre com os pequenos estabelecimentos que encaminham 90,3% de sua produção à cooperativa (Tabela 27). A diversificação de atividades, no interior do estrato de 50 a 100 hectares, seria outro fator a responder pela dispersão da renda auferida pelos médios produtores.

No interior da pequena produção, segundo as características concretas de ingresso na nova estrutura produtiva, é possível distinguir um outro segmento de produtores correspondente aos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, onde é marcante a presença da mão-de-obra familiar, que corresponde a 89,7% da força de trabalho. A inserção parcial de tal segmento no processo de modernização e a manutenção de traços da estrutura produtiva anterior, podem ser vistas através da fraca articulação dos agricultores com as instituições, da proporção relativamente baixa, em termos regionais, de produtores de soja e trigo e do fraco acesso à aquisição de maquinaria. Esse quadro de reduzida participação no novo sistema técnico-produtivo associa-se a uma situação de baixa capacidade de endividamento por parte de 98,4% desses pequenos produtores e a uma condição de baixos retornos a partir de suas atividades produtivas, já que 75,8% dos produtores obtêm uma renda média mensal inferior a 3,9 salários mínimos.

A debilidade econômica desse segmento de produtores, expressa por esse conjunto de características, acaba por se realimentar através de uma estratégia de não endividamento muito presente na maioria dos agricultores, que dela se valem com vistas a evitar o comprometimento

OESTE DO PARANÁ

RENDA MÉDIA MENSAL, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA

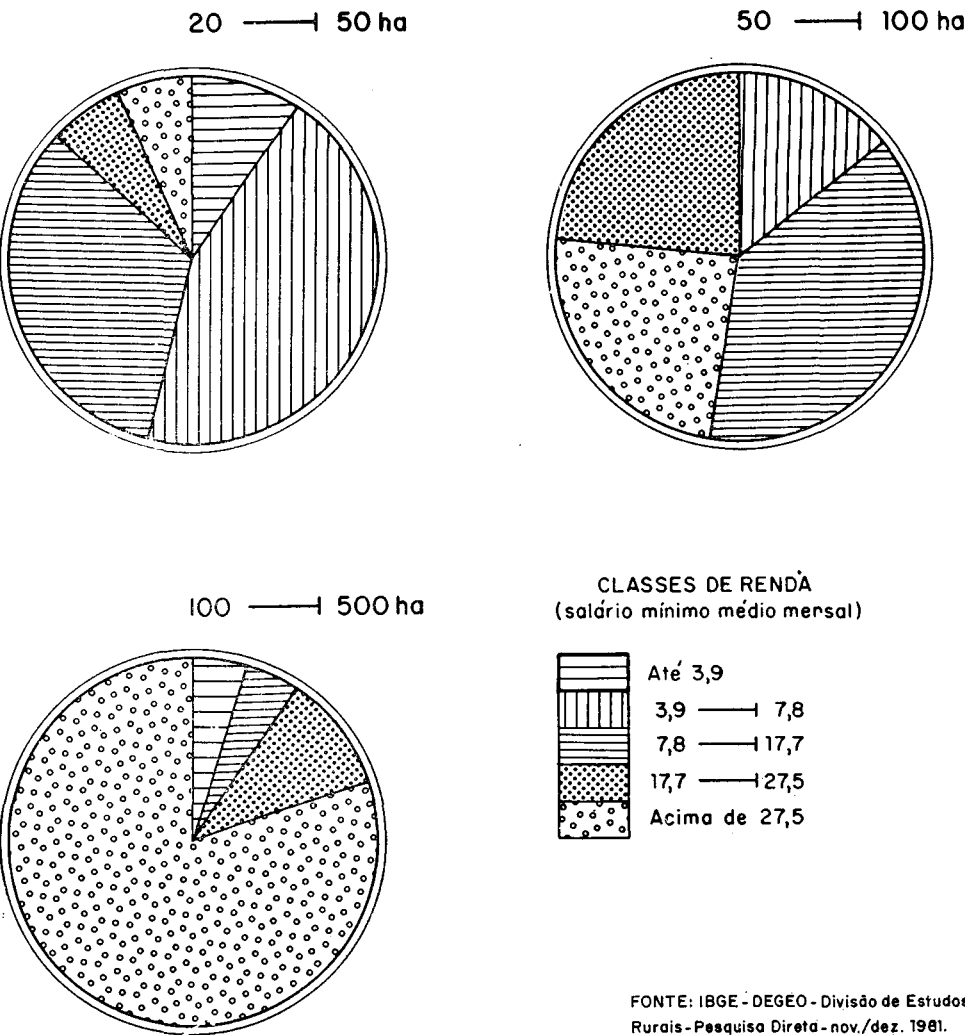


Gráfico 5

da propriedade da terra, meio de produção que atingiu intensa valorização com o processo de transformação que envolveu o Oeste do Paraná.

Internamente à classe de estabelecimentos de 2 a 20 hectares, situa-se, ainda, um outro segmento de produtores representado pelos integrados à indústria de processamento da produção local. Estes formam um grupamento com características próprias, na medida em que a vinculação às instituições locais, que serve como um critério para avaliar a inserção dos produtores na organização produtiva regional, fica, neste caso, obscurecida pela integração à indústria. O efeito simplificador do vínculo com a indústria encobre uma complexidade, em termos de nível decisório do produtor, tão ou mais profunda do que aquela resultante de vínculos variados e simultâneos às instituições locais. Os integrados à indústria estão, em sua grande maioria, nesse estrato de área que congrega, sobretudo, agricultores que são subordinados às indústrias processadoras do fumo. A maior parte dos produtores desse segmento desistiu do cultivo da soja, por não ter capacidade de endividamento compatível com a prática de um cultivo em moldes mecanizados. Os níveis de renda inferiores a 7,8 salários mínimos médios regionais advêm da atividade principal que é o cultivo do fumo e da criação de suínos que, em geral, é desenvolvida, paralelamente, pelos integrados à indústria do fumo. Tais níveis de renda tendem à não deterioração, pois a vinculação à indústria representa, para os produtores com fraca autonomia financeira para o desempenho de atividades produtivas, uma preservação de sua condição de pequenos produtores, uma vez que é do próprio interesse do setor industrial mantê-los em condição produtiva e a ele subordinados.

No curso do processo de diferenciação da pequena produção do Oeste do Paraná destacou-se, ainda, no âmbito do estrato de 2 a 20 hectares, um segmento de produtores cuja característica marcante reside na vinculação fraca ou inexistente às instituições locais, o que o exclui da organização produtiva dominante. Dessa forma, sua base econômica assenta-se, ainda, em atividades que remanescem do sistema de produção anterior, tais como a policultura de produtos anuais, a suinocultura e a pequena criação de aves, sendo irrelevante a incorporação de itens modernos ao processo de trabalho, no contexto de uma produção não padronizada, cujo escoamento se dá, preferentemente, por vias informais de comercialização.

Partilhando das características desse segmento, situam-se os estabelecimentos de menos de 2 hectares cuja própria dimensão os colocou à margem do processo de transformação pelo qual passou a região, no decorrer da década de 70.

Esses pequenos produtores não participantes da estrutura produtiva comandada pela soja tiveram sua posição deteriorada, ao longo da evolução da agricultura regional, o que, muitas vezes, os conduz à opção por uma trajetória ascendente cuja essência reside na mobilidade espacial. Com efeito, para os pequenos produtores proprietários, a venda da terra altamente valorizada do Oeste Paranaense, com vistas à aquisição de propriedades maiores em áreas menos valorizadas de fronteira agrícola, aparece não só como condição necessária à reprodução da unidade familiar de produção, mas também, como perspectiva de uma ascensão sócio-econômica inatingível no sistema produtivo da região, tal como se apresenta atualmente definido.

A deterioração das condições de existência desses produtores se já é visível no confronto com os outros segmentos de pequenos e de médios produtores, maior concretude assume face às características resultantes da evolução da produção dos grandes estabelecimentos.

Com efeito, à elevada capacidade de endividamento e de nível de renda atingidos pelos grandes estabelecimentos — de área superior a 100 hectares —, no Oeste do Paraná, associou-se um grau de acumulação que os distanciou das demais unidades produtivas, uma vez que possibilitou a reprodução ampliada de seus meios de produção no âmbito de um processo produtivo baseado na força de trabalho assalariado.

Embora se registre, relativamente aos menores estratos de área, uma diversificação do uso do solo, da qual fazem parte a prática de atividades como a pecuária e a exploração madeireira, os grandes estabelecimentos — de mais de 100 hectares — são também inseridos na produção de soja, apresentando, contudo, uma grande autonomia em relação às instituições locais, uma vez que parcela considerável da produção comercializada prescinde da intermediação do sistema cooperativista regional para sua realização, sendo uma fração significativa da produção negociada diretamente com as grandes empresas comerciais e industriais que atuam na região. Desse modo, a vinculação concomitante ao sistema bancário, cooperativista e à assistência técnica abrange, praticamente, apenas 1/3 desses estabelecimentos (Gráfico 3).

A despeito dessas características comuns aos grandes estabelecimentos, alguns elementos os diferenciam, notadamente aquele ligado à adesão dos produtores ao cultivo da soja. Assim, enquanto nos estabelecimentos de 100 a 500 hectares, apresenta-se muito difundido esse cultivo, abrangendo 84,2% das unidades produtivas, nos estabelecimentos de maiores dimensões — mais de 500 hectares, — a proporção de produtores que aderiu ao cultivo da soja é bem menor — 52% —, evidenciando a existência de estabelecimentos que desenvolvem, em grande escala, outras atividades agropecuárias. Dessa forma, embora exista diversificação de atividades no interior da categoria fundiária de mais de 500 hectares, a especialização, à escala do estabelecimento rural, é muito generalizada.

Por outro lado, é nos estabelecimentos de área superior a 500 hectares que se identificam claramente as relações de trabalho de caráter capitalista que já se apresentavam, de forma evidente, nas unidades produtivas de 100 a 500 hectares. Nestas, a proporção de trabalho assalariado no total da mão-de-obra atinge 2/3 do contingente de trabalho, enquanto que nos estabelecimentos de mais de 500 hectares, 91,4% da força de trabalho são representados pela mão-de-obra assalariada, restringindo-se o trabalho familiar ao gerenciamento das unidades de produção (Gráfico 3).

Apesar de apresentar um menor poder diferenciador do que os elementos já analisados, a renda mensal dos estabelecimentos constitui-se num outro aspecto que distingue os estratos fundiários de grandes dimensões. Assim, nos estabelecimentos de 100 a 500 hectares, as rendas médias mensais elevadas — acima de 27,5 salários mínimos — abrangem 80% do número total, enquanto essa proporção se acentua nos estabelecimentos da classe subsequente, compreendendo 87,5% deles.

A importância dessa constatação reside, sobretudo, no reforço que ela vem trazer ao delineamento de uma tendência que já vinha sendo verificada ao longo da caracterização dos estratos fundiários investi-

gados — a de que há uma convergência entre o tamanho das unidades produtivas e os níveis de renda nelas gerados. De fato, a nível do universo da pesquisa, foi observada, no âmbito dos estratos fundiários inseridos na estrutura produtiva atual, uma forte correlação direta entre o tamanho dos estabelecimentos e os níveis de renda das unidades de produção, levando a crer que, no contexto de uma organização produtiva homogênea, a elevação dos níveis de renda esteja muito associada ao aumento do tamanho das unidades produtivas (Tabela 28).

TABELA 28

RENDA MÉDIA MENSAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	RENDA MÉDIA MENSAL (salário mínimo médio regional)
2 → 20.....	2,6
20 → 50.....	10,9
50 → 100.....	23,5
100 → 500.....	64,5
500 e mais.....	184,7

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGEO) IBGE.

4.4 — A problemática na organização da produção

Uma vez focalizadas as características principais da atual organização produtiva, alguns dos aspectos das formas concretas de articulação dos produtores com as instituições locais ligadas à agricultura e os segmentos diferenciados de produtores no contexto da atual estrutura de produção, cabe enfocar os problemas identificados pelos agricultores na condução do processo produtivo, segundo as características que atualmente o definem.

Com efeito, a passagem de uma estrutura produtiva que garantia ao produtor um alto nível de autonomia no âmbito do processo de produção, à outra em que se torna crescente a subordinação a setores externos ao estabelecimento produtor e à própria agricultura, causou um profundo impacto na estrutura de custos de produção e no domínio do conhecimento do trabalho cotidiano. Por outro lado, na medida em que, da nova organização produtiva, foram praticamente excluídos os itens de produção com os quais os agricultores proviam a sua subsistência, a renda do estabelecimento passou a assumir uma conotação de garantia da própria sobrevivência e da manutenção de um processo produtivo sustentado pela aquisição de elementos de modernização de origem industrial.

Dessa forma, a passagem para um novo patamar tecnológico e para uma produção de caráter basicamente mercantil e a dependência crescente com relação ao sistema creditício para a condução do processo de trabalho, fazem com que os problemas da organização da produção sejam essencialmente centrados no confronto entre os custos da produção e o retorno obtido com a realização da produção.

Assim, compreendendo a maior proporção dos problemas apontados pelos produtores quanto à organização da sua produção, figura a questão dos preços mínimos dos produtos agrícolas, os quais são considerados desestimulantes pelos produtores, que alegam que tais preços não os remuneraram adequadamente, face aos gastos em que incorrem com a produção tecnificada. O desestímulo provocado pelo nível dos preços mínimos dos produtos agrícolas correspondeu a 16,8% dos problemas enunciados como limitantes à organização produtiva regional.

Apresentando pontos de contacto com esse enunciado, coloca-se um outro mais abrangente, uma vez que, com ele, os produtores questionam não só o nível de preços dos produtos agrícolas, como também apontam o vulto dos investimentos e das despesas associados à nova organização produtiva como pontos capazes de comprometer a sua própria permanência em tal organização. Com efeito, 15,6% dos problemas apontados pelos agricultores quanto ao desempenho de suas atividades dizem respeito ao lucro reduzido que obtêm face ao capital investido, chegando alguns a colocar como alternativa limite, a volta a uma economia de subsistência com excedentes comercializáveis, por não apresentarem possibilidades de permanência, por longo tempo, na organização produtiva atual. A decisão extrema de rompimento com a estrutura produtiva local dominante está mais presente entre os produtores proprietários de pequenos estabelecimentos que temem, com uma situação de progressivo endividamento, vir a perder a posse de seus meios de produção, encarando a agricultura de subsistência como uma garantia contra a expropriação.

Vale ressaltar que a questão do lucro reduzido face aos custos de produção tornou-se especialmente aguda para aqueles produtores que aderiram à nova organização de produção, mas que conservaram elementos do sistema anterior. Assim, para os pequenos produtores que cultivam soja e produtos para consumo interno como o feijão, o ano de 1981, em que foi efetuada a pesquisa, mostrou-se particularmente desfavorável quanto aos retornos obtidos com a produção, uma vez que, com relação a esse último produto, até em termos correntes, houve queda de preço, comparativamente a safras passadas. Com isto, em muitos casos, estava presente um sentimento de revolta, por parte dos produtores, quanto à sua inserção numa agricultura de caráter mercantil, chegando um produtor-proprietário de um estabelecimento de 38 hectares, no Município de Capitão Leônidas Marques a declarar que, a persistir a situação dos gastos excessivos com a produção e do baixo nível dos preços dos produtos, ele optaria por “ficar que nem um bugre, plantando só pra comer”.

Embutida no enunciado geral do problema relativo ao lucro reduzido face ao capital investido está a especificação da questão referente às altas taxas de juros. Com efeito, no contexto de uma estrutura produtiva altamente dependente dos financiamentos bancários a juros subsidiados, as elevações substanciais ocorridas nas taxas de juros influenciam na redução do retorno monetário obtido pelos produtores com a prática de dois cultivos — o da soja e o do trigo — associados a um pacote tecnológico no qual a mecanização e a insumização são características fundamentais. O recurso bianual ao crédito de custeio e a solicitação do crédito de investimento para aquisição ou reposição do equipamento de trabalho conferem às relações produtor x rede bancária um papel primordial no contexto produtivo regional, o que

justifica que 7,4% dos problemas apontados pelos produtores para o desempenho de suas atividades tenham se atido à questão particular das taxas de juros bancários.

Um outro problema considerado relevante pelos produtores para a organização da produção e que abrangeu 14,1% dos problemas enunciados foi aquele concernente ao risco de geada que compromete, sobretudo, a produtividade dos cultivos de inverno, notadamente o do trigo que é, entre esses, o mais difundido. As frustrações das safras de trigo, causadas pela geada, têm efeitos sobre o rebaixamento dos níveis de renda dos produtores, em especial pelo alto custo envolvido no processo de produção desse cereal. É, justamente, a redução dos níveis de lucro dos produtores, causada por esse evento climático que faz com que este assuma uma posição importante no discurso dos agricultores referente aos problemas envolvidos na organização da produção.

Importa chamar a atenção para o fato de o sistema produtivo regional apresentar pontos críticos que poderão interferir sobre a evolução posterior da agricultura na área pesquisada, uma vez que é muito generalizada a existência de problemas na realização da produção, tendo 84% dos produtores investigados declarado ter problemas na organização de sua produção⁸⁶. Por outro lado, cabe ressaltar que a problemática focalizada permeia de modo tão acentuado a organização produtiva do oeste paranaense, a ponto de não serem encontradas diferenças significativas na natureza da problemática da produção, quando ela é considerada a nível das categorias dimensionais de estabelecimentos. Dessa forma, os preços mínimos desestimulantes, o lucro reduzido confrontado com o vulto do capital investido e o risco de geada são os problemas que detêm as proporções mais significativas de ocorrência, em todos os estratos fundiários, cada um deles representando sempre mais de 10% dos problemas enunciados pelos produtores de cada classe de área e o conjunto deles abrangendo, praticamente, a metade do número de problemas declarados pelos agricultores como limitantes à prática de suas atividades. Face a essas questões que emergiram no decorrer do processo de modernização do Oeste do Paraná, na última década, delineiam-se novas tendências visando a superá-las por via de uma redefinição do papel dessa região na divisão espacial do trabalho.

5 — UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS NOVAS TENDÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O Oeste Paranaense, cuja estruturação inicial do espaço agrário se fez em função de mecanismos de crescimento peculiares ao espaço regional do sul do País, passou, na década de 70, a ter a sua organização produtiva vinculada a uma divisão territorial do trabalho de âmbito nacional e internacional, o que veio tornar a sua atividade agrária crescentemente articulada com os demais setores de atividade e a sua evolução cada vez mais dependente de decisões que transcendem o nível nacional.

⁸⁶ A grande incidência dos que declararam não ter problema correspondeu aos pequenos produtores, em sua maioria não comprometidos com a moderna estrutura produtiva da região.

Estando o Brasil inserido no mercado mundial da soja, cujo elemento dinamizador foi a demanda de farelos proteínicos, compreende-se que a evolução da organização produtiva das áreas que, no País, lideraram a extraordinária expansão do cultivo da soja, como é o caso do Oeste do Paraná, esteja, antes de mais nada, na dependência das alterações da demanda dos países importadores e do desempenho e das diretrizes dos demais países beneficiários da difusão do cultivo da soja.

Dessa forma, existe um componente a atuar nas tendências da organização produtiva do Oeste Paranaense que é ligado a uma correlação de forças em escala internacional e aos instrumentos de política econômica nacional especificamente voltados para a comercialização da soja e de seus derivados, com vistas a atender a questões de mercado externo e interno do produto. Por outro lado, a rígida estrutura produtiva regional traz em seu bojo uma problemática cuja solução está comprometida com as próprias especificidades dessa estrutura, já que ela articula interesses nacionais e transnacionais vinculados ao grande capital, conduzindo a que a busca de sua redefinição acabe por ter de absorver esses interesses e incorporar a complexa organização espacial associada à estrutura produtiva atualmente vigente.

Nesse sentido, a despeito dos custos elevados de produção inerentes à adoção de um pacote tecnológico no qual se incluem as máquinas e os insumos de origem industrial e da elevação das taxas bancárias de juros terem esboçado uma tendência à desaceleração da demanda de maquinaria agrícola, da reposição do equipamento obsoleto e dos gastos com insumos, persiste uma situação de impasse, na qual a realização da produção encontra pouca margem para se efetivar com outras características. Com efeito, torna-se bastante improvável a reversão de uma organização produtiva baseada na utilização intensa de itens modernos, resultante de fortes incentivos do Estado, conjugados com as estratégias de vendas das indústrias de equipamentos e de insumos e com a ação das instituições locais. A assistência técnica que, entre essas instituições teve um papel bastante ativo no desencadeamento do processo de modernização, tem-se mobilizado, atualmente, na tentativa de redefinir sua orientação no que se refere aos meios modernos de produção. As contradições na postura da assistência técnica, relativamente às suas linhas de ação ficam sintetizadas, de forma bem expressiva, na verbalização de um agrônomo da EMATER, local, a propósito do papel dessa instituição no processo de modernização da agricultura: "Trata-se de uma organização que visa ao bem-estar do produtor e alerta, atualmente, para os problemas da modernização, mas que, também, é culpada da existência dela".

No contexto de redefinição de sua orientação aos produtores, a assistência técnica desenvolve esforços para diminuir o emprego de defensivos agrícolas⁸⁷, através de um programa de manejo de pragas, no qual o emprego de defensivos perde o seu caráter profilático e passa a se restringir a situações que comprometam a lavoura. Por outro lado, numa linha de ação também voltada para a redução do uso de insumos, é repensada a utilização do adubo químico, com vistas a diminuir seus níveis de emprego, através do incentivo ao uso do adubo orgânico, gerado

⁸⁷ O uso abusivo de produtos tóxicos na agricultura foi alvo de consideração por parte do Ministério da Agricultura, cuja Portaria n.º 007 de 13-01-81 dispõe sobre a exigência de apresentação de receituário agrônomo para a aquisição de defensivos agrícolas.

no interior da própria unidade produtiva. Dessa forma, a assistência técnica tem estimulado, para utilização como adubo verde, o plantio do tremoço que se constituiria, também, numa alternativa para uso da terra durante o inverno e numa possibilidade de melhoria das condições estruturais do solo, dadas as características do sistema radicular da planta, mais longo do que os dos cultivos dominantes — trigo e soja.

De outra parte, esboça-se, também, linhas de ação no sentido de contornar os problemas advindos do uso continuado de maquinaria no trabalho agrícola, no decorrer da década de 70, uma vez que são evidentes sinais de erosão do solo, apesar da maior parte da região apresentar topografia relativamente plana e a despeito do caráter recente da exploração intensiva. A tendência ao agravamento desta questão tem conduzido o serviço de orientação técnica a difundir novas práticas conservacionistas, entre as quais o terraceamento, que exige um nível de investimento mais elevado do que aquele requerido pelas práticas usuais. Também, no sentido de preservar o solo agrícola, evitando a sua compactação pelo uso freqüente de maquinaria pesada, vem sendo promovida, desde o início da década de 80, a difusão do plantio direto, através do qual suprime-se o uso de máquinas na fase de preparação do solo, uma vez que a semeadura se faz sobre os resíduos da colheita do cultivo precedente. Cabe ressaltar, no entanto, que o custo dos implementos especiais necessários à fase de semeadura, quando utilizado o plantio direto, e os gastos com herbicida associados a essa prática, restringem a sua adoção a um segmento reduzido de produtores.

O redirecionamento das ações do serviço de orientação técnica, além de incorporar a questão da tecnologia agrícola, passou a englobar, também, aspectos ligados ao elenco de produtos cultivados, uma vez que as quebras de safras de trigo associadas a eventos climáticos têm conduzido à busca de cultivos alternativos de inverno. Com efeito, o cultivo do trigo, que teve, no Oeste Paranaense, sua difusão atrelada à da soja, é vulnerável à ocorrência de geadas em determinadas fases de seu ciclo produtivo, o que, em parte, explica que sua expressão espacial não se tenha comparado à da soja. No início da década de 80, foi, mesmo, observada retração na área tritícola⁸⁸ em decorrência de frustrações de safra associadas a problemas climáticos que acabam por assumir uma grave dimensão econômica, face aos custos muito elevados de produção do trigo.

A nível da pesquisa direta, a busca de cultivos alternativos de inverno revelou-se como uma forte tendência de mudança na utilização da terra, correspondendo a 16% do total de mudanças que os agricultores pretendem efetuar no uso do solo. Neste contexto, a expansão da cultura comercial do girassol vem-se constituindo na principal alternativa de utilização da terra durante o inverno. A rapidez de sua difusão liga-se, por um lado, à possibilidade de empregar, com algumas adaptações, o mesmo equipamento que serve ao cultivo da soja e, por outro lado, à própria garantia de demanda para esse novo cultivo, uma vez que tem sido incentivado por empresas multinacionais que permeiam a organização produtiva regional. No entanto, a cultura do girassol não tem apresentado resultados plenamente satisfatórios, já

⁸⁸ Tal tendência, observada no Oeste do Paraná, faz parte de um contexto mais amplo de redução da área cultivada com trigo no Estado, verificada através dos dados da Produção Agrícola Municipal — IBGE de 1980 e 1981. Segundo essa fonte, a área tritícola do Paraná passou de 1.440.006 hectares, em 1980, para 785 mil hectares, em 1981.

que, à semelhança da do trigo, tem sido afetada pela ocorrência de geadas, por não estar sendo observada a época própria para o seu plantio, ocasião em que o solo encontra-se ainda ocupado pela soja, principal cultivo da região.

Em termos de alterações na organização produtiva da região, foi captada outra tendência que se reforça independentemente de linhas explícitas de ação da assistência técnica local e que é reveladora do descontentamento dos produtores face à estrutura atual de produção. Tal tendência diz respeito à desistência total ou parcial dos cultivos de soja e trigo, em favor da formação ou ampliação de áreas em pasto para a pecuária bovina e pode ser entendida num contexto em que a problemática do lucro reduzido relativamente ao capital investido afigura-se aos agricultores como sendo mais específica à lavoura e em que a criação bovina apareceria como atividade mais lucrativa e menos vulnerável aos problemas que envolvem a produção dominante. A tendência à passagem para a pecuária apresentou-se como a mais significativa no espaço regional investigado, tendo correspondido a 22,6% do número de mudanças futuras no uso do solo e superado aquela representada pela procura de cultivos alternativos ao do trigo, o que viria indicar que os problemas estruturais da produção atual tenderiam a influir mais do que os conjunturais na evolução posterior da organização do espaço agrário.

Uma outra tendência que se mostrou expressiva no tocante às transformações subseqüentes no uso da terra foi a expansão da área cultivada com milho, que abrangeu 14,1% do número de modificações a serem efetuadas na organização produtiva. Os custos mais baixos de produção do milho relativamente aos do cultivo da soja e a conjuntura favorável de preços desse cereal de verão parecem consistir nos principais motivos da intenção de um segmento considerável de produtores de expandir o cultivo de milho, em detrimento do da soja.

Quando as mudanças futuras na utilização da terra são consideradas a nível de estrato fundiário, verifica-se que, em cada um dos estratos, pelo menos duas das mudanças captadas como relevantes para a região como um todo — formação ou ampliação das superfícies em pastagens, busca de cultivos alternativos de inverno e expansão do cultivo do milho —, aparecem como as mais significativas. De fato, constata-se que, no espectro de mudanças a serem introduzidas nas unidades produtivas de menos de 50 hectares, a tendência dominante aponta no sentido da permanência do uso do solo com lavouras. Assim, nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, a principal modificação na utilização da terra deverá consistir na expansão da área cultivada com milho, tendo essa intenção de mudança representado 1/5 do total de modificações apontadas; nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares, altamente vinculados à produção de soja, a procura de cultivos de inverno em substituição ao do trigo constituiu-se na mais forte pretensão dos agricultores, correspondendo, também, a 1/5 das mudanças futuras enunciadas pelos produtores dessa classe dimensional.

Nas unidades produtivas médias e grandes — acima de 50 hectares —, a expansão das áreas em pastos deverá assumir grande importância na evolução posterior do uso da terra, uma vez que engloba de 21 a 36% do número de mudanças que seus produtores pretendem efetuar, sendo outro aspecto dessa evolução representado pela procura de cultivos alternativos de inverno.

Dessa forma, tanto o tamanho, quanto as características da organização produtiva dos estabelecimentos são elementos capazes de diferenciar a evolução futura da organização da produção, embora a inserção do espaço agrário do Oeste do Paraná no mercado mundial da soja acabe por se constituir no principal vetor de sua subsequente transformação.

No bojo da mudança técnico-produtiva operada na década de 70, delineou-se uma outra tendência de caráter estrutural, representada pela concentração fundiária⁸⁹ que ainda deverá marcar a organização agrária da região. Com efeito, algumas indicações dessa concentração foram apreendidas na investigação direta, a partir de aspectos relativos ao aumento e/ou à retração da superfície dos estabelecimentos investigados.

Constatou-se, inicialmente, que a grande ativação do mercado fundiário situou-se na década de 70, uma vez que 95,9% da incorporação de terras aos estabelecimentos se efetivaram no decurso desse decênio⁹⁰. Uma outra constatação significativa quanto à dinâmica fundiária do Oeste Paranaense é aquela que diz respeito à existência de uma correlação direta entre o tamanho das unidades produtivas e a magnitude do percentual das áreas que foram incorporadas aos estabelecimentos, posteriormente à sua implantação. Assim, enquanto nos pequenos estabelecimentos — de 20 a 50 hectares —, bastante inseridos na organização produtiva dominante, apenas 15,8% de sua área atual resultaram da anexação de áreas à sua superfície original, nos estabelecimentos de mais de 500 hectares, esse percentual alcança 43,6%. Em contrapartidas, os mais altos percentuais de áreas subtraídas à superfície dos estabelecimentos corresponderam, especialmente, às pequenas e médias unidades produtivas.

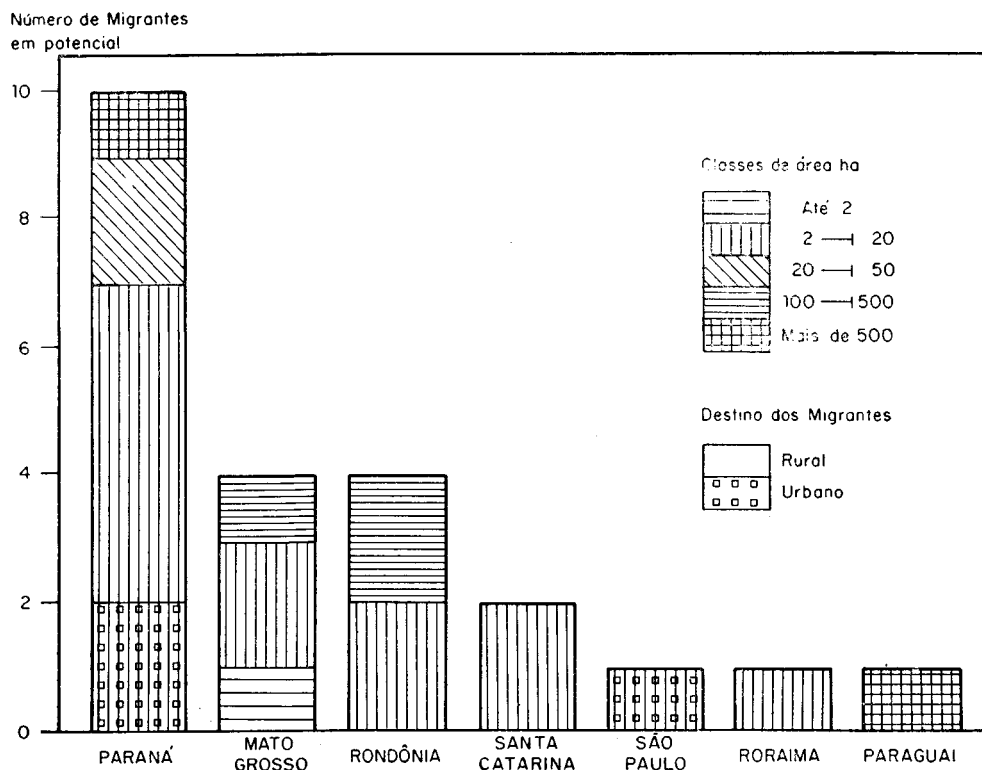
O processo de concentração fundiária respondeu, em grande medida, pela reversão da evolução demográfica verificada na década de 70 no Oeste do Paraná, consubstanciada na evasão da população rural. Após esse decênio de intensa saída de população do campo, essa região que, embora não mostrasse, no início da década de 80, no seu quadro rural, como característica marcante, a evasão populacional, dava ainda, sinais de que se encontrava latente, entre os agricultores, a propensão a migrar, o que poderá condicionar parte de sua evolução demográfica posterior. Com efeito, na população investigada na pesquisa direta, verificou-se que uma proporção considerável — 16,8% — declarou propensão a migrar. Essa propensão está mais presente entre os pequenos produtores, sobretudo aqueles que exploram estabelecimentos entre 2 e 20 hectares (Gráfico 6) e se vincula às dificuldades de fragmentação por herança dessas unidades produtivas cuja dimensão é reduzida em face da organização atual da produção. Nesse estrato dimensional, estão 69,2% do total de agricultores que apontam a migração futura como parte de seus planos a curto ou médio prazo. No interior dessa classe de pequenos produtores, 27,1% dos agricultores

⁸⁹ Alguns dados censitários que evidenciam a concentração fundiária estão apresentados nas notas de rodapé 21 e 22 da seção 1.

⁹⁰ Foram investigados, na pesquisa, 78.151,7 hectares dos quais 32.951,3 hectares foram devidos a anexação posterior ao ano de instalação dos produtores entrevistados. Dessa superfície anexada, 31.591,9 hectares foram incorporados às unidades pesquisadas durante a década de 70.

OESTE DO PARANÁ

DESTINO DOS MIGRANTES EM POTENCIAL, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA



FORNTE: IBGE - DEGEO - Divisão de Estudos Rurais -
Pesquisa Direta - nov./dez, 1981

Gráfico 6

proprietários e 28,6% dos agricultores parceiros (Tabela 29) prevêem para sua reprodução, enquanto produtores rurais, um deslocamento espacial preferentemente para terras do próprio Estado do Paraná.

Ao final de uma década de migração para terras do Centro-Oeste e da Amazônia Ocidental, o quadro de deslocamentos futuros acusa a preferência dos produtores pelas terras paranaenses, uma vez que 30,8% dos agricultores propensos a migrar incluem-se nesse caso. Os Estados de Mato Grosso e Rondônia situam-se, em seguida, como lugares preferenciais de destino sendo comum, entre os produtores que declararam a possibilidade de virem a se deslocar para esses Estados, a existência de vínculos de parentesco com agricultores já aí sediados e anteriormente estabelecidos no Oeste do Paraná. Cabe ressaltar que a migração a partir da área rural dessa região para outra área rural é a que mais se coloca na perspectiva para os deslocamentos futuros, sendo o destino urbano apontado por 11,5% dos que declararam propensão a migrar. Trata-se em geral, de produtores que não detêm a propriedade da terra e que, estando estabelecidos na porção norte da região de pesquisa, têm

TABELA 29

PROPORÇÃO DE MIGRANTES EM POTENCIAL, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA, NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE PARANAENSE — 1981

CLASSES DE ÁREA (ha)	PROPORÇÃO DE MIGRANTES EM POTENCIAL								
	Condição do produtor								
	Proprietário			Parceiro			Ocupante		
	Total	Migrantes em potencial		Total	Migrantes em potencial		Total	Migrantes em potencial	
		Número	%		Número	%		Número	%
Até 2.....	3	1	33,3	—	—	—	1	—	—
2 → 20.....	48	13	27,1	14	4	28,6	2	1	50,0
20 → 50.....	28	2	7,1	1	—	—	—	—	—
50 → 100.....	11	—	—	—	—	—	—	—	—
100 → 500.....	18	3	16,7	—	—	—	—	—	—
500 e mais.....	24	2	8,3	1	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa direta — nov./dez., 1981 — Divisão de Estudos Rurais (DEGE0) IBGE.

NOTA — Entre os produtores arrendatários nenhum demonstrou propensão a migrar.

como objetivo a conquista de emprego em cidades industriais paulistas. É possível que a influência da economia paulista na estruturação desse espaço responda, em parte, por essa identificação com o meio urbano, não registrada em outros segmentos espaciais da região investigada.

No que diz respeito à perspectiva do deslocamento rural-rural, o que emerge como o motivo mais relevante para a futura migração é a compra de uma propriedade maior em área menos valorizada. Com efeito, a mudança na organização produtiva do Oeste Paranaense acompanhou-se de uma acentuada valorização das terras, tendo os estabelecimentos de menor área alcançado elevação muito significativa do preço do solo, dado o processo de concentração fundiária que ocorreu paralelamente à implantação do trabalho mecanizado na agricultura. Para o conjunto da área investigada, a compra de áreas mais extensas em locais de terra menos valorizada correspondeu a 42,3% dos motivos enunciados pelos produtores para o deslocamento que pretendem efetuar. Esse motivo aparece como especialmente importante nos estabelecimentos de 2 a 20 hectares, onde a fragmentação por herança assume dimensões particularmente graves naquele segmento de estabelecimentos inseridos na estrutura de produção comandada pela soja. Nesse estrato de área é que se verificou a mais alta proporção — 27,7% — de produtores propensos a migrar, uma vez que é nele que se agudiza a problemática da reprodução da pequena produção, num contexto em que se tornam cada vez mais precárias a articulação e a compatibilização da produção do estabelecimento destinada essencialmente ao mercado com aquela que visa a prover, em parte, a garantia da reprodução da unidade familiar de trabalho.

Foi, também, nesse estrato de área que se concentrou a declaração de outro motivo de deslocamento futuro que, embora bem menos expressivo em termos da frequência com que foi declarado, é ponderável no sentido de permitir avaliar a fragilidade da inserção dos pequenos produtores na nova ordem econômica. Esse motivo é representado pelo descontentamento em face da atual estrutura produtiva, o que é indicativo de que a rigidez dessa estrutura não possibilita, àqueles que estão descontentes, alternativas de mudança substancial, restando, a alguns, como possibilidade limite de sobrevivência, a venda da propriedade e o deslocamento para outras terras. Essa rigidez transparece, também, no enunciado de um outro motivo para deslocamento futuro —, as terras impróprias à mecanização — o que deixa entrever que, para alguns produtores, a impossibilidade de mecanizar a agricultura compromete a própria permanência, enquanto agricultores, no Oeste do Paraná.

As tendências detectadas, nessa região, à época da pesquisa, apontam na direção de um questionamento da organização agrária atual, em termos de suas características técnico-produtivas e do entrelaçamento dessas características com as condições concretas de reprodução da pequena produção.

A configuração, ao longo de uma década, de uma realidade agrária resultante da desarticulação da antiga estrutura de produção, abrindo espaço para uma nova estrutura que agrega interesses nacionais e internacionais evidenciou o poder organizador do espaço por parte das instituições ligadas à agricultura que, a nível local, funcionam como mediadoras entre o Estado e a organização da produção. Ao se operar o intenso processo de modernização a que foi submetida a região, a intermediação efetuada por essas instituições mostrou-se marcadamente diferenciada, moldando-se à própria heterogeneidade sócio-econômica dos produtores e fez com que os vínculos com as instituições se constituíssem em novos fatores de diferenciação entre os produtores, numa área de aparente homogeneização do espaço.

A diferenciação pré-existente entre os produtores —, traduzida, em grande parte, pelo próprio tamanho da unidade de produção —, constituiu-se num elemento importante para explicar a inserção dos produtores na nova organização produtiva, uma vez que contingenciou, de forma acentuada, a vinculação às instituições locais viabilizadoras do processo de modernização. A seletividade do ingresso dos produtores na nova ordem econômica conduziu a que a desigualdade entre os produtores tendesse a se consolidar, uma vez que a maior inserção na estrutura produtiva atual, ao corresponder a níveis de renda mais elevados dos agricultores, reforçou o papel do tamanho da unidade produtiva no processo de diferenciação sócio-econômica.

Estruturado com base na pequena produção, o Oeste Paranaense, em face da mudança técnico-produtiva, da redução na capacidade de absorção de mão-de-obra e do processo de concentração fundiária diminuindo o acesso à terra, viu-se envolvido numa crise estrutural que atingiu, de forma intensa, a massa de pequenos produtores que, após um decênio de evolução da ordem econômica implantada na década de 70, ainda se defronta com graves problemas no tocante à sua reprodução. A capitalização dos estabelecimentos que se inseriram na estrutura soja-

trigo conduziu, por um lado, à baixa capacidade de absorção de trabalho nos estabelecimentos maiores que não se caracterizam pela mão-de-obra familiar e, por outro, à compatibilização entre utilização de meios modernos de produção e unidade familiar de trabalho. Com isto, a reduzida perspectiva de emprego fez com que se formassem fluxos migratórios importantes de trabalhadores e de produtores sem terra em direção a áreas de fronteira. Desses fluxos, vieram a participar, também, pequenos produtores proprietários não inseridos na organização produtiva atual e, mesmo, aqueles que, embora inseridos, não encontram lugar, na região, para a reprodução da unidade produtiva familiar. A venda da terra e a migração aparecem como a possibilidade de reproduzir essa unidade familiar e, muitas vezes, de alcançar um *status* sócio-econômico mais elevado, em face da alta valorização do solo regional. A idéia de migrar ainda se encontra presente entre muitos dos pequenos produtores que tiveram sua posição relativa deteriorada ao longo do processo de modernização. Entretanto, um segmento considerável de pequenos produtores inseridos no sistema produtivo atual, não inclui a migração no seu projeto de vida e questiona esse sistema, atribuindo à política agrícola vigente os principais problemas com que se defronta na realização de sua produção. Contudo, a evolução posterior da organização agrária do Oeste Paranaense coloca-se no jogo de forças entre as novas diretrizes de política de Estado, as decisões transnacionais que envolvem a produção no sentido amplo e as novas estratégias das cooperativas que se lançam, recentemente, ao processamento da matéria-prima local, numa perspectiva de enfrentamento com o capital nacional e transnacional, visando a concentrar parcela cada vez mais expressiva da produção local.

Neste contexto o espaço, hoje limitado, de participação do pequeno produtor nos rumos da organização produtiva regional, terá sua ampliação condicionada pelo poder de pressão que poderá vir a exercer frente às diversas facções da classe dominante, o que remete, necessariamente, às diferenciadas vivências do produtor, representadas, entre outras, pela passagem do sistema policultura-suinocultura ao sistema soja-trigo, pelo seu envolvimento nos incentivos técnico-financeiros ao processo de mudança e pelo atual repensar desse processo por parte de algumas das instituições locais. É natural que esse repensar nem sempre seja absorvido pelos produtores, uma vez que ele traz consigo implicações variadas que vão desde a preocupação autêntica com as condições de existência do produtor até o reforço das vantagens dos beneficiários do sistema atual — os representantes do grande capital —, passando pela questão da preservação ecológica e da conservação da natureza. Resume muito bem a sua condição de perplexidade e, ao mesmo tempo, de vulnerabilidade em face dos agentes que comandam o processo de transformação e ditam o direcionamento das tendências no sistema de organização da produção, a observação de um produtor que foi incentivado a desmatar toda a terra de que dispunha para o plantio de soja e trigo e que hoje é conduzido a se alarmar frente às suas atitudes passadas e a adotar algum esquema de preservação de suas terras. Tal produtor expressa, de forma dramática, sua condição de subordinado e de injustiçado, na seguinte reflexão: “primeiro mandaram plantar tudo e agora estão ripando o produtor que destocou tudo. Isto o produtor não merece”.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. *Eles — A Cooperativa; a experiência do Noroeste Paranaense*. 1962-1979. Curitiba, Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, 298 p., 1980.
- 2 — BAIARDI, Amílcar. A penetração do capitalismo na agricultura e a reforma agrária. *Reforma Agrária*, 12 (1), 3-13, 1982.
- 3 — BASTOS, Maria Inês. *Estrutura agrária e movimentos populacionais: o caso do Paraná*. III.º Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 41 p. (mimeo), 1982.
- 4 — CODESUL. *A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região Centro Oeste Paranaense*. Curitiba, 172 p., 1977.
- 5 — ———. *Formação de capital na agricultura paranaense*. Curitiba, 118 p., 1979.
- 6 — CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICO, Antoinette. *Agricultura; Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 184 p., 1981.
- 7 — FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Grupo de Informação Agrícola. O Brasil no mercado mundial da soja. *Agroanalysis* 5(5): 3-12, 1981.
- 8 — ———. Grupo de Informação Agrícola. Agricultura e Balança Comercial. *Agroanalysis* 6(1): 9-10, 1982.
- 9 — GOVERNO DO PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. IPARDES. *O trabalho rural volante no Estado do Paraná*. Curitiba v. 1, 261 p., 1978.
- 10 — ———. Secretaria de Estado do Planejamento. IPARDES. *Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná*. Curitiba, 232 p., 1979.
- 11 — ———. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. *Bases preliminares para uma estratégia de programação de culturas de inverno no Paraná*. Curitiba, Parte I, 39 p. e Parte II, 133 p., 1980.
- 12 — ———. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. *Crescimento da agricultura paranaense no período 1970-80* — Curitiba, 71 p., 1981.
- 13 — ———. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. *Suino-cultura paranaense: problemas e opções*. Curitiba, 44 p., 1981.
- 14 — LIEDKE, Elida Rubini. *Capitalismo e camponeses (relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS)*. Brasília, Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 130p., 1977.
- 15 — LIPIETZ, Alain. *El capital y su espacio*. México. Siglo Veintiuno Editores, 203 p., 1979.
- 16 — LOUREIRO, Maria Rita (org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo. Editora Cortez, 155 p., 1981.
- 17 — NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia* 24 (4): 33-91, 1970.
- 18 — PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Editora Hucitec. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas), 235 p., 1981.
- 19 — PEIXOTO, Heverton Rosa et alii. *A soja na pequena agricultura. Um estudo de caso no Rio Grande do Sul* — Brasília. Ministério da Agricultura. Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola n.º 9. 74 p., 1979.
- 20 — RIBEIRO, Ivan de Otero; CEZAR, Paulo Bastos; BESNOSIK, Roberto Iazlovitch. *Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo Oeste do Paraná*. PERSAGRI II. Convênio Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro, 171 p., (mimeo) 1981.

- 21 — SAAD, Odilon. *Seleção do equipamento agrícola*. São Paulo, 127 p., 1976.
- 22 — SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo. Hucitec, 182 p., 1973.
- 23 — SERVOLIN, Claude. *L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*. Paris. *Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, 41-77: 184, 1972.
- 24 — SILVA, José Graziano da. *A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira*, Seminário Dinâmica de 1.^a Economia Campesina y el Empleo en America Latina. Santiago do Chile, 26 p. (mimeo), 1980.
- 25 — ———. *A intervenção do Estado e a modernização da agricultura brasileira*. (s.d.). 32 p. (mimeo).
- 26 — ———. KAGEYAMA, Angela. *Progresso técnico e subordinação do trabalho ao capital na agricultura*. (s.d.) 6 p. (mimeo).
- 27 — SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 152 p., 1980.
- 28 — SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J., CORADINI, Odacir Luiz. *Camponeses e Agroindústria*. Rio de Janeiro, Zahar, 119 p. 1982.
- 29 — WANDERLEY, Maria de Nazareth. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários, 83 p. (mimeo), 1979.
- 30 — WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Curitiba. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná* (7), 52 p., 1968.
- 31 — ———. BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno Curitiba. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná* (25), 30 p., 1977.
- 32 — ZOCKUN, Maria Helena Garcia Pallares. *A expansão da soja no Brasil: alguns aspectos da produção*. Instituto de Pesquisas Econômicas. Universidade de São Paulo. São Paulo. *Ensaio Econômico* n.º 4, 243 p., 1980.

FONTES DE DADOS

- — IBGE — Censos Agropecuários do Estado do Paraná — 1970 e 1975.
- — Tabulações Espaciais dos Censos Agropecuários do Estado do Paraná — 1970 e 1975.
- — Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Estado do Paraná — 1980.
- — Censo Demográfico do Estado do Paraná — 1970.
- — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Paraná — 1980.
- — Produção Agrícola Municipal. Paraná — 1980 e 1981.
- — Pesquisa direta — 1981. Entrevistas em Agências Municipais de Estatística do IBGE, Agências do Banco do Brasil, Cooperativas, Escritórios da EMATER-PR. Questionários aplicados junto aos produtores rurais.

ANEXO 1

ESQUEMA DE AMOSTRAGEM

A fim de atender aos objetivos da pesquisa, foram usados como cadastro básico para a seleção dos estabelecimentos a serem investigados os dados preliminares do Censo Agropecuário do Paraná — 1980 — através das Folhas de Coleta, que oferecem não só a localização dos estabelecimentos rurais, como também os valores por estabelecimento, das variáveis: área total, área de lavoura permanente, área de lavoura temporária, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves.

Estes estabelecimentos foram agrupados, de acordo com as características da estrutura fundiária regional, em seis estratos de área, os quais serviram de base para o modelo de amostragem a ser adotado. A região de estudo constou de nove municípios entre os vinte que formam a Microrregião do Extremo Oeste Paranaense. São eles: Cascavel, Toledo, Capitão Leônidas Marques, Corbélia, Formosa do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira e São Miguel do Iguaçu.

No Censo de 1980 esses municípios totalizavam 42.956 estabelecimentos rurais⁹¹. Como os Municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira e São Miguel do Iguaçu terão parte de suas áreas alagadas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, fez-se necessário excluir os setores que serão atingidos, uma vez que grande parte dos produtores já havia se retirado da área. A situação desses municípios ficou a seguinte:

MUNICÍPIO	NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS		
	Censo 1980	Retirados	Resíduo
TOTAL.....	14 428	5 414	9 014
Marechal Cândido Rondon.....	6 346	2 324	4 022
Medianeira.....	4 222	928	3 294
São Miguel do Iguaçu.....	3 860	2 162	1 698

FONTE: IBGE — Censo Agropecuário do Paraná — 1980.

Além disso, também foram retirados, da pesquisa, aqueles setores classificados como situação 1, que, por definição, são essencialmente urbanos. Assim sendo, dos 42.956 estabelecimentos rurais, iniciais, foram retirados 5.414 estabelecimentos a serem atingidos pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, mais 1.934 estabelecimentos pertencentes aos nove municípios em estudo, classificados como situação 1, reduzindo o universo da pesquisa para 35.608 estabelecimentos rurais.

Dada a grande abrangência da pesquisa e, também, ao tamanho da população, uma amostra relativamente grande fazia-se necessária. Porém, esta ficou vinculada aos problemas de tempo de permanência no campo para o levantamento dos dados e aos recursos humanos e materiais disponíveis, na ocasião da realização da pesquisa.

⁹¹ Dado preliminar sujeito a retificação.

Tendo em vista que era importante, para a pesquisa, obter informações de produtores cujos estabelecimentos rurais estivessem localizados nos mais diversos pontos da região, foi adotado o modelo de estratificação simples.

O primeiro passo foi classificar os 35.608 estabelecimentos rurais segundo as classes de área, pré-determinadas, por município. A seguir, também por município e por classe de área, foram selecionados os estabelecimentos a serem investigados, proporcionalmente ao número total de estabelecimentos de cada classe, na região. A amostra ficou assim distribuída:

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	
	Total	Amostra
TOTAL.....	35 608	263
São Miguel do Iguaçu.....	1 551	19
Formosa do Oeste.....	4 446	32
Toledo.....	5 880	39
Corbélia.....	3 363	28
Marechal Cândido Rondon.....	3 623	27
Cascavel.....	5 646	37
Capitão Leônidas Marques.....	4 996	33
Medianeira.....	3 006	24
Palotina.....	3 097	24

Dada a importância, para o estudo, do tamanho dos estabelecimentos rurais, a variável área total serviu de base para a estratificação.

Quanto ao trabalho de campo, este ficou bastante prejudicado pela dificuldade que se teve em localizar os produtores e pelos problemas de acessibilidade aos estabelecimentos rurais, devido à ocorrência precoce das chuvas de verão. Apenas 59% da amostra puderam ser cobertos. Porém, isso, não prejudicou a estimativa da variável área total, como é demonstrado pela seguinte tabela:

REGIÃO	AMOSTRA	
	Cadastro	Campo
n	263	155
δ^2	63 938,6066	134 204,2512
δ^2	2 395,0813	1 763,1980
$\delta^2\epsilon$	61 543,5253	132 441,0532
E'	0,0388	0,0332
$\hat{Y}$	950 363,6000(1)	982 845,7485(1)
$\hat{V}(\hat{Y})$	2 624 505 361,6552	2 750 739 958,2604
E'_2	0,0013	0,0018

(1) Censo Agropecuário de 1980: 967.172,22 hectares (dado preliminar sujeito a retificação).

onde: n — tamanho da amostra
 δ^2 — variância absoluta
 δ^2D — variância dentro
 $\delta^2\epsilon$ — variância entre
 E' — erro de amostragem
 $\hat{Y}$ — total estimado
 $\hat{V}(\hat{Y})$ — variância do estimador
 E'_2 — erro do estimador

Quanto às outras variáveis, constantes do cadastro básico, as que apresentaram os mais altos graus de correlação com a variáveis de estratificação — área total — foram:

VARIÁVEL	CORRELAÇÃO DA ÁREA TOTAL
Área de lavoura temporária.....	0,9827
Bovinos.....	0,8780
Tratores	0,8426

Tendo em vista que esses coeficientes se apresentaram com valores muito altos pode-se, com segurança, garantir a análise dessas variáveis para a região, uma vez que a variável área total apresentou um erro de apenas 0,0332 dos dados obtidos no campo. Quanto às demais, nada se pode afirmar, por se desconhecer seu comportamento no Censo de 1980.

Formulário

$$1) \quad \gamma_{hi} = \frac{\Sigma \gamma_{hi}}{n_h}$$

$$2) \quad \delta_{hi}^2 = \frac{\Sigma \gamma_{hi}^2 - \frac{(\Sigma \gamma_{hi})^2}{n_h}}{n_h}$$

$$3) \quad \gamma_{hi}^2 = \frac{\delta_{hi}^2}{\bar{Y}^2}$$

$$4) \quad W_h = \frac{N_h}{N}$$

$$5) \quad M'^2 = \frac{\Sigma (W_h \delta_h)^2}{\bar{Y}^2}$$

$$6) \quad \delta_D^2 = \Sigma (W_h \delta_h)^2$$

$$7) \quad \delta_E^2 = \Sigma W_h (\bar{Y}_{hi} - \bar{Y})^2$$

$$8) \quad \gamma_D^2 = \frac{\delta_D^2}{\bar{Y}^2}$$

$$9) \quad \hat{Y} = N \bar{Y}_{est} = N \cdot \sum_{h=1}^L W_h \hat{Y}_h$$

$$10) \quad \hat{V}(\hat{Y}) = N_h (N_h - \eta_h) \frac{s_h^2}{\eta_h} \quad \text{onde} \quad s_h^2 = \frac{\eta_h \delta_h^2}{\eta_h - 1}$$

$$11) \quad E' = \sqrt{\frac{N \delta^2 M'^2 - \delta^2 \gamma_D^2 \eta}{N_\eta}} \quad \text{onde} \quad \delta^2 = 3,8416$$

$$12) \quad E'_2 = \frac{1,96 \delta}{\hat{Y}}$$

onde:

- $\bar{Y}_{hi}$ — média da variável Y_h no estrato i
- δ_{hi}^2 — variância absoluta no estrato i
- γ_{hi}^2 — variância relativa no estrato i
- W_h — proporção do estrato i na população
- M_2' — momento de 2.^a ordem
- δ_D^2 — variância dentro dos estratos
- δ_E^2 — variância entre os estratos
- γ_D^2 — variância relativa dentro dos estratos
- $\hat{Y}$ — total estimado
- $\hat{V}(\hat{Y})$ — variância do estimador
- E' — erro de amostragem
- E_2' — erro do estimador

ANEXO 2

DIVISÃO DE ESTUDOS RURAIS
PESQUISA SOBRE MODERNIZAÇÃO DE AGRICULTURA NO
EXTREMO OESTE PARANAENSE

Estado :	PR	Município :	Quest :
Distrito :		Setor :	
Localidade :			
Localização do estabelecimento :			

I — Características do produtor e aspectos fundiários

1 — Dados pessoais

Nome : _____

Idade : _____ Local de Nascimento : _____

Grau de escolaridade : _____

Tempo de permanência no estabelecimento : _____

Local de residência : _____

☐ no estabelecimento ☐ fora do estabelecimento

No caso de não residir no estabelecimento : _____

Local atual de residência : _____

Tempo de permanência na residência atual : _____

Local da residência anterior : _____

2 — Condição do produtor

☐ Proprietário ☐ Parceiro

☐ Arrendatário ☐ Ocupante

2.1. No caso de proprietário :

Ano de aquisição do estabelecimento : _____

Preço do alqueire : _____

no ano de aquisição : _____

atualmente : _____

Área do estabelecimento : _____

Alterações verificadas na área do estabelecimento :

Alteração		Área	Ano	Motivo
Aumento	Retração			

2.2 — No caso de parceiro ou arrendatário

Especificação	Ano inicial do contrato atual	Prazo (anos)	Forma de pagamento	n.º anos nesta condição		Atividade do proprietário da terra
				no estab.	no mun.	
Parceiro						
Arrendatário						

3. Trajetória do produtor

Local de procedência	n.º de anos no local	Atividade exercida	
		Agricultura(*)	Outra (especificar)

(*) Agricultura

1. proprietário

3. parceiro

5. assalariado

2. arrendatário

4. ocupante

6. mão-de-obra familiar

4. Exercício atual de atividade não agrícola

☐ Sim☐ Não

Em caso positivo :

Qual ?

Onde ?

5. Emprego em outro estabelecimento rural

Especificação	n.º de pessoas	Atividade	Ano inicial	Periodicidade		Motivo
				Sistem.	Event.	
Produtor						
Membros da Família						

6. Exploração de outras terras, em outubro de 1981

Área	Ano de início de exploração	Localização		Condição do produtor			
		Município	UF	Propriet.	Arrendat.	Parceiro	Ocupante

7. Cessão de terras para outros produtores, em outubro de 1981

Especificação	Área	Ano inicial	Uso da Terra (especificar)
Parceria			
Arrendamento			

II. Características da organização da produção

8. Utilização da terra (em outubro de 1981)

Especificação	Área	Especificação	Área
Lavoura permanente		Pasto plantado	
Lavoura temporária		Capoeira	
Terra em descanso		Mata	
Pasto natural		Terra inaproveitável	

8.1. Alterações nas áreas de pasto, capoeira e mata

No início da exploração do estabelecimento, quais as áreas em:

Especificação	Área
Pasto	
Capoeira	
Mata	

8.2. Lavoura

Situação atual

Produto	Ano inicial plantio	Área no 1.º plantio	Área na última safra	Ano de alteração (se houver)	Motivo (*) alteração	Produção na última safra

*Motivo de alteração

- | | | |
|--------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 1. Preço alto do produto | 4. Baixa produtividade | 7. Uso de mecanização |
| 2. Crédito fácil | 5. Prejudicial a outros cultivos | 8. Cultura exclusivamente pioneira |
| 3. Melhoria técnica | 6. Incorporação de novas áreas | 9. Diversificação de cultivos |
| | | 10. Outro (especificar) |

Desistência de plantios

Produto	Desistência de plantio			
	Ano	Motivo	Finalidade	
			Consumo no estabelecimento	comercialização

8.3. Pecuária

Situação atual

Rebanho	n.º de cabeças (outubro 1981)	Orientação predominante da criação				Raças
Suíno		Carne		Banha		
Bovino		Corte		Leite		
Aves		Corte		Postura		

Suinocultura

Ano inicial da suinocultura	n.º cabeças nesse ano

Sistema de criação de suínos

☐ Confinado

☐ Extensivo

No caso de ser confinado:

Já praticou suinocultura extensiva?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo.

Ano de desistência da prática	Motivo

Alteração no efetivo do rebanho

Tipo de alteração			Ano	Motivo*
aumento	redução	extinção		

* Motivo

1. Baixo preço do suíno
2. Doença no rebanho
3. Redução do plantio de milho
4. Aumento do custo da ração

5. Integração à SADIA
6. Preço favorável do suíno
7. Baixo preço do milho
8. Passagem para lavoura mecanizada
9. Outro (especificar)

Alimentação dos suínos

☐ Produzida no estabelecimento

☐ Adquirida

No caso de ser produzida no estabelecimento, informar o tipo:

☐ Milho

☐ Batata doce

☐ Mandioca

☐ Outro (especificar)

No caso de não produzir no estabelecimento, pretende fazê-lo?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo:

Ano	Motivo*

*motivo

1 — Redução do custo dos insumos

- a) orientação da EMATER
- b) orientação da cooperativa
- c) iniciativa própria

2 — Outro (especificar)

Melhoria genética

Melhoria na qualidade do rebanho

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo:

Tipo de melhoria	Ano	Motivo

Avicultura comercial

*motivo

Implantação

Ano	Motivo *

- 1) Renda distribuída durante todo o ano
- 2) incentivo da indústria
- 3) Desestímulo à suinocultura
- 4) Outro (especificar)

Aproveitamento do esterco para a lavoufa

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo

- ☐ No próprio estabelecimento
- ☐ Para venda

9. Comercialização da produção na última safra

Produto	Quantidade vendida	Preço médio unitário	Finalidade*	Sistema de transporte	
				Próprio	Pagamento frete (Cr\$)
Soja					
Trigo					
Milho					
Feijão					
Café					
Algodão					
Girassol					
Suínos					
Bovinos					
Aves					

* Finalidade

- 1. Consumo no estabelecimento
- 2. Entregue a cooperativa
- 3. Entregue a indústria
- 4. Entregue a intermediário
- 5. Venda direta ao consumidor
- 6. Venda ao Governo

10. Máquinas e implementos agrícolas (outubro 1981)

Especificação	Próprias				Alugadas		Máquinas		
	N.º	Ano de aquisição			N.º	Ano inicial	N.º de dias de uso no ano	N.º hores-trabalhados por dia	
		Com recursos próprios		Com crédito					
		novo	usado	bancário					não bancário
Trator de roda									
Trator de esteira									
Colheitadeira									
Arado									
Grade									
Plantadeira									
Semeadeira									
Cultivador									
Pulverizador									
Triturador ração									

Valor total das máquinas e implementos agrícolas em outubro de 1981: Cr\$

Problemas no solo causados pelo uso de máquinas

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo

Tipo de problema	Ano inicial	Tipo de solução*	Ano de adoção
erosão			
compactação			

* Tipo de solução

1. Curvas de nível
2. Terraceamento
3. Plantio direto

4. Tração animal
5. Outra (especificar)

Uso atual de tração animal

☐ Sim

☐ Não

Em caso negativo:

Uso anterior de tração animal

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo:

Ano desistência	Motivo

Uso futuro de tração animal

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo:

Ano	Motivo

Em caso negativo:

Motivo: _____

11. Uso de insumos na lavoura na última safra

Produtos	Insumos	Sementes	Adubos		Inseticidas	Fungicidas	Herbicidas	Corretivos
			Orgânico	Mineral				
	1							
	2							
	3							
	1							
	2							
	3							
	1							
	2							
	3							
	1							
	2							
	3							
	1							
	2							
	3							

1. Ano inicial de uso

2. Despesa

3. Local de
aquisição

{ A. Cooperativa
B. Comércio
C. Indústria
D. Outro (especificar)

No caso de não usar adubo orgânico:

Pretende usar?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo:

Ano	Tipo de adubo	Motivo

No caso de já usar adubo orgânico:

Pretende intensificar o uso?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo ou negativo:

Motivo: _____

Alteração no solo ou nas plantas provocada pelo uso de insumos

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo, indicar o tipo de alteração:

☐ Compactação do solo

☐ Redução da produtividade

☐ Redução da fertilidade do solo

☐ Outro (especificar)

☐ Melhoria do solo

12. Uso de insumos na pecuária em 1981

Rebanhos	Insumos	Sal mineral	Ração	Vacinas	Medicamentos
	1				
	2				
	3				
	1				
	2				
	3				

1. Ano inicial de uso

2. Despesa

3. Local de aquisição

{ A. Cooperativa
B. Comércio
C. Indústria
D. Outro (especificar)

3.1 Veículos e instalações existentes, em outubro de 1981

Especificação	Número	Ano de construção e/ou aquisição
Veículos		
Armazenagem		
Paiol		
Abrigo para máquinas		
Instalações p/pecuária		

Valor total dos veículos:

Valor total das instalações:

14. Eletrificação rural

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo, de-de quando? _____

15. Pessoal ocupado

15.1. Composição da mão-de-obra, em outubro de 1981

Especificação	Número		Remuneração
	Adulto	Menor	
Responsável e membros não remunerados da família			
Assalariado permanente			
Assalariado temporário			
Parceiros			
Outra condição			

15.2. Trabalho temporário

Número máximo de trabalhadores assalariados temporários na lavoura na última safra

Produtos							
	Soja	Trigo					
Fases do calendário							
Preparo da terra							
Plantio							
Tratos culturais							
Colheita							

Trabalho assalariado temporário na criação

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, informar o número máximo:

Remuneração diária, procedência e forma de contratação de assalariados temporários, na última safra

Atividade	Remuneração diária	Procedência	Forma de Contratação	
			Direta	Empreitada
Lavoura				
Criação				

15.3. Absorção de mão-de-obra

Absorção de mão-de-obra segundo fases do calendário agrícola e segundo produtos, na última safra

Produtos	Pessoal ocupado	Preparo		Plantio		Tratos culturais		Colheita	
		Total dias	média pessoas dia	Total dias	média pessoas dia	Total dias	média pessoas dia	Total dias	média pessoas dia
Soja									
Trigo									

Absorção de mão-de-obra na pecuária em 1981

Atividade \ Pessoal ocupado	Número de pessoas/dia	
	Tempo integral	tempo parcial
Criação bovinos		
Suinocultura		
Avicultura		

16. Rendas adicionais obtidas pelo produtor no ano de 1981 (Cr\$)

Arrendamento de terras	Parceria	Aluguel de máquinas	Aluguel de reprodutores	Outra (especificar)

III — Vínculos entre a produção e as instituições

17. Crédito

17.1. Aspectos gerais

Recorre a financiamento ?

☐ Sim

☐ Não

Em caso negativo:

Motivo:

☐ Possui recursos próprios

☐ Dificuldade de acesso a banco e/ou cooperativa

☐ Excesso de burocracia bancária

☐ Receio de não poder saldar a dívida

☐ Outro (especificar) _____

Em caso positivo:

Motivo

☐ Falta de recursos próprios

☐ Frustrações sucessivas de safras

☐ Juros compensadores

☐ Outro (especificar) _____

Desde quando recorre a financiamento para :

Investimento :

Custeio :

Comercialização :

Com que frequência recorre a financiamento ?

Para custeio :

☐ em todas as safras

☐ de 2 em 2 anos

☐ anualmente

☐ outra (especificar) _____

Para investimento :

Para comercialização :

Tipo de agente que concede financiamento

☐ Bancos públicos

☐ Indústrias de máquinas e insumos

☐ Bancos privados

☐ Indústrias de processamento da produção

☐ Outro (especificar) _____

17.2. Financiamentos contraídos junto à rede bancária e/ou repassados pela cooperativas

Crédito de custeio para lavoura na última safra :

Lavoura	Valor (Cr\$)
Soja	
Trigo	
Total	

Crédito de custeio para a pecuária, em 1981

Pecuária	Valor (Cr\$)
Suínos	
Aves	
Total	

Crédito de investimento

Bens financiados	Valor do financiamento (Cr\$)	Valor do débito bancário (Cr\$)	Ano do (s) empréstimo (s)	Prazo de pagamento (anos)	Período de carência (anos)	Prestações pagas em 1981 (Cr\$)
Máquinas e implementos						
Instalações						
Animais						
Total						

17.3. Normas do agente financiador para concessão do crédito

Garantia	Financiamento	
	Investimento	Custeio
Hipoteca		
Penhor de máquinas		
Penhor de gado		
Penhor de safras		

17.4. Influência das elevações das taxas de juros sobre a atividade do estabelecimento

Indicar o tipo de influência:

- ☐ Impossibilidade de substituir máquinas obsoletas
- ☐ Impossibilidade de comprar máquinas necessárias
- ☐ Impossibilidade de aumentar o efetivo dos rebanhos
- ☐ Impossibilidade de construir novas instalações
- ☐ Impossibilidade de melhorar as instalações existentes
- ☐ Outra (especificar) _____

18 — Cooperativismo

É associado a alguma cooperativa?

☐ Sim ☐ Não

Em caso negativo, por quê? _____

Em caso positivo:

A qual? _____

Desde quando? _____

Motivo da filiação a cooperativa:

- ☐ Facilidade de acesso ao crédito
- ☐ Obtenção de melhores preços
- ☐ Ausência da burocracia bancária
- ☐ Assistência técnica
- ☐ Aquisição de insumos mais baratos
- ☐ Outro (especificar)
- ☐ Garantia de colocação da produção no mercado

Era filiado, anteriormente a outra cooperativa?

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo:

Nome da Cooperativa	Local de residência do produtor na ocasião	ano de desligamento	Motivo do desligamento

Existem problemas quanto ao cooperativismo?

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, indicar quais:

- ☐ classificação do produto
- ☐ gerenciamento
- ☐ outro (especificar) _____

19. Assistência técnica

Recebe assistência técnica?

☐ Sim ☐ Não

Caso negativo, por quê? _____

Em caso positivo, indicar as razões do recurso à assistência técnica:

- ☐ Exigência do Banco
- ☐ Necessidade de orientação agrônômica
- ☐ Vínculo com cooperativa
- ☐ Outra (especificar) _____

Situação da assistência técnica em outubro 1981

Atividade	Instituição	Ano inicial	Periodicidade
Lavoura			
Pecuária			

Anteriormente à instituição atual, alguma outra instituição lhe prestava assistência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo, indique a razão da modificação:

- ☐ fechamento da instituição
- ☐ mudança na produção
- ☐ deslocamento do produtor
- ☐ outra (especificar) _____
- _____

Existem problemas quanto à assistência técnica?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo, indicar quais:

- ☐ dificuldade financeira para seguir a orientação
- ☐ visitas pouco frequentes
- ☐ irregularidade nas visitas
- ☐ orientação técnica inadequada
- ☐ outra (especificar) _____

20. Indústrias de processamento de matérias-primas :

No caso de vender diretamente à indústria

Produtos	Nome da indústria	Ano inicial da vinculação	Tipos de relação com indústria*

*Tipos de relação com a indústria

1. Fornecimento de ração

2. Fornecimento de pintos de 1 dia

3. Fornecimento de matrizes e reprodutores

4. Fornecimento de sementes
5. Fornecimento de fertilizante

6. Fornecimento de defensivos

7. Aval para crédito bancário

8. Assistência técnica

9. Outra (especificar) _____

21. Indústria de máquinas agrícolas

Os revendedores de máquinas fazem propaganda junto ao produtor?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo, indicar o tipo :

- ☐ demonstração no estabelecimento
- ☐ reunião de produtores promovidas pelos representantes das indústrias
- ☐ outro (especificar) _____

No caso de haver adquirido a máquinas, a crédito, no revendedor :

Tipos de exigência :

- ☐ hipoteca (da propriedade)
- ☐ aval de outro proprietário
- ☐ penhor dos bens
- ☐ outra (especificar) _____

Há vantagens na aquisição de máquinas diretamente no revendedor?

Em caso positivo, indicar qual :

- ☐ é menos burocratizada que no Banco
- ☐ os juros são iguais aos bancários
- ☐ o prazo de pagamento é mais longo
- ☐ a cobrança é feita na residência do produtor
- ☐ outra (especificar) _____

Vinculações do produtor rural com a indústria e/ou
revendedores de insumos modernos

Insumos	Existência de propaganda		Concessão de Financiamento			
			Indústria		Comércio	
	Sim	Não	Sim*	Não	Sim*	Não
Fertilizante						
Semente						
Defensivos						
Rações						
Vacinas						

*

- 1. Sistemática
- 2. Eventual

Características do processo de aquisição de insumos

Condições de pagamento	Na indústria	No comércio
Prazo		
Juros		

IV. A Problemática da Organização da Produção

23. Existem problemas quanto à organização da produção?

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, indicar quais

- ☐ lucro reduzido face ao capital investido
- ☐ preços mínimos desestimulantes
- ☐ atraso no pagamento do PROAGRO
- ☐ crise na suinocultura
- ☐ risco de geada
- ☐ aumento de pragas na lavoura
- ☐ uso abusivo de defensivos
- ☐ topografia inadequada à mecanização
- ☐ erosão do solo
- ☐ outro (especificar) _____

24. Pretende mudar a utilização da terra?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo, indicar a(s) tendência(s):

☐ plantar cultivos alternativos ao trigo

☐ diversificar a produção visando a garantir fontes de renda variadas

☐ diversificar a produção com cultivos para subsistência

☐ diminuir plantel de suínos devido ao baixo preço alcançado pelo produto

☐ abandonar a suinocultura devido à baixa de preço

☐ iniciar ou ampliar a avicultura

☐ produzir milho e/ou mandioca e/ou batata doce para a produção de ração no estabelecimento

☐ aumentar a área em pasto

☐ outra (especificar) _____

V. Perspectivas de Migração do Produtor

25. Pretende deixar o local?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo, indicar a(s) razão(ões):

☐ estímulo à venda da propriedade dado o alto preço da terra

☐ compra de estabelecimento maior em área menos valorizada

☐ sucessivas frustrações de safra

☐ elevado custo da produção

☐ prejuízo na suinocultura

☐ outro (especificar) _____

Para onde pretende ir? _____

Atividade futura:

☐ agricultura

☐ outra (especificar) _____

RESUMO

Relatório de pesquisa sobre o processo de modernização acelerado da agricultura na década de 70, com ênfase na identificação das decorrentes transformações nas técnicas de produção e na organização do espaço agrário, no oeste paranaense; razões da escolha desta região como objeto do estudo. Análise circunstanciada das vias do desenvolvimento capitalista no campo, envolvendo a inserção diferenciada dos produtos na estrutura produtiva em transformação, a interação entre produtores e instituições ligadas à agricultura — meio de viabilização do processo de mudança — com enfoque especial no seu caráter seletivo, os mecanismos de sobrevivência da pequena produção de alimentos, além de outros aspectos.

ABSTRACT

Research report on the acceleration of the modernization process showed by agriculture during the 70's, emphasizing the identification of those transformations due to new production techniques and the organization of agrarian space in the west of Paraná; the reasons for selecting this particular region as the subject of study. Detailed analysis of the paths followed by capitalistic development in the area including the different forms of insertion of various products into the changing productive structure, the selective interaction among producers and institutions related to agriculture as the way of accomplishing the change, the production of food in small scale and its mechanisms for survival, besides other aspects.

O solo e o espaço: enigmas para os economistas*

Jean-Louis Guigou

SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — Um primeiro esforço: a integração do solo e do espaço nas teorias pre-existentes
 - 2.1 — Análise neoclássica do solo e do espaço
 - 2.2 — A análise marxista do solo e do espaço
 - 2.3 — Conclusão
- 3 — Uma manifestação rica em ensinamentos: as práticas espaciais
 - 3.1 — As lutas urbanas
 - 3.2 — O conflito entre valor de uso e valor de troca

1 — INTRODUÇÃO

Quando se abordam pela primeira vez as questões rurais e os problemas ligados à utilização do espaço, pode-se ter a impressão de que as análises da renda fundiária, da especulação, dos mercados rurais, da concorrência para a ocupação do solo, da localização ótima, das atividades da concorrência interregional etc., podem se fazer exclusivamente em termos econômicos, com a ajuda dos conceitos clássicos de oferta, procura, custo, função de produção, transferências, economias externas, concorrência, etc.

* Transcrito de *Espace Géographique* n.º 1, 1980, 17-28, com autorização de Doin Éditeurs, Paris.

Efetivamente, vende-se e compra-se o solo; existe uma concorrência para a ocupação do solo e a localização é considerada ótima se a utilidade ou o lucro é máximo. Entretanto, os economistas neoclássicos ou marxistas que se dedicaram a estudos aprofundados destas questões admitem geralmente que uma análise puramente econômica traz apenas respostas parciais, que o uso do solo e a estruturação do espaço ainda são enigmáticas.

Os conceitos econômicos, parecendo insuficientes para captar a realidade complexa das relações entre o homem, o solo e o espaço e, as tentativas de apreensão pluridisciplinar destes problemas foram feitas com o auxílio de outras ciências humanas (geografia, psicologia, sociologia, antropologia, psicanálise). Mas o caráter enigmático do solo e do espaço aparece para os economistas ainda mais claramente através da multiplicidade das abordagens que se esforçam por apreender esta realidade complexa que são as relações entre os homens, o solo e o espaço.

Assim, a análise econômica do solo e do espaço tem sido encarada sob muitos ângulos, uma vez que nenhuma abordagem permitiu que somente esta desse conta da totalidade dos fenômenos observados: análise da distribuição dos rendimentos (análise da renda rural); análise do consumo do espaço (ótica *land-use*); análise da produção do espaço (análise neomarxista); análise das representações do espaço (espaço abstrato); análise das práticas espaciais dos indivíduos. A multiplicidade das abordagens é testemunho da dificuldade e também da riqueza do objeto a analisar.

a) A análise em termos de distribuição de rendimentos foi a primeira enfocada. Ao lado do fator de produção *trabalho*, que recebe como rendimento um salário, do fator *capital*, que recebe um lucro, os fisiocratas, em seguida os clássicos (Ricardo e Malthus) e Marx consagraram uma parte importante de suas reflexões ao rendimento da terra, isto é, à renda latifundiária. O destaque vai essencialmente para o papel econômico do solo que, enquanto fator de produção (análise neoclássica) ou enquanto recurso natural ao qual se acham ligados os direitos (análise marxista), autoriza seu proprietário seja a receber uma renda (análise neoclássica), seja a retirar uma parte da mais-valia social (análise marxista). Os autores que deram privilégio a esta abordagem se surpreendem implicitamente com o fato de que a utilização do solo e, conseqüentemente, a estruturação do espaço resultam da busca de uma renda máxima por parte dos latifundiários. A partir destes primeiros trabalhos que nos séculos XVIII e XIX eram limitados ao estudo da renda agrícola, toda uma corrente neoclássica e neomarxista se desenvolveu; esta corrente tentou transpor e, em seguida, adaptar a análise da renda agrícola à análise dos rendimentos que obtém a propriedade do solo em meio urbano, e tentou interpretar dessa maneira os preços do solo urbano, a especulação, a segregação e as transferências que acontecem na produção do quadro constituído¹.

Os limites desta primeira abordagem — exclusivamente econômica — das relações entre os homens, o solo e o espaço, são ligados ao fato de que o comportamento do latifundiário, que tem um papel essencial,

¹ Neste domínio, é conveniente assinalar o artigo de Allen Scott, que mostra fielmente os trabalhos feitos na França, nestes últimos anos, sobre o assunto: Allen Scott, *Land and Land Rent, An interpretative review of French literature*. Progress in Geography, IX, 1976.

não pode ser reduzido a uma análise econômica. Ao contrário, os latifundiários adotam frequentemente comportamentos antieconômicos (fenômeno de apego à terra, de retenção). Nessas condições, consideramos apenas as análises marxistas dos problemas agrícolas em termos de relações sociais. Se elas permitiram aprimorar o conhecimento, merecem agora ser ultrapassadas.

b) Enquanto se desenvolviam, no começo do século XIX, as pesquisas sobre a renda agrícola, Von Thünen — que foi um dos primeiros a introduzir o espaço na análise econômica — abordava o estudo da utilização do solo e do consumo do espaço. Esta abordagem, chamada *land-use* pelos anglo-saxões, consiste em analisar, num primeiro tempo, as relações entre a utilização e o preço do solo (Alonso); e também, mais amplamente o consumo do espaço — entendido como uma superfície localizada, em função das formas de urbanização, rendimentos, progresso nos transportes, da concorrência espacial², etc. Os autores que mantêm esta abordagem admitem que a estruturação do espaço resulta da concorrência entre os agentes, ou entre as atividades sócio-econômicas, para a ocupação do solo em função da localização. Esta concorrência se exerce ao mesmo tempo sobre as localizações e as superfícies.

Esta abordagem fica muitas vezes superficial e limitada à influência do solo das atividades e, deve-se convir, a elaboração de previsões de utilização do solo (urbano, rural, etc.), não é de grande utilidade. Em compensação, se aprofundarmos a compreensão que podemos ter do termo de consumo de espaço, desembocamos quer na produção do espaço, quer na freqüentação do espaço pelos usuários (as práticas do espaço).

c) Mais recentemente, os neomarxistas e, sobretudo, Lefebvre, propuseram apreender o espaço através de uma análise do conceito de produção do espaço³. Cada modo de produção — e não cada sociedade — produz um espaço que lhe é característico. Esta produção não é neutra, mas reprodutora das relações de produção; a estruturação do espaço perpetuaria as relações sociais de produção.

Parece-nos que esta abordagem aplica abusivamente ao espaço o conceito de produção que, em Marx, tem conteúdo e limites precisos (produção de coisas ou produção de obras). Esta atitude sofre, então, quer de uma demasiado grande extensão do conceito de produção do estrito domínio econômico em direção ao sociológico — haveria então deturpação de conceito — ou, se o conceito fica restrito ao campo do econômico, de um interesse reduzido, porque a produção do espaço não se limita à produção de moradias, estradas e zonas industriais.

d) Outro enfoque consistiu em definir e analisar o espaço por meio de *representações teóricas*, variáveis segundo as disciplinas (representação do espaço econômico, geográfico, arquitetônico, psicológico, etc.). Estas representações do espaço são produto do conhecimento científico e/ou ideológico e constituem espaços abstratos, teóricos ou

² As teses seguintes apresentam o conjunto desses trabalhos sobre o assunto: J. L. Guigou, *Théorie économique et transformation de l'espace agricole*, Paris, Gauthier-Villars, 1972, 2 vol. — J. M. Hurlot, *La formation de paysage économique*. Paris, Sirey, 1977, Coll. IME n.º 15.

³ Sobre essa abordagem, é possível restringir, sem risco de erro, a bibliografia à obra de H. Lefebvre (*La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974) e à importante produção científica que constitui a ATP-CNRS dirigida por Pierre Dockès (*Production d'espace et formes d'urbanisation, Approche théorique*, juillet, 1977).

espaços de referência. Um debate sobre os espaços nas ciências humanas⁴ e, mais recentemente, um projeto de pesquisa de Perrin⁵ evidenciam que os economistas, os geógrafos, psicólogos, sociólogos, etc. “que trabalham sobre a mesma realidade e segundo um mesmo objetivo têm representações dos fenômenos do espaço que não estão de acordo”. É evidente que, por necessidade, a estrutura teórica do espaço varia segundo os diferentes instrumentos de cada disciplina. No único domínio do econômico, as modalidades destas representações podem variar de um autor a outro. No entanto, duas análises nos pareciam particularmente ricas: a análise formal que propõe Ponsard, sobre o qual tornaremos a fazer referências, e a análise ecossistemática que acaba de apresentar Perrin⁶. O problema maior que reduz o alcance desta abordagem — pelas representações teóricas do espaço — reside no fato de que se trata mais de um discurso sobre o espaço, do que de uma pesquisa sobre o conhecimento do espaço.

e) A última abordagem, que é a mais recente, tem como eixo as *práticas espaciais* dos indivíduos. A análise não se apresenta mais em termos de oferta (ótica clássica) ou de produção (ótica neomarxista) mas em termos de procura (ótica neoclássica) e mais geralmente de práticas (ótica mais radical). Com efeito, pareceu a alguns pesquisadores (notadamente a equipe da Missão da Pesquisa Urbana) que o estudo dos processos pelos quais os indivíduos se instalam, se apropriam do solo, freqüentam o espaço, se deslocam para cumprir suas funções sócio-econômicas quotidianas, lutam para preservar seu meio-ambiente... revelava ao mesmo tempo o papel que representam os elementos que compõem o espaço e os *comportamentos*, as *necessidades*, os *desejos*, os *valores* que lhes atribuem os indivíduos. A análise dessas práticas em matéria de instalações, de deslocamentos quotidianos, de convivência com equipamentos coletivos, etc. visa reduzir a dicotomia entre o objeto (o solo, a rua, o quarteirão, os equipamentos) e o sujeito (o indivíduo) para perceber aí as interdependências e as ações recíprocas. As causas das limitações desta abordagem devem-se ao fato de que, segundo os métodos de investigação, é difícil dissociar as práticas espaciais forçadas (usuários passivos de uma estrutura) das práticas mais livres. Por outro lado, a referência às noções de *necessidades*, *desejo*, *valores* implica uma aproximação pluridisciplinar que é difícil de empregar.

A despeito dos progressos que estas diversas aproximações autorizaram para apreender melhor as relações entre os homens, o solo e o espaço, ficamos convencidos de que as *zonas de sombra* subsistem. A tese que nós defendemos e que justifica nosso plano de estudo pode ser formulada como se segue.

No domínio econômico, um primeiro esforço consistiu em integrar o solo e o espaço nas teorias neoclássicas e marxistas já existentes. A partir daí, os conceitos relativos ao solo e ao espaço foram adaptados às

⁴ *L'espace dans les Sciences Humaines*. Conferência do Institut de l'Environnement, Paris, 1974.

⁵ J. C. Perrin, *Projet d'étude ATP Internationale de CNRS*, que fará o balanço dessa questão em 1979/80. Cf. A. Roland, *La représentation de l'environnement urbain, l'organisation de la représentation et la formation des schémas spatiaux*. Centre d'économie régionale, Aix-en-Provence, 1979.

⁶ J. C. Perrin, *L'analyse économique spatialisée: une nouvelle approche*. Cahiers d'économie politique n.º 1 et 3, Aix-en-Provence, juin, 1976.

teorias, e não o inverso. A integração do solo e do espaço nas teorias econômicas nos parece como a racionalização de um enigma (§ 1).

Mas, quando as teorias econômicas têm dificuldade em integrar o solo e o espaço, certas práticas espaciais nos parecem ricas de ensinamentos. A realidade que se esconde por trás já foi recuperada e interpretada sob diversos nomes: lutas urbanas, crise do urbanismo, sentimento de dependência em relação a um espaço, apego à terra, preservação do meio-ambiente, regionalismo, etc. A análise crítica de algumas dessas interpretações (§ 2), permitirá que nosso ponto de vista se precise: o espaço e o solo não são neutros, constantemente remodelados ou concedidos segundo o jogo das forças econômicas (ótica neoclássica) ou simples reflexos das relações sociais que eles reproduzem (ótica neomarxista).

As relações entre os homens, o solo e o espaço são muito mais complexas e originais e somente as análises sócio-antropológicas podem deixar entrever o que os economistas ... e os geógrafos ... tentam interpretar imperfeitamente.

2 — UM PRIMEIRO ESFORÇO: A INTEGRAÇÃO DO SOLO E DO ESPAÇO NAS TEORIAS PREEXISTENTES

Quando se tratar da definição e do conteúdo econômico dos conceitos de solo e do espaço, as teorias econômicas neoclássica e marxista propõem duas abordagens diferentes, porém complementares: de uma parte (referindo-se ao espaço), uma em termos de representação (neoclássica) e a outra em termos de produção (marxista); de outra parte (referindo-se ao solo), uma em termos de alocação microeconômica (análise neoclássica) e a outra em termos de distribuição macroeconômica (análise marxista).

Por meio de alguns exemplos, torna-se fácil mostrar, no entanto, que nessas duas teorias — neoclássica e marxista — o solo e o espaço constituem os conceitos segundos (derivados) ou conceitos tela (reflexos). A vontade de integração destes conceitos nas teorias já estruturadas e o recurso à analogia relevam sobre a pesquisa de um conhecimento concreto das relações entre os homens, o solo e o espaço.

2.1 — Análise neoclássica do solo e do espaço

Neste quadro de análise teórica, as obras de Walras, Alonso, Isard e Ponsard parecem primordiais. Mas longe de nós a vontade de sermos exaustivos. Queremos somente mostrar alguns exemplos que, à parte Ponsard, que adotou um caminho original de pura formalização, todos os autores neoclássicos assimilam o solo a um bem econômico qualquer e reduzem o espaço a um custo de transporte. Nestas condições, e apesar do auxílio que podem fornecer os progressos da formalização devidos a Ponsard, os conceitos de solo e de espaço empobrecem consideravelmente e sua integração na teoria neoclássica leva a incoerências, ou seja, à transformação da própria teoria.

Consideremos por exemplo a contribuição de Walras que, em 1880, apresenta um modelo de equilíbrio em dois setores: o setor agrícola, onde se negocia o solo, e o resto da economia, constituída pelo conjunto

dos outros bens. Walras assimila o solo a um bem homogêneo, perfeitamente divisível, não localizado (não se trata de distância e de posição). Este bem-solo é somente não reproduzível. Nesse caso de mais-valia perpétua da renda, com uma taxa de mais-valia do solo superior à rentabilidade dos capitais móveis, o preço do bem-solo deveria tender para o infinito. Então, para não chegar a essas deturpações maciças da economia em relação ao setor agrícola e para assegurar a perenidade do sistema liberal, Walras é levado a sugerir o resgate de todas as terras pelo Estado.

Mesmo considerando o solo como um bem econômico homogêneo, divisível, etc., apenas com a particularidade de não ser reproduzível, é evidente que o resultado será o aparecimento dos desvios da economia prejudiciais ao equilíbrio. A teoria neoclássica do equilíbrio não pode admitir tal desfiguração; conseqüentemente é necessário excluir o solo (que definitivamente não é um bem como os outros) da permuta econômica. A demonstração de Walras é, neste aspecto, muito esclarecedora.

W. Alonso se interessa mais particularmente pelos problemas de localização individual e de consumo de espaço em relação à renda agrícola. Para definir o solo e explicar a sua distribuição e o seu preço, o autor se refere às categorias já existentes na teoria neoclássica. Ele fala de oferta e de procura de solo, de mercado agrícola, de preço do solo, de fator de produção, de bem homogêneo, divisível, contínuo, de produtividade, de utilidade marginal, etc. Aplica então os instrumentos de análise econômica *metaforicamente*. O discurso não pode — reflexão feita — senão ser suspeito, porque o autor não se interrogou jamais sobre o alcance das analogias utilizadas. Assim, por exemplo, o solo se vende e se compra aparentemente: na verdade, são os *direitos* ligados ao solo os objetos da transação. O solo e os direitos que lhes são ligados não constituem, seja como for, uma mercadoria como as outras, porque eles não são móveis, não reproduzíveis, não divisíveis a não ser que mudem de natureza. O solo não pode ser, então, digno do mesmo tratamento teórico que as mercadorias.

Por outro lado, a investigação de Alonso consiste em espacializar um comportamento teórico julgado racional (maximização seja lucro, seja da utilidade ou da renda). Quer dizer que, dentro deste quadro de análise, o espaço é apenas uma variável suplementar — em termos de superfície análoga a um bem e em termos de distância redutível a um custo de transporte. A analogia com os conceitos econômicos é total, pois a superfície enquanto bem, e a distância, enquanto custo, são substituíveis por qualquer bem e por qualquer custo. Levando-se em conta o comportamento teórico, trata-se de construir o modelo espacial que lhe corresponde. Assim, o solo e o espaço constituem os *conceitos auxiliares* em relação aos conceitos de base que são o valor de uso, os bens, os fatores de produção, o lucro, os rendimentos, a maximização das posições individuais sob constringências, etc. Estes esforços de integração do solo e do espaço na análise neoclássica, que não puderam ser levados a bom termo senão por um empobrecimento dos conceitos, fazem surgir, além disso, incoerências formais. Assim, não é possível encontrar simultaneamente a localização ótima de três agentes (um produtor, uma família, um agricultor) em que cada um quer maximizar uma função — o lucro, a utilidade, a renda — não comparáveis aos outros. Além do mais, a localização ótima de cada um é obtida levantando-se a hipótese de que os outros estão no centro do espaço (ponto

de origem do espaço a que nos tornaremos a referir) o que, mediante permutações sucessivas, só pode resultar incoerente. Enfim, se apesar destes vícios formais, a localização ótima de cada um deles estivesse definida, seria impossível determinar simultaneamente a localização e a superfície ocupada.

Tomemos outro exemplo simplificando-o ao máximo, com o intuito de ilustrar as transformações que sofre a teoria neoclássica a partir do momento em que se introduz nela o espaço sob forma de variável: a distância a percorrer. Este exemplo é muito conhecido daqueles que se inclinaram para os modelos de equilíbrio geral espacializado: Isard, Von Boventer, Kuhn e Kuenne, Debreu. Desde que se introduz o espaço sob a única forma de custo de transporte, a concorrência pura e perfeita que deveria levar ao equilíbrio pode ficar pura (atomicidade), mas em caso algum pode ser perfeita (ausência de fluidez). Então, em teoria, o equilíbrio geral não pode ser atingido, porque a introdução do espaço modificou a forma da concorrência, que se torna pura porém imperfeita.

A contribuição de Ponsard⁷ à economia espacial neoclássica ocupa lugar à parte. O autor se interessa essencialmente pela renovação da representação formal do espaço econômico mantendo a integridade da teoria neoclássica. Ele procura, desse modo, melhorar cada vez mais o tratamento do espaço na teoria neoclássica sem nunca ter a pretensão de apresentar uma teoria geral do espaço que não fosse integrada à teoria econômica. A idéia fundamental de Ponsard é que o espaço econômico é análogo, e portanto redutível a um espaço matemático. Esta tese se fundamenta muito esquematicamente sobre o seguinte raciocínio: o espaço econômico se define como uma estrutura, quer dizer, como um conjunto de bens e serviços localizados pelos quais é possível estabelecer uma lei de dependência e uma lei de composição. Por exemplo, o espaço econômico de um produtor é constituído por um conjunto de lugares onde se encontram, sejam mercados de abastecimento, sejam mercados de escoamento aos quais a empresa está relacionada (função de dependência) e pelos quais as posições relativas entre pontos, principalmente as distâncias, são conhecidas (lei de composição). Então, como o espaço econômico é assimilável a uma estrutura espacializada, para analisar essa estrutura basta encontrar, por analogia, a estrutura formal correspondente. Esta estrutura formal não é senão um espaço matemático em que as leis de composição estão o mais próximo possível das leis que devem, teoricamente, estruturar o espaço econômico. O espaço matemático mais próximo de um espaço econômico constitui um espaço de referência ou um espaço de representação. Por exemplo, se nos confrontamos com um problema de minimização de custos de transporte a grandes distâncias (USA, URSS) ou em linha reta (trajeto aéreo, rodovia), o espaço econômico será análogo a um espaço euclidiano; tratando-se de um problema de distribuição de fluxo em toda uma rede, o espaço econômico será análogo a um *grafo*. Segundo os casos, os espaços topológicos, os subconjuntos vagos, poderão ser retidos.

Esta maneira — que consiste em pesquisar o espaço matemático que se identificará melhor com um espaço econômico — é muito rica mas oferece, de certo ponto de vista, perspectivas limitadas de pesquisa. Efetivamente, ela nos parece ser extraordinariamente estimulante, por-

⁷ O pensamento de C. Ponsard marcou toda uma escola de economistas que publicam suas obras na coleção do IME (Institut de Mathématique Économique, Université de Dijon).

que o pesquisador trabalha exatamente como um artista tal como o concebe Paul Klee: “o artista não mostra um espaço, ele o cria ...”, ou então “a arte não reproduz o visível, ela torna visível”. Neste aspecto, Ponsard, como um artista, cria os espaços formais que são os mais próximos de certos espaços econômicos. Esta aproximação formal deu muito bons resultados para a resolução de um certo número de problemas técnicos importantes (minimização de custo de transporte, implantação de uma rede de distribuição, etc). Ela é, neste aspecto, muito útil dentro do cálculo econômico, porque é possível adaptar para a resolução dos problemas espaciais todos os algoritmos associados a certas estruturas formais (caminho crítico, saturação de uma rede, etc.).

Entretanto, esta iniciativa, utilizada sozinha, comporta limites: o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise ou as representações abstratas (iniciativa de Ponsard) deveriam acompanhar o aperfeiçoamento dos conceitos, ou seja, o aprofundamento dos conhecimentos relativos aos objetos a analisar. Ora, Ponsard, como aliás a maioria dos especialistas neoclássicos, não trabalha, por assim dizer, sobre o espaço nem sobre os agentes no espaço, mas procura introduzir sob forma de variáveis, na teoria do comportamento econômico dos indivíduos, certos componentes do espaço, principalmente a distância, a contigüidade, a superfície, as fronteiras, etc. Assim, o espaço se acha representado por certo número de variáveis, tendo a distância um papel predominante entre eles; os agentes individuais são levados a ter um comportamento racional de maximização.

Esta adequação entre o espacial e o econômico, ou a integração do espacial na teoria econômica preexistente, geralmente impõe uma formalização complexa fundada sobre os conceitos de espaço extraordinariamente empobrecidos (no melhor dos casos, um conjunto de pontos heterogêneos e localizados diferentemente) e os comportamentos econômicos simplificados. Ao contrário, as pesquisas relativas ao comportamento espacial dos consumidores não foram jamais concluídas. Isto não é um acaso. Efetivamente, no caso da localização ótima do produtor, o lucro — ou uma função derivada — constitui a função a otimizar. Ora, o lucro é uma noção perfeitamente bem definida e mensurável e, para apreendê-lo no espaço, basta deduzir os custos de transporte. No caso do consumidor, a utilidade — ou uma função derivada — constitui a função a otimizar. Ora, o valor de uso quase não pode ser definido no espaço senão de modo subjetivo. É, aqui, aliás, que a economia espacial neoclássica — como aliás, veremos mais longe, a teoria marxista — mostra seu limite principal: *não há, ou talvez não se conheça ainda no espaço “lei do valor” que dê conta das relações entre os homens, o solo e o espaço* e constitua assim um conjunto de regras a partir das quais seja possível regular os empregos do solo e a estruturação do espaço.

Se a problemática da economia — sobretudo em sua interpretação neoclássica — se reduz àquela da alocação ótima dos bens e dos fatores raros, as soluções teóricas para a alocação intertemporal são conhecidas. Mas nenhuma solução aparece para regular as alocações no espaço. É assim que, entre os diversos ramos, existe uma lei do valor que regula as distribuições: é a produtividade e a utilidade marginal para os neoclássicos, a igualização da taxa de lucro médio para os marxistas. Há tempos existe uma lei do valor que é a preferida para o presente (Bohn Bawerk-Keynes: a estrutura diacrônica é uma estru-

tura de ordem com uma origem, a atualização permitindo regularizar as alocações de capitais no tempo).

Ao contrário, no espaço não existe lei do valor que limitaria a chegada maciça de capitais e trabalhadores a um lugar. Parece que não há auto-regulação econômica do domínio espacial. É certo que depois de Weber, Isard, Hoover, foram introduzidas as noções de economias e deseconomias de aglomeração que se transformam em economias e deseconomias externas (ótica neoclássica) ou sobrelucros de localização (ótica neomarxista). Na realidade, estes conceitos mal definidos escondem nossa ignorância no domínio da auto-regulação espacial. Durante muito tempo, os economistas achavam que a preferência pela proximidade podia constituir a lei do valor no espaço, análogo à preferência pelo presente no tempo. Para bem especificar a analogia, esta teoria foi denominada teoria do desconto espacial. Ela tem certamente um sentido para os usuários na vida quotidiana (deslocamento para o trabalho, o consumo, a moradia, os lazeres, etc.), mas há pouco interesse pelas empresas, para quem o custo do transporte não é mais um fator decisivo de instalação.

Daqui em diante, convém perguntar como se acham estruturadas e reguladas as localizações e os fluxos no espaço. Pelo preço do solo, pelas economias e deseconomias externas, os sobrelucros de localização, a concorrência espacial as ajudas e intervenções do Estado? Ninguém sabe. Aparentemente, a estrutura espacial sincrônica não é uma estrutura de ordem; não há origem, ponto zero, no espaço⁸.

2.2 — A análise marxista do solo e do espaço

Na análise marxista, as questões agrícolas e espaciais — que não são fundamentais — são consideradas como a expressão das contradições do sistema capitalista. Estas contradições se manifestam através do pagamento da renda ao proprietário agrícola e através da produção do espaço que engendra desequilíbrios centro-periferia, tanto em meio urbano (segregação) quanto em âmbito nacional (disparidades regionais) e internacional (divisão internacional do trabalho).

Consideremos primeiramente as premissas dos problemas agrícolas na análise do capital, a definição do solo e da renda, depois o fato de que o solo manifesta-se como um conceito auxiliar⁹ ligado a uma contradição interna ao capital, em seguida as críticas que esta análise suscita e, enfim, as superações e progressos que daí se possam esperar.

O solo se define como um recurso natural; não é um produto. Não pode, pois, ter valor nem preço de produção. Se, apesar de tudo, o solo tem um preço de troca, é porque permite a seu proprietário ter um rendimento — a renda — retirada da mais-valia social. O preço do solo se obtém pela capitalização da renda. Então, a renda, que explica

⁸ Este ponto permanece discutível. Efetivamente, cada sociedade produz sua centralidade religiosa, administrativa, política, familiar e a teoria espacial da centralidade tornaria a propor uma estrutura de ordem espacial.

⁹ É frequente observar que Marx tinha formado o projeto de uma dialética com três termos: capital, terra, trabalho, muito mais rica do que a oposição binária capital-trabalho. Por que Marx abandonou finalmente este projeto? Teria sido, no início, excessivamente influenciado por Ricardo? Ou então teria renunciado diante da dificuldade de criar conceitos operacionais de solo, renda, preços fundiários, etc.?

o preço e dá ao solo o seu valor, não é senão uma parte da mais-valia social que os proprietários podem confiscar aos capitalistas fundiários, que, por sua vez, a tiraram aos operários.

Sobre essas bases, é fácil mostrar que o solo e a renda são conceitos auxiliares no sistema capitalista de produção. Sejam dois modos de produção muito contrastados: um modo de produção pré-capitalista e um modo de produção capitalista caracterizado pela dissociação dos produtores e dos meios de produção. No primeiro, a apropriação da mais-valia se efetua pela renda que retém o proprietário agrícola-explorador, enquanto, no segundo, o modo fundamental de apropriação da mais-valia se faz através do lucro. Conseqüentemente, Massah¹⁰ tem razão ao constatar que, numa certa medida e a este nível fundamental, o espaço (entendam o solo) é secundário na sociedade capitalista. A questão agrária se reduz, então, para os marxistas, a uma contradição no seio do capital, mais exatamente, a um antagonismo de classes entre a burguesia agrícola e a burguesia mercantil. Assim, para garantir uma taxa de lucro elevada a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, a burguesia industrial deseja moradias e preços alimentares baixos. Nisto ela se opõe à burguesia agrícola que procura fazer crescer a renda agrícola. Este antagonismo interno na burguesia não é essencial em relação às lutas de classes (proletariado/burguesia).

As críticas dirigidas à teoria da renda agrícola de Marx são de três ordens. Primeiramente, existiriam contradições teóricas na construção de Marx. Sobre esse ponto, Regnault¹¹ mostra que a análise das rendas diferenciais em Marx é mais ricardiana que marxista: o montante das rendas diferenciais é estimado a partir do preço de produção do produtor marginal, o que está em contradição com a teoria do valor-trabalho, fundada sobre o trabalho médio. Podemos acrescentar a isto uma contradição no enunciado da renda absoluta. Com efeito, Marx procura mostrar que mesmo a exploração do pior terreno traz a seu proprietário uma renda absoluta; se não fosse esse o caso, ele não daria o seu terreno ao rendeiro. Ora, a condição de existência dessa renda absoluta deve-se ao fato de que, no setor agrícola, a composição orgânica do capital é fraca, e que então, o valor dos produtos agrícolas é superior ao preço de produção. Mas “se esta hipótese não é realizada, a forma da renda correspondente desaparece também”. Esta concepção da renda absoluta seria dificilmente conciliável com a industrialização da agricultura. Com esta, a composição orgânica do capital aumenta e a renda absoluta desaparece, o que deveria levar os proprietários agrícolas a não mais alugar em sua terra. “A renda absoluta é um fantasma sem consistência” (Regnault); é necessário, pois, encontrar uma outra explicação para a renda e Marx¹¹ inventa o preço e a renda de monopólio.

Além do mais, os limites espaciais surgem na construção teórico-marxista. Efetivamente, para que a renda apareça segundo a teoria marxista é necessário que, num determinado lugar, se encontrem reunidos um proprietário rural, um capitalista e assalariados. Em todos os lugares em que, localmente, estes três agentes estão reunidos — como é o caso das regiões onde se desenvolve a agricultura industrial, nas cidades submetidas à construção industrial de imóveis —, as contradi-

¹⁰ Massah — *O espaço nas ciências humanas* — Colloque de l'Institut de l'environnement, Paris, 1974.

¹¹ Regnault, H. — *La contradiction foncière*. Paris-Dauphine, thèse, 1975.

ções surgem, a renda como função da mais-valia aparece e finalmente se estabelece um preço para os terrenos. Mas onde estes três agentes não estão reunidos não há necessariamente exploração (zonas de agricultura camponesa, reurbanização). Assim, acabamos de ver que, na teoria marxista, o preço do solo não pode ser explicado a não ser em função da renda e da exploração capitalista. Ora, é evidente que o capital, enquanto relação social, não cobre todo o espaço. Ele deixa muitas lacunas em cujo interior os preços são inexplicáveis pela teoria marxista.

Enfim, observemos que onde trabalha o capital, este é confrontado com formas de propriedade rural que constituem enigmas para ele¹². Estas formas de propriedade rural (propriedade camponesa, do artesão ou do pequeno comerciante, dos residentes) são, na teoria marxista, estranhas à análise do capital.

Evidentemente, os conceitos econômicos marxistas não podem dar conta dessas situações. Estas três críticas que formulamos em relação à teoria marxista da renda agrícola — aparecimento de contradições internas à teoria, limites espaciais de seu campo de interpretação, formas enigmáticas da propriedade rural — nos reconfortam na idéia de que Marx *economista* falhou na elaboração dos conceitos relativos ao campo. Será preciso admitir, por isso que Marx, teórico da luta de classes, observou o essencial da explicação dos problemas agrícolas, como o fez Regnault? Acreditamos que aí esteja uma interpretação, não uma explicação.

Os autores neomarxistas contemporâneos (Topalov, Lipietz) reconsideram o problema da renda no interior da produção do quadro construído (espaço urbano) e, para se desembaraçarem do economicismo de Marx, baseiam sua análise nas relações sociais. A renda, anual na produção agrícola, torna-se um tributo agrícola urbano, pago de uma só vez ao proprietário no momento da construção. Este tributo agrícola é a fração do sobrelucro de que, por várias razões, o proprietário está habilitado a se apropriar (Lipietz). Ele é tomado, digamos assim, *à la tête du cliente*, ou seja, segundo os usos potenciais que a divisão técnica e social do espaço autoriza. Enquanto os neoclássicos concluem que o preço do solo criava certas formas de utilização, na análise neomarxista aparece uma relação inversa: é a utilização do espaço, determinado pela divisão econômica e social, que induz o preço do solo. Certos bairros seriam mais caros que outros, não por serem mais próximos do centro, ou pela organização, etc. mas porque as classes altas — que detêm os meios financeiros — são suscetíveis de ali morar. Como se pode constatar, esta observação leva a uma mudança de análise, mas não à renovação da explicação: não se procura mais explicar os preços agrícolas, mas a utilização do solo.

Em suma, a renda e o tributo agrícolas, quer dizer, o que caracteriza o solo do ponto de vista econômico, não encontram explicação a não ser numa teoria preexistente, e da produção capitalista, da divisão técnica e social do espaço e dos conflitos de classes. O solo é adaptado, integrado a uma teoria preexistente que acentua as contradições entre os grupos sociais, que determinam a questão agrária. Ora, por um lado vimos que esta integração do solo na teoria econômica marxista é difícil e que ela se faz em contradição com certos conceitos fundamentais, principalmente o valor-trabalho. Por outro lado, se não

¹² Topalov, Ch. — *Capital et propriété foncière*, p. 226.

se pode estudar a atribuição do solo sem referências às civilizações, aos grupos sociais e aos indivíduos, é necessário ainda que a análise não se limite às únicas classes sociais homogêneas em nome de seu papel na produção.

No que concerne à análise do espaço no quadro do pensamento marxista, o essencial é constituído pelas contribuições de Lefebvre e Castells. A pesquisa original desses autores consiste em situá-la não ao nível do espaço enquanto bem econômico, mas no nível da produção de espaço associada ao modo de produção dominante: o espaço é um produto social. Lefebvre¹³ observa que sempre as sociedades produziram seu espaço; mas, hoje em dia, “as forças produtivas não levam somente à produção das coisas, mas ao que essas coisas contêm, a saber, o espaço”. De outro modo, o capital que se limitava antes à produção de mercadorias móveis, acaba de investir na produção do quadro estabelecido. É assim que a produção de moradias, de uma cidade nova, de um aeroporto, ou de um complexo siderúrgico (Dunkerque, Fos) podem ser analisados como produtos do sistema capitalista. A análise de Lefebvre permite delimitar o que são as implicações espaciais do modo de produção capitalista, a divisão técnica e social do espaço, mas não exatamente a produção do espaço, que não poderia restringir-se à articulação do capitalismo ao espaço.

Dentre os produtores de espaço, será necessário acreditar que só há o econômico, os empresários produtores de moradias e o Estado produtor de equipamentos coletivos? No espaço nacional, no país, no espaço urbano, não haveria senão moradias, equipamentos coletivos e usuários passivos? Nós não podemos admiti-lo. Há no espaço social habitantes que agem, para os quais existe um sentimento de ligação, tradições, uma cultura, que animem a vida das ruas, dos bairros, dos mercados. Assim, a vida cotidiana e social dos habitantes e sua articulação com o espaço não pode ser negada, mesmo que essas categorias fora do trabalho sejam ameaçadas pela economia que invade todas as práticas.

Estes limites de integração do espaço na teoria econômica marxista — seja porque ela é econômica, seja porque ela é marxista — são sublinhadas pelo próprio Lefebvre¹⁴: “cada modo de produção teve sua produção de um espaço característico, mas as características do espaço não se ligam às características gerais do modo de produção; o simbolismo não se define, por exemplo, em Roma ou em Atenas, somente através da escravidão. Há outros elementos e a redução do esteticismo, do capital e do mental ao econômico seria um erro desastroso que um certo número de marxistas continua cometendo”. Com o mesmo intuito, José Henrard¹⁵ apresentando uma análise crítica das obras que veremos a seguir, sublinha “o caráter indigente do pensamento marxista ao analisar outras realidades diferentes do capitalismo”.

2.3 — Conclusão

Chegamos assim à conclusão de que a teoria econômica neoclássica e a teoria sócio-econômica neomarxista esclarecem bastante bem os aspectos econômicos dos problemas espaciais e agrícolas, mas à custa

¹³ Lefebvre, H. — *Le temps des méprises*. Paris, Stock, 1975.

¹⁴ Lefebvre, H. — *Introduction à l'espace urbain*. Metropolis, décembre, 1976.

¹⁵ Henrard, José — *Critique de l'économie urbaine* (en collaboration avec. Ph. Aydalot et E. Decoster). Paris, Cahiers TEM, n.º 11, 1976.

de um empobrecimento dos conceitos (o que é normal), à custa de numerosas contradições internas, de ambigüidades, recorrendo constantemente à analogia com outros conceitos econômicos (bens, custos de transporte), fazendo desvios de conceitos (a produção) e utilizando metáforas (o mercado agrícola, o consumo do espaço), aceitando fazer com que os conceitos, fora do campo de análise (a propriedade agrícola) desempenhem papel essencial.

Nossa perspectiva teórica não consiste em tentar integrar de modo indireto ou qualquer outro, o solo e o espaço nas teorias econômicas preexistentes, mas, através das pesquisas específicas e empíricas sobre as relações entre os homens, o solo e o espaço, tentar precisar qual(ais) lei(s) do valor (lei econômica, lei social, desejo) caracteriza(m) a propriedade do solo em relação a certas práticas do espaço. Sob este aspecto, nossa problemática não consiste mais em tentar compreender como o econômico estrutura o espaço e determina a propriedade do solo mas, antes, como os indivíduos reagem a essa estrutura pelo econômico (valor econômico) e são determinados pela lei ou pelo desejo.

Procurar saber como o solo, o espaço *funcionam* no espírito das pessoas; interrogar-se para saber como o “*espaço as faz funcionar*”: isto permite questionar novamente a realidade e enriquecer, acreditamos, a problemática das relações entre o homem, o solo e o espaço.

3 — UMA MANIFESTAÇÃO RICA EM ENSINAMENTOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS

Pensamos que uma das vias para melhorar o conhecimento das relações entre o homem, o solo e o espaço está em estudar as práticas sociais relativas ao solo e ao espaço. Esta abordagem já foi tentada, mas as interpretações que lhe foram dadas nos parecem ideológicas e portanto pouco satisfatórias. É por isso que nos parece que ao formularmos críticas às mais fecundas abordagens teóricas, que não tratam senão das práticas do espaço, delimitaremos com mais precisão nosso objeto de análise e sua problemática.

As teorias do que se convencionou chamar *as lutas urbanas*, a ligação dos camponeses com a terra, o sentimento de propriedade para com uma *terra*, o regionalismo, a luta pelo meio-ambiente e o aparecimento, nas cidades americanas, de *nichos ecológicos*, tentam explicar, parece, a mesma realidade. Qual explicação e qual realidade? A das práticas espaciais dos habitantes para preservar seu meio-ambiente, que seriam associar à crise de urbanização e de organização do território, a vontade dos moradores de controlar seu espaço social contra a marca do *econômico* e do *Estado*. Essas lutas tomariam formas diversas: comitês de locatários, associações de bairros, resistência à expulsão, lutas pelos transportes ou equipamentos coletivos, etc. Poder-se-ia associar a esses movimentos outros tão diversificados quanto os primeiros quanto à ecologia, a poluição, a qualidade da vida, a descentralização, o regionalismo e os objetivos locais.

Os sociólogos marxistas que mais estudaram esses assuntos consideram que todas as manifestações têm caráter comum: são as lutas sociais fora dos locais de trabalho. Consequentemente, sua análise se limita muitas vezes à única questão de saber que relações existem entre estas lutas fora do trabalho e as lutas de classes no trabalho. Devem-se

associar estas lutas urbanas apenas às articulações entre o capitalismo e o espaço? Como primeira abordagem, parece que a análise econômica não possa dar conta desses fenômenos. Castells e Lefebvre também propõem cada um duas análises sócio-econômicas: Castells utiliza o conceito de *divisão do trabalho* e Lefebvre recorre ao do *valor*. Como a divisão do trabalho se define pela divisão técnica do trabalho (domínio do econômico) e pela divisão social do trabalho (domínio sociológico), e como o valor se articula junto ao valor mercantil (domínio econômico) e o valor de uso (domínio sociológico), é possível conduzir uma análise sócio-econômica das lutas urbanas. Eis aqui, acreditamos, uma abordagem um pouco restritiva, que já constitui, porém, um progresso. Entretanto, a análise de Castells, por ser exclusivamente ligada a uma abordagem sócio-econômica marxista do urbano, limita extraordinariamente as perspectivas de pesquisas teóricas, enquanto a de Lefebvre, que se situa nas faixas da análise sociológica e antropológica, abre perspectivas mais prometedoras.

3.1 — As lutas urbanas

Para apresentar e criticar as proposições de Castells, nos limitaremos ao estudo muito claro de Henrard sobre a questão urbana, e Monopolville¹⁶. A cidade, segundo Castells, deveria ser analisada com a articulação com o espaço das estruturas definidas pelo modo de produção dominante: o capitalismo. A peça essencial do capitalismo é constituída pela divisão do trabalho, isto é, pela separação dos trabalhadores e dos meios de produção. Esta toma duas formas — a divisão técnica do trabalho (DTW) e a divisão social do trabalho (DSW) que, na sua projeção espacial, definem a divisão econômica do espaço (DEE) e a divisão social do espaço (DSE). A DEE cobre a separação espacial entre o *habitat*, o comércio e a indústria. A DSE visualiza a DSW: de um lado, as moradias de luxo, de *status*, ocupam uma posição central ou estratégica; elas são beneficiadas por equipamentos coletivos numerosos e de qualidade. Por outro lado, a moradia social é carregada para longe dos centros urbanos, em direção à periferia. Os mecanismos próprios da cidade — preço do solo, renovação urbana, custo do ambiente — viriam reforçar esta segregação social. A localização das categorias sociais mais favorecidas no meio urbano, assim como o nível e tipo de consumo, atrairiam atividades de forte intensidade de massa cinzenta, utilizando os executivos, pois estas atividades encontrariam num meio urbano a mão-de-obra que lhes seria necessária. A DSE retroagiria sobre a DEE. O capitalismo procuraria, desta forma, adaptar a cidade às suas próprias necessidades.

A lógica econômica de um sistema gera estruturas de ocupação do espaço que permitem certas modalidades da vida social. Estas últimas podem ser adaptadas à estrutura social que gerou a estrutura econômica, ou não; nesse caso, as contradições gerarão conflitos urbanos¹⁶. Deveria, então, haver progressivamente adequação entre a DEE e a DSE. Ali onde a adequação ainda não estivesse realizada, subsistiriam os núcleos de crise. Se, por acaso, os mecanismos

¹⁶ Aydalot, P., Decoster, E., Henrard, J., *Critiques de l'économie urbaine*. Paris, Cahiers TEM, n.º 11, 1976.

espontâneos da localização não realizam essa adequação, o Estado interviria com seu arsenal jurídico, político e regulamentar. A fusão, a adequação da DEE e da DSE fariam da cidade uma estrutura capaz de reproduzir as relações de produção. A cidade traduziria, num dado momento, a estrutura das relações de classes, em última análise o estado das lutas de classes; a cidade reproduziria essas relações de classes. Assim, Castells conclui que as lutas urbanas não são senão a expressão mais requintada das lutas de classes.

Esta posição de Castells é fundamentada sobre a idéia de que tudo o que constitui a vida-fora-do-trabalho (*habitat*, lazer, vida familiar, consumo, etc.), é cada vez mais submetido ao capital e, por essa razão, participa cada vez mais do processo de exploração. As condições da vida fora do trabalho se identificariam, progressivamente, com as condições de trabalho, na medida em que o campo da mercadoria se estendesse. Da mesma forma como há uma organização capitalista do trabalho, haverá cada vez mais uma organização capitalista de fora do trabalho. Henrard, em sua crítica a Castells, exprime seu desacordo quanto a esse ponto. Efetivamente, pensa ele, é difícil provar que as diversas formas que tomam as lutas urbanas no sentido amplo (lutas fora-do-trabalho) sejam formas mais avançadas de lutas de classes que as que se desenvolvem nos locais de trabalho. Os argumentos que tendem a verificar que as lutas urbanas se distinguem das lutas de classes são de três ordens. Primeiramente, as lutas de classes encontram sua origem nos locais de trabalho, no seio do processo de produção; as lutas urbanas, ao contrário, têm lugar fora do trabalho e da exploração. Depois, os agentes implicados são os habitantes do espaço, e não das classes, cujo papel se define no interior do processo de produção. Enfim, “o inimigo não é diretamente o proprietário de máquinas, mas com mais freqüência, o sistema no seu conjunto e o seu principal representante: o Estado” (Henrard).

Em definitivo, fica evidente que a cidade de Castells é, em teoria, exclusivamente concebida como sendo estruturada pelo sistema de produção capitalista. É claro que este ponto de vista é muito restritivo: “a cidade cobre e ao mesmo tempo — “o consumo” — no sentido amplo, a utilização do espaço e o processo de trabalho propriamente dito. Sob o primeiro aspecto, ela está diretamente associada às lutas urbanas; sob o segundo, às lutas de classes ligadas à exploração dos trabalhadores” (Henrard). Eis a razão por que é deplorável que, nesta análise, não haja estatuto social do consumo *não manipulado*, não ligado apenas à reprodução das relações de produção capitalistas, e que o autor busque a qualquer preço incluir as lutas urbanas numa teoria preexistente, a da produção capitalista.

“Perguntar-se qual é a articulação do modo de produção capitalista com o espaço não nos parece uma maneira de encarar uma questão, mas um modo de repetir, mais uma vez, que a organização espacial de nossa sociedade deve refletir suas diferentes características. É uma evidência, eis tudo. O que não é um caminho de pesquisa, não pode ser outra coisa senão a afirmação, uma vez mais, de que deverá haver com certeza os mesmos traços característicos do capitalismo na sua organização espacial que na sua organização social. É a análise da prática das lutas e suas táticas que deve ser o ponto de partida da questão das lutas fora dos locais de produção, e não uma pesquisa que se situaria inteira na teoria (o estruturalismo marxista em particular)”

(Henrard). Nós concordamos inteiramente com esse ponto de vista, e vamos desenvolvê-lo apresentando e criticando a análise urbana de Lefebvre.

3.2 — O conflito entre valor de uso e valor de troca

Lefebvre se interessa tanto pelo espaço social na sua maior generalidade quanto pela cidade. Para ele, a peça essencial da articulação do capitalismo com o espaço é a *produção do espaço*. Esta vontade de transformar o espaço e o solo em mercadoria choca-se com resistências sociais: “no espaço de hoje, se arma o conflito entre o valor de troca e o valor de uso. A relação entre o valor de troca e o valor de uso não era mais que um conflito lógico, muito próximo de uma oposição lógica, em Marx, no início de *O Capital*. No espaço social, nós os vemos em estado de conflito; vemos a troca tomar posse do uso e o uso reagir contra a troca. O espaço social só existe quando o utilizamos, andando, mudando de lugar, consumindo-o pelo turismo. Ora, tudo isso é cada vez mais vendido, mas ao mesmo tempo o uso replica e manifesta sua força” (Lefebvre)¹⁷. Num outro artigo mais recente, Lefebvre¹⁸ confirma suas palavras sobre esta resistência à integração do solo e do espaço econômico: “ainda hoje, no mundo moderno, um conflito agudo e violento se arma no espaço entre esses dois valores, entre o espaço que se transforma em valor de troca e o espaço ainda populoso que se transforma em valor de uso que o valor de troca não foi capaz de abrir completamente e fazer desaparecer, tais como, por exemplo, todos os espaços históricos, os espaços de aldeia e os espaços de paisagem pré-capitalista ainda portadores de valor de uso”. Esta apresentação de Lefebvre do que é convencionalmente chamado de lutas urbanas nos parece, sob muitos aspectos, ambígua, mas no entanto muito rica, e nos questiona em três pontos de vista.

Primeiramente, pela leitura de Lefebvre, tratar-se-ia bem de uma agressão mercantil e de uma resistência dos valores de uso. Esta agressão dos valores mercantis corresponderia à transformação progressiva em mercadorias de toda uma série de valores de uso produzidos anteriormente, seja no contexto da vida social do bairro, da comuna, do país, etc. Houve um tempo em que os indivíduos produziam eles mesmos sua casa. Esta baixa de capacidade dos indivíduos de assegurar uma certa autonomia dentro da produção de bens necessários à vida cotidiana que decorrerá da divisão do trabalho, corresponderia a uma ampliação da esfera do capital, do econômico e do social. Não haveria praticamente mais nada de gratuito na rua, no bairro; somente os lugares estratégicos perto de centros históricos poderiam se beneficiar com esta forma social não mercantil dos lazeres (vide Notre-Dame, Panthéon). Sempre dentro do contexto de uma interpretação um tanto ampla do pensamento de Lefebvre, durante seu desenvolvimento, o sistema industrial de produção de massa teria integrado progressivamente, no domínio da economia mercantil, determinada quantidade de valores de uso, e os teria transformado: os objetos comuns artesanais primeiro, depois dos bens de equipamento, em seguida os lazeres, os esportes, a moradia. Parece no entanto que o sistema transformou em mercadorias aquilo

¹⁷ Lefebvre, H. *Le temps des méprises* (Chapitre IX, L'espace en miettes), Paris, Stock, 1975, p. 240.

¹⁸ Lefebvre, H. — *Introduction à l'espace urbain*, Metropolis, décembre, 1976.

que *resistia* menos a esta transformação. É por isso que, hoje em dia, o resto dos *valores de uso* que poderia ainda cair no domínio da economia mercantil seria cada vez mais restrito, porém *resistente*, associado a valores de uso que resistiriam à sua integração no domínio da economia mercantil; entre eles se encontrariam justamente o solo e o espaço. Eis porque se desenvolveriam as lutas pela apropriação do solo e as práticas sociais do espaço. Neste sentido, o pensamento de Marx teria qualquer coisa de profético quando ele conclui sua análise da renda rural, considerando a propriedade privada do solo como um freio à expansão do capital. Contudo, além desta reflexão, não é somente a propriedade privada do solo que poderia constituir um limite à expansão do capital: são também, acreditamos, as práticas sociais dos usuários no espaço. Finalmente, sempre prolongando o pensamento de Lefebvre, chega-se a compreender por que a distribuição do espaço entre o domínio dos valores mercantis e o dos valores de uso não parece ser estável: tratar-se-ia de uma fronteira móvel, que dependeria das estratégias que desenvolve o capital, e das formas de resistência e de reconquista dos valores de uso. Como o trabalho, que não se transformou de uma vez por todas numa mercadoria e que, se isto ocorrer, poderá se transformar, o solo e o espaço se retransformariam; ainda que o capital cesse suas pressões ou as restrinja, o retorno às formas urbanas mais sociais se manifestaria. Assim ocorre com os *nichos ecológicos* que se desenvolveram em Toronto e em muitas cidades americanas. Se temos desenvolvido longamente este primeiro ponto concernente à agressão do valor mercantil e à resistência dos valores de uso (em matéria rural e espacial), é justamente para mostrar a ambigüidade e a riqueza das palavras de Lefebvre: ambigüidade, porque todo esse discurso só é ideológico na medida em que o conceito de valor de uso não é nunca definido; riqueza, porque entrevê-se a idéia segundo a qual o espaço social — oposto ao espaço econômico — apareceria como um espaço diferencial que, no modo de produção industrial, constituiria uma tendência perpetuamente combatida mas sempre ressurgente.

A segunda questão que levanta a análise de Lefebvre cobre o sentido a dar aos conceitos de valor de uso e de valor de troca. Para Lefebvre, o valor mercantil remete aos modos de produção capitalista e ao valor-trabalho. Quanto ao valor de uso, sua concepção é ambígua, e leva a uma possível contradição teórica. Por um lado, o valor do uso do espaço leva ao uso que se pode fazer do espaço fora do trabalho, durante os lazeres, para passear, caminhando, etc.; de outro lado, um certo espírito dogmático ressurgente e Lefebvre propõe “uma reinterpretação dos valores de uso pelo capital”. Esta derradeira proposição tem o poder de assustar: como, efetivamente, reinterpretar uma prática a partir de uma teoria que lhe é estranha? Como o pensamento marxista, que é impróprio para analisar outras realidades diferentes daquelas que dependem do modo de produção capitalista, poderia pretender definir um conceito — o de valor de uso — que não depende da produção, mas do consumo não *manipulado* pelo capital? Pensamos, ao contrário, que a análise do valor de uso deve se fazer pela referência à *lei simbólica* e então depender de uma análise antropológica. Tratar-se-ia de um não-valor, que reenviaria às práticas sociais outras que não fossem econômicas, e que deveria recobrir os aspectos simbólicos e imaginários da apropriação do solo e das práticas do espaço. Daí o recurso necessário à antropologia.

A terceira questão, a propósito da análise de Lefebvre, é relativa aos domínios que recobrem no espaço o valor de troca e o valor de uso. De fato, Lefebvre não aborda este problema de maneira explícita. Contudo, uma leitura atenciosa sugeriu-nos uma hipótese de trabalho. A oposição valor mercantil/valor de uso poderia reduzir-se à oposição econômico/social e, ao nível espacial, à dicotomia espaço econômico/espaço social. Esta hipótese nos parece tanto mais justificada quanto o espaço é o lugar das diferenças e da diversidade (língua, costumes, vestimenta, construção...) enquanto o econômico é o domínio da homogeneização, da banalização (troca generalizada, a moeda padrão para tudo). Pensamos que a articulação da *espacialidade* do econômico com a espacialidade das práticas sociais toma formas conflitantes. O econômico (capital, troca, fluxo) tenderia a reduzir o espaço dos *grafos*, cujas curvas seriam os fluxos e os cumes do estoque de capital para assimilá-lo ao seu domínio, o dos fluxos e das trocas.

Pensamos que haveria irredutibilidade entre o espaço das práticas sociais e o da economia: o espaço social parece carregado de diferenças, de imaginário e de simbólico, enquanto o espaço econômico se reduziria ao nível do real, isto é, o da minimização dos custos de transporte, ou da maximização do lucro. Haveria conflito entre o espaço econômico e o espaço das outras práticas sociais; sob este aspecto, o espaço não seria redutível a uma análise exclusivamente econômica. Pensamos, então, que a contradição fundamental para os marxistas, que está dentro do processo de produção, torna-se secundária em matéria espacial. Mais exatamente, a oposição espaço econômico/espaço social nos parece mais rica numa perspectiva de pesquisa espacial do que a análise de contradições que levam à divisão econômica e social do espaço (DESE). Todo o mundo — os não-marxistas, assim como os não-neoclássicos — admite, reconhece e explica, cada um a seu modo, o papel da propriedade fundiária, da escassez do espaço, etc. Para nós, tratar-se-ia sobretudo de uma interrogação sobre o fato de saber como os usuários reagem à propriedade fundiária, à escassez de espaço, etc. Estas últimas questões nos levam a propor uma nova abordagem dos problemas ligados ao solo e ao espaço, baseada nas análises econômicas e antropológicas ¹⁹.

De um lado, para analisar o solo enquanto categoria enigmática para o economista (propriedade, retenção, acumulação, preço do solo) o nível pertinente de investigação não nos parece ser o indivíduo isolado (análise neoclássica de tipo psicológico, em termos de bem e de utilidade a otimizar) nem as classes sociais homogêneas, em face do processo de produção (análise marxista de tipo sociológico em termos de relação de classe) mas *as famílias* que, através da gestão do patrimônio rural, procuram perpetuar-se. De outro lado, para analisar o espaço enquanto categoria enigmática para o economista (as regiões, o regionalismo, o espaço vivido, o território), o nível pertinente de investigação ainda não nos parece ser, mais uma vez, o indivíduo isolado (análise neoclássica de tipo sociológico em termos de custo de transporte a minimizar) nem as classes sociais homogêneas em face do processo de produção (análise marxista de tipo sociológico em termos de lances e conflitos), mas sim os grupos sociais territorializados heterogêneos, que, através da gestão coletiva de seu espaço social (região, bairro...) procuram, também eles, perpetuar-se.

¹⁹ Guigou, J. L., Lebailly, M., Boutron J., Pierzo, D. — *Appropriation du sol et pratiques de l'espace*. Recherche sous contrat DGRST (première version, juin, 1978).